Relatório do 12º Congrejufe

Congresso Nacional da Fenajufe

Foz do Iguaçu - PR

26 de abril a 1º de maio de 2025

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Sindicatos Filiados presentes:

1. Sindjus/AL
2. Sitraam/AM-RR
3. Sinje/CE
4. Sindjufe/BA
5. Sindissétima/CE
6. Sintrajufe/CE
7. Sinpojufes/ES
8. Sinjufego/GO
9. Sintrajufe/MA
10. Sitraemg/MG
11. Sindijufe/MT
12. Sindjufe/MS
13. Sindjuf/PA-AP
14. Sintrajuf/PE
15. Sintrajufe/PI
16. Sinjutra/PR
17. Sinjuspar/PR
18. Sisejufe/RJ
19. Sintrajurn/RN
20. Sintrajufe/RS
21. Sintrajusc/SC
22. Sintrajud/SP
23. Sindiquinze/SP
24. CPF/DF
25. CPF/PB

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

1º DIA SÁBADO - 26 DE ABRIL DE 2025 - 14 HORAS - ABERTURA DO 12º CONGREJUFE - *"Do encontro das águas à força das cataratas: unidade, carreira e justiça social: pela valorização da categoria e essencialidade das servidoras e servidores, braços fortes do PJU e MPU, que tornam o acesso à justiça um direito de todas e todos"* foi o mote do 12º Congresso Nacional da Fenajufe (Congrejufe): a maior instância deliberativa da Fenajufe que teve início, dia 26 de abril (sábado), em Foz do Iguaçu (PR), seguindo até o dia 1º de maio (quinta-feira). O evento foi convocado por edital publicado no Diário Oficial da União, dia 25/10/2024, segundo consta do **ANEXO I,** contou com mais de 700 participantes, entre delegados(as) e observadores(as), convidados, palestrantes, assessorias e organização e teve o Sinjutra e o Sinjuspar como entidades anfitriãs. **A SOLENIDADE DE ABERTURA** do 12º Congresso Nacional da Fenajufe (Congrejufe) iniciou-se com a apresentação cultural do grupo folclórico da *Ciudad del leste "Danza de la botella"*, que trouxe diversas músicas e danças típicas que celebram a diversidade e a resistência do povo paraguaio, que foi sucedida pelas boas-vindas aos congressistas feitas por Joana D'Arc, cerimonialista da solenidade de abertura, que se auto descreveu como mulher negra, alta, de cabelos grisalhos, vestindo roupa preta com camisa branca, e descreveu o ambiente, ressaltando a presença das bandeiras da Fenajufe e dos sindicatos filiados, representando a unidade da categoria. Saudou especialmente o Sinjutra e o Sinjuspar, sindicatos anfitriões do evento. Joana contextualizou culturalmente o Paraná, destacando manifestações como a congada, o fandango, as cavalhadas, e a culinária típica com pratos como barreado, carneiro no buraco, porco no rolete, carne de onça e pinhão, frisando a importância da preservação da araucária, árvore nativa do Paraná. Destacou também a gralha azul como símbolo do Paraná, a relevância das Cataratas do Iguaçu, mote simbólico do congresso, e ressaltou a união dos povos das Três Fronteiras. Encerrando sua fala, Joana D'Arc desejou a todos um excelente congresso, reforçando a importância da luta pela valorização das servidoras e servidores públicos e anunciando que o 12º Congrejufe elegerá a nova direção da Federação e os membros do Conselho Fiscal. Em seguida, foi exibido um vídeo em reconhecimento ao trabalho e homenagem à 11ª diretoria da Fenajufe que encerrou o mandato neste Congresso. **MESA DE ABERTURA -** Com o

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

tema *"Primeiras imagens: a voz de quem prepara e acolhe a travessia"*, foram chamados ao palco Lucena Pacheco Martins, coordenadora-geral da Fenajufe; Sandra Cristina Dias, coordenadora-geral da Fenajufe; Fabiano dos Santos, coordenador-geral da Fenajufe; Soraia Garcia Marca, coordenadora de Finanças da Fenajufe; Leopoldo Donizete de Lima, coordenador Jurídico e Parlamentar; Miguel Sandor Szollosi, coordenador do Sinjutra; e Júlio César Daru, diretor do Sinjuspar, os dois últimos representando os sindicatos anfitriões. **SAUDAÇÕES AO CONGRESSO** - *Mesa 1* - Saudações da Comissão Organizadora e anfitriões. **Lucena Pacheco Martins** saudou os presentes, agradeceu a presença de todos e todas, reforçou o papel da unidade na trajetória de três anos de gestão, destacou conquistas como a recomposição salarial, a aprovação do nível superior para técnicos, a acumulação da GAE (Gratificação de Atividade Externa) com a VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada) e a superação da absorção dos 13,23% com emendas parlamentares. Destacou que essas conquistas se somam a outras obtidas por gestões anteriores. Enfatizou a importância da construção coletiva da pauta de reestruturação da carreira e desejou que o Congresso fortalecesse a unidade da categoria, mencionando o simbolismo do mote *"cada servidor e servidora como uma gota d'água construindo as Cataratas"*, além da unidade representada pelas Três Fronteiras. **Sandra Cristina Dias** saudou todos os participantes, recordou que a gestão que se encerra enfrentou ataques severos aos servidores públicos, ao Poder Judiciário e aos serviços públicos de modo geral, e destacou a importância da luta coletiva e do fortalecimento das entidades sindicais. Sandra enfatizou o protagonismo das mulheres na Federação, agradeceu às mulheres que abriram caminhos e reconheceu a importância dos coletivos de negros, negras, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, ressaltando que a diversidade fortalece a unidade da categoria. Salientou que os servidores públicos do PJ são a face humana da Justiça e reforçou o compromisso de seguir lutando pela valorização e pela reestruturação da carreira, especialmente pela pauta dos técnicos. **Fabiano dos Santos** fez sua saudação ressaltando a responsabilidade delegada pelos sindicatos de base aos delegados presentes. Apresentou-se como homem branco, cabelos grisalhos, olhos claros, usando óculos e camisa vermelha com a inscrição "Luta Fenajufe". Ressaltou o difícil

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

contexto de ataques aos serviços públicos e à classe trabalhadora, a necessidade de mobilização, a luta contra a magistratura que retém o orçamento do Judiciário e contra o arcabouço fiscal. Destacou que o 12º Congrejufe deve ser o espaço para decidir a construção de uma grande greve do funcionalismo, reforçando a união como palavra-chave e a construção de um plano de lutas como tarefa central. **SAUDAÇÕES DOS SINDICATOS ANFITRIÕES - Miguel Sandor Szollosi** agradeceu a presença de todos, destacou o esforço da gestão finda em tempos de muitos ataques e salientou a importância da continuidade da luta pelas pautas da categoria. Ressaltou que a vitória só virá com luta e união e agradeceu a todos pelo acolhimento. **Júlio César Daru** saudou todos os participantes em nome do Sinjuspar, manifestou orgulho em receber o Congresso no Paraná no ano em que o sindicato completa 35 anos, agradeceu à Fenajufe e aos sindicatos que apoiaram a escolha de Foz do Iguaçu como sede do 12º Congrejufe. Destacou simbolicamente que *"uma gota se enxuga, mas as Cataratas não"*, reforçando a união e a força coletiva. Em sua fala, ressaltou que o Poder Judiciário e o Ministério Público existem graças aos servidores e servidoras e destacou a responsabilidade que todos carregam na definição dos rumos do movimento sindical nos próximos anos. Pediu respeito, reconhecimento e valorização mútua entre os colegas e reiterou que a unidade é imprescindível para a força do movimento. **COMPROMISSO COM A UNIFICAÇÃO** - Miguel Sandor Szollosi e Júlio César Daru anunciaram, em ato simbólico, a intenção de iniciar o processo de unificação dos dois sindicatos do Paraná – Sinjutra e Sinjuspar– entregando um ofício conjunto à direção da Fenajufe. Este gesto foi aplaudido pelos presentes como demonstração de que a união pregada em todo o Congresso começa a se materializar desde já entre os anfitriões. **Mesa 2 - MESA DE SAUDAÇÃO DOS PARLAMENTARES -** No início da segunda mesa do 12º Congrejufe com o tema *"Ponte sobre o Rio: a política em diálogo com as lutas da categoria"*. Foi informado que o deputado federal Glauber Braga havia sido convidado, bem como os deputados Reymond e Erika Kokay, mas que, por motivos diversos, não puderam estar presentes fisicamente. O **deputado Reymond** enviou uma mensagem em vídeo, na qual saudou as servidoras e servidores do Poder Judiciário Federal e do Ministério Público da União reunidos em Foz

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

do Iguaçu, agradeceu o convite recebido através do Sisejufe-RJ e manifestou a importância de estar ao lado das pautas da categoria. Declarou: *"Continuem contando comigo para as nossas lutas na Câmara Federal, nas ruas e nas redes, para defender os trabalhadores e as trabalhadoras e o serviço público."* Justificou sua ausência devido ao convite do presidente Lula para integrar a comitiva que acompanharia o sepultamento do Papa Francisco no dia 26 de abril, no Vaticano, reafirmando seu compromisso com a categoria e finalizando sua saudação com a expressão *"minha saudação franciscana de paz e bem"*. Em seguida, foram exibidas imagens da **deputada Erika Kokay**, cuja atuação em defesa dos servidores públicos foi ressaltada, especialmente na apresentação de emendas relativas ao nível superior para técnicos judiciários e na preservação dos quadros funcionais do Poder Judiciário, além de articulação em favor do reajuste de benefícios acima da inflação para os servidores públicos. Dando prosseguimento à mesa, foi chamado ao palco o coordenador-geral da Fenajufe, Fabiano dos Santos, que realizou uma saudação especial ao deputado Glauber Braga. Em sua fala, Fabiano dos Santos destacou a importância do mandato popular exercido por Glauber Braga, que sempre esteve em defesa da classe trabalhadora em todas as pautas e momentos no Congresso Nacional, ressaltando que *"o deputado Glauber Braga enfrenta grave risco de cassação, numa perseguição política, por denunciar o papel de Arthur Lira e do orçamento secreto."* Fabiano frisou que o mandato de Glauber é uma voz dissonante e de enfrentamento e que essa tentativa de cassação representa um ataque a um dos poucos mandatos alinhados de forma intransigente com a classe trabalhadora. Foi proposta, e aprovada pela plenária, a moção em defesa do mandato do deputado Glauber Braga, culminando em uma manifestação coletiva no plenário com o brado *"Glauber fica!"*. Após essa manifestação, a cerimonialista convidou para compor o palco a coordenadora da Fenajufe, Sandra Cristina Dias, o coordenador da Fenajufe, Paulo José da Silva, o coordenador do Sinjutra/PR, Renato Celso Moreira Filho, o coordenador do Sinjuspar/PR, Júlio Daru, o advogado da Assessoria Jurídica Nacional da Fenajufe Cézar Britto, a vereadora de Florianópolis Carla Ayres e Alexandre Santos, representante da Federação Nacional do Judiciário nos Estados (Fenajud). Sandra Cristina Dias saudou a todos e passou a palavra ao **advogado Cézar Britto**, da Assessoria Jurídica

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Nacional da Fenajufe, que iniciou sua fala apresentando-se como nordestino, nascido no Sergipe, e com orgulho de seu rosto semelhante ao povo palestino. Cézar Britto ressaltou seus 40 anos de advocacia sindical e trouxe reflexões sobre as dificuldades do movimento sindical dos servidores públicos em razão da multiplicidade dos empregadores e das mudanças de governo a cada quatro anos. Destacou que os servidores do Judiciário enfrentam obstáculos ainda maiores, pois dependem da aprovação de leis no Legislativo e da sanção do Executivo, além da iniciativa do próprio Judiciário. Citou como exemplo negativo o fenômeno da residência jurídica, que considera uma forma disfarçada de nepotismo, e criticou os penduricalhos remuneratórios criados no Judiciário. Cézar Britto mencionou Madre Teresa de Calcutá ao dizer: *"Às vezes me sinto uma gota diante do oceano, mas o oceano seria menor se lhe faltasse uma gota"*, reforçando a importância de cada ação coletiva. Enalteceu a metáfora das Cataratas do Iguaçu como símbolo da força coletiva e destacou que a unidade entre os sindicatos anfitriões já demonstra a construção da força necessária. Ressaltou que a luta sindical envolve o campo político, jurídico e social e que todas as gotas são igualmente importantes. Concluiu reafirmando seu orgulho em ser assessor jurídico sindical e agradeceu a todos e todas que o ensinaram a verdadeira prática do direito sindical, que não se aprende nas faculdades de direito tradicionais. Em seguida, **Sandra Cristina Dias** agradeceu, emocionadamente, o trabalho da Assessoria Jurídica Nacional e destacou a importância da parceria e da orientação jurídica recebidas ao longo da luta sindical. Na sequência, a **vereadora** de Florianópolis, **Carla Ayres** (PT) foi convidada a fazer sua saudação. Em sua fala, Carla Ayres apresentou-se como vereadora eleita em Florianópolis e suplente de deputada federal pelo PT de Santa Catarina, relatando sua atuação em defesa dos servidores públicos durante o período em que esteve na Câmara Federal. Destacou a organização da audiência pública realizada em setembro de 2023 para tratar do confisco previdenciário de aposentados e pensionistas do serviço público federal, enfatizando que já existem 206 parlamentares que subscreveram o requerimento em favor do fim do confisco. Ressaltou que *"a luta é permanente e a unidade é fundamental para a conquista e manutenção de direitos"*. Manifestou seu compromisso de continuar atuando em defesa da categoria, independentemente do cargo que venha a ocupar, e saudou a

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

importância dos aposentados e pensionistas na construção histórica da luta sindical. Finalizou reforçando a necessidade de continuidade da mobilização para garantir a vitória nesta pauta fundamental para os servidores públicos. Por fim, Sandra Cristina Dias retomou a palavra para registrar que a moção de apoio ao deputado Glauber Braga foi aprovada, trazendo informações atualizadas de que o parecer pela cassação havia sido mantido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que o julgamento seria prosseguido na terça-feira seguinte. Reforçou a necessidade do envio imediato da moção aprovada para os parlamentares como forma de fortalecer a luta em defesa do mandato do deputado Glauber Braga, encerrando o momento com o brado coletivo *"Glauber fica!"*. **OUTRAS SAUDAÇÕES- Paulo José,** coordenador administrativo e de Finanças da Fenajufe, iniciou sua saudação apresentando-se como servidor de Minas Gerais, destacando sua trajetória sindical como coordenador executivo, coordenador geral e atualmente no Conselho Fiscal do Sitraemg/MG. Enfatizou seu compromisso exclusivo com a luta sindical, sem envolvimento partidário, ressaltando sua autonomia para dialogar com parlamentares. Agradeceu aos funcionários do Sitraemg e da Federação pelo apoio ao longo da gestão e ressaltou as dificuldades enfrentadas nas articulações no Congresso Nacional, mas celebrou as conquistas alcançadas. Encerrou desejando sucesso à próxima direção, afirmando considerar sua contribuição cumprida na Fenajufe e reafirmando seu compromisso com a luta dos servidores. **Alexandre Santos**, coordenador geral da **Fenajud**, pediu licença para falar em pé, relatando sua experiência pessoal como filho de torturado da ditadura militar, o que fortaleceu seu compromisso com a democracia. Ressaltou a aproximação da Fenajud (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados) com a Fenajufe como diretriz de sua gestão e afirmou que as opressões enfrentadas no Judiciário Estadual e no Federal são semelhantes. Criticou a concentração do orçamento nas mãos da magistratura, relatou a experiência da Guatemala, onde trabalhadores administram tribunais, e defendeu a luta para democratizar essa realidade no Brasil. Denunciou o caso do Sindijus-PE, cuja conquista de gratificação para o teletrabalho foi anulada pelo CNJ, demonstrando o autoritarismo institucional. Reafirmou a necessidade de luta contínua e a solidariedade da Fenajud aos servidores do Judiciário

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Federal e do MPU, *enfatizando que a organização da classe trabalhadora é imprescindível para a conquista e manutenção de direitos*. **AGRADECIMENTO E ENCERRAMENTO DA MESA -** A coordenadora Sandra Dias agradeceu, em nome da Fenajufe, a presença dos convidados, destacando a importância das falas de Paulo José, do assessor jurídico Cézar Britto e de Alexandre Santos, enfatizando que a Assessoria Jurídica da Fenajufe é imprescindível para o funcionamento da entidade e que a Federação Nacional do Judiciário dos Estados (Fenajud) é uma entidade irmã na luta. Agradeceu também aos colegas dos sindicatos anfitriões pela recepção, encerrando a mesa e informando que em breve teria início a mesa de conjuntura. **PAINEL - AS CORRENTES QUE MOLDAM O MUNDO: IMPACTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL NA LUTA DA CATEGORIA (CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL) -** Para a composição da mesa, foram anunciados os palestrantes Rogério Ferreira Silva Lustosa, professor de Sociologia do Instituto Federal da Bahia; Eugênio Pasqualini Santos, Chefe de gabinete do Deputado Federal Patrus Ananias e a secretária nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Uehara. A mesa foi dirigida pela coordenadora de Carreira, Relações, Condições de Trabalho e Saúde, da Fenajufe, Paula Meniconi que iniciou os trabalhos saudando os presentes e enfatizando a importância da união e da luta conjunta contra o sequestro do orçamento do Poder Judiciário pelos magistrados, fazendo um apelo para que todos olhassem uns para os outros e se reconhecessem “Em cada pessoa há um coração que anseia, teme, espera e luta”. Paula Meniconi encerrou sua fala convidando à união e à solidariedade entre todos. Em seguida, o professor **Rogério Ferreira Silva Lustosa** iniciou sua palestra agradecendo à Fenajufe, às entidades organizadoras e a todos os trabalhadores que tornaram possível a realização do congresso. Destacou que “O Brasil vive inserido num contexto internacional de profunda crise estrutural do capitalismo, caracterizada por crises econômicas, sociais, ambientais e políticas desde a década de 1970.” Ele explicou, ainda, que, apesar das tentativas de reorganização global, a crise não foi superada, resultando em instabilidade permanente e agravamento de desigualdades. Rogério salientou a ascensão da extrema direita no cenário mundial, o aumento da precarização dos trabalhadores e o

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

aprofundamento da despossessão de territórios, especialmente impactando povos tradicionais e indígenas. Enfatizou que a luta de classes se expressa de forma brutal na disputa orçamentária dentro do Poder Judiciário, onde a magistratura concentra o orçamento e nega direitos aos trabalhadores. Ressaltou a importância da mobilização social como única forma de romper com o limite do possível, reforçando que a luta coletiva é fundamental para conquistar direitos e resistir aos retrocessos. "Parte de nossa força de trabalho pode ser tornar obsoleta e ser substituída pela IA ou contratações precárias. Nosso desafio é encontrar uma estratégia que mude isso. Não há mudança sem mobilização social. É fundamental ter trabalho político, de base, diferenciando o papel do movimento sindical do governo". Enfatizou, ainda, que é fundamental que o movimento sindical empunhe algumas bandeiras como a luta contra a anistia dos golpistas de 8 de janeiro, a defesa de Glauber Braga, a crítica à jornada 6/1, a luta em defesa do PCCS e da recomposição salarial. "Nosso papel é a mobilização social, sem a qual não é possível melhorar as condições da classe trabalhadora e preparar o futuro. A greve é um instrumento legítimo dos trabalhadores nessa luta" . Em seguida, a palavra foi passada para **Eugênio Pasqualini Santos**, chefe de Gabinete do deputado federal Patrus Ananias (PT-MG) que iniciou sua exposição agradecendo o convite da Fenajufe e trazendo uma análise histórica da conjuntura internacional. Destacou que o ciclo de estabilidade construído após a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim, com o enfraquecimento das instituições multilaterais como a ONU, o FMI e o Banco Mundial. Ressaltou a ascensão da extrema direita em diversos países, especialmente nos Estados Unidos, Hungria, Equador e Portugal e o consequente enfraquecimento dos direitos sociais e políticos. "São governos legitimados pelo voto e antissistema democrático" Abordou o avanço das guerras e conflitos regionais, destacando o ataque da Rússia à Ucrânia; de Israel ao povo Palestino e China X Taiwan. Segundo ele, o capitalismo está mudando seu perfil vinculado à industrialização com a ascensão das mídias digitais que interferem na vida em sociedade como nunca visto antes, caracterizando a nova fase do capitalismo como um *tecno-feudalismo digital*. "Nessa nova indústria do consumismo há uma mudança de comportamento individual e social, os mercados estão sendo destituídos pelas formas de comércio digital amplamente

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

dominante". Nesse contexto, o fenômeno Trump, ou o *trumpismo*, provoca mudanças que derivam do ataque à ordem global, trazendo ainda mais benefícios à elite global cosmopolita. O tarifaço imposto por ele e outras medidas antidemocráticas gera uma disputa pela hegemonia que acaba por desenhar uma nova geopolítica mundial onde a China tem papel importante no contraponto à política "*trumpista*". Eugênio destacou a mudança de paradigma nas relações sociais e políticas, com o individualismo e a polarização substituindo o debate racional e coletivo. Enfatizou que a crise ambiental - aprofundada pela quebra do acordo de Paris e as catástrofes ambientais - e a ameaça à democracia são consequências diretas desse novo modelo global, criticando a ausência de regulação sobre as *big techs* e a concentração de riqueza nas mãos de poucos bilionários. Quanto ao Brasil, disse que, apesar do Governo ter uma correlação de forças desfavorável no Congresso, ainda conseguiu aprovar grande parte dos temas que o interessavam. Apontou como pontos negativos a inflação, o crescimento dos juros e da carestia, além do "pesquisismo" que antecipam o processo eleitoral. Ressaltou a necessidade de defesa intransigente da democracia e da mobilização social como instrumentos fundamentais para resistir à barbárie e construir alternativas para o futuro. Alertou sobre os pontos de atenção que a sociedade, em especialmente os movimentos sociais, tem que estar focados como a anistia aos golpistas, a inelegibilidade de Bolsonaro, a ausência de candidatura de esquerda, a falta de regulamentação das mídias sociais - hoje um braço forte da extrema direita -, fortalecimento e disseminação de novos grupos como igrejas e milícias, e os ataques aos direitos dos trabalhadores. "É preciso mobilizar a sociedade, ir às ruas e defender a democracia, os direitos trabalhistas e a regulamentação das mídias sociais, construindo uma Frente Democrática para 2026". A secretária Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, **Jandyra Uehara**, iniciou sua fala cumprimentando os participantes e descrevendo-se para fins de acessibilidade. Em seguida, disse que os servidores públicos precisam se localizar dentro da Classe trabalhadora, destacando que devem ter como missão assegurar direitos ao conjunto da classe trabalhadora, mas atuam em condições adversas dentro de um Estado que serve aos interesses da classe dominante. Resgatou a trajetória histórica da classe trabalhadora no Brasil, apontando os avanços e retrocessos

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

desde a Constituição de 1988. “Viemos em um processo muito complexo, em meio à ditadura e, quando estávamos no ascenso das lutas, a toda, na Europa, Margareth Tatcher empunhou a bandeira do neoliberalismo, desestabilizando o movimento sindical no mundo e derrotando o maior movimento sindical que já vimos e que desaguou na Constituinte de 1988”. Criticou a permanência do arcabouço neoliberal no país, mesmo nos períodos de governos progressistas, e denunciou a atual aliança entre neoliberalismo e extrema direita como grande ameaça à democracia e aos direitos sociais. A ascensão da extrema direita está intrinsecamente ligada aos resultados do neoliberalismo e isso vai levar o mundo a acabar mais cedo. “Houve uma mudança política em parte da direita brasileira que aumentou sua capacidade convocatória e vai às ruas”. Jandyra enfatizou que a luta sindical e política é imprescindível para enfrentar o cenário de fragmentação da classe trabalhadora, a precarização das relações de trabalho e o avanço de pautas ultraconservadoras. Alertou para a necessidade de resgatar um projeto histórico de transformação social, destacando a importância da organização de base, da unidade da classe trabalhadora e da mobilização permanente como instrumentos de resistência e mudança. Finalizou reforçando que sem luta social não haverá avanços significativos e que o horizonte da transformação deve continuar sendo o socialismo como projeto emancipatório da classe trabalhadora. “Nós abandonamos a luta pelo socialismo. Se queremos unidade de classe temos que mudar a perspectiva de lutar e fazer uma transformação profunda para atrair a juventude e mudar o Brasil”. **CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PAINEL "AS CORRENTES QUE MOLDARAM O MUNDO: IMPACTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL NA LUTA DA CATEGORIA".** Entre as falas iniciais dos palestrantes e o início das considerações finais, houve a abertura para vinte inscrições, respeitando a paridade de gênero, sendo dez mulheres e dez homens. Após as intervenções, deu-se início às considerações finais dos palestrantes, com tempo reduzido para cinco minutos em virtude do horário do jantar. **Jandyra Uehara** iniciou suas considerações finais pedindo desculpas por não poder responder a todas as questões colocadas, destacando a pergunta feita por Luciana e Maria Lúcia acerca da relação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com o governo. Se a CUT é ligada ao Governo, o que vai fazer? “A CUT é composta

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

por quase quatro mil sindicatos e sete milhões de trabalhadores de base em vinte ramos econômicos. Reduzi-la a uma ligação automática ao governo desconsidera a capacidade de reflexão e de luta da classe trabalhadora". Relatou que inicialmente a direção da CUT ficou refratária de apoiar uma PEC que extinguisse a escala seis por um, mas, após intenso debate e pressão da base, a posição mudou em três meses, optando pelo apoio à proposta legislativa, em vez de relegá-la à negociação coletiva. Informou que haverá uma marcha unificada no dia 29/04/25, construída com todas as centrais sindicais, exceto a Conlutas, e que esta deve ser a primeira de várias mobilizações ao longo do ano. Comentou também sobre o plebiscito popular em construção pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, que decidirá sobre temas como taxação dos ricos, isenção do imposto de renda para quem ganha até cinco mil reais e a redução da jornada de trabalho. Destacou que o plebiscito deve ser articulado à mobilização social, não sendo um fim em si mesmo. Abordou a necessidade de superar o arcabouço fiscal, argumentando que a existência desse instrumento impede o governo de cumprir o programa eleito, que prioriza os pobres, pretos e mulheres das periferias, ressaltando que a superação desse arcabouço é essencial para garantir avanços em políticas públicas. "O arcabouço fiscal tem que acabar porque o Governo não dará conta de cumprir o compromisso com os grupos menos favorecidos que o elegeram. Ou o Governo supera o arcabouço fiscal ou teremos muita dificuldade em 2026." Encerrando, reforçou que é preciso empurrar o governo para a esquerda por meio de organização e mobilização social. Em seguida, **Eugênio Pasqualini Santos** agradeceu a oportunidade e reforçou a importância da reflexão crítica permanente, destacando que a análise de conjuntura não se encerra em si mesma. Referiu-se, especificamente, à pergunta de Alírio sobre a relação da extrema-direita com as redes sociais, explicando que as plataformas digitais hoje operam como partido auxiliar da direita, impondo suas próprias regras, desconsiderando as regulações dos Estados nacionais e priorizando a monetização em detrimento de princípios democráticos. Defendeu a necessidade de pensar estratégias de regulação das redes e proteção de dados, reconhecendo a dificuldade de criação de alternativas nacionais a curto prazo. Salientou que a correlação de forças atual exige táticas prudentes e que, embora o desejo estratégico seja de avanço, é preciso reconhecer os limites

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

do momento histórico e social. “Não podemos dar passos maiores que nossas pernas. Estrategicamente deveríamos estar à frente, mas taticamente não conseguimos” Alertou que o retorno da extrema-direita ao poder significaria uma intensificação da repressão, da violência e da destruição de direitos, enfatizando que a democracia, ainda que burguesa e limitada, é o mínimo para a organização social. Destacou que os trabalhadores não podem depender exclusivamente do governo, reforçando a necessidade de ação e organização autônoma, já que o atual governo é de centro-direita e não de esquerda. Concluiu lembrando que a luta precisa de posicionamento contínuo, e que a paralisia ou a estagnação apenas favorecem o avanço das forças conservadoras. “Dividir o que já está apertado é a solução num cenário intenso de destruição da democracia? O Fascismo é morte, é assassinato. Se a extrema direita ganhar no Brasil, não teremos tempo para acumular forças. Temos que criticar o Governo mas com a consciência que ele não é o nosso pai e não virá nos ajudar.” **Rogério Ferreira Lustosa** iniciou suas considerações finais ressaltando que não existe política sem riscos, afirmando que, na situação atual, o governo Lula tem reais chances de perder as eleições de 2026, especialmente pela frustração gerada na base popular. Criticou a postura do governo em relação a pautas emergentes da classe trabalhadora, como a jornada seis por um, lembrando que a resposta do ministro do Trabalho foi desrespeitosa ao classificar a demanda como mero assunto de negociação coletiva. Argumentou que, embora o governo não seja o "pai" da classe trabalhadora, ele deve pelo menos ajudar e não dificultar as mobilizações legítimas. Defendeu que pequenas conquistas, como a regulamentação dos direitos dos trabalhadores por aplicativo, poderiam fortalecer a mobilização social e alterar a correlação de forças a favor da classe trabalhadora. Reforçou a necessidade de mobilização e de ação política inteligente e taticamente planejada. “Não podemos abrir 10 frentes de batalha porque perderemos a guerra”. Criticou a visão estática sobre os acontecimentos de 2013, argumentando que os movimentos legítimos dos trabalhadores foram tratados de maneira inadequada pelo governo da época, o que contribuiu para o crescimento da extrema-direita. Enfatizou que a superação da atual situação exige unidade política, ação conjunta das centrais sindicais e uma mobilização popular ampla e persistente. Alertou que a esquerda deve se organizar

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

mesmo em condições adversas, tal como a direita se organizou no período anterior. "É preciso fazer um debate mais tranquilo, menos panfletário e mais histórico. A esquerda toda cometeu muitos erros". E concluiu que a alteração da correlação de forças só será possível com ação política bem estruturada, sem posições estáticas ou auto-proclamatórias. "Tem que mudar a correlação de forças e só se faz isso com mobilização, colocando o povo na rua, e construindo uma alternativa de melhoria para a classe trabalhadora." Ao final, a coordenadora agradeceu a Jandyra Uehara, Eugênio Pasqualini Santos e Rogério Ferreira Lustosa pelas contribuições, encerrando a mesa de conjuntura e anunciando o jantar.

2º DIA - DOMINGO - 27 DE ABRIL DE 2025 - 09 HORAS - O **LEITO DO RIO QUE NOS GUIA: ORGANIZAÇÃO REGRAS E FUNDAMENTOS DA 12º CONGREJUFE (VOTAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO)** - A mesa foi formada por Edson Brodowski, Fernanda Lauria e Luciana Martins Carneiro, todos da direção da Fenajufe. Após a leitura da proposta de Regimento Interno, anotados os devidos destaques apresentados durante a leitura do documento, um grupo de participantes veio pedir esclarecimentos sobre a participação dos ouvintes. A mesa prestou os esclarecimentos sobre o ponto, e, em seguida, às 10h48, deu início ao debate sobre o Regimento Interno, abrindo para apresentação de defesa dos pontos destacados na proposta de regimento Interno do 12º Congresso Nacional da Fenajufe. Após a discussão e votação dos destaques das delegadas e delegados presentes, foi aprovado o **REGIMENTO INTERNO DO 12º CONGREJUFE** que consta do **ANEXO II** desta ata e passa a ser parte integrante e indissociável da mesma. Tendo sido aprovado o Regimento Interno do 12º CONGREJUFE, a mesa informa que a secretaria do Congresso recebeu um recurso do Sinje/CE (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Justiça Eleitoral do Ceará), solicitando o descredenciamento de uma pessoa que se credenciou como delegada o que não poderia ocorrer, uma vez que não foi colocado em votação na assembleia que elegeu os delegados(as) o critério adotado pela presidente do sindicato para desempate dos candidatos durante a assembleia. A mesa recomenda que a questão seja analisada pela assessoria jurídica da Fenajufe e alguém da diretoria, ficando orientado que o plenário fosse informado, posteriormente, do desdobramento deste caso. Na sequência, foi formada

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

a mesa para o **PAINEL "REMANDO JUNTOS NA MESMA DIREÇÃO: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO NA GESTÃO DA FENAJUFE (BALANÇO DA ATUAÇÃO DAS ASSESSORIAS)"**. Às 12h06 do dia 27/04/2025 se instalou a mesa com a fala de Edson Borowsky sobre a proposta do painel **"REMANDO JUNTOS NA MESMA DIREÇÃO: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO NA GESTÃO DA FENAJUFE (BALANÇO DA ATUAÇÃO DAS ASSESSORIAS)"**, com reorganização da mesa para garantir o espaço de todos os palestrantes. Foram apresentados os palestrantes Cézar Britto e Larissa Awwad, da Cézar Britto Advocacia, Carolina Marques, da Consillium Soluções Institucionais e Governamentais; Vera Miranda, assessora técnica da Fenajufe; Alexandre Marques, assessor institucional da Fenajufe; e, Vladimir Nepomuceno, diretor da VN1 Assessoria e Consultoria Ltda. A dinâmica foi definida com apresentações de até dez minutos para cada assessoria, para apresentação dos principais temas trabalhados pela diretoria durante a gestão e posterior abertura para o debate, limitado a dez intervenções de três minutos cada, respeitando a paridade de gênero. **Cézar Britto** foi apresentado com seu extenso currículo, destacando-se como sergipano da cidade de Propriá, advogado formado pela Universidade Federal de Sergipe, membro honorário vitalício da OAB e integrante de diversas entidades jurídicas. Em sua fala, Cézar Britto ressaltou que a divisão de tempo com Larissa Awwad reflete a mentalidade coletiva do escritório Cezar Britto Advocacia, reforçando que a atuação da assessoria jurídica não se limita à esfera judicial, mas é também política e estratégica, fundamental nos debates do Congresso Nacional e Conselhos de Justiça para poder intervir a favor do interesse dos servidores nas propostas que estão em debate nacional. Destacou que muitas conquistas da categoria só foram possíveis devido à presença permanente da assessoria nas articulações e bastidores. Alertou sobre o risco do recente julgamento do Supremo Tribunal Federal que declarou o fim do Regime Jurídico Único, retirando-o da Constituição, o que pode abrir espaço para terceirizações no serviço público e desvalorização dos concursos públicos, apontando que a preservação da legislação ordinária será uma das principais frentes da próxima gestão. Enfatizou que a assessoria jurídica não busca protagonismo, mas sim apoiar a luta política da direção e da categoria. Após a fala do Advogado Cézar, a **Larissa Awwad**, advogada e

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

coordenadora do núcleo administrativo cível da Cézar Britto Advocacia, iniciou sua fala com audiodescrição, relatando que é mulher branca, de cabelos pretos e longos, vestindo terno verde, com feições palestinas. Destacou que integra o escritório responsável pela assessoria jurídica nacional da Fenajufe, e que a atuação da equipe vai além do Judiciário, atendendo também sindicatos do Ministério Público, da Saúde, dos Petroleiros e demais servidores públicos. Esclareceu que a atuação envolve forte presença preventiva nos Conselhos para antecipação de normativas, e que isso é fundamental para proteger direitos já conquistados, citando como exemplo a atuação contra a tentativa de suspensão do abono de permanência no TRT-2. Ressaltou a preocupação com a regulamentação da inteligência artificial no serviço público, alertando que a representação de servidores nas comissões é mínima e que os magistrados conduzem a maioria das propostas. Finalizou sua fala reforçando a intensa atuação da assessoria durante toda a gestão, agradecendo a direção pela confiança e desejando a continuidade da combatividade. **Carolina Marques**, da Consillium Soluções Institucionais e Governamentais, informou que compõe a equipe responsável pela assessoria legislativa da Fenajufe e assumiu recentemente esta função. Apresentou um panorama de proposições monitoradas, diferenciando entre oportunidades positivas (em verde) e riscos (em vermelho). Acerca das proposições prioritárias da Câmara foram citadas: 1)PL4015/2023-Reconhecimento da atividade de risco para Oficiais de Justiça; 2)PL2447/2022–Polícia Judicial|Gratificação por atividade de Segurança(GAS); 3)PEC133/2019–Proposta Paralela da Reforma da Previdência; **4)PLP454/2015-Regras para aposentadoria de servidor público com deficiência;** 5)PL5338/2009-Isenção progressiva do IRPF incidentes sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão,para os maiores de 66 anos; **6)PEC139/2015–Fim do abono de permanência no serviço público;** 7)PEC555/2006–Fim da Contribuição dos Servidores Inativos; 8) PEC6/2024-PEC SOCIAL- Fim da Contribuição dos Servidores Inativos; 9)PL5526/2016 (PL9862/2018)–Exercício da advocacia por servidores do Judiciário/PL1748/2025; **10)PL4303/2024-Transformação de cargos vagos da carreira de Técnico Judiciário em novos cargos da carreira de Analista Judiciário Superior Tribunal de Justiça(STJ); 11)PL769/2024-Criação de funções comissionadas Quadro**

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Pessoal do STF;12)PL4/2024-Criação de cargos efetivos comissionados Justiça Eleitoral;13)PL1087/2024-Ampliação da isenção IRPF e Tributação de Altas Rendas; **14)PL1609/2025-Criação Programa Nacional de residência jurídica; e a 15)PEC32/2020–Reforma Administrativa.** Tratando-se das proposições prioritárias no Senado foram citadas as seguintes: 1)PL429/2024–Fundo Especial Justiça Federal(Fejufe); **2) PEC 10/2023)-Adicional por Tempo de Serviço (Quinquênios);** 3)PL2721/2021 (PL6726/2016)-Extrateto; e a **4)PL6204/2019-Execução extrajudicial.** Entre os projetos prioritários citados estão o PL 4015/2023 que reconhece atividade de risco para oficiais de justiça, magistrados e membros do MP, atualmente aguardando sanção presidencial; a Gratificação por Atividade de Segurança (PL 2447/2022) que está na CCJ aguardando deliberação; a PEC 133/2019, que trata da aposentadoria para pessoas com deficiência; a PEC 555/2006 e a PEC 6/2024 que buscam extinguir a contribuição dos aposentados; e a PEC 32/2020 da reforma administrativa prevista para voltar ao debate apenas em 2027. No Senado, destacou a tramitação da PEC 10/2023 sobre o adicional por tempo de serviço para magistrados; o PL 2721/2021 sobre a limitação dos supersalários e o PL 6204/2019 que propõe a execução extrajudicial de títulos, sendo este último uma prioridade do governo e, portanto, de rápido avanço. Explicou as prioridades fiscais do governo para 2025 e 2026 e as limitações impostas pela regra do arcabouço fiscal e pelas restrições eleitorais, ressaltando que o próximo período será de grande dificuldade para conquistas salariais. Ao término da explanação de Carolina Marques, a Sra. **Vera Miranda**, assessora técnica da Fenajufe, iniciou sua fala fazendo sua autodescrição como mulher negra, com mais de 60 anos, tranças no cabelo e vestida de preto. Relatou o trabalho de escuta e formulação de propostas realizado desde o Congresso de Belém, enfatizando a construção coletiva baseada em encontros segmentados e diálogos com a categoria. Apontou que a proposta de atualização da Lei 11.416 elaborada pela Fenajufe busca refletir as mudanças tecnológicas, o adoecimento dos servidores e a necessidade de valorização real do desenvolvimento na carreira. Defendeu a ampliação de áreas específicas como saúde, tecnologia e polícia judiciária, a incorporação de gratificações ao vencimento, a valorização dos aposentados e a criação de uma base única de incidência. Salienta as

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

conquistas importantes para os técnicos bem como soluções que podem melhorar a perspectiva da valorização, igualdade de direitos entre os profissionais, pois uma parte não pode ser mais valorizada que outra. Para valorizar a categoria precisam ser elaboradas propostas com posição inerente e não situacional, momentânea. Criticou soluções que apenas maquiam a valorização e ressaltou a necessidade de corrigir a desigualdade salarial entre técnicos e analistas, além da necessidade do reenquadramento dos auxiliares. Reforçou a importância de propostas estruturais para garantir a valorização a longo prazo e reafirmou o compromisso com a luta coletiva. Em seguida, houve a apresentação de **Vladimir Nepomuceno**, diretor da VN1 Assessoria e Consultoria, que iniciou sua fala contextualizando sua trajetória como servidor, sindicalista, dirigente de governo e assessor parlamentar, destacando que seu trabalho atual é uma forma de retribuição ao movimento sindical. Explicou o funcionamento do orçamento público e o aumento do poder do Congresso Nacional sobre a alocação de recursos, através das emendas parlamentares. Elabora uma crítica às emendas parlamentares de 53 bilhões no ano passado e, pontua que para 2026 a previsão é de R$ 58 bilhões em emendas parlamentares, diminuindo a margem de ação do Executivo. O Governo, que é o Executivo, ficará com menos da metade do dinheiro tendo que investir em saúde, educação, infraestrutura entre outros, o que é inaceitável. Detalhou o processo orçamentário desde o Plano Plurianual, passando pela LDO até a LOA, explicando que a folha de abril é a referência para o cálculo de despesas de pessoal. Ele destaca que estão se falando em reajuste entre outras melhorias que têm impacto orçamentário, mas a data para discutir o orçamento do ano que vem já passou, pois era abril. Alertou que o movimento sindical precisa atuar em abril, momento em que se definem as bases do orçamento, e não apenas após o envio da LOA, em agosto e, de tal modo, diz que se está com o cronômetro do orçamento do ano que vem contra a categoria. Informou que o limite de crescimento de despesas de pessoal para 2026 deverá ser de até 16,75%, segundo projeções do IPCA, mas que ajustes internos são possíveis desde que respeitem o teto geral. Precisamos discutir o que a Vera Miranda abordou, e tentar encaixar no orçamento da união no ano que vem. Além disso, explicou que as verbas extra orçamentárias estão fora do limite do arcabouço e podem ser utilizadas estrategicamente.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Finalizou reforçando a necessidade de atuação imediata para garantir espaço orçamentário para reajustes e reestruturações. Como última apresentação temos **Alexandre Marques**, assessor institucional da Fenajufe, que encerrou a mesa destacando o momento político atual como extremamente desafiador, com um Congresso Nacional reacionário e um Conselho Nacional de Justiça que acelera a concessão de benefícios para a magistratura, enquanto retarda avanços para os servidores. Criticou a seletividade política nas cassações no Legislativo e o esvaziamento de instrumentos democráticos. Alertou que a mobilização da categoria é fundamental, pois atualmente a luta pelos direitos dos servidores passa pelo enfrentamento direto no âmbito do próprio Poder Judiciário. A Lei de Diretrizes Orçamentárias limita o reajuste de benefícios, contratação de pessoal e, assim, o desafio até o fechamento do orçamento em agosto, é buscarmos, antes disso, até o dia 30 de julho de 2025, para negociar o que a categoria precisa de fato. Reforçou que a atual gestão da Fenajufe conquistou avanços importantes, mas que o cenário exige firmeza, unidade e atuação intensa para impedir a desvalorização da carreira, garantindo a recomposição salarial. Conclamou a categoria à mobilização permanente como única forma de enfrentar as dificuldades orçamentárias e políticas. Ao final, devido à limitação de tempo, foi acordado que os esclarecimentos de dúvidas seriam realizados diretamente com os palestrantes, e a plenária seria retomada às 14h30 para a apresentação das chapas da comissão eleitoral. **ELEIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL - CONSTRUINDO PONTES SOBRE AS ÁGUAS: A ESCOLHA DEMOCRÁTICA DA COMISSÃO ELEITORAL (apresentação dos candidatos e eleição da comissão eleitoral).** Às 15h53, os trabalhos do plenário foram retomados e foi instalada a mesa a fim de dar procedimento à eleição da Comissão Eleitoral, coordenada pelos diretores da Fenajufe, Fabiano dos Santos e Edson Borowsky. A mesa informou que dentro do prazo estabelecido pelo Regimento Interno deste 12º Congrejufe foram inscritas apenas duas chapas que concorrem à Comissão Eleitoral, e convida os representantes das mesmas a se apresentarem. Primeiramente, foi dada a palavra aos representantes da Chapa 2 composta por Marcelo Amorim (Sindiquinze/SP), Marco Paiva (Sitraemg/MG), Leonardo Couto Chuery (Sisejufe/RJ), Roney Marcelino (Comissão Pró-Fenajufe/DF), José Alancardete

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

dos Santos (Comissão Pró-Fenajufe/DF), Gabriel Albuquerque (Sintrajuf/PE) e Rodrigo de Mello Mércio (Sintrajufe/RS) que fizeram sua defesa. Leonardo Couto, técnico da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro informou que "a chapa é uma composição de várias forças apoiada pela atual diretoria para garantir a pluralidade com pessoas que têm experiência com Comissão Eleitoral. Todo trabalho eleitoral é de fiscalização." Allan, da Comissão Pró Fenajufe- DF, coloca que "Não se trata de não confiar neste ou naquele grupo. Sendo técnico, e do coletivo Base Unida, estamos com colegas de diversas forças, da DL (Democracia e Luta) e do Luta Fenajufe. Queremos condições eleitorais claras e democráticas, como sempre fizemos, com lisura, clareza, ética e em busca da unidade, à frente da maior associação da Justiça Federal do país". Marco Paiva, de Minas Gerais, pontua a pluralidade e que se uniram para representar todos os segmentos e cargos e, coloca que é uma ilusão a unidade e pede para conduzir o sindicato que farão de forma democrática. Em seguida, foi a vez dos representantes da chapa Unidos por Justiça, formada por Cleber Gesiel Alves da Silva (Sitraemg/MG), Francisco Márcio de Oliveira (Sintrajurn/RN), Andreia Soares Pacheco (Sitraemg/MG), Lúcia Maria Fernandes da Silva (Sitraemg/MG), Elaine Ribeiro Barbosa Silva (Sintrajud/SP) enquanto titulares e, Maria do Rosário Silva (Sitraemg/MG) e Benedito Gilberto Bernardes (Sitraemg/MG) como Suplentes, fazerem sua apresentação e defesa. Márcio, do Judiciário do Rio Grande do Norte, inicia sua fala fazendo uma crítica que não precisava se ter votação se os colegas da outra chapa tivessem aceitado colocar um nome do grupo que ele representa na Comissão Eleitoral. Ele questiona a conduta da forma de trabalhar da mesa sobre a comissão eleitoral, "o que é uma séria decepção". Fala da falta de unidade e confiança e que irá trabalhar para modificar tal coisa. Pede o voto para aqueles que não coadunam com a separação de colegas e de grupos. Após a apresentação das chapas, a mesa faz um apelo para que os delegados e observadores permaneçam sentados e não transitem para que a votação seja iniciada. Os votos serão contados por um representante da mesa, acompanhado de um representante de cada chapa, caminhando pela plenária. Só irão votar os delegados, que são aqueles que têm o crachá vermelho. Iniciou-se a votação pela contagem dos votos da chapa Unidos por Justiça composta por Cleber Gesiel Alves da

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Silva (Sitraemg/MG), Francisco Márcio de Oliveira (Sintrajurn/RN), Andreia Soares Pacheco (Sitraemg/MG), Lúcia Maria Fernandes da Silva (Sitraemg/MG) e Elaine Ribeiro Barbosa Silva (Sintrajud/SP), Maria do Rosário Silva (Sitraemg/MG) e Benedito Gilberto Bernardes (Sitraemg/MG). Os votos foram contados por Édson Borowski, acompanhado de um representante de cada chapa. Ao final da contagem, somaram 75 votos. Posteriormente, procedeu-se à contagem da outra chapa representada por Marcelo Amorim. Os votos foram contados por Fabiano Santos, acompanhado de um representante de cada chapa, totalizando, ao final, 234 votos, sendo a vencedora da eleição. Ao total foram 312 votantes, sendo 309 votos úteis e 3 abstenções. A chapa Unidos por Justiça com 75 votos, que representa 24% dos votantes, elegeu, por proporcionalidade, um titular e um suplente para a comissão eleitoral. Em relação a chapa que obteve 234 votos, representando 76% dos votantes, foram eleitos quatro titulares e um suplente. A comissão eleitoral ficou composta por Marcelo Amorim (Sindiquinze/SP), Marco Antônio Paiva (Sitraemg/MG), Leonardo Couto Cheri (Sisejufe/RJ), Roney Marcelino (Comissão Pró-Fenajufe/DF) e Cleber Gesiel Alves da Silva (Sitraemg/MG) como titulares e, José Alancardete dos Santos (Comissão Pró-Fenajufe/DF) e Maria do Rosário Silva (Sitraemg/MG) como suplentes. Após o anúncio do resultado da eleição da Comissão Eleitoral, a mesa informou que já havia resultado sobre o recurso apresentado pelo Sinje/CE (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Justiça Eleitoral do Ceará) quanto ao descredenciamento de uma delegada. Larissa Awwad, da assessoria jurídica da Fenajufe, informou que a pessoa credenciada, em nome da unidade no Ceará, devolveu o crachá, que estava em posse da mesma, e que os servidores retiraram o recurso. Em seguida, conforme determina o Regimento Interno deste 12º Congrejufe, o crachá foi cortado e inutilizado perante o testemunho dos presentes à Plenária. **RETOMADA DO DEBATE SOBRE BALANÇO: BALANÇO DA ATUAÇÃO NA GESTÃO DA FENAJUFE** - A coordenação da Federação retoma o painel anunciando que será feito um balanço das atividades desenvolvidas nos últimos três anos, seguido pela apresentação de três teses de Conjuntura Nacional e Internacional. Cada defesa teria dez minutos, e haveria seis falas para debate, respeitando a paridade de gênero. **Lucena Pacheco Martins,** coordenadora da Fenajufe**,**

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

relatou sua experiência à frente da coordenação geral, afirmando que a gestão foi exitosa. Destacou a conquista do reajuste de 19% obtido em um contexto onde inicialmente havia previsão de zero reajuste, graças à pressão sobre a administração e ao trabalho no Legislativo. Ressaltou a conquista de reajustes sucessivos no auxílio-alimentação e a estratégia vitoriosa de inclusão de emendas em projetos de lei. Apontou também a derrubada de três vetos: o que garantiu o Nível Superior (NS) para técnicos, a não absorção dos quintos e a manutenção da GAS/VPNI, todas vitórias obtidas com atuação nos três poderes. Destacou que "a semente da reestruturação da carreira foi plantada e que a próxima gestão deve seguir ao Congresso para fazer aprovar o plano de carreiras". Já para a também coordenadora **Sandra Dias**, além das conquistas concretas, citadas por Lucena, uma importante vitória foi colocar a Federação num outro cenário de representatividade. "Conseguimos mostrar a nossa força e sermos ouvidos", ressaltou. Para ela, a mudança feita no último estatuto – que estabelece a paridade de gênero na composição da diretoria – foi um dos pontos importantes para garantir a representatividade na gestão que proporcionou um fortalecimento da Federação, empoderando a base, levando-a a perceber sua força e a sua capacidade de luta "Trouxemos para a base a certeza que podemos pleitear os direitos que buscamos há tanto tempo. Somos a força do Poder Judiciário e essa é a importância de estarmos aqui hoje celebrando o que foi conquistado e lutando para buscar novas conquistas. A conscientização da categoria é elemento importante nesse processo". Ressaltou a conquista do NS, pleiteado há anos pelos técnicos, como uma vitória emblemática. "Essa gestão trouxe uma determinação forte de ir buscar apoio junto aos parlamentares e aos outros poderes e mostrar a todos os pontos que acreditamos imprescindíveis para a categoria". Segundo ela, isso só foi alcançado graças à profunda articulação e à pluralidade e unidade de participação de todos os segmentos: mulheres, negros, LGBTQIA+, e PCDs. **Fabiano dos Santos** também coordenador geral da Fenajufe, trouxe uma visão crítica afirmando que, apesar das conquistas relatadas, a mobilização foi insuficiente. Avaliou que as conquistas dos servidores chegam a ser uma vergonha se comparadas aos benefícios conquistados pela magistratura. Criticou a estratégia de confiar apenas na negociação institucional e reforçou que é necessário ajustar o rumo e construir

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

uma grande greve nacional para realmente enfrentar os desafios. “Um dos princípios basilares é a nossa democracia interna. Muitas vezes temos estratégias e visões diferentes, mas estamos muito aquém da mobilização. Nós do Coletivo LutaFenajufe achamos que não conseguimos construir um capital político capaz de mudar o rumo do que precisamos fazer. Essas conquistas aqui relatadas chegam a ser uma vergonha se comparadas aos penduricalhos dos magistrados. Não podemos depositar nossa pauta e a nossa esperança junto ao governo e instituições, mas a estratégia da Fenajufe é buscar sempre a negociação, sem mobilização. Essa tarefa não conseguiu cumprir; precisamos ajustar o rumo e ter uma federação que esteja à altura de construir o que precisamos; precisamos fazer um balanço crítico no aspecto da capacidade política de mobilização, mas podemos mudar esse cenário e é tarefa do congresso acertar esse rumo pois o caminho é a construção de uma grande greve nacional”. Paulo José da Silva**,** coordenador de Finanças da Fenajufe, afirmou que, com um mês de trabalho, a categoria conseguiu aprovar projetos importantes no Congresso. Defendeu que a próxima gestão deve olhar com mais carinho para os aposentados. Enfatizou que se a magistratura está abocanhando a maior parte do orçamento é porque deixamos. “É necessário parar os tribunais para a sociedade saber que estamos parando porque a magistratura está abocanhando todo o dinheiro e não deixa nada para os servidores. Quero ver o juiz trabalhar se não tiver servidor. Juiz não é um ser superior, precisam da gente. Precisamos fazer o movimento com muita coragem e firmeza e não ficar só criticando. Temos que ir à luta e demonstrar que temos a maior força”. Destacou a importância da coragem e firmeza na luta, valorizando também a dedicação da gestão que se encerra. Soraia Garcia Marca, também coordenadora de Finanças da Fenajufe, ressaltou que esta gestão trouxe a conquista do NS e rompeu a lógica do reajuste zero do governo Bolsonaro “foi a primeira categoria do serviço público a obter reajuste, conseguiu quatro reajustes no auxílio-alimentação acima da inflação e derrubou três vetos presidenciais, dois deles do governo Lula. Tivemos um reajuste pífio de 6% não aceitamos e conquistamos o mesmo reajuste que os servidores do TCU. Eu nunca tinha visto isso acontecer antes.”. Afirmou que a gestão foi combativa, democrática, feminista e eficiente na correção de benefícios e em agendas com o presidente da Câmara. “A Fenajufe é uma

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

entidade de sindicatos e orientamos para mobilizações e atos e graças a elas avançamos; derrubamos três vetos presidenciais; dois dentro do governo Lula. Foi uma gestão combativa, democrática que conseguiu corrigir muitos benefícios como auxílio creche, levamos a pauta dos aposentados e dos Oficiais de Justiça e foi concedido a atividade de risco." Defendeu a continuidade da luta para trazer mais conquistas e garantir a reestruturação da carreira. Denise Márcia de Andrade Carneiro, do Sindjufe/BA, e da coordenação de organização sindical e políticas sindicais da Fenajufe criticou a falta de mobilização efetiva, afirmando que a ausência de convocação para greve geral gerou, na categoria, uma impressão de inanição. Para ela, o Fórum de Carreira serviu apenas como espaço de debate, sem avanços concretos. "O Fórum importa só como espaço de debate e não como espaço de uma negociação real. Não significou avanço nenhum para nós". Disse, ainda, ser contra o surgimento de alguns sindicatos que, segundo ela, contribuem para a dispersão da luta da categoria. "Sou contra sindicatos e associações de segmentos pois a Federação é o nosso foco real e estímulo para a nossa luta" E afirmou que a orientação para a luta real e para a greve nacional deve sair da Federação, ouvindo as bases. "Os sindicatos estão aguardando uma orientação nacional e é daqui que deve sair a orientação para a greve. Eu parabenizo a federação por tudo que conquistou, mas ainda é muito pouco para o que precisamos, vamos fazer a luta real, ouvindo as bases". Luciana Martins Carneiro, também da coordenação da Fenajufe, reforçou que a Fenajufe foi criada em 1992 para defender e representar as causas da categoria e lamentou que, mesmo durante o governo Bolsonaro, a Federação não tenha conseguido organizar a mobilização. Afirmou que a correlação de forças nunca foi favorável, mas que mesmo assim em outros momentos foi possível avançar. Defendeu que é urgente construir um calendário de luta e convocar uma grande greve para enfrentar o engavetamento do PCCS no STF. "Vamos sair daqui com um calendário de lutas que convoque uma greve pois a construção da greve constrói nossa unidade. Aqui ninguém quer divisionismo." Ela disse, ainda, que hoje a ação da Fenajufe está baseada em expedir ofícios e e-mails. "Como vamos construir a greve assim? Não aceitamos mais tamanho desrespeito, o engavetamento dos processos no STF. O PCCS está há um ano e meio. Mandamos ofício ao (presidente do STF) Luís Roberto Barroso,

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

porque a proposta está condicionada à dispensa orçamentária e só haverá orçamento para nós se formos pra frente dos tribunais para construir e conquistar esse PCCS". Manoel Gérson Bezerra Sousa defendeu que a avaliação da Federação deve ser feita com base na realidade concreta. A Fenajufe não escolheu a tentativa de golpe. Escolheu lutar contra a PEC 32 e outras ameaças, com articulações, caminhadas, carreatas e mobilizações. Foi digna de louvor e não de vergonha. Não podemos desconsiderar ou ter vergonha disso, na verdade é necessário ter vergonha desse tipo de avaliação. Destacou a importância da atuação na conquista do NS (Nível Superior), a luta contra o congelamento salarial e outros pontos. "Qual categoria tirou da LDO, os entraves para os reajustes?" Quem faz a defesa dos servidores como seres humanos, combatendo o capacitismo, o racismo e o machismo? Que outra instituição resolveu 'mergulhar' nos problemas dos Oficiais de Justiça e dos técnicos judiciários?". Defendeu que a tarefa agora é unificar a categoria em torno do projeto de reestruturação da carreira. Para ele, enquanto não conseguirmos fazer com que o Judiciário reconsidere, a Fenajufe resolveu enfrentar outras lutas que é ver o servidor como seres humanos. "Nossa tarefa é unificar a categoria em torno de seu projeto de reunificar". Ato contínuo, Lucena anunciou que passariam à defesa das teses de conjuntura, que são três teses, com 10 minutos para cada defesa e a ordem da apresentação e defesa das mesmas seria por sorteio. A mesa informa o resultado do sorteio: primeiro Denise e Luciana, que vão dividir o tempo, em seguida Gérson e, por último, Marcelo Carlini. Passando a palavra para a primeira defesa. **DEFESA DAS TESES DE CONJUNTURA - Denise Márcia de Andrade Carneiro e Luciana Martins (Coletivo LutaFenajufe). Denise Márcia de Andrade Carneiro - "**Estamos aqui para compartilhar com vocês uma visão do balanço da gestão da Federação Nacional. Nós vimos que algumas questões levantadas aqui foram realmente importantes, como o NS (Nível Superior), mas, fora essa questão, que ainda não deu resultado, inclusive, porque o que nós queremos, que eu sou técnica, também, além do NS, é a sobreposição de tabela, o salário compatível, quero redução do abismo salarial existente e quero a valorização do meu cargo e da carreira onde eu atuo e isso não aconteceu porque não basta atuação cartorial, não basta reunião com parlamentares, não basta ofício para os Tribunais. Tem que chamar para a luta. E a falta

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

desse chamado, apesar de várias colocações que foram feitas aqui, causou uma impressão de inanição que foi responsável, inclusive, um elemento a mais para o divisionismo que vimos em nossa categoria. Divisionismo buscando, querendo ampliar esse reajuste pífio que tivemos e que se encerrou agora em fevereiro. Acabou o reajuste e ficamos sem perspectiva nenhuma, de nada, porque nesses três anos de gestão a Fenajufe não foi capaz de chamar um momento de uma greve nacional unificada que movesse a categoria para o que realmente importa que é o PCCS que foi construído por essa categoria que está aí. Nós construímos esse PCCS que está aí, nós aprovamos esse PCCS em vários anos, nós investimos por vários anos numa discussão que foi desaguar num Fórum de carreiras e lá ficamos paralisados, sendo enrolados e enroladas, sem avanço nenhum, com votações repetidas e até, inclusive, fizemos denúncias de quem compõe aquele Fórum. Quem compõe aquele fórum está do lado dos nossos adversários. Quem compõe aquele Fórum está filiado a partidos que são contra os servidores públicos. Mas, quando fizemos a denúncia, nós fomos tachados, inclusive, porque apontamos o dedo na ferida, dizemos o que representava aquele Fórum. Então, o Fórum é importante como espaço de debate, espaço de negociação e de disputa de opiniões, de propostas, mas não como espaço de negociação real e de obtenção, realmente, de nossos objetivos. Tanto que ficamos nesse fórum muitos anos, mas ficamos esses dois anos paralisadas, sem que nada andasse, nem sequer um AQ, que foi colocado, fatiado, para que pudesse andar, esse AQ foi votado e aprovado duas vezes e agora eles querem rever a proposta que foi aprovada no Fórum. Isso significa que o Fórum não foi avanço nenhum pra nós, que foi uma aposta errada, equivocada da nossa Federação que eu reivindico enquanto protagonista da luta nacional, sim! Eu sou contra a divisão que está implementada em nossa categoria. Sou contra sindicatos de segmentos, sou contra concorrência de associações de segmentos, combatendo a Federação e os Sindicatos. A Federação é nossa líder, é o nosso fórum real de estímulo para a nossa luta. A questão da greve e a autonomia dos sindicatos não é contestada. Pelo contrário! Os sindicatos estão, em sua maioria, aguardando uma orientação nacional. Nossa categoria é nacional e precisa de uma greve nacional e isso vai partir de onde? De associação? De sindicato de segmento? De sindicato de base? Precisa

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

partir da Federação. O nosso coletivo da Fenajufe foi tencionado para que se aprove a greve, tencionamos na plenária para se aprovar a greve de 8 de agosto e foram 4 sindicatos que fizeram greve. Quatro! E inclusive nenhum deles, a maioria, não compõe a Federação. Viram a importância da greve e assumiram essa greve. Bahia, São Paulo, Minas e Piauí! Quatro estados fizeram a greve dia 8 de agosto. E o que foi que aconteceu no dia 8 de agosto? Foi aprovada a proposta do AQ. Essa proposta melhorada do AQ foi aprovada ali no 8 de agosto. Aqui alguém recebeu esse AQ? Essa proposta foi aprovada de novo na assembleia do Fórum, dia 2 de dezembro. Alguém aqui recebeu AQ? (Plenária responde: Não!) Então esse fórum não vale de nada para a gente do ponto de vista da luta real. E a Federação, sim, respeita a autonomia dos sindicatos. Importante sim ouvir meu sindicato, mas aqui é que tem que sair a orientação para a greve. Inclusive a greve que foi aprovada agora nem sequer uma nota com a palavra greve, um panfleto com a palavra greve foi divulgado nos estados. Parabenizo a nossa Federação por tudo o que conquistou, mas foi muito pouco perto do que poderia ser conquistado. E o prejuízo que trouxe mas mobilizações, no fracionamento é um saldo que temos que pagar e temos que corrigir resgatando o papel da Federação como a nossa representante nacional e que estimule nossa luta e que faça a luta real da categoria ouvindo as bases, fazendo plenárias ampliadas, respeitando a autonomia do CDE para que a base se mova e construa a sua vida, a sua história e recomponha as suas perdas salariais e enfrentando a magistratura com coragem, com firmeza e, também, tencionando o governo quando for preciso. Essa é a minha luta, independente do que nós queremos e vamos construir, sim, juntos e juntas!” **Luciana Martins – “**Continuando a fala da Denise, essa Federação quando foi fundada em 1992, não foi fundada para ser um apêndice do Governo, não foi fundada para defender Governo nem administração. Ela foi criada com a finalidade de defender a pauta dos trabalhadores e trabalhadoras do Poder Judiciário e do Ministério Público da União. No entanto, ao longo dos anos tem deixado muito a desejar com relação a esse objetivo precípuo. Tem atuado mais na defesa do Governo, até mesmo do Governo Jair Bolsonaro, essa Federação não foi capaz de mobilizar a sua base, de chamar a sua base para fazer um enfrentamento real ao Governo Bolsonaro e agora, num governo petista, quando se reivindica mobilização, atos

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

e greves, vêm-se com a fala que não se pode porque há uma correlação de força desproporcional no Congresso. Mas a correlação de forças nos PCCS anteriores nunca foi proporcional, sempre foi desfavorável e nós conseguimos. E por que conseguimos? Porque nós nos organizamos, fomos impulsionados por uma Federação que embora ainda tivesse um atrelamento aos governos federais, a base puxou. Então, vamos forçar com que essa Federação se mova! Que saiamos daqui com um calendário de lutas que inclua a construção de uma forte greve. O fato de pressionar o Governo Lula, de pressionar o STF não vai derrubar o Governo. Nós precisamos nos manifestar, nos mobilizar, pois a construção de uma greve constrói a nossa unidade e aqui o que se quer é unidade. Aqui ninguém quer divisionismo por categoria A, B ou C ou o divisionismo de quem vai defender o Governo A, B ou C. A nossa Federação está baseada principalmente em ofícios. Vejam só, agora é mandar e-mail, é mandar ofício para mandar e-mail. Nossa atuação nesse período em que deveríamos estar construindo uma greve vai ser construída em torno de ofícios e e-mails? Não podemos continuar com isso. Somente através de uma mobilização forte nós diremos ao presidente do STF, senhor Luís Roberto Barroso que não aceitamos mais tamanho desrespeito. Há um ano e meio está engavetado lá no STF o nosso PCCS. O texto final que foi aprovado do adicional de qualificação, também. Tanto que um dia antes da greve do dia 20, eles tiraram da gaveta e mandaram lá para os Conselhos Superiores e para os Tribunais superiores. Pra quê? Para dizer que não há disponibilidade orçamentária porque aquela proposta de adicional de qualificação está condicionada a existência de disponibilidade orçamentária. Nunca vai ter orçamento para nós se nós continuarmos mandando ofícios e e-mails. Só arrancaremos alguma coisa, alguma conquista, se formos para a frente do STF, pra frente dos prédios dos tribunais organizadamente para que a gente consiga arrancar esse nosso PCCS". Em seguida, a mesa anuncia que, pelo adiantado da hora, só abrirá, apenas, seis inscrições para o debate após as defesas das teses, com paridade de gênero, que vai ser sorteado entre os interessados. As inscrições devem ser feitas a partir da fala de Gérson, passando a palavra para ele. **Manoel Gérson Bezerra Souza (Coletivo Democracia e Luta)** - "Venho aqui fazer a defesa da tese apresentada pelo Coletivo (Democracia e Luta) sobre esses tumultuados anos de 2022 a 2025, esse balanço da atuação

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

da nossa Federação, com os sindicatos todos presentes aqui, nesse período. Mas antes de fazer, a gente já destaca que esse texto reproduzido aqui ele parte do princípio que as avaliações que a categoria tem que fazer tem que ser baseada na realidade concreta. Assim como é a análise de conjuntura nacional e internacional tem que ser vista com base na realidade, também a análise da gestão, da atuação da Fenajufe, como é feita nos sindicatos, tem que ser com base na realidade da categoria. E não em tese, num papel, em uma folha em branco. Que realidade é essa? A realidade não foi escolhida pela Fenajufe. A Fenajufe não escolheu o golpe de estado, não escolheu a ponte para o futuro, não escolheu a PEC 32, a reforma trabalhista e previdenciária, o achincalhe à Justiça Eleitoral, a tentativa de destruição da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho. Ela escolheu lutar. E esse é o balanço que precisa ser avaliado. Escolheu lutar e lutou. A luta que essa Federação empreendeu contra a PEC 32 e vemos aqui os colegas organizados trazendo pautas de técnicos e de cargos, a PEC 32, ela é destrutiva para o cargo de técnicos, é destrutiva para outros cargos da administração pública. E a luta que a Fenajufe empreendeu contra essa proposta foi digna de louvor e não de vergonha. A Fenajufe orientou outros setores e enfrentou essa luta não só a formação, a mobilização de greve, mas a formação de companheiros, a comunicação, a disputa de ideias, a articulação do Congresso e outras instituições, e a mobilização sim! Estivemos em Brasília. Fizemos caminhadas, carreatas nos estados, unificadas, buscamos outros setores da classe trabalhadora, o setor privado, os precarizados. Isso é a realidade, isso é dado, tá na comunicação da Fenajufe. Desconsiderar isso, ter vergonha disso? Na verdade, é preciso ter vergonha desse tipo de avaliação. Já foi mencionado aqui outras lutas que a Fenajufe escolheu, que a Fenajufe se debruçou, se aprofundou, mergulhou nos problemas da categoria e em suas instâncias democráticas mais amplas, como essa, trouxe, formulou, pensou, trouxe suas assessorias, construiu propostas, levou adiante como a questão do NS, já citado aqui várias vezes. A quem atribuir a vitória do NS senão à Fenajufe e aos sindicatos que a compõem? A quem atribuir a emenda que no Parlamento pautou o NS? A quem atribuir a luta no Congresso, nos corredores para a aprovação dessa emenda? A busca da Casa Civil, a busca das assessorias para derrubar o veto que vetou o NS? A Fenajufe coordenou essa atividade e

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

eu não tenho vergonha dessa luta. Eu tenho orgulho de ter participado dela, inclusive, um aprendizado importante para essa categoria que é como coordenador da Fenajufe, como técnico judiciário poder ter contado com o apoio de colegas analistas judiciários, colegas oficiais de justiça, agentes de polícia, para percorrer CNJ, percorrer corredores, percorrer assessorias de partidos, defendendo a pauta, construindo a pauta, tranquilizando os colegas quanto às preocupações e afastando as fake News sobre a pauta. Isso era louvor pra Fenajufe. Podemos citar também, já mencionado aqui, os avanços que a categoria conseguiu: um duríssimo congelamento salarial, de um governo que não só tinha o congelamento como pauta, mas tinha a destruição da democracia e a destruição de seus órgãos como é a Justiça do Trabalho e a Justiça Eleitoral. A Justiça Eleitoral é a nossa base, gente, e a gente não pode esquecer isso. Não se pode esquecer como a Fenajufe lutou, buscou, participou de audiências no Congresso, em lutas de rua, defendendo a Justiça Eleitoral, em última instância defendendo o trabalho dos colegas da Justiça Eleitoral, digno, correto e que garante a expressão da soberania popular. Essa é a importância dessa categoria, composta por técnicos e analistas. Não é simples esse trabalho e não é de menor importância. Portanto, a luta em defesa disso não é de envergonhar a Fenajufe. É de nos dar orgulho. Também foi mencionado aqui que, além do duro congelamento salarial, que a gente conseguiu romper, quem ficou 100 por cento satisfeito, não existe! Agora quem não ficou orgulhoso de ter participado da luta contra o congelamento e sair com a vitória para a categoria não tem vergonha disso. A luta continua e vai continuar sempre! Se não é 100 por cento a vitória, a disposição da luta é 100 por cento e a Fenajufe tem demonstrado isso. A gente mencionou aqui também os avanços contra os congelamentos dos benefícios, como foram conseguidos esses avanços? Que categoria conseguiu tirar da LDO as travas do reajuste sobre o teto da inflação? Sabe dizer, Luís, se a Fenajufe esteve envolvida na emenda que retirou esse teto que permitiu junto ao Judiciário romper um ciclo que tinha se estabelecido há anos e anos e conter a categoria sobre reajuste de benefícios abaixo da inflação? É luta da Fenajufe. Agora essas lutas que a Fenajufe não escolheu, lhe foram impostas a lutar, ela lutou e bem. Agora outras que ela escolheu e essas também são dignas não de vergonha, mas de orgulho. A Fenajufe resolveu enfrentar o problema estrutural da

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

sua carreira, resolveu mais uma vez mergulhar nos problemas do técnico judiciário, que não resume ao NS, as questões dos analistas judiciários, dos oficiais de justiça, debruçar sobre isso e sair com um projeto de reestruturação de carreira que é ousado e é uma voz levantada contra a política da magistratura de abocanhar e suprimir o orçamento do judiciário todinho pra si. Uma política de quem constrói o Judiciário. E a Fenajufe ao propor isso, ao enfrentar essa onda da magistratura, não é porque ela não fez greve contra os penduricalhos da magistratura que não ela não lutou. Lutou e continua lutando e essa luta orienta até agora a atuação da Fenajufe. Não vamos nos cansar até conseguir a sobreposição, reduzir as distâncias salariais de analistas e técnicos na categoria que nos divide e quando não fazer com que o Judiciário sente e considere que ele atrasa o cargo de analista judiciário frente a outras carreiras e aos processos de extinção de outros cargos. Isso é digno de orgulho e não de vergonha. A Fenajufe também escolheu encarar outras lutas que é aquela de considerar o servidor e servidora do judiciário, o trabalhador e trabalhadora do Judiciário não como apenas previsto na lei, mas como seres humanos inseridos numa sociedade machista, que é racista, LGBTfóbica e é capacitista e a Fenajufe abriu seus espaços para ouvir a categoria na sua condição de ser humano e isso se expressa na luta da Fenajufe nos diversos comitês, conselhos, nos encontros nacionais que foram realizados e que constroem a pauta da Federação. Isso é luta, gente. E a gente tem vergonha disso? Não! Temos orgulho disso! Isso nos orienta e vai nos orientar para a luta adiante. Luta contra a supressão da GAE, luta pelos quintos, pala VPNI, contra a residência jurídica e eu ficaria exaustivo aqui exigir de minha memória fazer essa lista, mas está escrita, podem ver isso aí na resolução, mas a aprovação da reestruturação que é o que nos orienta agora, foi feita sob o prisma do realismo conjuntural, do realismo orçamentário e do realismo institucional quanto à necessidade da mobilização. Não lembro, absolutamente Luciana, de nenhuma reunião no CNJ, no Congresso ou nos tribunais regionais que a Fenajufe tenha saído da reunião e dito: ‘Gente! Vão nos atender só porque a gente se reuniu’. Não! Sempre a Fenajufe mencionou que a gente tem que entrar em campo com todos os seus jogadores, nas articulações, fórum de carreira, nos espaços institucionais, mas também na mobilização que ela vem de forma generosa, de forma realista chamando,

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

desde então, a categoria a fazer. E essa é a nossa tarefa daqui por diante, unificar a categoria em torno do seu projeto de reestruturação de carreira, de lutar unificado para dar um passo adiante como dizia Chico Science, de Pernambuco, 'Quando a gente dá um passo adiante a gente já não está no mesmo lugar'. E outro refrão popular diz que quando damos um passo unificados, toda vez que a gente dá um passo, o mundo sai do lugar. Essa é nossa tarefa hoje aqui, companheiros!" **Marcelo Carlini (Coletivo Democracia e Luta)** - "O Balanço tem um propósito nesse debate. Balanço é a oportunidade da gente olhar pra trás e ver acertos e erros da direção e olhar o cenário que a gente está atravessando. Sem medo de errar, quero chamar cada colega, cada companheiro e companheira, cada delegado e delegada aqui neste Congresso a refletir sobre uma situação. Nunca, na história da Fenajufe, a Fenajufe e os nossos sindicatos de base estiveram tão ameaçados como estão ameaçados em 2025. Nunca na história. Os companheiros que tem o tempo de Justiça que eu, ou são mais velhos vão confirmar essa questão. Por isso, ganha importância o anúncio do congresso, da unificação dos companheiros do Paraná porque é o contrário do movimento que corre na base dos sindicatos. Na base dos sindicatos existe uma cruzada que é a destruição dos sindicatos gerais nos estados. E essa cruzada tem resultados na Federação. Essa cruzada se expressa, inclusive, no Congresso. Essa cruzada tomou forma na criação do Sindicato de cartório de Oficiais de Justiça. Essa cruzada toma forma quando se alimenta uma guerra, e a palavra é guerra, num grupo de *whatsapp* de técnicos contra analistas, de servidor aposentado contra servidor da ativa, de policial judicial contra trabalhador na TI. Expressa um processo de destruição da federação e sindicatos de base e eu sei que cada dirigente que está aqui vê isso. Essa discussão de balanço tem que apontar uma saída para essa situação porque ela se expressa no Congresso e na força, ou não, da Federação. Por isso, a unidade é a chave para a gente poder arrancar toda e qualquer reivindicação. Quero dizer pra vocês que pesa nesse Congresso uma ausência, pesa nesse Congresso a ausência dos delegados do Sindjus/DF. Quatro anos de desfiliação. Quem pagou o preço? A direção do Sindjus/DF? Não! Pagou o preço a base de Brasília. Pagou o preço os nossos colegas de Brasília, como paga o preço o conjunto da categoria porque a gente sabe da dificuldade que é fazer, hoje, um grande ato em Brasília. Nós não vamos

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

substituir os colegas que estão na capital trazendo gente da Amazônia, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e a gente tem consciência disso. Portanto, a luta pela unidade faz parte do balanço da gestão. E eu começo dizendo isso, Glauce, porque isso permite entender que situação que a Federação atravessou no plano interno. Uma política de divisão que se expressa em nossos fóruns. No plano externo, um movimento descarado e vergonhoso da magistratura de se apossar de todo e qualquer centavo do orçamento do Judiciário em prol de dinheiro que é vergonhoso, que eles aprovam em menos de um minuto e no outro mês está no bolso, está no contracheque. Se expressa, também, no ataque à categoria, como nunca aconteceu, a proliferação de contratos e editais de residência jurídica em todo o país. Como tem em São Paulo, tem no Rio de Janeiro. Meus caros, uma parte da magistratura está convencida que não precisa mais da nossa existência. Está disposta a nos destruir. Foi essa a situação que essa gestão atravessou. E é essa questão que a próxima gestão está chamada a responder. Ou vocês acham secundário o fato de existir projeto de terceirização da Justiça Eleitoral? Começa na Justiça Eleitoral para chegar na Justiça do Trabalho, para chegar na Justiça Federal. Quem move isso? Colégio dos presidentes dos TREs. E na falta de condição de contratar, terceiriza de uma vez. É mais fácil e mais barato. E eles apresentam como alternativas. Companheiros e companheiras, nós nunca estivemos tão ameaçados como estamos hoje. Esse é o grande momento. Falo, também, do Regime Jurídico Único. Atenção! Mesmo o Supremo Tribunal Federal no Fórum de Carreiras, é o que invalidou o RJU. Ele disse que agora pode contratar professor, médico, funcionário de escola, funcionário do Judiciário ou CLT porque eles não querem mais saber de concursado, não querem mais saber de servidor estável. Por isso que no Rio Grande do Sul nós fizemos uma cruzada pública contra a criação de CCs (Cargos comissionados). Companheiros e companheiras, vocês acham secundário o fato do Sintrajufe receber multa de 50 mil reais por dia caso a gente escreva que contratação de CC é porta de entrada para rachadinha e apadrinhamento? Porque é! Quando nós dissemos isso, nós falamos do que aconteceu na Bahia, uma juíza que fazia rachadinha com os indicados por ela e que foi afastada pelo CNJ. É disso que a gente está falando. Desse conjunto de dificuldades e desafios, que a gente tem pela frente. E aí a nossa prioridade é a briga entre técnicos e

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

analistas? Quem tá nessa *vibe*, tá na *vibe* errada. Não está vendo a dificuldade que a gente tem pela frente. A questão que se coloca é como a nossa Federação precisa sair de uma espécie de motor exclusivo que os sindicatos reproduzem de ficar prisioneiros de uma briga interna do Judiciário. Eu acho que tem algo que fala um pouco sobre nós. Nosso Congresso acaba no dia 1º de maio. Significa que a maior parte de nós não estará na principal data de comemoração da classe trabalhadora no mundo! Não no Brasil. No mundo! O que explica a gente estar fora da pauta do conjunto da classe. Não se trata de um problema ideológico simplesmente. Vocês acham que a gente vai enfrentar a pouca vergonha da magistratura sozinhos? Sozinhos a gente não vai conseguir acabar com a barbaridade que eles fazem. Esse Judiciário não vai se auto reformar. Muito menos será reformado por esse Congresso. Por isso, nós precisamos estar ligados ao conjunto da classe porque só com o conjunto da classe nós teremos a força para virar o jogo. Nosso Congresso acaba em 1º de maio. Eu vi na programação. Tem o ato aqui dos três países. Se trata de um lugar onde nós devemos estar. Quero evitar fazer avaliação pobre da Federação e da sua direção porque acredito que a Federação, mesmo com as dificuldades, cumpriu o seu papel. Fez um bom trabalho parlamentar, é verdade. Mas, seria muito pobre, politicamente falando, que foi a pior gestão da Fenajufe. Não houve nenhuma mobilização efetiva em defesa da aprovação do PCCS. Isso é falso! Depois de seis anos, nós conseguimos fazer uma passeata no Rio Grande do Sul. As dificuldades que temos no Rio Grande do Sul não são diferentes das dificuldades que temos no Rio, em São Paulo, no Mato Grosso. As dificuldades de superar a mobilidade do teletrabalho, da precarização, de colocar os colegas em movimento e tem em todos os sindicatos e reflete na Federação. Mas temos, sim, que construir uma greve! Acho sim! Mas a história do movimento sindical e a nossa história mostra que greve não é canetada! Greve é construção! E eu não quero deixar de registrar a violência que um juiz cometeu contra os nossos colegas de Minas Gerais que proibiu de fazer mobilização em Minas. Ação anti sindical que atinge Minas e atinge todos nós! E é isso que nós temos que enfrentar. Vocês acham que vão fazer greve no decreto com essa magistratura? Óbvio que não. O trabalho da Federação cumpriu um bom papel mas temos grandes desafios pela frente e nós juntos temos que superar." **Considerações Finais** As manifestações

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

reafirmaram a necessidade de mobilização constante, da construção de uma greve nacional para garantir as pautas da categoria, da unidade entre todos os segmentos do Judiciário e da luta para assegurar conquistas estruturais e a sobrevivência da representação sindical diante dos novos desafios, com destaque para o enfrentamento da magistratura na defesa dos servidores. **18h07 – PAINEL – QUEBRANDO BARREIRAS E ALARGANDO CAMINHOS: ENFRENTAMENTO ÀS OPRESSÕES E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PERMANENTES (MULHERES, PRETAS E PRETOS).** Este painel abriu o conjunto de debates sobre o tema Opressões e foi, talvez, o que reuniu depoimentos e dados mais emocionantes. A mesa foi coordenada por Sandra Dias e composta pelas palestrantes: a militante antiracista e vereadora de São Paulo, Luana Alves (PSOL), Ana Paula Oliveira, cofundadora e coordenadora do movimento Mães de Manguinhos, do Rio de Janeiro, e a advogada Camila Costa Marques, secretária municipal da Mulher e da Juventude da Prefeitura de Contagem (MG). O painel teve como objetivo discutir os caminhos de enfrentamento às opressões de gênero e raça, a necessidade da construção de políticas públicas permanentes e o fortalecimento da organização das mulheres e da população negra dentro e fora das instituições. As palestrantes falaram sobre a mesma opressão que humilha, agride e que mata uma pessoa negra a cada 4 horas no Brasil e compartilharam com os presentes suas jornadas contra o racismo e contra todas as formas de opressões decorrentes da cor da pele e suas consequências. Antes de passar a palavra às palestrantes, a mesa concedeu tempo para Maria Helena, servidora aposentada do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), filiada ao Sintrajud/SP e delegada ao 12º Congrejufe. Ela prestou homenagem à jornalista da Fenajufe, Joana D'arc, lendo um artigo de autoria da jornalista, publicado na coluna "Raça e Diversidade", do jornal Correio Braziliense, em março deste ano, onde ela retrata as dores e resistência da mulher negra. Em seguida, a coordenação da mesa passou a palavra para **Luana Alves** que iniciou sua fala agradecendo a oportunidade de compor o painel e em especial aos companheiros do coletivo Luta Fenajufe que a convidaram. Solicitou apoio ao mandato do deputado Glauber Braga, destacando: *"um Glauber fica! Não é só por ele, mas pelo apoio a vários companheiros de luta que vêm sendo intimidados"*. Abordou as opressões estruturais

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

brasileiras, afirmando que "o Brasil foi fundado sob 380 anos de escravidão e violências contra o povo pobre, contra as mulheres e a população negra" e que a Justiça, que deveria ser a garantidora de direitos, muitas vezes viola e nega os direitos da população trabalhadora. Relatou que, como psicóloga no SUS, presenciou o medo das pessoas negras em procurar a Justiça. Analisou a conjuntura global, mencionando o governo Trump, o crescimento da extrema-direita na Europa e América Latina. Destacou que, embora Bolsonaro tenha sido derrotado nacionalmente, o bolsonarismo segue forte nos municípios. "Conseguimos derrotar Bolsonaro, mas não nas nossas cidades. Está vivo, forte e disputando corações e mentes. Vimos a juventude de São Paulo que tinha referência da pauta de luta antirracista, LGBT, mulheres e foram votar em Marçal.". Criticou as reformas trabalhista e previdenciária e o aprofundamento da precarização do trabalho. "Depois da reforma trabalhista criminosa de Temer, estamos vendo nossa juventude passar 12 horas em cima da bicicleta de aplicativo sem tempo pra nada nem para pensar em projeto de sociedade. Está cada vez mais difícil disputar o tempo da juventude." Apontou que o arcabouço fiscal não responde às necessidades sociais e que o parlamento, sob o comando de Arthur Lira, detém grande poder, o que explica a atual correlação de forças. Defendeu que é necessário disputar corações e mentes com uma pauta radical: antirracista, feminista e LGBT, mesmo que isso afaste setores conservadores. Afirmou que não se deve aceitar anistia para golpistas, defendeu a prisão de todos os envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro: "Não podemos aceitar nenhum tipo de negociação que já rola no Congresso, é inaceitável e tem que ser presos todos eles". Defendeu, ainda, a taxação de grandes fortunas e a luta pelo fim da escala 6x1. Citou que figuras como Nicolas Ferreira que não apoiaram o projeto do PSOL foram emparedadas por essa mobilização e reforçou a importância de persistir na radicalidade "Uma forma de vencer é mostrar nossa radicalidade, colocar nossa pauta radical, de antirracismo, LGBT, mulheres, porque vai unificar a Classe Trabalhadora". **Ana Paula Oliveira** agradeceu o convite feito por Paula Meniconi, Lucena, Patrícia e todos que possibilitaram sua presença e que aceitou participar porque se enxergou no tema. "Mulheres como eu, pretas, moradoras de favelas e periferias de todo o Brasil, já nascem quebrando barreiras num enfrentamento constante pela garantia de

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

direitos e um dos principais direitos, de mães pobres e pretas, é o direito de garantia à vida de nossos filhos". Em um depoimento emocionante, relatou a perda de seu filho Jonatha de Oliveira Lima, assassinado aos 19 anos, na favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro, pelo policial militar, Alexandre de Souza, que responde por triplo homicídio e ainda estava solto. "Por que a polícia matou meu filho? Por que a polícia matou o Jonatha? Nossos filhos são mortos por conta da nossa cor de pele". Ela exibiu a foto de Jonatha, destacando que foi atingido pelas costas durante um protesto contra a violência policial. "Nunca imaginamos perder um filho. O estado que não nos ajuda em nada é o mesmo que mata nossos filhos, e desaparece com os corpos negros", desabafou. Denunciou que o sistema de Justiça brasileiro enxerga corpos pretos como descartáveis e que a polícia continua matando a juventude negra. Afirmou que a luta das mães de Manguinhos não é apenas individual, mas de toda a sociedade. Contou que as mães se tornaram pesquisadoras através da RAAVE (Rede de Atenção a Pessoas Afetadas por Violência de Estado) e que o Projeto Mirante foi criado para desvendar violações de direitos humanos por policiais. Defendeu que é preciso parar de matar nossos filhos e que a luta antirracista deve ser incorporada pelas pautas sindicais e sociais. **Camila Costa Marques** iniciou sua fala elogiando a apresentação de Ana Paula Oliveira e solidarizando-se com as Mães de Manguinhos. Agradeceu o convite da Fenajufe e parabenizou pela inclusão da pauta antirracista neste Congresso. Apresentou dados do Diagnóstico Étnico-Racial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (diagnostico-etnico-racial-do-poder-judiciario.pdf), publicado em 2023, apontando que apenas 14,5% das pessoas no sistema de Justiça são negras, mas nos cargos de chefia apenas 22% são ocupados por mulheres negras. Segundo os dados do CNJ, no recorte quanto à cor/raça, os(as) magistrados(as) compõem uma maioria branca de 83,9%; somente 14,5% se declararam negros(as), sendo 1,7% pretos(as) e 12,8% pardos(as). Quanto aos servidores, a maioria também é composta de pessoas brancas (68,3%); apenas 29,1% se apresentam como negras, sendo 4,6% pretas e 24,5% pardas. Camila destacou que o Poder Judiciário tem gênero, cor e orientação sexual: "Ele é branco, masculino e heterossexual. Essa é a fotografia do PJU e isso precisa ser dito", declarou. Questionou: *"Nós temos realmente um olhar antirracista?"*. Destacou que, embora 90% da população

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

reconheça a existência do racismo, apenas 5% se autodeclaram racistas, o que revela a hipocrisia social. Defendeu que a democracia precisa ser necessariamente antirracista e que falar sobre racismo, mesmo que desconfortável, é imprescindível. Citou a filósofa e ativista estadunidense, Angela Davis: *"Quando uma mulher negra se movimenta, toda a sociedade se movimenta"*, e fez um chamado às pessoas brancas presentes para que sejam parceiras na luta contra o racismo e as opressões. Encerrou afirmando que a luta pela quebra de barreiras deve ser permanente e transversal. Antes do encerramento da mesa, foi apresentada ao plenário uma solicitação feita por uma servidora do Judiciário que esteve recentemente em Cuba, pedindo apoio da Fenajufe à Campanha de Solidariedade com as Mulheres Cubanas. **PAINEL – QUEBRANDO BARREIRAS E ALARGANDO CAMINHOS: ENFRENTAMENTO ÀS OPRESSÕES E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PERMANENTES (LGBTQIA+ E PCD)** A mesa foi coordenada por Sandra Dias, que ressaltou a importância do tema da inclusão de pessoas com deficiência e da luta LGBTQIA+ no serviço público e destacou que, apesar do horário avançado e do público reduzido, o debate era de extrema qualificação e importância para toda a categoria. A primeira palestrante foi a diretora executiva da Articulação Nacional de Trabalhadoras/res Trans e Travestis do Sistema de Justiça (Antrajus), **Luna Leite** que iniciou agradecendo o convite da Fenajufe e realizando sua autodescrição: mulher trans ou travesti, loira, de cabelos cacheados, olhos verdes, usando blazer preto, roupa preta, calça branca e tênis branco. Afirmou que prefere falar em expansão e não apenas em inclusão, pois, segundo ela, a inclusão dá a ideia de que existe um recorte de espaços e de direitos que "a gente precisa entrar para caber". Ela explica que, quando se fala em expansão, esses direitos e espaços - que seriam característicos da inclusão - se alargam *"expansão significa alargar espaços e direitos para que os corpos das pessoas trans possam respirar com mais tranquilidade e ocupar os espaços de forma, realmente, emancipatória."* Destacou que enquanto a pauta da recomposição salarial é importante, para pessoas trans existem urgências básicas como o direito ao uso de banheiros, ainda não regulamentado no sistema de justiça. Criticou a revogação da portaria de cotas trans no MPU. Luna é servidora concursada do Tribunal Superior do Trabalho e disse não se sentir segura no ambiente

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

laboral. Segundo ela, o sistema de justiça, tanto o PJU quanto o MPU, não são instituições para pessoas trans, pois os órgãos não acolhem nem reconhecem os direitos das mesmas. Criticou, ainda, a situação de mulheres trans e travestis enviadas a presídios masculinos. Indagou *"por que não paramos o país que mais mata pessoas trans há 15 anos consecutivos?"*, e defendeu a política de cotas e a regulamentação de direitos básicos. Relatou que sofre de síndrome do pânico e não consegue trabalhar no TST por medo de assédio nos banheiros. Apresentou a Antrajus, organização que reúne trabalhadoras e trabalhadores trans do sistema de Justiça, atuando em políticas institucionais, prevenção ao assédio e produção de dados. Ressaltou que é histórico ter uma travesti ocupando o palco de um evento sindical e lamentou o esvaziamento do plenário. Defendeu que em futuros eventos, mulheres negras e travestis falem primeiro. Explicou conceitos básicos de orientação sexual e identidade de gênero, diferenciando-os e explicando a construção histórica das identidades trans e travestis no Brasil. Mencionou figuras históricas como Chica Manicongo, Keila Simpson e João Nery. Apresentou o transfeminismo como movimento que pluraliza os sujeitos do feminismo, produzindo conhecimento a partir da perspectiva trans. Introduziu o conceito do transfeminismo jurídico e explicou que a Constituição brasileira é estruturada a partir de uma visão cisnormativa e binária, excluindo identidades diversas. Detalhou o Protocolo Antidiscriminatório da Justiça do Trabalho, do qual foi co autora, que prevê direitos trans de forma expressa, como o uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero, reconhecimento de nome social, proteção de direitos reprodutivos para homens trans e pessoas não binárias, e orientação a juízes para julgamentos com perspectiva anti-cissexista. Finalizou agradecendo e divulgando a revista *Transfeminismo Jurídico*. O palestrante **André Coelho**, presidente da Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência da Região Sudeste da Associação Brasileira de Advogados (ABA), iniciou sua fala demonstrando a vivência da surdez ao permanecer em silêncio, explicando que perdeu a audição há 25 anos, o que impactou profundamente sua vida profissional e pessoal. Falou sobre algumas dificuldades que encontra, nos mais diversos ambientes, em decorrência da condição que apresenta. Ressaltou que a comunicação se tornou sua maior barreira e que precisou aprender a prestar muita atenção

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

em expressões faciais e movimentos labiais para entender os outros. Solicitou que os próximos eventos utilizem legendas para garantir acessibilidade plena. Alertou que *"escutar é um ato mecânico, ouvir é um ato da alma"*. Narrou dificuldades cotidianas, como o risco em situações de violência por não ouvir tiros e a percepção errônea das pessoas que confundem deficiência auditiva com deficiência intelectual. Explicou o conceito de pessoa com deficiência segundo a Convenção da ONU de 2007 e o Decreto Federal de 2009, reforçando que muitos servidores podem se enquadrar como pessoas com deficiência sem saber. Ressaltou que a deficiência gera direito e não privilégio. Entre as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência (PCD's), destacou a falta de informação sobre o tema e a dificuldade dos órgãos públicos, responsáveis por perícias, em avaliar corretamente o que é deficiência. Criticou a precariedade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para realizar avaliações adequadas que definam as deficiências. "A perícia do INSS é uma piada, uma piada de mau gosto", afirmou. Relatou histórias emblemáticas: a de uma servidora do MPT diagnosticada com autismo aos 45 anos que sofreu perseguição no trabalho e o caso de Breno, menino com múltiplas deficiências que teve o laudo negado pelo INSS durante cinco anos, até conseguir o BPC após uma audiência especial na Justiça Federal. Finalizou emocionado, afirmando que *"pessoas com deficiência não escolhem ser deficientes"* e que todos, se viverem o suficiente, terão alguma deficiência. Reforçou a importância de continuar lutando pela dignidade e pelos direitos de todas as pessoas. **PAINEL – QUEBRANDO BARREIRAS E ALARGANDO CAMINHOS: ENFRENTAMENTO ÀS OPRESSÕES E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PERMANENTES (APOSENTADOS(AS) E PENSIONISTAS E SAÚDE DO TRABALHADOR) Edison Guilherme Haubert,** presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), iniciou sua fala agradecendo a oportunidade de participar do Congresso dos Servidores do Judiciário Federal Brasileiro e do Ministério Público da União, destacando a importância dos debates realizados e disse que a luta da entidade é pela correção da injustiça criada pela Emenda Constitucional 41/2003, que impôs contribuição previdenciária aos aposentados e pensionistas. Ressaltou que o Mosap, fundado em 1992,

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

conta com mais de 100 entidades filiadas e que a contribuição obrigatória dos aposentados à Previdência, que só ocorre no Brasil, é um verdadeiro confisco de salários. “Em nenhum outro lugar do mundo ocorre essa injustiça”. Explicou que a defesa da paridade e integralidade dos proventos, garantida inicialmente pela Constituição de 1988, foi rompida em 2003 e que, até então, o Mosap havia conseguido barrar tentativas anteriores. Criticou a instituição da cobrança durante o primeiro governo Lula e detalhou a tramitação da PEC 555/2006, aprovada na CCJ e na Comissão Especial, mas paralisada desde 2010 na Secretaria-Geral da Mesa da Câmara. Informou que a Emenda 103/2019 agravou a situação dos aposentados e que, em resposta, foi apresentada a PEC 06/2024, do deputado Cleber Verde, visando suprimir a contribuição. Ressaltou a necessidade de pressionar o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, onde tramita a ADI 6254, que questiona a constitucionalidade da cobrança sobre aposentadorias acima de um salário-mínimo. Alertou que, apesar de uma vitória parcial no STF, a mobilização é crucial para impedir a reversão dos votos favoráveis. Edison relatou a dificuldade de agenda com o então presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e elogiou a atuação da Fenajufe na articulação política recente. Defendeu que a luta pela dignidade dos servidores públicos aposentados e pensionistas depende da pressão sobre o Legislativo, Executivo e Judiciário, reforçando que não se trata de renúncia fiscal, mas de pôr fim a um confisco de salários. Finalizou agradecendo à Fenajufe e a todos os presentes. **Leonardo Pinho** iniciou sua fala com uma breve audiodescrição, informando sua atuação como vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental e consultor do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), e na Comissão Permanente do Direito ao Trabalho e Previdenciário. Abordou a saúde do trabalhador com foco no alarmante crescimento do número de pessoas que sofrem afastamento do trabalho devido a transtornos mentais. Os casos foram de 201 mil (2022) para 472 mil (2024). Em apenas dois anos, o crescimento foi de 134%. Apontou que esse crescimento assustador no número de trabalhadores afastados do trabalho vítimas de transtornos mentais, desenha um cenário que é consequência direta das reformas trabalhista e da Previdência, que fragilizaram direitos e precarizaram as relações de trabalho e “que afetaram concretamente a dinâmica e as perspectivas das trabalhadoras e

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

trabalhadores brasileiros". Segundo Pinho, essas reformas foram vendidas como dinâmicas de modernização das relações trabalhistas, mas só trouxeram "questões muito profundas para a classe trabalhadora". Criticou o avanço da pejotização e a consequente perda de arrecadação da Previdência Social, estimada em R$144 bilhões desde a reforma trabalhista, alertando que isso vem sendo usado como justificativa para futuras reformas ainda mais prejudiciais. Destacou que 63% dos motoristas e 52% dos entregadores já estão sob regimes de plataformas digitais, trabalhando em jornadas 6,5% maiores que a média, e que 14,2 milhões de brasileiras e brasileiros estão na informalidade. Denunciou que 11% da classe trabalhadora já ultrapassa as 48 horas semanais de trabalho e que, entre 2012 e 2022, foram registradas 6,7 milhões de notificações de acidentes de trabalho e mais de 26 mil mortes, o que significa um acidente a cada cinco minutos e meio. Leonardo reforçou que o movimento sindical deve colocar como pauta central a revogação da reforma trabalhista, "única saída possível para reverter a situação crítica que envolve saúde mental no mundo do trabalho", pois sem isso não será possível garantir a saúde do trabalhador nem a sustentabilidade da Previdência. Concluiu informando que o Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou a Recomendação nº 2 ao Ministério do Trabalho para a adoção de medidas concretas contra os riscos psicossociais no ambiente de trabalho. Finalizou parabenizando a Fenajufe e seus sindicatos pela iniciativa e reiterando que a luta pela revogação da reforma trabalhista é uma luta pela garantia dos direitos humanos e da saúde da classe trabalhadora. **3º DIA - SEGUNDA-FEIRA, 28/04/25 - RELATO DA PROGRAMAÇÃO DA MANHÃ** No período da manhã do dia 28/04/25, das 09 às 12 horas, foram realizados os Grupos de Trabalhos para debate e aprofundamento da pauta do Congrejufe, bem como reuniões das delegações, forças políticas e segmentos. **PAINEL-CAMINHOS SEGUROS PARA A TRAVESSIA: REGRAS E DIRETRIZES PARA O PROCESSO ELEITORAL (VOTAÇÃO DO REGIMENTO ELEITORAL).** Inicia-se no plenário, às 15 horas, a sessão intitulada "Caminhos seguros para a travessia: regras e diretrizes para o processo eleitoral (Votação do Regimento Eleitoral)" instalada pela mesa diretora formada pela comissão eleitoral. Roney Marcelino (Comissão Pró-Fenajufe/DF) inicia os trabalhos apresentando os membros que compunham a mesa, a

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

saber: Marcelo Amorim (Sindiquinze/SP), Marco Antônio Paiva (Sitraemg/MG), Leonardo Couto Chuery (Sisejufe/RJ), Cleber Gesiel Alves da Silva (Sitraemg/MG), Maria do Rosário Silva (Sitraemg/MG) e José Alancardete dos Santos (Comissão Pró-Fenajufe/DF). Após isto, Roney Marcelino fala sobre o rito para a votação do Regimento Eleitoral, destacando que, igual à dinâmica adotada para discussão e aprovação do Regimento Interno do 12º Congrejufe, primeiramente será realizada leitura do Regimento Eleitoral na íntegra, com inscrições e destaques pontuados no momento da leitura e, ao final, os itens que não forem controversos seriam aprovados em bloco. Em seguida, pontua que aqueles que trouxerem os destaques terão um minuto para apresentar e, caso haja contraditório ao destaque, o tempo de fala será de três minutos. Ao término de todos os destaques haverá votação para acatar ou não os mesmos. Às 15h02 se submeteu ao plenário a proposta do Regimento Eleitoral, sendo sua leitura iniciada por Cleber Gesiel Alves da Silva (Sitraemg/MG) e, posteriormente, continuada por outros membros da mesa. Finalizada a leitura, debate de todos os destaques e votações das alterações no Regimento Eleitoral **foi aprovado o REGIMENTO ELEITORAL DA FENAJUFE** para normatizar a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Fenajufe, a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, durante a realização do 12º Congrejufe, **e passa a ser parte integrante e indissociável deste relatório como ANEXO III. PAINEL - FORTALECENDO AS MARGENS DO RIO: ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA AVANÇAR NA LUTA**

Às 17 horas é instalada a mesa intitulada "Fortalecendo as margens do rio: organização sindical para avançar na luta" que seria para saudação dos representantes das centrais sindicais: CUT, CTB e CSP-Conlutas. No entanto, a coordenação da mesa informou que como na sessão de abertura do 12º Congrejufe, dia 26/04/25 às 14hs, não foi realizada a **Mesa 3 - Saudação dos parceiros das entidades internacionais**, intitulada "Travessias que cruzam fronteiras: solidariedade internacional na luta por justiça social", realizaria-se neste momento. Foram convidados à mesa para saudação de cinco minutos, cada, o Salazar Claudio Alejandro, Secretário de Relações Internacionais da Federação Judicial Argentina - *Federación Judicial Argentina* (FJA); Lorré Gonzalo Fabián, Deputado Federal na Federação Judiciária Argentina - *Federación Judicial Argentina* (FJA); Pablo Ernesto

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Elizalde Trindad, *Asociación de Funcionarios Judiciales del Uruguay* (AFJU); e, João Cayres – Internacional de Serviços Públicos (ISP). No geral, os dirigentes sindicais das entidades sul-americanas enfatizaram a importância de participação em fóruns como o Congrejufe para promover uma maior interação entre as trabalhadoras e trabalhadores do Judiciário do Uruguai, da Argentina e do Brasil promovendo uma troca contínua sobre a problemática que cada um dos países enfrenta. Segundo eles, apesar das particularidades, muitos dos desafios enfrentados são comuns. O primeiro a fazer a saudação é **Pablo Ernesto Elizalde Trindad (AFJU)** que, agradecendo pelo convite que todos os anos a Fenajufe faz para participação no Congresso, relatou que é o único no país com 90% dos trabalhadores (as) sindicalizados, o que é motivo de orgulho e pontua que representa, também, outros profissionais. Enfatiza a convicção que o sindicato é a garantia da classe trabalhadora para a defesa dos direitos e que é fundamental construir relações de força entre os povos. Ressalta que, apesar de não terem os maiores salários do Estado e a diferença com o dos juízes ser bastante ampla, praticamente oito vezes mais do que ganham, o importante é a construção da correlação de forças, pois o sindicato com maior antiguidade de representatividade é o que negocia com o governo a condição salarial. "Viemos com o propósito de firmarmos um compromisso de gerar um espaço de intercâmbio porque as problemáticas que escutamos neste congresso dos companheiros são as mesmas que estamos enfrentando, de alguma maneira também, ou antes ou depois se dará em nosso país. A Argentina é apenas um exemplo de como o capitalismo avança sobre as políticas públicas, sobre os trabalhadores e classes populares, uma vez que isto ocorre em toda latino América. Por isso, propomos que ao final do ano de 2025, possamos fazer um grande encontro entre os três países: Uruguai, Argentina e Brasil, em outubro ou novembro, para pôr na mesa as problemáticas e construir uma agenda comum de modo ao enfrentamento do capitalismo feroz, cada um em sua realidade, porque mais cedo ou mais tarde chegará para todos". Finaliza enviando um abraço para a classe trabalhadora. Após isto, Salazar Claudio Alejandro, Secretário de Relações Internacionais da Federação Judicial Argentina, *Federación Judicial Argentina* (FJA), saudou o Congresso em nome dos 35 mil trabalhadores judiciários sindicalizados, que representam vinte e duas cidades

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

do país. O coordenador da mesa Fabrício Loguercio convida o João Cayres, da Internacional de Serviços Públicos (ISP), para compor a mesa, desculpando-se pela falha e pede para a retomada da fala de **Salazar Claudio Alejandro**, que reinicia resgatando o que havia dito. Disse que acompanhou os debates do Congresso da Fenajufe e parabeniza pela forma respeitosa com que foi conduzido por seus participantes, o que é um exemplo para futuras assembleias e congressos em seu país. Situa o que está ocorrendo em seu país com a direita ultraconservadora desmantelando todo o Estado, incluindo todos e todas, sem exceção. "Um quantitativo importante de trabalhadores públicos foram demitidos de seus cargos e está se desmantelando a Educação Pública, que ao longo da história da Argentina era um exemplo para os filhos de trabalhadores(as) terem acesso e conseguirem concorrer para entrar na Universidade". Ressalta que a única alternativa que resta é o enfrentamento da precarização e do desmantelamento do Estado, por parte do Governo de Miley, com organização e luta, deixando de lado as diferenças circunstanciais entre a classe trabalhadora. "O governo desconhece a luta histórica que se teve com a Grã-Bretanha pelas Ilhas Malvinas que custou o sangue de 700 jovens que morreram. Assim, o capitalismo selvagem que tentam aplicar através da política de Miley põe em risco não somente o desmantelar do Estado, mas apenas uma parte, pois a que desejam conservar continua, como permitindo que o Fundo Monetário Internacional siga nutrindo empréstimos diversos, débito que levará mais de cem anos para ser pago, deixando aos filhos e netos da população o pagamento em vão desta dívida sem sentido, uma vez que estará destruído o aparato produtivo do país". Enfatiza a destruição de cerca de 250 mil pequenas e médias empresas que desapareceram, as desocupações enormes e a pobreza que é ampliada para cerca de 55% da população do país. Por fim, defendeu que a unidade para esta luta é alternativa única, como trazido pelo companheiro **Pablo Ernesto Elizalde Trindad**, tecendo este sentimento de unidade, solidariedade entre os trabalhadores para juntos se defenderem do avanço da política neoliberal por toda a América Latina, fruto da década de noventa e bastante presente na atualidade. "Sejamos um só punho nesta luta". Destaca que o poder judiciário é cúmplice desta política, que obviamente conhecendo a Constituição, a Corte Suprema não se pronuncia, sendo esta realidade de muitos, com a Justiça se

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

adaptando rapidamente ao ir e vir de políticos. Finaliza dizendo que é uma alegria participar de um congresso com uma grande qualidade de discussão. Em seguida, **João Cayres,** da Internacional de Serviços Públicos (ISP), agradeceu à Fenajufe pelo convite, dizendo que o Congresso iniciou muito bem com a unificação de dois sindicatos, o Sinjuspar/PR - Sindicato dos Servidores da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral no Estado do Paraná e do Sinjutra/PR, Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho no Paraná, que é um exemplo de organização sindical, tema que será discutido pela mesa seguinte. Pontua que no Brasil tem muitos sindicatos, porém fracos, quando deveríamos ter poucos e muito mais fortes. Realiza sua autodescrição e diz que sua entidade é uma Federação Internacional de Serviços Públicos (ISP), não necessariamente de servidor público, pois serviços públicos como hospitais privados, energia, saneamento entre outros, fazem parte dos serviços públicos, que defendemos continuar assim devido a privatização ser vista como desastrosa nestes setores. Sendo uma entidade com mais de cem anos, a ISP representa em torno de 40 milhões de servidores públicos e do serviço público no mundo, e, no Brasil, tem mais de 50 federações, confederações e sindicatos filiados, da qual é o coordenador da Sub Regional Brasil há dois anos. Desejou a todos um grande Congresso e que se possa sair com resoluções que auxilie no enfrentamento do grande desafio atual, que é repensar a organização sindical do ponto de vista nacional e internacional, frente às transformações no mundo e, que modificam também as relações de trabalho, especialmente porque muitos servidores públicos têm adotado uma postura neoliberal, o que considera um contrassenso. Finaliza destacando a importância de se melhorar a relação com a base, deseja excelente congresso a todos e, que a ISP está à disposição. O coordenador da mesa anuncia que ainda haverá a saudação das centrais sindicais, mas antes, como estão na pauta de relações e solidariedade internacionais, gostaria de trazer uma denúncia que chegou à mesa no dia anterior, muito grave. Pontua que a perseguição a uma família no Paraguai, que casualmente está sendo presa na cidade ao lado de Foz do Iguaçu, e pensamos na sequência do Congresso apresentar uma moção de solidariedade. Para fazer um relato da situação foi convidado o Luid, de Corumbá no Mato Grosso do Sul, que é ativista do movimento social de solidariedade internacional, que teve 2 minutos para realizar sua fala.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Apresenta-se e inicia dizendo que estamos em campanha internacional há mais de 5 anos devido a perseguição de uma família paraguaia pelo governo ditador, devido a luta das mulheres camponesas pela reforma agrária. Há 4 anos o governo atacou duas filhas de 14 anos destas camponesas, sendo uma morta e a outra desaparecida. Além disto, como a luta e denúncia destas camponesas permanecem estão ocorrendo muitas prisões, que o governo visualiza como guerrilheiras. Enfatiza as condições abusivas que são submetidas neste espaço prisional, como por exemplos: as mulheres são levadas para tomar banho de sol encapuzadas, só recebem um copo de água por dia, são acordadas pelos carcereiros de trinta em trinta minutos para evitar que elas durmam, racionamento de comidas e visitas estão sendo progressivamente dificultadas. Pontua que sempre buscam levar comida para estas mulheres, mas estas visitas estão mais escassas pela dificuldade colocada pelo sistema. Finaliza agradecendo à mesa a oportunidade para expressar o que está ocorrendo, com os direitos humanos sendo aviltados bem ao lado do nosso país. A coordenação da mesa agradece pontuando que situações como esta precisam ser publicizadas por todos os sindicatos e, que ao final será realizada uma moção de solidariedade para esta família. Em sequência foi montada a mesa seguinte das centrais sindicais. **PAINEL - "Fortalecendo as margens do rio: organização sindical para avançar na luta".** Num primeiro momento haverá a saudação dos representantes das centrais sindicais: CUT, CTB e CSP-Conlutas. A coordenação da mesa convida Ana Paula Cusinato, servidora pública do Ministério Público da União e Coordenadora da CUT do Distrito Federal, que substitui Milton Rezende, Secretário Adjunto Executivo de Relações com os movimentos Sociais da CUT Nacional; João Paulo da Secretaria de Serviços Públicos e do Trabalhador Público da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; e, Fabiano dos Santos da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular Conlutas – CSP. A primeira palestrante foi **Ana Paula Cusinato**, que iniciou sua fala saudando os presentes e elogiou a gestão atual da Fenajufe, nas pessoas de Fabrício Loguercio e Denise Carneiro, por construir uma mesa que debate a organização sindical a partir de uma perspectiva classista, para que os trabalhadores (as) possam se compreender enquanto classe. "Temos a compreensão que a reconstrução do movimento deve partir da base, com organização da

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

classe de baixo para cima, com atuação nos sindicatos, nos locais de trabalho presenciais, remotos e híbridos, para que os trabalhadores possam se reinventar enquanto classe". Informou que a CUT está fazendo este debate da reinvenção, da reorganização da classe trabalhadora "inclusive porque nós que somos do regime jurídico único e com outras pessoas presentes, provavelmente celetistas, mas sabemos que a classe trabalhadora tem um leque de organizações com crescente precarização. A entrada da precarização na categoria, nos tribunais, por exemplo, pela residência jurídica nestes diversos cargos e, esta situação nos interessa, pois afeta diretamente a nossa representação sindical. No momento em que estamos construindo uma greve hoje, para além da privatização há pessoas que desenvolvem o mesmo serviço dos servidores e estão, também, absolutamente precarizadas". Alerta para que na próxima gestão da Fenajufe se coloque como prioridade a base na organização dos trabalhadores (as) do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, podendo fazer trabalho conjunto com os Ministérios Estaduais. "É fundamental este fazer justiça a partir destas pessoas que são concursadas para defender a ampliação de concursos públicos". Divulga a Marcha do Funcionalismo em Brasília em prol do funcionalismo público, que ocorrerá no dia seguinte (29 de abril), que tem como essência uma das propostas o fortalecimento do serviço público. Destaca a importância de compreender a redução da jornada de trabalho e como impacta toda a classe trabalhadora. A valorização do serviço público, portanto, passa pela manutenção do regime jurídico único que continua ameaçado pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e seus parceiros. "Temos a responsabilidade de construir e representar o que significa a democratização do judiciário e Ministério Público, que impacta diretamente em toda classe trabalhadora. O judiciário atualmente, com seus altos benefícios autoproclamados para juízes cada vez mais despolitizados no sentido de fazer justiça. A Fenajufe precisa se integrar a todas as lutas da classe trabalhadora e, não esquecer a prioridade de sua pauta, que é dos servidores(as), que fortalece a classe trabalhadora como um todo". Finaliza que se isto é importante para os servidores presentes é também uma pauta da Central Única de Trabalhadores (CUT). Posteriormente, é convidado para iniciar a fala o **João Paulo Ribeiro,** ex-coordenador geral da organização sindical, coordenador jurídico da Fasubra

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

sindical, diretor e fundador do sindicato de trabalhadores da Unicamp, atualmente ocupa cargo na Secretaria de Serviços Públicos e do Trabalhador Público da Central de Trabalhadores (as) do Brasil (CTB), diretor das relações interinstitucionais da Confederação de Servidores Públicos do Brasil (CSPB), Diretor de raça, etnia e assuntos afro-descendentes da Confederação Latino Americana de Trabalhadores Estatais da América e ex-presidente da Confederação de Educação da América. João Paulo Ribeiro afirmou que atua junto a diversas entidades sindicais. Explicou que a luta da organização sindical é para que os trabalhadores se reconheçam enquanto e, para isto, precisa se ter o direito à negociação coletiva. Informou que em abril de 2023 foi criado um grupo de trabalho com a participação das centrais sindicais CUT, CTB, Nova Central, Conlutas e Intersindicais, entre outras, para elaborar uma minuta de regulamentação do artigo 151, cuja finalização está atrasada há quase dois anos. Nesta minuta se coloca temas polêmicos como a obrigatoriedade do gestor em negociar, liberação sindical, financiamento e direito de greve. Apesar da proposta não ser um consenso, fizeram a minuta em seu limite de modo a avançar para enviar ao Congresso Nacional e nesse realizar o debate mais aprofundado. "Efetivamente precisamos ter a regulamentação da 151. Uma das grandes polêmicas é a questão de que, pode ou não fazer greve, pois quem é da segurança pública não pode fazer e, assim, eles podem também querer colocar que o Judiciário não pode fazer. Precisamos ficar atentos, pois para se fazer um acordo é necessário chegar, apresentar e pedir que se encaminhe para o debate. A ampla maioria das centrais sindicais participaram da criação da minuta e, reflete em consenso que a greve só é realizada para ser aberta a negociação". Destacou que a proposta é ousada, mas depende da unidade entre as centrais, entre os trabalhadores do serviço público e a sociedade, porque é quem nos paga e estamos para servir a esta. Conclui com o alerta de que a agenda legislativa das centrais está sob risco, com diversos projetos tramitando no Congresso Nacional, "temos unidade na maioria das centrais, e, precisamos trabalhar juntos e atentos para que estes parlamentares não desmontem o serviço público". Para complementar a saudação, Fabrício que coordena a mesa chama **Fabiano dos Santos**, coordenador da Fenajufe e também dirigente da CSP-Conlutas para fazer sua fala. Fabiano apresentou a história da central sindical e popular,

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

que atua em articulação com os movimentos sociais. “Desde a fundação da CSP-Conlutas se tem um caráter de organização sindical e popular, não apenas de sindicatos filiados, mas contamos com a construção de muitos movimentos sociais. Atualmente há uma diversidade nos desafios colocados para a classe trabalhadora e, se acompanha com muita tristeza os retrocessos que têm existido nas relações de trabalho da nossa classe”. Destaca que se vê uma precarização com avanço da plataformização e das relações de trabalho e que apenas as entidades sindicais não dão conta de alcançar toda a movimentação que a nossa classe faz. Enfatizou a necessidade de marcar presença nas lutas concretas da classe trabalhadora. Salienta a importância da mesa aqui representada, da construção de unidade entre as organizações sindicais, apesar das diferenças, que também são relevantes pontuar, pois é na política que se busca a forma de avançar. “A unidade é um elemento importante, pois com esta se viu muitas vitórias na classe trabalhadora”. Pontua que a CSP-Conlutas reafirma na sua coordenação nacional a disposição de travar todas as lutas em defesa dos direitos da classe trabalhadora, das condições de vida e trabalho, da preservação do meio ambiente, combate das opressões e, fazer isto em unidade sem deixar de considerar a independência de classe, mas nos colocando lado a lado. Finaliza que a CSP-Conlutas estará com todos os trabalhadores onde a luta estiver acontecendo. “Precisamos partir destas reflexões para o próximo debate de organização sindical, inclusive do ponto de vista das nossas centrais e entidades internacionais irmãs que representam a luta que se precisa travar e fortalecer, sempre com absoluta independência de classe”. A mesa foi encerrada às 17h24 com agradecimento a todos que participaram e chamando a composição da próxima mesa que será coordenada por Manoel Gérson, Paulo José e Denise Carneiro.

PAINEL - FORTALECENDO AS MARGENS DO RIO: ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA AVANÇAR NA LUTA (ORGANIZAÇÃO SINDICAL, MUNDO DO TRABALHO E A UNIDADE DOS TRABALHADORES/AS). Às 17h54 a mesa convoca a presença de todos os participantes do 12º Congrejufe ao plenário devido ao tempo para cumprir o cronograma do dia. Em seguida, a mesa convoca Rodrigo Rodrigues Ferreira, Diretor da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil Nacional para iniciar sua fala e agradece, antes, aos demais convidados da mesa: Marilane Teixeira,

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

economista, Doutora em Desenvolvimento Econômico e Social, professora e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho-CESIT da Unicamp; e Paulo Barela, da secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular Conlutas. É pontuado que cada palestrante terá 20 minutos de apresentação e, posterior debate para 10 inscrições para intervenções e questões, todos com 3 minutos de fala e com a paridade de gênero e sorteio, caso necessário, conforme determina o Regimento Interno do 12º Congrejufe. A mesa lembra a festa de confraternização, às 22 horas, e pede disciplina nas intervenções para que não atrase a mesma, pois o auditório precisa ser reorganizado para o evento de confraternização. **Paulo Barela** inicia sua fala agradecendo à Fenajufe e a todos os participantes do Congresso. Fala primeiramente da história do movimento sindical no Brasil. "Os primeiros movimentos iniciaram no final do século XIX com as antigas caixas de ajuda mútua, que para se defender do capital eles criaram fundos mútuos com os quais se autoprotegiam. No início do século XX (1900, 1910), houve um movimento importante que nasceu para organizar o conjunto da classe sindical no Brasil. Em 1917 ocorreu a primeira grande greve no Brasil em uma empresa Têxtil em São Paulo, fábrica de mulheres que dá o pontapé inicial e, depois, se alastra pelo bairro da Mooca, onde era a sede da empresa, para toda São Paulo e vários estados do país. O movimento foi além de aspectos de melhorias nas relações de trabalho e, principalmente, contra a opressão machista no local do trabalho, pois havia assédio sexual e moral das trabalhadoras. É a partir do governo de Getúlio Vargas, inspirada na lei de Lavoro de Mussolini, que emerge a CLT. Na ditadura militar esta intervenção e controle do Estado sobre as organizações sindicais ocorreu com prisões, masmorras e outras formas de violência. Em março de 1979 teve uma grande greve no ABC paulista que marcou um novo sindicalismo, com 200 mil trabalhadores do setor metalúrgico, onde surgem grandes figuras, e se situa como marco das relações sindicais no país". Segundo Barela, nesse contexto, a CUT surge como elemento sindical e o PT contra o sistema Político, contra a política do CGD (refere-se à Controladoria Geral de Disciplina (CGD) dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário que como entidade de segurança e sistema prisional tem um histórico relacionado à repressão e tortura durante a ditadura militar no Brasil, com relatos de

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

agentes envolvidos em práticas abusivas e violações dos direitos humanos. e desenvolve-se a oposição em todo o país e, paulatinamente, se ganha uma maioria que organiza greves, protestos, enfrenta com firmeza o governo dos patrões. "No marco do capital o que não avança, retrocede. Com a chegada do PT no poder, há uma contradição que se estabelece e a CUT é vítima desta, pois ela podia ter uma opção de se manter independente em frente aos governos e patrões. No entanto, em função da maioria da CUT ver o governo como dos trabalhadores, e assim, independentemente do programa e ação que se desenvolvesse ali, se tinha que defender o governo. Assim, veio a reforma da previdência em 2003, que foi a primeira proposta estrutural feita por um governo, que, digamos assim, se origina da classe trabalhadora. E, esta reforma, apesar do clamor do funcionalismo público, que era o mais atingido no momento, não teve nenhuma guarida da CUT. O Luís Marinho, presidente da CUT, disse que era preciso negociar a reforma da previdência ao invés de rechaçar. Todos sabiam que a reforma vinha para prejudicar os trabalhadores. Isto levou a uma grande problemática, onde no setor público a maioria se desfiliou ao longo do tempo, inclusive a Fenajufe. A Fasubra, Fenasps e outras grandes organizações se romperam paulatinamente. Emerge outro tipo de organização e aí vem a CSP-Conlutas, enquanto alternativa independente dos governos e patrões, surgiram as Intersindicais, primeiro de modo geral e depois se dividiram. Aparece também a CTB Avança ligada à antiga CGT (Central Geral dos Trabalhadores), rompe e constrói uma alternativa. Este é o formato até os dias atuais. A novidade é que a CSP-Conlutas, nasce para organizar não somente os trabalhadores da linha da produção, serviços e educação, mas organizar o conjunto da classe e, vai em direção a lei do sindicalismo. Organiza o movimento do trabalhador sem-terra, sem teto". Segundo explicou Barela, do ponto de vista do servidor público, antes não se tinha direito para sindicalizar, até 1988, com a Constituição, que se garante o direito à sindicalização e à greve. "Apesar disto, em meados de 1970 mesmo a legislação não dando garantia para fazer, os trabalhadores se organizaram e fizeram estas greves, que foram muito importantes, pois realizavam negociação coletiva. Hoje temos direito à organização sindical, à greve, mas não podemos ter negociação coletiva, o que é contraditório e mostra como o capital vai atuar para não efetivarmos nossos direitos". E indagou ao plenário:

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

“Qual o objetivo de um sindicato? Ele é uma organização independente dos trabalhadores para lutar pelos seus direitos, para se defender do sistema capitalista. O sindicato é fruto do próprio sistema capitalista, pois somente com ele se tem razão de existir. Antes de 1917, Lenin já alertava nas discussões do partido Bolchevique que para avançar na mudança social os sindicatos não podem ser apenas organismos que defendem as demandas da categoria por melhorias, mas precisam ser uma escola para revolução, ou seja, os sindicatos devem estar a serviço do avanço da consciência de classe dos trabalhadores(as) para entender que neste sistema a luta é contínua enquanto não se acabar com o sistema. A burguesia sempre tem uma forma de retirar aquilo que ela foi obrigada a dar nos momentos de greve e grandes mobilizações. Assim, os sindicatos além de defender a categoria, precisam atuar no avanço da consciência de classe para a compreensão da sociedade que vivemos. Lamentavelmente, a maioria dos sindicatos desprezam isto. Quando atuamos na defesa do sistema capitalista fazendo o contrário do que Lênin ensinava, estamos rebaixando a consciência da classe trabalhadora evitando que ela dê um salto seguinte para a consciência que não precisa apenas lutar pelas reivindicações imediatas, mas lutar com o próprio servidor. A política que defendemos e trabalhamos é que as organizações sindicais precisam estar voltadas para tal. No Brasil hoje, por exemplo, para o servidor, ajuste fiscal e para os banqueiros benesses. Não podemos trabalhar em uma perspectiva única com pessoas com carteira assinada, com emprego definido, pois atualmente temos os terceirizados, estagiários, contratados temporários, uberização, precarização das relações de trabalho, a intensificação da jornada de trabalho, com o regime de 6 dias trabalhados e 1 de folga. O sindicato não pode se limitar a uma categoria, mas a todas estas, representando todos e todas da mesma região. Somos favoráveis para se organizar como ramos de atividade, por aproximar as pessoas, contudo, se precisa também organizar os demais segmentos da classe para além do ramo de atividade e organizar demais segmentos. O debate hoje precisa ser em como se deve organizar os setores precarizados. O governo fala em queda do desemprego, em contrapartida os empregos produzidos são precarizados, são os empregos da jornada seis por um. Recentemente houve uma greve de dois dias das pessoas que trabalhavam nos aplicativos. Para concluir, uma organização sindical precisa

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

organizar estes aspectos, compreender o mundo do trabalho e tentar representar de uma forma mais geral". Em seguida, inicia a fala do **Rodrigo Rodrigues Ferreira,** Diretor da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil Nacional que cumprimentando a mesa, coloca que é professor e atua na rede pública e privada e, que falará na ótica do trabalhador das duas redes em relação ao mundo do trabalho. "O retrospectivo histórico que quero trazer é que os meios de produção são teorizados e que tratamos a relação do ser humano com o trabalho. Passando pelos modos de produção mais antigos até a atualidade, cada etapa de mudança e tecnologias, foi marcada por lutas. Nada se conquista sem luta e esta deve se dar por organização coletiva. O que pode nos consolidar é a união", destaca para reflexão de todos em cada ação e a necessidade de união, de se organizar coletivamente. "Estamos na pós-verdade que vem trazer para a cabeça dos trabalhadores inverdades, dizendo por exemplo que hoje temos um trabalho com menor esforço do que antigamente. Quando o ser humano quer exigir algo do outro o faz de forma para além, para exaustão e, isto não se modificou nas relações de trabalho. Outra questão que se aborda é a flexibilidade de trabalho, liberdade geográfica e de horário, mas não se fala da vigilância que é feita em tempo integral, observação constante e muitas atividades. Docentes e outras categorias trabalham além do horário de trabalho, nos finais de semana. Não adianta ter liberdade geográfica com um volume imenso de trabalho que leva à exaustão, onde não se consegue fazer nada mais". Aborda, ainda, sobre o sequestro da subjetividade do trabalhador. "A população ouve que o estado gasta muito, que precisa privatizar, que precisa ter maior lucratividade, como se só o que prestasse fosse os serviços privatizados, quando na verdade é o contrário. Outro problema é o declínio do status da classe média, que vê sua empregada adquirindo bens parecidos e, se sente com perda de status. Como exemplo, atinge a categoria docente de Ensino Superior e provavelmente a categoria de vocês. Precisamos rever se este declínio do status está interferindo na nossa compreensão de proletário. Será que você consegue viver bem sem um ano de trabalho? Caso não, você é proletariado, classe operária. Quanto ao discurso anti celetista para supervalorizar o empreendedorismo, que é outra questão colocada, precisa-se organizar esta classe, pois se tem a ilusão de que a pessoa é seu patrão, mas na verdade não é o que

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ocorre. Se um trabalhador da Uber quebra o seu carro, por exemplo, e não puder trabalhar, ele ficará sem recursos e isto não tem sido trabalhado. O discurso da Meritocracia que tem chegado também no setor público, fala da produtividade, temos os PLR's (Programas de Participação nos Lucros e Resultados) das empresas e alguns setores públicos que valorizam a produtividade, mas que causa muita divisão, assédios diversos e a hipercompetitividade entre os pares, onde seu colega passa a ser seu concorrente para produzir cada vez mais. Toda esta lógica traz uma falta de pertencimento de classe, não permanecemos com o espírito de classe trabalhadora. Muitas pessoas hoje em dia passam por concursos e deixam para fazer outros, sem olhar a unidade de classe, buscando apenas sua melhoria de salário e, não melhoria da categoria como um todo. Existe um aparelho no ser humano, o humildificador, para que possamos construir alguns direcionamentos. Precisamos vincular as lutas individuais de classes diversas, justiça, educação, servidores municipais, da rede privada, para lutarmos de modo holístico, coletivo. As lutas não podem ultrapassar a luta geral, pois somos muitos, porém fragmentados, não estamos unidos. Precisamos deixar as diferenças para se unir na luta. Passamos um risco de não estarmos aqui hoje, recentemente, o risco que a classe trabalhadora está passando tanto na rede pública quanto privada. Se pudermos unir os sindicatos, os movimentos em prol de uma luta maior conseguiremos avançar. Quais de nós que se articulam localmente com outro sindicato para luta geral? Saímos dos nossos escritórios para lutas nas ruas?" Segundo Rodrigo, é preciso estabelecer um projeto nacional, "a CTB quer fazer isto com valorização do trabalho da classe trabalhadora nacional, mas os próprios trabalhadores não têm isto de forma clara, pois não se tem uma pauta unificada. Não podemos deixar as diferenças atrapalharem as lutas coletivas. A maturidade política é para valorizar as confederações, sindicatos, central de trabalhadores para avançar. Precisamos valorizar as organizações, sindicatos, confederações, as centrais, que em 2008 surgem como conquistas da classe trabalhadora". Disse, ainda, que a situação financeira das instituições sindicais estão com grandes problemas, o que é um grande risco. "Corremos o risco de não ter representantes da classe trabalhadora. Não podemos confundir quem é o nosso inimigo. A classe trabalhadora não é nossa inimiga. Vemos que temos como realidade a própria classe

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

trabalhadora se atacando". E prosseguiu "Ontem se falou na mesa sobre a valorização do serviço público, sobre a regularização da convenção 151, as taxas para os super ricos, isenção do imposto de renda das pessoas com até 5.000 reais, fim da escala seis por um, temos várias pautas que podem ser unificadas, o que precisa é a nossa união. A luta geral não pode ser desagregada". Finaliza agradecendo a todos e pontuando que juntos somos mais fortes. Como último momento de explanação a palestrante **Marilane Teixeira**, Professora e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho-CESIT da Unicamp, inicia agradecendo à Fenajufe a confiança no seu trabalho por ter participado também de eventos anteriores e, cumprimenta a mesa, aos colegas e à coordenação pela oportunidade. Diz que irá realizar sua fala a partir de uma abordagem complementar. "Vou começar pelo tema da mesa, o mundo do trabalho. Precisamos caracterizar que mundo do trabalho estamos vivendo. Enquanto houver capitalismo os sindicatos continuam sendo a única arma para colocar freios ao desordenamento do capital para apropriação da riqueza. O que os sindicatos precisam ter claro é atuar sobre os interesses imediatos, mas também os históricos dos trabalhadores. Para compreender a crise atual de representatividade sindical é preciso entender a crise do trabalho. Há muitos anos vivemos uma crise de transição, determinada por padrão de acumulação, através do neoliberalismo, e, vocês são os que mais sentem com os reajustes econômicos e fiscais, para cumprir com as metas fiscais. Não podemos eleger e sentar em berço esplêndido, mas fazer a luta política cotidiana, o que é essencial e fundamental para as mudanças que necessitam ser feitas. A crise abarca o tema da reprodução, o tema energético, o trabalho, e o que seria o trabalho? O que conta como trabalho? Como isto altera as famílias e a organização da vida em sociedade? Tem-se 43.000 milhões de pessoas ocupadas, mas são 40 a 50% das pessoas na informalidade. Como podemos falar em luta sindical com estas pessoas todas à margem da sociedade, que vivem marginalizadas, na periferia, fora dos circuitos mercantis e que não têm perspectiva de progresso. A escala de trabalho 6 por 1 desde 1988 se consolida como uma luta das centrais sindicais, algumas avançaram. Inclusive, algumas têm jornadas de 33, 36 horas. Perdeu-se muito a relação de solidariedade. São 76 milhões de pessoas que trabalham mais de 46 horas, 20 milhões trabalhando mais de quarenta horas e, com escalas

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

que vão de 6 por 1 e 7 por zero. Temos um quadro de deterioração do mercado de trabalho, com o avanço do neoliberalismo, sendo nos últimos doze anos um aumento do serviço público sem carteira em 58%. Tivemos um aumento do emprego assalariado privado sem carteira e o trabalho por conta própria, principalmente, em 28,6%. Quando falamos em organização sindical para quem falamos? Para os assalariados? Para os estatutários? Para todo mundo? Precisamos discutir o mundo do trabalho que nós queremos. A pejotização tomou conta dos debates recentes devido a decisão do STF. De acordo com o E-social, entre 2022 a 2024, foram desligados mais de 6 milhões de vínculos que foram substituídos por criação de MEI e PJ. Calcula-se com isso, dados do Ministério do Trabalho, que se perdeu entre previdência e fundo de garantia 87 bilhões deste período. É fundamental para recompor a previdência, o sistema de seguridade social. Isto tem impacto real na vida das pessoas. Estes vínculos que foram substitutos quem é que organiza? Onde eles estão? Será que terão acesso à aposentadoria? Uma parte não, pois o fato de ser pessoa jurídica não garante a aposentadoria, pois se tem que contribuir como indivíduo e empresa pode não ter aposentadoria". Segundo ela, a taxa de sindicalização é a menor da história, caindo de 16% em 2012 para 8%, agora em 2023. "Temos 8 a 9 milhões e meio de pessoas sindicalizadas e, com mercado de trabalho de 103 milhões de trabalhadores. Queremos organizar os 8 milhões ou os 103? Há outras formas de organização que ganharam muito impulso na atualidade. A geração mais experiente acha que as gerações novas não sabem o que é luta de classes, mas cada um tem seu momento histórico, hoje o momento é de outra geração. Contudo, esta geração não organiza, não vem para dentro do sindicato. Apenas 4% dos jovens estão sindicalizados, eles estão fora em outros movimentos. A luta precisa ser feita pela geração que está enfrentando estas contradições". Marilane disse que só no ano passado, com registro formal, foram 8 milhões de pessoas desligadas a pedido. "Representa 35%, nunca teve isso no Brasil. As motivações são assédio, sobrecarga de trabalho entre outros, sendo um grande problema as condições de trabalho. São 500 mil pessoas afastadas por problemas com saúde mental. A consciência de classe se constitui no cotidiano, que perdemos pelo individualismo que nos afeta diretamente. Estamos pressionados o tempo todo para um ritmo de trabalho exaustivo. É este ritmo que queremos para a sociedade,

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

para nós, para a classe trabalhadora?" Falou ainda sobre a abordagem que os sindicatos fazem às suas bases. "Fazer disputas só pelas redes (sociais) a gente não consegue vencer esta batalha. A nossa maior e mais eficiente arma é a relação com as pessoas, cara a cara. Não conseguimos. Dá apenas para postar e achar que conseguiremos desfazer uma estratégia bem montada de *fake news*, que não sabemos fazer. Vamos desfazer isto mas com o diálogo, na organização, na consciência de classe, o que dá trabalho, mas só assim conseguiremos avançar e pensar uma sociedade melhor para todos". Após a fala da palestrante, a mesa abriu inscrições para perguntas, contudo, antes a secretaria está consultando o Regimento Eleitoral aprovado para realizar a paridade. Foi dado um informe pela mesa sobre os credenciados no evento a partir dos dados fornecidos pela secretaria, segundo os quais foram registrados, no prazo previsto, 407 delegados, sendo 179 delegadas e 228 delegados. Além disso, um total de 105 observadores, sendo 51 observadoras e 54 observadores, totalizando 576 participantes no 12º Congrejufe. A mesa aguardou o pronunciamento da secretaria sobre a programação do evento, devido ao atraso na entrega do espaço da plenária para a organização da confraternização, que deveria ter sido até às 20 horas. De tal modo, ao receber o documento de Regimento Interno, a mesa informa que a previsão é que, após a última fala dos palestrantes deverá ter um momento de discussão, de apresentação das teses que compõem o caderno, já inscritas previamente com 10 minutos para cada. E o debate com paridade de gênero compreendendo toda a tarefa, tanto a mesa quanto as teses. Pontua que pelo número de inscritos haverá diminuição no quantitativo para realizar as apresentações das teses e pede rigor na apresentação das teses. Informa a mesa que a secretaria irá inutilizar, serão cortados os crachás das pessoas não credenciadas no evento. Após isto, foi elaborado o sorteio da tese com a presença de Carlini, Falcão e Arlene e, convida se tiver mais autores para participar. O anúncio do sorteio foi realizado e se tem 4 teses de Conjuntura, sendo a primeira apresentada pelo Paulo Sérgio da Silva Falcão, pelo coletivo LutaFenajufe, a segunda por Luciana Carneiro, do Luta Fenajufe, a terceira por Paulo Guadanim e a quarta por Arlene da Silva Barcellos, do Coletivo Democracia e Luta, esta será a ordem. Ao término das teses apresentadas, os palestrantes retomam a fala para responder aos questionamentos e realizar as

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

considerações finais, com a diminuição do tempo para 3 minutos. **Marilane Teixeira** inicia salientando que as falas foram muitos pertinentes, e da importância do diálogo das posições sobre os desafios que precisam ser enfrentados. “Para além do debate precisa sair consequência, que são sair boas resoluções factíveis e auxiliar a mudança da realidade. Necessita uma dose grande de humildade, pois se tem multiplicidade de formas de contratação no ambiente de trabalho, dever-se-ia trazer outras vozes para o debate, inclusive para este congresso, como dos profissionais com outras maneiras de contrato, como o estagiário, ou terceirizado entre outros, o que é um esforço, mas que é possível. Colocar como um projeto de organização sindical que rompe os marcos do sindicalismo atual que define quem pode ou não fazer parte da categoria profissional, por ser uma vontade política, da mesma forma como construir a unidade. Vivemos um momento complexo de ataque brutal da direita e, se não conseguirmos nos aliar, definir objetivos estratégicos e uma agenda de trabalho na centralidade, teremos um retorno da direita que vai ser mais destruidor do que a dos últimos anos”. Rodrigo Rodrigues Ferreira, diretor da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil Nacional agradece e diz que as respostas são complexas para os questionamentos “Não se tem receita pronta”. Salienta que a extrema direita está com o gatilho puxado e mira pronta para atacar os sindicatos “Eles percebem isto de maneira estratégica. Tenho medo que tenhamos que apanhar muito para entender isto, que precisamos nos unir e ter uma estratégia concreta e ações factíveis, organizadas e pensadas mais coletivas. O problema está aí, as eleições estão aí em 2026, precisamos eleger muita gente para a mudança deste cenário”. Finaliza com o poema “É preciso agir”, de Bertold Brecht *“Primeiro levaram os negros, mas eu não me importei com isto, eu não era negro. Em seguida, levaram alguns operários, mas não me importei com isto, eu também não era operário. Depois prenderam os miseráveis, mas não me importei com isso, porque eu não sou miserável. Depois agarraram os desempregados, mas como tenho o meu emprego, também não me importei. Agora estão me levando. Mas, já é tarde. Como eu não me importei com ninguém, ninguém se importa comigo”*. Na sequência, **Paulo Barela** faz uma menção a Ana Luiza que é uma das principais dirigentes desta categoria e que recentemente foi anistiada pela Comissão da Verdade, pois durante a

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ditadura militar foi perseguida por fazer greve. Parabéns à colega. Coloca que o debate foi bom e que o centro sobre o debate de organização sindical é compreender que toda organização sindical precisa defender o interesse da classe, da independência frente aos governos e patrões e enfrentar o sistema. "Já se dizia que se você não sabe contra quem você luta e o terreno, a tendência é de ser derrotado. Historicamente a classe trabalhadora vem acumulando derrotas, mas há momentos de reação da classe trabalhadora, que gera várias e pequenas revoluções. Por exemplo, na Argentina nenhum político poderia entrar em um restaurante sem ser expulso pelas massas. A primavera árabe que colocou em cheque a burguesia e o ditador no Oriente. As lutas feitas no Haiti contra a ocupação militar, inclusive conduzidas pelo governo brasileiro de Lula. A revolução não se calcula por vitória, tomada do poder, é um processo amplo em que se nega às instituições, que pode ter vitória ou derrota. Precisamos compreender o mundo que nós vivemos. Não podemos fazer ação e luta sindical no marco da reivindicação mais alta do que precisamos e é a correlação de forças que dirá se conseguiremos ou não. Finalizo a fala sobre o financiamento da atividade sindical, pois entendemos que a classe precisa organizar os seus instrumentos e se organizar de forma voluntária. Depois de uma greve fazer uma contribuição extra, desde que a categoria vote. Somos contra qualquer tipo de financiamento compulsório, tudo tem que passar pelo debate da categoria". Encerra indagando: "Lembram do que passou na reforma trabalhista? O negociado valendo mais que o legislado? Só que isto foi aplicado na reforma trabalhista do Bolsonaro, só que isto foi apresentado antes pela CUT. Chamo atenção que as ações do sindicato precisam ter claro o que apresentam, pois não se pode apresentar políticas que depois podem servir de base para atacar a classe trabalhadora, como aconteceu na reforma da previdência". A mesa foi encerrada às 20h36 e foi informado que a prestação de contas será realizada amanhã na plenária às 10h30. **4º DIA TERÇA-FEIRA - 29/04/25** - Ato contínuo, no 4º dia do 12º Congrejufe, realizado em 29 de abril de 2025, os trabalhos tiveram início às 11h38 com a abordagem do tema **"TRANSPARÊNCIA NO CURSO DAS ÁGUAS: PRESTAÇÃO DE CONTAS E COMPROMISSO COM A RESPONSABILIDADE SINDICAL."** A mesa foi formada pelos Coordenadores Gerais da Fenajufe: Lucena Pacheco e Fabiano dos

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Santos; por Paulo José, coordenador de Finanças e os titulares do Conselho Fiscal: Elôngio Moreira, Kelson Guarines e Mônica Genu. **Lucena Pacheco** abriu os trabalhos pedindo para que fossem exibidos os gráficos referentes à gestão de recursos, ano a ano, demonstrando as receitas e despesas do período da gestão que se encerra, esmiuçando os detalhes da gestão financeira da Fenajufe, conforme **ANEXO IV**. "Nossa maior despesa é com organização, maior investimento, na verdade, nosso objetivo era esse de garantir recursos para mobilizações. Tomamos diversas medidas para garantir a mobilização e a continuidade da Federação". Na sequência, foi realizada a leitura do parecer do Conselho Fiscal, conforme **ANEXO V**, que opinou pela aprovação das contas referentes ao período de maio de 2024 a março de 2025. **Após terem sido atendidos os devidos esclarecimentos pelo Conselho Fiscal, e o pronunciamento de alguns delegados, a mesa encaminhou a votação as Contas da Fenajufe no período de maio de 2024 a março de 2025 conforme indicação do Parecer do Conselho Fiscal <u>que foram aprovadas por ampla maioria</u> dos delegados e delegadas presentes ao plenário,** tendo sido a votação por contraste. Lucena chamou ao palco os funcionários e assessorias da Fenajufe e dos sindicatos que estavam envolvidos na organização, num ato de valorização e agradecimento pelo trabalho de todos que fazem o corpo de funcionários da Fenajufe e todos que estão na organização do Congresso. Também agradeceu a dedicação do pessoal do hotel. Encerrado o painel de discussão e votação da prestação de contas, Lucena liberou o plenário para o almoço convocando o retorno paras as 14h para a assembleia de reforma estatutária. **REFORMA ESTATUTÁRIA -** Às 14 horas deu início a Assembleia Geral, convocada por edital específico publicado no Diário Oficial da União em 25/10/2024, conforme **ANEXO VI** para discussão e votação das propostas de alteração estatutária. A ata da referida Assembleia, **ANEXO VII,** assim como **o caderno de resoluções de Reforma Estatutária, ANEXO VIII,** constam desta ata e passam a ser partes integrantes e indissociáveis da mesma. **<u>5º DIA – QUARTA-FEIRA - 30/04/25</u>** - No quinto dia, às 11h10, instalou-se a mesa para continuidade da **<u>PLENÁRIA FINAL</u>** de aprovação das propostas apresentadas aos demais temas do 12º Congrejufe, cujas **RESOLUÇÕES**[1]

[1] **Inserir MPU onde couber, em todas as resoluções.**

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

constam dos respectivos ANEXOS desta e que passam a ser parte integrante e indissociável da mesma, iniciando pelo **caderno de Conjuntura Internacional e Nacional**.

1. Conjuntura Internacional e Nacional - Após a realização da Assembleia Geral destinada à reforma estatutária, teve início a Plenária Final, cujo primeiro ponto de pauta foi a **Conjuntura Internacional e Nacional**. Ato contínuo, a mesa coordenadora dos trabalhos convocou os representantes das propostas apresentadas para comparecerem à mesa diretora, a fim de realizar o sorteio da ordem de defesa das referidas propostas. Concluídas as defesas, foi instaurado o regime de votação, sendo aprovadas as propostas aglutinadas, conforme consta no **ANEXO IX**, como **Resoluções de Conjuntura Internacional e Nacional**, que passam a integrar, de forma indissociável, a presente ata.

2. Pauta de Reivindicações - Foram apresentadas as propostas sistematizadas pela relatoria, com os devidos destaques feitos durante a leitura. Em seguida, foi aberta a palavra para apresentação, defesa e contraditório, quando necessário, procedendo-se à votação. As propostas aprovadas como Resoluções de Pauta de Reivindicações constam do **ANEXO X** e passam a integrar, de forma indissociável, esta ata.

APRESENTAÇÃO DAS CHAPAS INSCRITAS PARA ELEIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL - Na tarde desta terça-feira (30), após a votação e deliberação das propostas referentes ao tema Pauta de Reivindicações, a mesa da Plenária, abriu espaço para que as cinco chapas inscritas pudessem se apresentar aos participantes do 12º Congrejufe que conheceram os candidatos das chapas que disputam a composição da diretoria executiva e do conselho fiscal. A Comissão Eleitoral informou ao plenário que, encerrado o prazo definido para inscrição de chapas, às 10h desta quarta-feira (30), cinco chapas foram deferidas para eleição da Diretoria Executiva da Fenajufe: Unidos por justiça; Analistas por voz; Democracia e Luta; Frente ampla pela Base; e Luta Fenajufe. As inscrições para o Conselho Fiscal da Federação seguiram o mesmo cronograma, conforme estabelecido pelo regimento eleitoral aprovado em plenário.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

A composição das cinco chapas, bem como as candidaturas ao Conselho Fiscal podem ser conferidas no **ANEXO XI.**

RETORNO DAS VOTAÇÕES DAS PROPOSTAS - Após a apresentação das chapas inscritas para as eleições de renovação da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, o Plenário retomou a pauta de debates de propostas ao 12º Congrejufe. O ponto a ser discutido foi o TEMA: **3. Plano de Lutas e Calendário de Mobilização -** Foram apresentadas as propostas sistematizadas pela relatoria, com os devidos destaques feitos durante a leitura. Em seguida, foi aberta a palavra para apresentação, defesa e contraditório, quando necessário, procedendo-se à votação. As propostas aprovadas como Resoluções do Plano de Lutas e do Calendário de Mobilização constam do **ANEXO XII** e passam a integrar, de forma indissociável, esta ata.

4. Organização Sindical - Foram apresentadas as propostas sistematizadas pela relatoria, com os devidos destaques feitos durante a leitura. Em seguida, foi aberta a palavra para apresentação, defesa e contraditório, quando necessário, procedendo-se à votação. As propostas aprovadas como Resoluções de Organização sindical constam do **ANEXO XIII** e passam a integrar, de forma indissociável, esta ata.

5. Opressões e Políticas Permanentes - Foram apresentadas as propostas sistematizadas pela relatoria, com os devidos destaques feitos durante a leitura. Em seguida, foi aberta a palavra para apresentação, defesa e contraditório, quando necessário, procedendo-se à votação. As propostas aprovadas como Resoluções de Opressões contam do **ANEXO XIV** e as Resoluções de Políticas Permanentes constam do **ANEXO XV,** que passam a integrar, de forma indissociável, esta ata.

6. Balanço da Gestão e Atuação da Fenajufe - Foram apresentadas as propostas sistematizadas pela relatoria, com os devidos destaques feitos durante a leitura. Em seguida, foi aberta a palavra para apresentação, defesa e contraditório, quando necessário, procedendo-se à votação. As propostas aprovadas como Resoluções de Balanço de gestão

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

e atuação da Fenajufe constam do **ANEXO XVI** e passam a integrar, de forma indissociável, esta ata.

7. Moções - Foram apresentadas as propostas sistematizadas pela relatoria, com os devidos destaques feitos durante a leitura. Em seguida, foi aberta a palavra para apresentação, defesa e contraditório, quando necessário, procedendo-se à votação. As propostas aprovadas como Resoluções de Moções constam do **ANEXO XVII** e passam a integrar, de forma indissociável, esta ata.

SEDE DA PRÓXIMA PLENÁRIA DA FENAJUFE - Ato contínuo, a mesa diretora dos trabalhos questionou se algum sindicato se dispunha a sediar a próxima Plenária Nacional da Fenajufe. O Sitraemg/MG apresentou sua candidatura e fez a respectiva defesa. Em seguida, a mesa submeteu a proposta à votação, sendo aprovada a realização da próxima Plenária Nacional da Fenajufe no estado de Minas Gerais.

ELEIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA FENAJUFE GESTÃO 2025-2028 - A eleição para renovação da Diretoria e Conselho Fiscal da Fenajufe foi realizada por votação eletrônica, nesta quarta-feira, dia 30 de abril de 2025, entre 19h às 21h, quinto dia do 12º Congrejufe. Encerrado o prazo definido pela Comissão Eleitoral, às 10h desta quarta-feira (30), cinco chapas foram deferidas para eleição da Diretoria Executiva da Fenajufe: Unidos por justiça; Analistas por voz; Democracia e Luta; Frente ampla pela Base; e Luta Fenajufe. As inscrições para o Conselho Fiscal da Federação seguiram o mesmo cronograma, conforme estabelecido pelo regimento eleitoral aprovado em plenário. A composição das cinco chapas, bem como as candidaturas ao Conselho Fiscal podem ser conferidas no **ANEXO XI** que passa a integrar, de forma indissociável, esta ata. Encerrada a votação para eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, a Comissão Eleitoral procedeu à apuração dos votos, a partir dos resultados das urnas eletrônicas instaladas no local. Ao final da Plenária para aprovação das resoluções, após apuração dos votos válidos, foi dado conhecimento do resultado: CHAPA 1 – Unidos por Justiça: 30 votos; CHAPA 2 – Analistas por Voz: 26 votos; CHAPA 3 – Democracia e Luta: 226 votos; CHAPA 4 – Frente Ampla Pela Base: 53 votos; CHAPA 5 – Luta

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Fenajufe: 69 votos. Votos brancos: 0; Votos nulos: 0. O resultado das eleições para renovação da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Fenajufe foi registrado na Ata de Apuração e Homologação do Processo Eleitoral que consta do **ANEXO XIX** que passa a integrar, de forma indissociável, esta ata.

POSSE DA NOVA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA FENAJUFE - A posse da nova Diretoria Executiva para o triênio 2025-2028 foi realizada na madrugada de quinta-feira, 1º de Maio – juntamente com a nova composição do Conselho Fiscal. A disposição das pastas será feita na primeira reunião da nova Diretoria Executiva. **DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2025-2028: TITULARES (por ordem alfabética):** Alexandre Magnus Melo Martins, Arlene da Silva Barcellos, Denise Marcia de Andrade Carneiro, Edson Mouta Vasconcelos, Eliana Leocádia Borges, Eusa Maria de Oliveira Fernandes, Fábio Antônio Teixeira Saboia, Fernanda Guimarães Lauria, Fernando Soares Guetti, José Aristeia Pereira, Juliana Santana Rick, Julio Cesar Daru, Luciana Martins Carneiro, Márcia Divina Bueno Rosa, Paulo Sergio da Silva Falcão, Sandra Cristina Dias, Soraia Garcia Marca. **SUPLENTES:** David Ernesto Landau Rubbo, Kelma Lara Costa Rabelo Lima, Manoel Gérson Bezerra de Souza, Maria José Olegário, Nélia Vânia Rodrigues de Matos, Paula Drumond Meniconi, Samanta Pinheiro Gazell. **CONSELHO FISCAL: TITULARES:** Lysa Lobo Junqueira, Monica Genu Soares, Luiz Claudio dos Santos Correia. **SUPLENTES:** Lauro Vilmar Garcia Costa, Ari Antonio Heck, Domingos Sávio Barbosa Dias. **ENCERRAMENTO -** Ato contínuo a mesa diretora dos trabalhos, averiguando a não existência de mais nenhuma deliberação a ser tomada encerrou os trabalhos do 12º Congresso Nacional da Fenajufe, agradecendo todos(as) os(as) trabalhadores(as) do hotel, equipe técnica das empresas contratadas, todos(as) funcionários(as) da Fenajufe, do Sinjutra/PR e Sinjuspar/PR que juntamente com a Comissão Organizadora organizaram esse Congresso. Agradecendo a todos(as) delegados(as), observadores(as), convidados(as), palestrantes e ouvintes que participaram e desejando a todos(as) um excelente retorno. Nada mais havendo a tratar, eu Eliâne Mêndes, Secretária Política da Fenajufe supervisionei a elaboração do presente relatório pela equipe de relatoria, assino Eliane Mendes, depois de lido e achado

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

de acordo pelas Coordenadoras da Fenajufe Soraia Garcia Marca Soraia Garcia Marca e Denise Márcia de Andrade Carneiro ; da gestão 2022/2025, reeleitas como Coordenadoras Gerais para a gestão 2025/2028 também assinam. Foz do Iguaçu, 1º de maio de 2025.

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO 12º CONGREJUFE

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3 ISSN 1677-7069 Nº 208, sexta-feira, 25 de outubro de 2024

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS CLUBES ESPORTIVOS

CNPJ 05.232.628/0001-36

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

De conformidade com o disposto no Estatuto Social da Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES, especialmente quanto à alínea "g", inciso II, do artigo 19, combinada com a alínea "c" do artigo 32, ficam convocados os delegados dos Sindicatos filiados para Reunião Extraordinária, a ser realizada no dia 7 de novembro de 2024, às 17h00 em primeira convocação e às 17h30 em segunda convocação, no Costão do Santinho Resort, Estrada Vereador Onildo Lemos, 2505 - Praia do Santinho, Florianópolis/SC, para deliberação acerca da seguinte Ordem do Dia:

a) analisar, discutir e aprovar a proposta do período de realização do Congresso Brasileiro de Clubes com a utilização dos recursos destinados pela Lei nº13.756, de 12 de dezembro de 2018, para capacitação, formação e treinamento de gestores de Clubes sociais;

Campinas-SP, 4 de outubro de 2024.
ARIALDO BOSCOLO
Presidente da FENACLUBES

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Cumprindo a deliberação da Diretoria Executiva, as Coordenadoras Gerais e o Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE, entidade de classe com sede no SCS Quadra 2, Bloco C, Lote 22, Salas 312 a 318 - Ed. Serra Dourada, CEP: 70.300-902, Brasília - DF, convocam os sindicatos no gozo de seus direitos de entidades filiadas e a Comissão Pró-Fenajufe DF para o 12º Congresso Nacional Ordinário da Fenajufe (12º Congrejufe) a realizar-se nos dias 26, 27, 28, 29, 30 de abril e 1º de maio de 2025, no Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500 - Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu - PR - CEP: 85.863-000, para discutir a seguinte pauta: Regimento interno do 12º Congrejufe, análise de relatório e recursos se houver (Estatuto Seção VI, Art. 30 e Art. 13, VII); Conjuntura internacional e nacional; Eleição da comissão eleitoral; Pauta de reivindicações, plano de lutas e calendário de mobilização; Opressões e políticas permanentes; Regimento eleitoral; Prestação de contas (maio de 2024 a março de 2025); Alteração estatutária e organização sindical; Balanço da gestão e atuação da Fenajufe; Eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Com critérios de participação definidos pelo estatuto da Fenajufe.

Brasília-DF, 23 de outubro de 2024.
LUCENA PACHECO MARTINS
Coordenadora-Geral

SANDRA CRISTINA DIAS
Coordenadora-Geral

FABIANO DOS SANTOS
Coordenador-Geral

FITA AZUL TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA

CNPJ/ME - 22.507.975/0002-24- NIRE nº 2690078018-7

ATO Nº 2, DE 22 DE OUTUBRO DE 2024

A Empresa FITA AZUL TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - Filial JABOATÃO dos GUARARAPES, torna público o Edital de Termo de Responsabilidade nº 114/2024.

FELIPE VILELA FREY
Sócio Administrador

ANEXO

EDITAL DE TERMO DE RESPONSABILIDADE Nº 114/2024

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "FITA AZUL TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA", NIRE 26900780187, CNPJ 22.507.975/0002-24, localizada na Rodovia BR - 101 - Sul, s/n, Km86,76, Galpão A2, Prazes, Jaboatão dos Guararapes/PE, CEP: 54335-000, Sr. Felipe Vilela Frey, portador do RG nº 4xx.xxx.xxx-x - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 3xx.xxx.xxx-xx, assinou em 14/10/2024 o Termo de Responsabilidade nº 114/2024, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. Marcio Massao Shimomoto. Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

CNPJ/ME - 22.507.975/0010-34- NIRE nº 3590672282-8

ATO Nº 2, DE 22 DE OUTUBRO DE 2024

A Empresa FITA AZUL TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - Filial CAJAMAR, torna público o Edital de Termo de Responsabilidade nº 115/2024.

FELIPE VILELA FREY
Sócio Administrador

ANEXO

EDITAL DE TERMO DE RESPONSABILIDADE Nº 115/2024

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "FITA AZUL TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA", NIRE 35906722828, CNPJ 22.507.975/0010-34, localizada na Avenida Ribeirão dos Cristais, nº 500, Jardim São Geraldo, Cajamar/SP, CEP: 07775- 240, Sr. Felipe Vilela Frey, portador do RG nº 4x.xxx.xxx-x - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 3xx.xxx.xxx-xx, assinou em 14/10/2024 o Termo de Responsabilidade nº 115/2024, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. Marcio Massao Shimomoto. Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVAÍ E JUNDIAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2024

Comunicamos que está aberta a Licitação (Pregão Eletrônico nº 001/2024) pelo tipo Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de limpeza para a Fundação Agência das Bacias PCJ. Esta licitação será realizada no dia 08 de novembro de 2024 pelo sistema eletrônico e-licitações do Banco do Brasil, com acesso em https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico. O Edital completo encontra-se à disposição no site www.agencia.baciaspcj.org.br e no site www.comitespcj.org.br.

Piracicaba, SP, 23 de outubro de 2024.
EDUARDO MASSUH CURY.
Pregoeiro.

SERGIO RAZERA
Diretor-Presidente.

FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratante: Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa. Contratada: PROMEGA BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. Objeto: Aquisição de Gotaq G2. Valor respectivo de R$3.268,00. Processo web: 22250/2024, para realização do projeto: 4227 - HYDRO/UFPA/FADESP ECOSISTEMAS AQUATICOS. Amparo legal: Inciso I do Artigo 74 Lei 14.133/2021. Homologação: Diretor Executivo - Prof. Dr. Roberto Ferraz Barreto pela Fadesp.

FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA E CIÊNCIA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Convênio: 966832/2024. Projeto: "Estabelecer um programa de monitoramento de contaminantes em água e solo nos ambientes afetados pelas enchentes que oco...". OBJETO: Material de uso e consumo. FORNECEDOR: WATERS TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA (00.158.141/0001-37). VALOR: R$ 15.217,75. OBJETO: Serv. terceiros pessoa jurídica. FORNECEDOR: WATERS TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA (00.158.141/0001-37). VALOR: R$ 4.412,10. LEI 14.133/21, ARTIGO 74, I. Maiara Silva(Com. Licitações).

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contrato: 051/2019. Projeto: "Diagnóstico virológico.". OBJETO: Material de uso e consumo. FORNECEDOR: BIOGEN BIOTECNOLOGIA E QUIMICA LTDA (05.009.232/0001-24). VALOR: R$ 15.530,00. LEI 14.133/21, ARTIGO 74, I. Maiara Silva(Com. Licitações).

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 97/2024

Objeto: Manutenção no Espectrômetro de Massa Delta V Advantage, que atenderá as demandas do Departamento de Geologia da UFPE.
Empresa Contratada: SENS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. Fundamento Legal: Art. 33 da IN-CD/FNDCT/MCTI 01/2010, c/c o inciso I do Art.74 da Lei nº 14.133/21 com suas alterações. Fonte de recursos: Convênio FINEP no Nº 01.19.0171.02. Valor estimado R$ 27.000,00. Reconhecido e ratificado por Profa. Maira Galdino da Rocha Pitta, Diretora Presidente da Fade-UFPE.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 102/2024

Objeto: Manutenção corretiva em analisador elementar 241L1502201-2400 CHN, Series II Anlyzer CE-230V, com troca de peças, que atenderá as demandas do Departamento de Química Fundamental da UFPE.
Empresa Contratada: PERKINELMER DO BRASIL ANALITICA LTDA. Fundamento Legal: Art. 33 da IN-CD/FNDCT/MCTI 01/2010, c/c o inciso I do Art.74 da Lei nº 14.133/21 com suas alterações. Fonte de recursos: Convênio FINEP no Nº 01.19.0171.02. Valor estimado R$ 241.381,87. Reconhecido e ratificado por Profa. Maira Galdino da Rocha Pitta, Diretora Presidente da Fade-UFPE.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 106/2024

Objeto: Aquisição de peças para o Espectrômetro de Massa Delta V Advantage, que atenderá as demandas do Departamento de Geologia da UFPE.
Empresa Contratada: SENS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. Fundamento Legal: Art. 33 da IN-CD/FNDCT/MCTI 01/2010, c/c o inciso I do Art.74 da Lei nº 14.133/21 com suas alterações. Fonte de recursos: Convênio FINEP no Nº 01.19.0171.02. Valor estimado R$ 16.980,64. Reconhecido e ratificado por Profa. Maira Galdino da Rocha Pitta, Diretora Presidente da Fade-UFPE.

FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 34/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A FAURGS torna pública a abertura de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado n.º 34/2024, visando à contratação para o cargo de C.01 - Coordenador de Campo - Especialista em Saúde da Pessoa Idosa, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Inscrição: via internet no site do TelessaúdeRS-UFRGS no endereço: www.telessauders.ufrgs.br, no período de 25 de outubro de 2024 a 04 de novembro de 2024. O Edital completo estará à disposição para consulta, no mesmo período, nos sites www.portalfaurgs.com.br e www.telessauders.ufrgs.br. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones (51) 3308.2160 - 3308.2092 de segunda à sexta-feira das 08h30min às 17h.

Porto Alegre, 24 de outubro de 2024.
CRISTIANE TERESINHA DOMINGUES DE SOUZA
Gerente Administrativa

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO
Espécie: Termo Aditivo nº 07.014.000.02/24. Data de Assinatura: 15/10/2024. Contratada: FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP. OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira, Quarta, Décima Segunda, Décima Terceira e do Cronograma Físico-Financeiro, não importará em qualquer custo adicional ao Contrato. CONTRATANTE: Josiel Urbaninho de Arruda. CONTRATADO: Jaime Arturo Ramírez. Convênio: CENPES/HIBERNAÇÃO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05302024102500273

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO DO 12º CONGREJUFE

(APROVADO PELO PLENÁRIO DO 12º CONGREJUFE)

Capítulo I - Da Realização e Organização do Congresso

Art. 1º - O 12º Congresso Nacional da Fenajufe realizar-se-á nos dias 26 de abril a 1º de maio de 2025, no Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva, 3.500 – Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu/PR – CEP: 85.863-000.

Parágrafo Único: A abertura dos trabalhos dar-se-á às 14 horas do dia 26 de abril de 2025, com encerramento previsto para às 18 horas do dia 1º de maio de 2025.

Art. 2º - A Diretoria Executiva da Fenajufe é a responsável pela organização do 12º Congresso Nacional da Fenajufe.

Capítulo II - Dos objetivos do 12º Congrejufe

Art. 3º - O 12º Congresso Nacional da Fenajufe tem como objetivos discutir e deliberar sobre a pauta:

1. Regimento interno do 12º Congrejufe e recursos se houver (Estatuto Seção VI, art. 30 e art. 13, VII);
2. Conjuntura internacional e nacional;
3. Eleição da comissão eleitoral;
4. Pauta de reivindicações, plano de lutas e calendário de mobilização;
5. Opressões e políticas permanentes;
6. Regimento eleitoral;
7. Prestação de contas (maio de 2024 a março de 2025);
8. Alteração estatutária e organização sindical;

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

9. Balanço da gestão e atuação da Fenajufe;

10. Eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

11. Moções.

Capítulo III - Dos Participantes

Art. 4º - Participam do 12º Congresso Nacional da Fenajufe:

I - Delegadas e delegados de Base;

II - Observadoras e observadores;

III - Convidadas e convidados;

IV - Ouvintes.

Capítulo IV - Das Inscrições e do Credenciamento

Art. 5º - Da Inscrição

Parágrafo 1º - Para a inscrição será necessário o encaminhamento da seguinte documentação, no prazo indicado na convocatória publicada pela Fenajufe em 25/10/2024: 1. Ficha de atualização de dados; 2. Convocatória da assembleia geral, encontros ou congressos; 3. Ata da assembleia geral virtual ou presencial, encontros e congressos, constando os nomes dos delegados, das delegadas, observadores, observadoras; e suplentes eleitas (os); 4. Lista de presença da assembleia geral, encontros, congressos e/ou outro comprovante de participação em caso de ser virtual; 5. Termo de Consentimento para uso e tratamento de dados, devidamente preenchido e assinado por delegados, delegadas, observadores, observadoras e suplentes (em eventuais substituições); 6. Todos os comprovantes de pagamento das inscrições dos delegados, das delegadas, observadores e observadoras; 7. Ficha de cadastro da delegação eleita devidamente preenchida para efetivação do cadastramento dos delegados, das delegadas, observadores e observadoras eleitos(as) pelos encontros, congressos ou assembleias gerais realizadas nos Estados.

Parágrafo 2º - É cobrada dos sindicatos uma taxa de cadastramento referente a cada delegado, delegada, observador e observadora no valor fixado em R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

reais) em forma de rateio conforme estimativa das despesas do Congresso correspondente a: 1. Hospedagem com jantar no dia 26/04 e com pensão completa de 27/04 a 1º/05 e café da manhã do dia 02/05; 2. Locação de salas para reunião da plenária, dos grupos de discussões e apoio da secretaria, comissão eleitoral, conselho fiscal, relatoria e comunicação da Fenajufe; 3. *Coffee break* (lanche), água, café e chá servido no auditório nos dias do evento; 4. Traslado aeroporto para hotel de Foz e vice-versa; 5. Confraternização; 6. Apresentação cultural; 7. Contratação de equipe de relatoria; 8. Locação de gerador; 9. Alvará e ECAD; 10. UTI móvel 24 horas; 11. Contratação de babá ou cuidadora de crianças caso necessário; 12. Contratação de equipe de apoio para credenciamento e secretaria quando necessário; 13. Contratação de empresa que fornece a estrutura de áudio visual (filmagem na íntegra do evento, transmissão dos painéis, painéis de led, microfones, mesa de som, transmissão, serviço de palco etc.); 14. Locação de equipamentos (computadores e impressoras entre outros para secretaria, relatoria, Conselho Fiscal, imprensa e *lan house*); 15. Contratação de internet dedicada; 16. Serviços terceirizados de TI; 17. Despesas com funcionários, palestrantes, convidados, assessorias e visitas técnicas; 18. Compra de material de expediente e de escritório; 19. Confecção de brindes (bloco de notas, camisetas, bolsa, copos ou garrafas etc.); 20. Contratação de sistema de votação eletrônica para realização das eleições da diretoria e conselho fiscal, entre outras despesas.

Art. 6º - Do Credenciamento

Parágrafo 1º - Somente poderão ser credenciados, na condição de delegados, delegadas, observadores, observadoras e suplentes eleitos(as) em encontro, congresso ou assembleia geral realizada pela entidade sindical, na ordem previamente definida em Ata.

Parágrafo 2º - Em nenhuma hipótese poderá o observador, observadora ou suplente assumir as prerrogativas de delegado(a) já credenciado(a).

Parágrafo 3º - Não será feito credenciamento após o período estipulado.

Parágrafo 4º - O credenciamento dos delegados, das delegadas, dos observadores e das observadoras titulares(as), previamente cadastrados(as), realizar-se-á no dia 26/04, das 13h30min às 19h30 horas, e no dia 27/04, das 9h às 19h30 horas. O credenciamento dos suplentes ocorrerá das 9h às 12 horas do dia 28/04/2025.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Parágrafo 5º - No ato do credenciamento será exigida a apresentação de um documento de identificação oficial com foto do delegado, da delegada, do observador e da observadora.

Parágrafo 6º - Na credencial constará o nome do delegado, da delegada, do observador e da observadora, a entidade filiada com o respectivo Estado e o número do grupo de trabalho.

Parágrafo 7º - Cada delegado, delegada, observador ou observadora é responsável pela guarda do material contido em sua própria pasta, e não haverá em nenhuma hipótese, reposição de cartão de votação (crachá).

Parágrafo 8º - Os crachás que não forem entregues no credenciamento serão inutilizados logo após o seu término, na mesa diretora do plenário.

Art. 7º - Credenciamento de Ouvintes

Parágrafo 1º - É permitido a sindicalizados e sindicalizadas de sindicato filiado e desfiliado da Fenajufe assistir ao Congrejufe na qualidade de ouvinte, desde que seja devidamente credenciado na secretaria e assine o termo de consentimento.

Parágrafo 2º - O servidor e a servidora credenciado(a) como ouvinte não terá direito de receber material fornecido aos delegados, às delegadas, aos observadores e às observadoras, tais como pasta, caderno de propostas, camisetas, brinde etc., podendo, a critério da comissão organizadora, ser entregue após o encerramento total do credenciamento, caso haja sobra na Secretaria.

Art. 8º - Os recursos relativos a credenciamento ao Congresso somente serão aceitos se encaminhados por participantes do respectivo Encontro, Congresso ou Assembleia Geral que elegeu os delegados e as delegadas.

Parágrafo Único - O processo de apreciação dos recursos ao congresso seguirá o estabelecido no Capítulo VIII, obedecendo à programação e horário fixados.

Capítulo V - Da Programação do Congresso

26/04/2025 – Sábado (1ºdia)

9h às 12h – Recepção das Delegações - Confluência das águas: o reencontro que fortalece a luta

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

13h30 – Início do credenciamento dos titulares - Mergulho nas águas: o início da travessia coletiva

14h – Abertura - Do encontro das águas à força das cataratas: unidade para transformar

- ✓ Filme de abertura apresentado pelo cerimonial

Mesa 1 – Saudação da Comissão Organizadora e Anfitriões - Primeiras margens: a voz de quem prepara e acolhe a travessia

Cerimonial:

- ✓ Lucena Pacheco Martins – Coordenadora Geral da Fenajufe
- ✓ Sandra Cristina Dias - Coordenadora Geral da Fenajufe
- ✓ Fabiano dos Santos - Coordenador Geral da Fenajufe
- ✓ Soraia Garcia Marca – Coordenadora de Finanças da Fenajufe
- ✓ Leopoldo Donizete de Lima – Coordenador Jurídico e Parlamentar da Fenajufe
- ✓ Miguel Sandor Szollosi – Coordenador do Sinjutra/PR (Sindicato anfitrião)
- ✓ Júlio Cesar Daru – Diretor do Sinjuspar/PR (Sindicato anfitrião)

Mesa 2 – Saudação dos Parlamentares – Pontes sobre o rio: a política em diálogo com as lutas da categoria

Convidados:

- ✓ Deputado Federal Reimont
- ✓ Vereadora Carla Ayres
- ✓ Advogado Cezar Britto

Mesa 3 – Saudação dos parceiros das entidades internacionais – Travessias que cruzam fronteiras: solidariedade internacional na luta por justiça social

Convidados:

- ✓ Salazar Claudio Alejandro – Secretário de Relações Internacionais da Federação Judicial Argentina – Federación Judicial Argentina (FJA)
- ✓ Lorré Gonzalo Fabián – Deputado Federal na Federação Judiciária Argentina - Federación Judicial Argentina (FJA)

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

- ✓ Pablo Ernesto Elizalde Trindad – Asociación de Funcionarios Judiciales del Uruguay (AFJU)
- ✓ João Cayres – Internacional de Serviços Públicos (ISP)

Outros convidados – Correnteza coletiva: alianças que sustentam a luta (anunciar presença)

- ✓ Alexandre Santos – Coordenador Geral da Fenajud
- ✓ Edison Haubert – Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas - Mosap
- ✓ José Alancardete Coelho dos Santos – Diretor de Administração e Aldo Roberto Ribeiro Junior – Diretor Financeiro da Assejus
- ✓ Darney Bessa – Coordenador Geral da Agepoljus
- ✓ Fenassojaf

15h30 - Apresentação cultural – Ritmos da fronteira: danças que celebram a diversidade e a resistência: Elenco Folclórico de Ciudad del leste – *Danza de la botelha*

16h – Lanche

16h30 – Painel – ***AS CORRENTES QUE MOLDAM O MUNDO: IMPACTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL NA LUTA DA CATEGORIA*** **(Conjuntura internacional e nacional)**

Palestrantes:

- ✓ Rogério Ferreira Silva Lustosa – Professor de Sociologia do Instituto Federal da Bahia
- ✓ Eugênio Pasqualini Santos – Chefe de gabinete do Deputado Federal Patrus Ananias (PT-MG)
- ✓ Jandyra Uehara – Secretária Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT

17h50 - Debate (20 inscrições de 3min com paridade de gênero)

18h50 – Considerações finais dos/as palestrantes

19h30 – Encerramento do dia e do credenciamento do 1º dia

19h30 às 20h – Reunião das delegações, forças políticas e segmentos

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

19h30 às 22h30 – Jantar

27/04 (Domingo) 2º dia

9h – Abertura do credenciamento das/dos titulares - Mergulho nas águas: o início da travessia coletiva

9h – *O LEITO DO RIO QUE NOS GUIA: ORGANIZAÇÃO, REGRAS E FUNDAMENTOS DO 12º CONGREJUFE* **(Regimento interno do 12º Congrejufe e recursos,** se houver (Estatuto Seção VI, Art. 30 e Art. 13, VII))

10h – *REMANDO JUNTOS NA MESMA DIREÇÃO: AVALIANDO A ATUAÇÃO NA GESTÃO DA FENAJUFE* (Balanço da atuação das assessorias)

Palestrantes:

- ✓ Larissa Awwad – Cezar Britto Advocacia
- ✓ Cezar Britto – Cezar Britto Advocacia
- ✓ Carolina Marques – Consillium Soluções Institucionais e Governamentais
- ✓ Vera Miranda – Assessora Técnica da Fenajufe
- ✓ Alexandre Marques – Assessor Institucional da Fenajufe
- ✓ Vladimir Nepomuceno – Diretor da VN1 Assessoria e Consultoria Ltda
- ✓ Apresentação das teses inscritas para o Balanço, antes do debate, com até 10 minutos para cada uma das propostas inscritas

11h15 – Debate (10 inscrições de 3min com paridade de gênero)

11h45 – Considerações das/dos palestrantes

12h10 – *CONSTRUINDO PONTES SOBRE AS ÁGUAS: A ESCOLHA DEMOCRÁTICA DA COMISSÃO ELEITORAL* **(apresentação das candidatas e dos candidatos e eleição da comissão eleitoral)**

12h20 às 14h – Almoço

14h – ***NAVEGANDO JUNTOS: BALANÇO DA GESTÃO E ATUAÇÃO DA FENAJUFE***

15h – Debate (10 inscrições de 3min com paridade de gênero)

15h30 – Considerações finais

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

16h – Lanche

16h15 – Painel – ***QUEBRANDO BARREIRAS E ALARGANDO CAMINHOS: ENFRENTAMENTO ÀS OPRESSÕES E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PERMANENTES*** (mulheres, Pretas e Pretos)

Palestrantes:

- ✓ Vereadora Luana Alves
- ✓ Ana Paula Oliveira – Cofundadora e coordenadora do movimento Mães de Manguinhos
- ✓ Camila Costa Marques – Secretaria Municipal da Mulher e da Juventude na Prefeitura de Contagem

Intervalo

Atendendo as necessidades apresentadas pel@s neuro divergentes nos eventos da federação, faremos intervalo de 1 minuto, pausa para um café, água e troca de lugares, entre as apresentações dos convidad@s que ao final retornarão ao palco tod@s junt@s para as considerações finais.

17H – ***QUEBRANDO BARREIRAS E ALARGANDO CAMINHOS: ENFRENTAMENTO ÀS OPRESSÕES E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PERMANENTES*** (LGBT+ e PCD)

Palestrantes:

- ✓ Luna Leite – Diretora Executiva da Articulação Nacional de Trabalhadoras/es Trans e Travestis do Sistema de Justiça (ANTRAJUS).
- ✓ André Coelho – Presidente da Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência Região Sudeste da ABA – Associação Brasileira de Advogados.

Intervalo

Atendendo as necessidades apresentadas pel@s neuro divergentes nos eventos da federação, faremos intervalo de 1 minuto, pausa para um café, água e troca de lugares, entre as apresentações dos convidad@s que ao final retornarão ao palco tod@s junt@s para as considerações finais.

17h30 – ***QUEBRANDO BARREIRAS E ALARGANDO CAMINHOS: ENFRENTAMENTO ÀS OPRESSÕES E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PERMANENTES*** (Aposentados(as) e pensionistas e saúde do trabalhador)

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Palestrantes:

- ✓ Leonardo Pinho – Consultor Ad Hoc da Comissão Permanente de Direito ao Trabalho do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)
- ✓ Edison Haubert – Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas - Mosap ***Intervalo***

Atendendo as necessidades apresentadas pel@s neuro divergentes nos eventos da federação, faremos intervalo de 1 minuto, pausa para um café, água e troca de lugares, entre as apresentações dos convidad@s que ao final retornarão ao palco tod@s junt@s para as considerações finais.

18h – Debate: ***QUEBRANDO BARREIRAS E ALARGANDO CAMINHOS: ENFRENTAMENTO ÀS OPRESSÕES E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PERMANENTES*** (PCD, mulheres, pretas e pretos, LGBT+, aposentados(as) e pensionistas, saúde do trabalhador) ***Retorno de tod@s os palestrantes ao palco***

18h30 – Considerações finais dos/as palestrantes

19h30 - Encerramento do dia e do credenciamento dos titulares

19h30 às 22h30 – Jantar

<u>28/04 (Segunda-feira) 3º dia</u>

9h – Início do credenciamento das e dos suplentes – Mergulho nas águas: continuação da travessia coletiva

9h às 10h – Reunião das delegações, forças políticas e segmentos

10h30 às 11h30 – Reuniões dos GTs para debate e aprofundamento da pauta do Congrejufe

12h – <u>Encerramento TOTAL do credenciamento</u>

12h às 14h – Almoço

14h – ***CAMINHOS SEGUROS PARA A TRAVESSIA: REGRAS E DIRETRIZES PARA O PROCESSO ELEITORAL*** **(Votação do Regimento Eleitoral)**

Mesa Diretora: Comissão eleitoral:

15h – ***FORTALECENDO AS MARGENS DO RIO: ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA AVANÇAR NA LUTA***

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Breve Saudação

- ✓ Milton Rezende – Secretário Adjunto Executivo de Relações com os movimentos Sociais da CUT Nacional
- ✓ João Paulo – Secretaria de Serviços Públicos e do Trabalhador Público da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB
- ✓ Fabiano dos Santos – Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular Conlutas – CSP
- ✓ Pablo Ernesto Elizaláe Trindad – Asociación de Funcionários Judicales del Uruguay (AFJU)
- ✓ João Cayres – Internacional de Serviços Públicos (ISP)
- ✓ Salazar Cláudio Alejandro e Lorré Gonzalo Fabiãn – Federación Judicial Argentina (FJA)

Intervalo

Atendendo as necessidades apresentadas pelos neuro divergentes nos eventos da federação, faremos intervalo de 1 minuto, pausa para um café, água e troca de lugares, entre as apresentações dos convidados que ao final retornarão ao palco para as considerações finais.

15h25 – Painel – ***FORTALECENDO AS MARGENS DO RIO: ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA AVANÇAR NA LUTA*** **(Organização Sindical, mundo do trabalho e unidade dos trabalhadores/as)**

Palestrantes:

- ✓ Paulo Barela – Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular Conlutas
- ✓ Rodrigo Rodrigues Ferreira – Diretor do SINPRO-MG e Presidente do SINTEMD – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Municipal de Divinópolis MG.
- ✓ Marilane Teixeira – Professora e pesquisadora CESIT do Instituto de Economia da Unicamp
- ✓ Apresentação das teses que compõem o caderno de teses desse tema, já inscritas previamente, com 10 minutos para cada.

16h30 – Lanche

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

17h – Debate (10 inscrições de 3min com paridade de gênero)

17h30 – Considerações finais dos/as palestrantes

18h às 19h30 – ***TRANSPARÊNCIA NO CURSO DAS ÁGUAS: PRESTAÇÃO DE CONTAS E COMPROMISSO COM A RESPONSABILIDADE SINDICAL*** **[Prestação de contas** (maio de 2024 a março de 2025**)] Mesas diretoras:**

1. Apresentação da Prestação de contas (maio de 2024 a março de 2025): *Coordenação geral e financeira (Lucena Pacheco, Sandra Dias, Fabiano dos Santos, Soraia Marca e Paulo José)*
2. Apresentação do parecer do Conselho Fiscal: *Conselheiros Fiscais (Elôngio Moreira, Kelson Guarines, Mônica Genu, Maria Ires Graciano e Nelson da Costa)*
3. Votação das contas do período de maio de 2024 a março de 2025: *Coordenação Geral e Financeira*

19h30 – Encerramento

22h às 2h – Confraternização com a **banda *SABANNA***

<u>29/04/2025 (terça-feira) 4º dia</u>

9h – Reunião das delegações, forças políticas e segmentos

10h30 às 11h30 – Reuniões dos GTs para debate e aprofundamento da pauta do Congrejufe

12h às 14h – Almoço

14h – ***MOLDANDO O LEITO DO RIO: ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS E FORTALECIMENTO DA FENAJUFE*** **(Assembleia Geral para discussão e apreciação das propostas de alteração do estatuto da Fenajufe)**

16h – Lanche

16h15 – ***AS ÁGUAS QUE NOS MOVEM: PLENÁRIA FINAL PARA DEBATE E DELIBERAÇÃO DAS PROPOSTAS,*** prioritariamente na seguinte ordem: (Pauta de reivindicações, Plano de Lutas e Calendário de Mobilização; Conjuntura Internacional e Nacional; Opressões e Políticas Permanentes; Balanço da Gestão, Atuação da Fenajufe e Moções).

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

19h30 às 22h30 – Jantar

30/04/2025 (quarta-feira) 5º dia

9h às 10h – Reunião das delegações, forças políticas e segmentos

10h – ***AS ÁGUAS QUE NOS MOVEM: PLENÁRIA FINAL PARA DEBATE E DELIBERAÇÃO DAS PROPOSTAS*** (plenária final continuação)

12h às 14h – Almoço

14h – *AS ÁGUAS QUE NOS MOVEM: PLENÁRIA FINAL PARA DEBATE E DELIBERAÇÃO DAS PROPOSTAS* (plenária final continuação)

16h – Lanche

16h30 – **Apresentação das chapas à Diretoria Executiva da Fenajufe e dos candidatos(as) ao Conselho Fiscal da Fenajufe**

Mesa diretora: Comissão Eleitoral

19h – *A RENOVAÇÃO DAS ÁGUAS* (Eleição da Diretoria Executiva da Fenajufe e do Conselho Fiscal da Fenajufe - gestão 2025/2028)

Condução: Comissão Eleitoral

19h30 às 22h30 – Jantar

Após homologação do resultado – Posse da Diretoria Executiva da Fenajufe e do Conselho Fiscal da Fenajufe (gestão 2025/2028)

1º/05/2025 (quinta-feira) 6º dia

9h – Participação em atividade local de 1º de maio

12h às 14h – Almoço

14h – ***AS ÁGUAS QUE NOS MOVEM: PLENÁRIA FINAL PARA DEBATE E DELIBERAÇÃO DAS PROPOSTAS*** (continuação) e **Encerramento do 12º Congrejufe**

19h30 às 22h30 – Jantar

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

02/05/2025 (sexta-feira) 7º dia

Deslocamento das delegações aos estados de origem

Capítulo VI - Dos Grupos de Trabalhos

Art. 10 - Os delegados, as delegadas, os observadores e as observadoras serão divididos(as) em grupos de trabalho para aprofundamento e discussão das propostas.

Parágrafo 1º - O número do grupo de trabalho que o delegado, a delegada, observador e a observadora participarão está identificado no crachá do congressista.

Parágrafo 2º - Cada Grupo de Trabalho elegerá um(a) coordenador ou coordenadora e um(a) secretário ou secretária, que poderão ser mantidos(as) ou renovados(as) em cada uma das sessões do grupo.

Parágrafo 3º - A intervenção de delegados, delegadas, observadores e observadoras nos Grupos de Trabalho se dará pela ordem de inscrição, cabendo, ao secretário ou secretária, anotar os inscritos e, ao coordenador ou coordenadora, submeter ao Grupo o encerramento das inscrições.

Parágrafo 4º - A cada um dos inscritos e das inscritas é assegurada a palavra durante no máximo três minutos.

Capítulo VII - Das Propostas de Resolução ao 12º Congrejufe

Art. 11 - Serão aceitas Propostas de Resolução para discussão e deliberação no 12º Congresso Nacional da Fenajufe, seguindo as normas deste capítulo.

Art 12 - As Propostas de Resolução a serem apresentadas deverão tratar exclusivamente da pauta do 12º Congresso Nacional da Fenajufe.

Parágrafo 1º - Em cumprimento à Portaria MTE nº 3.472/2023, que dispõe sobre os procedimentos para o registro das entidades sindicais no Ministério do Trabalho e Emprego, as propostas de alteração estatutária foram recepcionadas até o dia 03/02/2025, seguiram para análise de constitucionalidade pela assessoria jurídica nacional e publicou-se no Diário Oficial de União Edital de Convocação de Assembleia Geral a ser realizada em 29/04/2025, às 14h, no auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, com a finalidade de discutir e

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

deliberar, nos termos do art. 15, § 1º, do Estatuto, sobre as Propostas de Alteração do Estatuto da Fenajufe, observada a seguinte pauta: emendas substitutivas, aditivas ou supressivas para (i) art. 2º: incisos e parágrafo único; (ii) art. 10: §§; (iii) art. 12: caput; (iv) art. 14, §§ 1º, 2º e 7º; (v) art. 19, § 3º; (vi) art. 20-B, caput e §§; (vii) art. 20-E, parágrafo único; (viii) art. 20-F, incisos; (ix) art. 20-G, caput; (x) art. 20-H, inciso II; (xi) art. 20-J; (xii) art. 21, caput e § 1; (xiii) art. 23-A; (xiv) art. 26, inciso I; (xv) art. 35, caput.

Parágrafo 2º - As propostas de **Conjuntura internacional e nacional; Pauta de reivindicações, plano de lutas e calendário de mobilização; Organização sindical; Opressões e políticas permanentes; Balanço da gestão e atuação da Fenajufe e Moções** deverão ser enviadas pelo formulário eletrônico por link a ser posteriormente disponibilizado ou através do QR Code, divulgado no evento, até as 23h59min do dia 28/04.

Parágrafo 3º - A Fenajufe não aceitará propostas de resolução que não estiverem de acordo com os critérios e formato especificado.

Parágrafo 4º - A relatoria do 12º Congresso Nacional da Fenajufe elaborará caderno com as propostas de resolução inscritas previamente e durante o Congrejufe nos prazos estabelecidos nos parágrafos 3º e 4º a serem discutidas e votadas no 12º Congresso Nacional da Fenajufe.

Parágrafo 5º - Os cadernos de propostas serão disponibilizados no grupo de WhatsApp do 12º Congrejufe e no telão para acompanhamento dos congressistas.

Parágrafo 6º - Antes de iniciada a votação das Propostas de Resolução, os proponentes, as proponentes e/ou defensores e defensoras poderão apresentar, à mesa diretora, por escrito, a sua retirada.

Parágrafo 7º - As Propostas de Resolução retiradas serão consideradas prejudicadas e não serão levadas à votação.

Capítulo VIII - Dos Organismos do Congresso

Art. 13 - O 12º Congresso Nacional da Fenajufe será composto pelos seguintes órgãos:

I – Plenárias;

II - Mesas Diretoras das Plenárias;

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

III - Organização do Congresso (Diretoria Executiva); e

IV – Comissão Eleitoral.

Art. 14 - As Plenárias são o órgão máximo do Congresso, tendo competência para deliberar em última instância sobre a pauta do Congrejufe, sobre as propostas de resolução apresentadas, sobre os recursos a ela submetidos, sobre as moções e sobre as demais questões atinentes ao temário do Congresso, observando este Regimento.

Art. 15 - As Mesas Diretoras das Plenárias serão compostas por até cinco membros, ocupando as atribuições: um(a) coordenador(a), um(a) secretário(a) e um(a) relator(a), cujos nomes serão indicados pela Diretoria Executiva e homologados pelas Plenárias.

Art. 16 – A Comissão Eleitoral, que organizará e conduzirá o processo eleitoral, será composta por 7 (sete pessoas), sendo 5 (cinco) titulares e 2 (dois) suplentes, todos(as) participantes delegados, delegadas, observadores ou observadoras e eleitos(as) pela Plenária do Congresso.

Parágrafo 1º – A Comissão Eleitoral será fiscalizada por 1 (um ou uma) representante de cada chapa inscrita.

Parágrafo 2º - Nenhum membro da Comissão Eleitoral e das mesas coletoras poderá integrar qualquer uma das chapas concorrentes à Diretoria Executiva ou candidatar-se a cargo no Conselho Fiscal.

Parágrafo 3º – O prazo para inscrição das Chapas para composição da Comissão Eleitoral inicia com a aprovação deste Regimento Interno e finaliza com o início da apresentação da(s) Chapa(s) no dia 27/04, conforme programação disposta no Capítulo V acima.

Parágrafo 4º - A eleição dos membros da Comissão Eleitoral será realizada por meio de Chapa, com indicação de 5 titulares e 2 suplentes; na hipótese de inscrição de mais de uma Chapa, a votação ocorrerá de forma proporcional aos votos conquistados em Plenário.

Capítulo IX - Das Inscrições

Art. 17 - A inscrição no plenário se dará por meio da entrega do crachá na mesa diretora.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Art. 18 - Caso o número de inscrições exceda o tempo necessário para discussão prevista na programação, a mesa diretora fará o sorteio dos crachás, garantindo a paridade de gênero, sendo previamente divulgada a relação dos sorteados na ordem do sorteio ou da inscrição.

Parágrafo 1º - Caso o participante sorteado (a) desista de fazer a intervenção, será substituído(a) pelo (a) próximo (a) da fila do sorteio.

Parágrafo 2º - É vedado ao participante sorteado ceder e/ou dividir tempo de fala.

Capítulo X - Do Processo de Votação

Art. 19 - Cada delegado e delegada credenciado(a) terá direito a um voto, pessoal e intransferível.

Parágrafo Único – Não será admitido voto por delegação, ou em substituição de delegado credenciado e ausente.

Art. 20 - A votação das Propostas de Resolução respeitará prioritariamente a seguinte ordem: alteração estatutária; conjuntura internacional e nacional; pauta de reivindicações; plano de lutas e calendário de mobilização; organização sindical; opressões e políticas permanentes; balanço da gestão e atuação da Fenajufe; moções.

Art. 21 - Apresentada a proposta e realizados os debates (defesa e contestação), será encaminhada à votação pela Mesa Diretora.

Parágrafo 1º – A votação sobre os temas de alteração estatutária, pauta de reivindicações, plano de lutas e calendário de mobilização, será antecedida da apresentação das propostas que deverão ser lidas, podendo receber destaque para quem discordar.

Parágrafo 2º - As propostas que não forem destacadas durante a sua leitura, serão consideradas aprovadas automaticamente ou votadas em bloco.

Parágrafo 3º - Para a votação das propostas destacadas, a Mesa concederá um minuto para a apresentação de cada destaque apresentado.

Parágrafo 4º - Caso exista dúvida sobre a proposta de resolução encaminhada, será solicitado pela Mesa esclarecimento das dúvidas diretamente com os autores da proposta.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Parágrafo 5º - Apresentadas as propostas de resolução, a Mesa encaminhará a abertura das respectivas defesas contra e a favor, iniciando sempre pela proposta contrária, no prazo máximo de 3 (três) minutos cada.

Parágrafo 6º - A critério da Mesa Diretora e com referendo do Plenário, as resoluções poderão ter mais de uma defesa a favor ou contra, pelo tempo que ela estipular, não excedendo a 3 (três) minutos cada.

Parágrafo 7º - Para viabilizar a construção de acordo em plenário, é permitido aos proponentes a fusão, supressão ou alteração de textos das propostas, desde que tratem do mesmo assunto, independentemente do(s) artigo(s) ou parágrafo(s), e que sejam enviados para a relatoria da plenária.

Art. 22 - A defesa das propostas será concedida aos oradores e às oradoras previamente inscritos(as) junto à Mesa.

Parágrafo único – Caso haja mais de um(a) orador(a) inscrito, a mesa recomendará a divisão de defesa entre os oradores; caso exista divergência, indicará pela ordem de precedência.

Art. 23 – Encerradas as apresentações das defesas, a mesa indagará ao plenário se há necessidade de outros esclarecimentos.

Parágrafo 1º - Serão reabertas as defesas somente se houver manifestação da maioria do Plenário sobre novos esclarecimentos.

Parágrafo 2º - O resultado da votação poderá observar o contraste na votação do Plenário.

Parágrafo 3º - Em caso de dúvida por parte da Mesa, será feita a contagem dos votos.

Art. 24 - As questões de ordem serão decididas pela Mesa e em grau de recurso pelo Plenário, devendo dizer respeito exclusivamente à ordem dos trabalhos e da pauta.

Parágrafo Único - Não serão aceitas questões de ordem, esclarecimentos ou encaminhamentos durante o regime de votação.

Art. 25 - As questões de ordem, pedidos de esclarecimento serão feitas em 1 (um) minuto.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Art. 26 - As deliberações referentes a alterações no Estatuto exigirão a aprovação da maioria absoluta (50% mais um) dos votos do total de Delegados e Delegadas das Entidades Filiadas credenciados ao Congresso, conforme disposição estatutária vigente e disposto no art. 12, parágrafo primeiro, deste Regimento Interno.

Art. 27 - As votações das resoluções sobre os demais temas serão contabilizadas a partir da contagem dos crachás, podendo-se observar o contraste na votação.

Parágrafo 1º - Em caso de dúvida por parte da Mesa, na votação por contraste, será feita a recontagem dos votos.

Parágrafo 2º - Caso haja mais de uma oradora ou orador inscrita/o, a Mesa recomendará a divisão de defesa entre os oradores, caso exista divergência, indicará pela ordem de precedência.

Art. 28 - A alteração/flexibilização de prazos regimentais para apresentação de propostas ou inscrição de chapas será levada à decisão de Plenário, quanto à incidência de caso fortuito ou motivo de força maior.

Art. 29 - As questões de ordem serão decididas pela Mesa e em grau de recurso pelo Plenário, devendo dizer respeito exclusivamente à ordem dos trabalhos e da pauta, tendo o solicitante um minuto para se expressar.

Parágrafo Único - Não serão aceitas questões de ordem, esclarecimentos ou encaminhamentos durante o regime de votação.

Art. 30 - Nos casos de abstenção, poderá ser concedido 1 (um) minuto à delegada ou ao delegado para declaração de voto.

Parágrafo 1º - Havendo apenas 10 (dez) inscrições será garantida a manifestação de todos inscritos.

Parágrafo 2º - Caso o número de inscrições supere o número de 10 (dez), haverá sorteio dos crachás entregues à Mesa, garantindo a paridade de gênero.

Capítulo XI - Do Processo de Eleição

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Art. 31 - O processo eleitoral da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Fenajufe será regido por Regimento Eleitoral, a ser elaborado pela Comissão Eleitoral e aprovado pelo plenário.

Capítulo XII - Das Disposições Gerais

Art. 32 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e pelas Plenárias do 12º Congresso Nacional da Fenajufe.

ANEXO III

REGIMENTO ELEITORAL DA FENAJUFE

(APROVADO NO 12º CONGREJUFE)

Seção I – Do Processo Eleitoral

Art. 1º As eleições para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da FENAJUFE serão realizadas no dia 30 de abril de 2025.

Art. 2º O processo eleitoral será organizado e conduzido por uma Comissão Eleitoral, composta por 5 (cinco) titulares e 2 (dois) suplentes delegados e delegadas ou observadores e observadoras do Congresso, eleitos (as) pela Plenária do Congresso, e será fiscalizado por 1 (um/uma) representante de cada chapa inscrita.

Parágrafo único. Nenhum membro da Comissão Eleitoral e das mesas coletoras poderá integrar qualquer uma das chapas concorrentes à Diretoria Executiva ou candidatar-se a cargo no Conselho Fiscal.

Art. 3º À Comissão Eleitoral compete:

I — organizar o processo eleitoral;

II — designar os membros das mesas coletoras;

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

III — fazer as comunicações e publicações previstas neste Regimento;

IV — preparar a relação dos votantes;

V — confeccionar as cédulas eletrônicas junto a empresa MANDUÁ TECNOLOGIA com supervisão da área TI (Tecnologia da Informação) da FENAJUFE e preparar todo o processo eleitoral;

VI — decidir sobre impugnação de candidaturas;

VII — decidir sobre quaisquer outras questões referentes ao processo eleitoral;

VIII — apurar, proclamar e dar publicidade do resultado do pleito;

IX — encaminhar à mesa dos trabalhos para deliberação do plenário os recursos contra suas decisões; e

X — dar posse à Diretoria Executiva eleita, bem como aos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo único — A Comissão Eleitoral será dissolvida com a posse dos eleitos.

Seção II – Das Chapas para a Diretoria Executiva

Art. 4º As chapas para a Diretoria Executiva serão inscritas junto à Comissão Eleitoral a partir da aprovação deste Regimento, entre 8h e 10h do dia 30 de abril de 2025, mediante requerimento assinado por pelo menos 1 (um/uma) de seus membros, no qual constarão o nome da chapa, o nome completo de todas e todos as (os) suas (seus) integrantes com indicação de suas respectivas delegações e 2 (dois) telefones de contato.

§1º Só poderão ser inscritas (os) para serem votadas as delegadas e os delegados e observadoras e observadores, credenciadas e credenciados no Congresso.

§2º Nenhum (a) candidato (a) poderá inscrever-se em mais de 1 (uma) chapa concorrente. Ocorrendo tal hipótese, a candidata ou candidato deverá indicar imediatamente em qual das chapas concorrerá. Caso a candidata ou candidato não se manifeste, será excluída/o das chapas onde constar seu nome e estas chapas serão convocadas imediatamente para complementação.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

§3º É vedado concorrer cumulativamente a cargo na Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal. Ocorrendo tal hipótese, aplica-se, no que couber, o disposto no parágrafo anterior.

§4º Do número dos membros inscritos, cada chapa preencherá o mínimo de 30% de quota para negras e negros (pretas ou pretos e pardas ou pardos) e 50% de quota para mulheres.

§5º As negras e negros (pretas ou pretos e pardas ou pardos) e as mulheres inscritas/os serão autodeclarados, ao responsável pela inscrição da chapa.

§6º O responsável pela inscrição da chapa reproduzirá, no ato da inscrição, a autodeclaração dos membros inscritos.

Art. 5º A Comissão Eleitoral publicará a lista das chapas inscritas que tiverem cumprido as exigências deste regimento até 12h do mesmo dia.

Art. 6º O prazo para impugnação das chapas será entre 12h e 12h30.

§1º Os casos de impugnação serão analisados pela Comissão Eleitoral, sendo a publicação da homologação, ou não, dos registros realizada até 14h30.

§2º Recursos quanto à homologação deverão ser entregues entre 14h30 e 15h à Comissão Eleitoral.

§3º A Comissão Eleitoral encaminhará os recursos até 15h10 à mesa dos trabalhos que os submeterá ao Plenário.

Art. 7º Os sorteios da ordem das chapas e das candidatas e dos candidatos ao Conselho Fiscal serão realizados às 12h30, garantida a participação de representante de cada chapa inscrita e das candidatas e candidatos ao Conselho Fiscal.

Art. 8º A apresentação das candidatas e dos candidatos ao Conselho Fiscal e das chapas da Diretoria Executiva será no dia 30 de abril de 2025, entre 16h30 e 18h.

§1º Será facultado a cada candidata e candidato ao Conselho Fiscal que desejar fazer uso da palavra o tempo de 2 (dois) minutos para sua apresentação.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

§2º Em seguida, cada chapa inscrita terá 10 (dez) minutos para apresentar suas propostas, respeitada a ordem do sorteio da chapa.

Seção III – Da Eleição para o Conselho Fiscal

Art. 9º A eleição do Conselho Fiscal será efetuada em conjunto com a da Diretoria Executiva, mediante votação apartada, com os nomes das candidatas e dos candidatos, na ordem do sorteio, inscritas e inscritos individualmente, nos termos previstos neste regimento.

Art. 10. A inscrição de candidatas e dos candidatos ao Conselho Fiscal somente será realizada pela (o) interessada(o) e seguirá os mesmos prazos das chapas.

Art. 11. Cada eleitora ou eleitor poderá votar em até 3 (três) candidatas ou candidatos para o Conselho Fiscal.

Art. 12. Serão eleitas/os para o Conselho Fiscal, na condição de titulares, as 3 (três) candidatas ou candidatos inscritas/os que obtiverem as maiores votações individuais, e, como suplentes, as 3 (três) candidatas ou candidatos mais votadas (os) na sequência.

Parágrafo único. O critério de desempate a ser adotado será a idade, dando-se preferência à candidata ou ao candidato de idade mais elevada.

Seção IV – Do (a) Eleitor (a) e do Sigilo do Voto

Art. 13. É eleitora e eleitor toda delegada e todo delegado credenciada/o para participação no CONGREJUFE.

Art. 14. O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

I — uso de cédulas eletrônicas contendo o número e o nome de todas as chapas homologadas e das candidaturas individuais ao Conselho Fiscal;

II — isolamento do (a) eleitor (a) para o ato de votar;

III — verificação de autenticidade da cédula eletrônica (semelhante à zerésima) pelos membros da Comissão Eleitoral, mediante geração de chave criptográfica assimétrica junto

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

a empresa MANDUÁ TECNOLOGIA e supervisão da área de TI (Tecnologia da Informação) da FENAJUFE, nos termos das normas da entidade certificadora ICP – BRASIL (Instituto de Chaves Públicas Brasileiras);

IV – a segurança das chaves criptográficas é garantida pela metodologia *PaillierCryptosystem* e do *Algoritmo de Compartilhamento Secreto de Shamir*;

V — emprego de cédulas eletrônicas que assegurem a inviolabilidade do voto;

VI — é vedada a produção de imagem da cédula eletrônica de votação.

Seção V – Das Cédulas Eletrônicas

Art. 15. A votação será realizada em cédulas eletrônicas apartadas para Direção Executiva e Conselho Fiscal.

Seção VI – Das Mesas Coletoras

Art. 16. Serão instaladas até 8 (oito) mesas coletoras, compostas por membros indicados pela Comissão Eleitoral, garantida a representação das chapas, com lista alfabética das delegadas e dos delegados.

§1º As votações serão realizadas em ambiente presencial.

§2º Cada chapa concorrente poderá indicar até 3 (três) fiscais, devidamente identificados, para acompanhar o trabalho de votação no recinto, sendo permitido o revezamento.

Seção VII – Da Votação

Art. 17. A votação ocorrerá das 19h até 21h do dia 30 de abril de 2025.

Art. 18. Iniciada a votação, cada eleitora e eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois de identificada/o através do crachá e documento oficial ou identidade funcional, ambos original com foto, ou aplicativo oficial, realizará a votação e ao final assinará a lista de votação.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Parágrafo Único - Serão observadas as prioridades às eleitoras e eleitores nos termos da lei.

Art. 19. Serão gerados relatórios com o nome de todas as eleitoras e todos os eleitores votantes.

Art. 20. À hora designada para o encerramento da votação, havendo fila serão distribuídas senhas, do último colocado na fila para o primeiro, devendo as eleitoras e os eleitores permanecerem na fila de espera.

Seção VIII – Da Apuração

Art. 21. Imediatamente após o término do prazo estipulado para votação, instalar-se-á a mesa apuradora, constituída pelos membros da Comissão Eleitoral, facultada a presença de um representante de cada uma das chapas, iniciando-se a apuração.

Parágrafo único. Aos representantes das chapas à Direção Executiva e aos candidatas e candidatos ao Conselho Fiscal é facultada a fiscalização da apuração dos votos para o Conselho Fiscal.

Art. 22. Os votos serão contabilizados pela empresa MANDUÁ TECNOLOGIA, sendo que a mesa verificará se o número deles coincide com o de votantes.

§1º Se o número de votos for igual ao número de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

§2º Havendo quaisquer divergências entre o número de votos e o número de votantes, a Comissão Eleitoral analisará a irregularidade.

§3º Apresentando eventuais divergências no cadastro de quaisquer eleitores aptos, os votos serão computados em separado (sigilosa e eletronicamente) para fins de regularização do cadastro, garantindo a lisura do pleito e a votação das delegadas e dos delegados que se encontrem nessa situação.

§4º A exclusão do voto não implicará a anulação da urna.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Art. 23. Para efeito de cálculo dos votos válidos serão desprezados os votos nulos e em branco.

Seção IX – Da Distribuição dos cargos da Diretoria Executiva

Art. 24. A distribuição dos cargos à Diretoria Executiva se dará a partir da proporcionalidade qualificada, considerando-se a seguinte fórmula:

I – Divide-se o número total de votos válidos, nos termos do artigo 23, por 17 (dezessete), considerando-se quatro casas decimais;

II – O número de cargos de cada chapa será definido dividindo-se o total de votos da chapa pelo resultado obtido no item I, considerando-se quatro casas decimais;

III — Havendo sobra de fração, os cargos serão distribuídos considerando-se a maior fração pela ordem.

IV – Adotar-se-á o mesmo procedimento em relação aos 07 (sete) suplentes, ajustando-se o divisor do item I por 7 (sete).

Art. 25. A escolha proporcional qualificada dos cargos à Diretoria Executiva se dará da seguinte forma:

I — A chapa que obtiver o maior número de votos faz a primeira escolha. Após, divide-se seu número de votos por dois, procedendo-se nova comparação com o resultado das outras chapas, sucessivamente até atingir o número de vagas que cada chapa conquistou na proporcionalidade, conforme artigo 24 e incisos.

II — Em caso de empate na pontuação, escolhe primeiro a chapa que obteve o maior número de votos no conjunto da votação.

III — Em caso de empate no número de votos no conjunto da votação, será realizado sorteio no preenchimento da respectiva vaga.

Seção X – Do Anúncio dos Resultados

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Art. 26. Após a apuração dos votos para a Diretoria Executiva, a Comissão Eleitoral anunciará o número de cargos que caberá a cada chapa, bem como a ordem de escolha dos cargos, iniciando-se de imediato a apuração dos votos para o Conselho Fiscal.

Seção XI – Da Proclamação dos Resultados

Art. 27. Após a contagem dos votos, o anúncio dos resultados e a indicação pelas chapas dos nomes que integrarão a nova Diretoria Executiva, na ordem em que figuram na nominata no momento da inscrição da chapa, a Comissão Eleitoral proclamará a composição da Diretoria Executiva eleita, bem como do Conselho Fiscal, lavrando a ata respectiva.

§1º. A ata registrará data e horário de início e encerramento dos trabalhos, local da eleição, o resultado da apuração, com especificação do número de votos e votantes, os votos atribuídos a cada chapa e às candidatas e aos candidatos ao Conselho Fiscal, os votos em branco e nulos, o resultado geral da apuração e a relação nominal das eleitas e dos eleitos.

§2º. A ata de apuração será assinada pelos membros da Comissão Eleitoral e pelos fiscais.

Seção XII – Disposições Eleitorais Gerais

Art. 28. A posse dos eleitos, obedecida a ordem em que figuram na nominata no momento da inscrição da chapa, ocorrerá imediatamente, após a homologação do resultado.

Art. 29. As decisões da Comissão Eleitoral serão tomadas por unanimidade, sendo as divergências levadas para decisão do plenário do CONGREJUFE.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, cabendo recursos ao plenário do CONGREJUFE.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

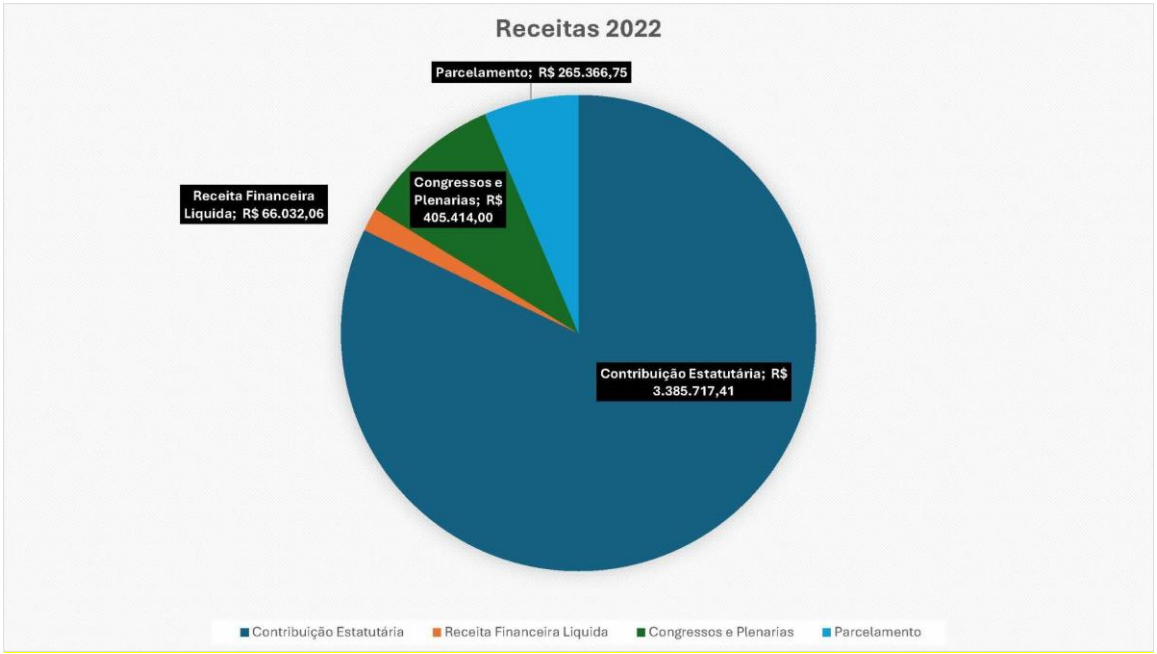
ANEXO IV

GRÁFICOS GESTÃO FINANCEIRA - PRESTAÇÃO DE CONTAS

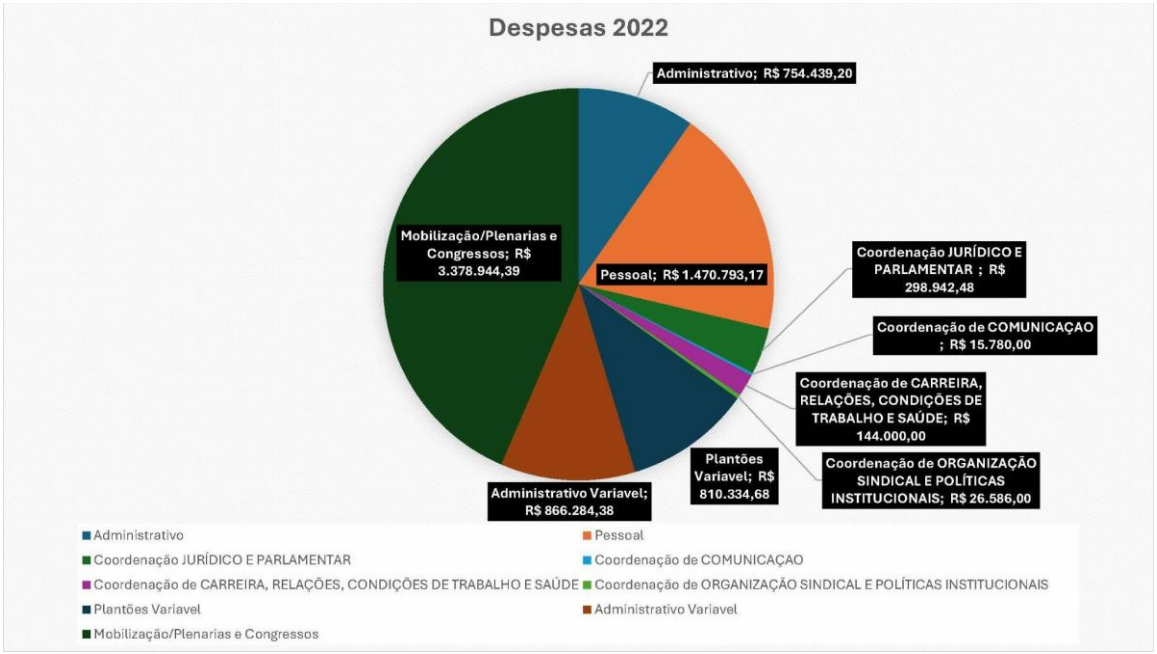
FOZ DO IGUAÇU — ABRIL/2025
12º Congrejufe
SINJURA Sinjuspar FENAJUFE

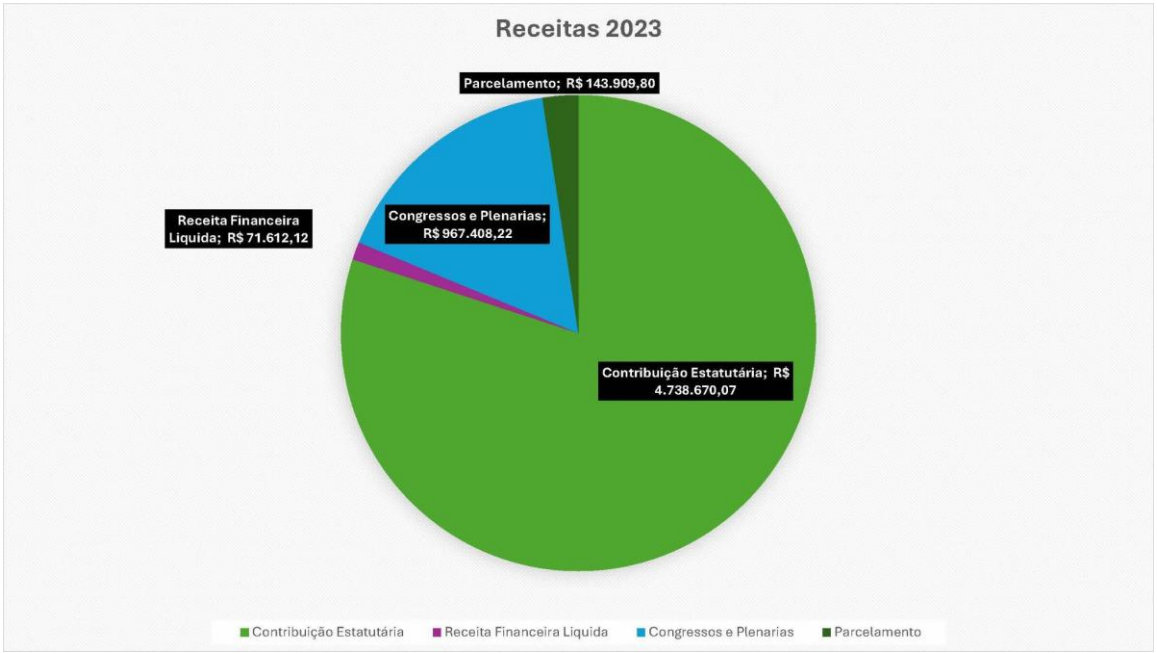
12º Congrejufe

Prestação de Contas

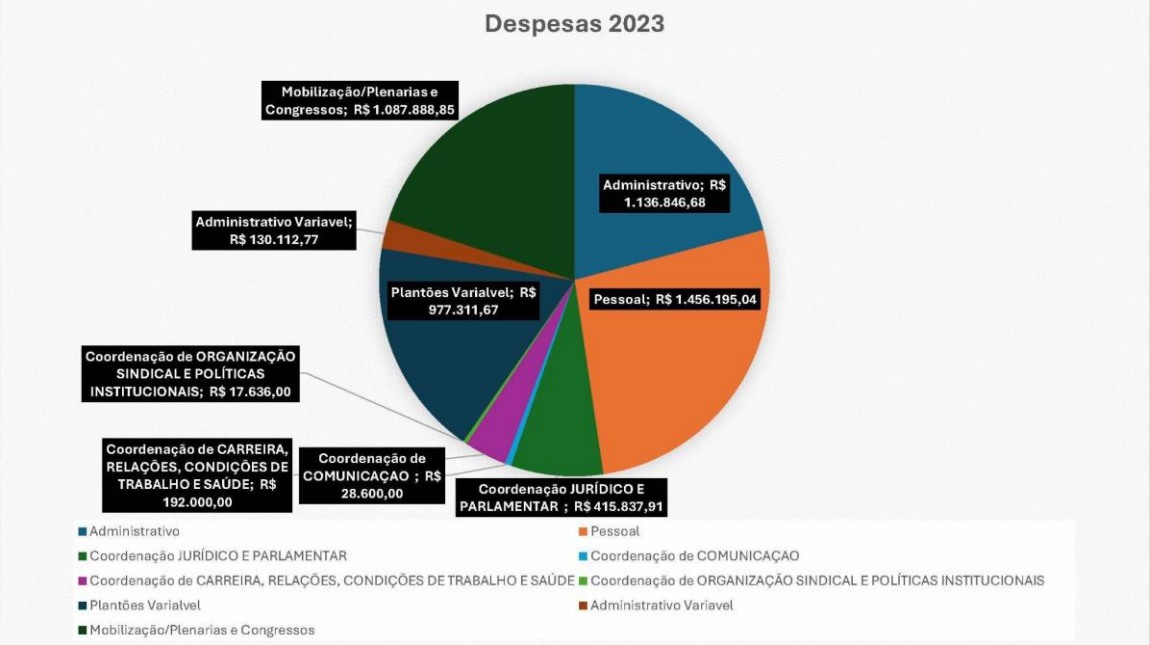


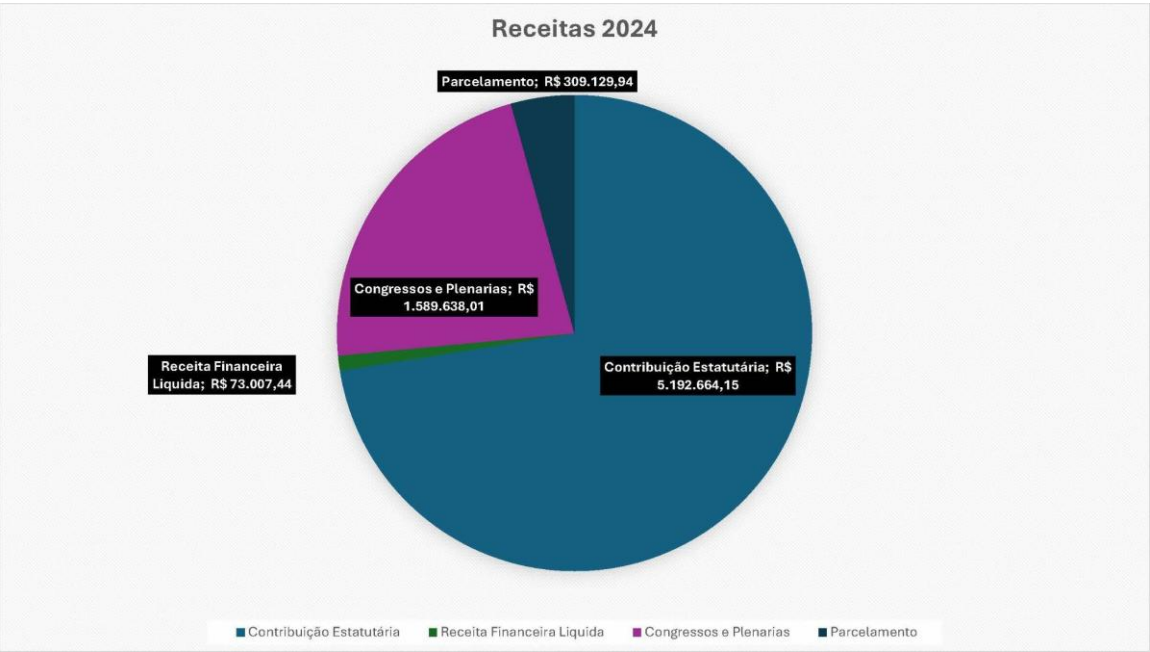
Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9



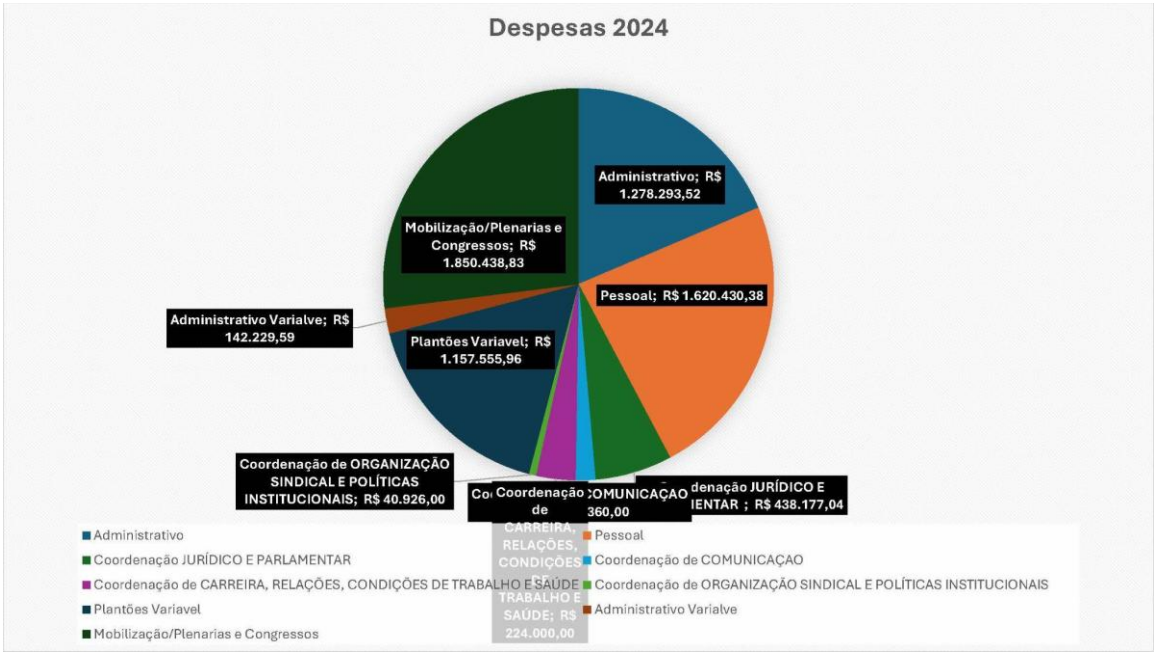


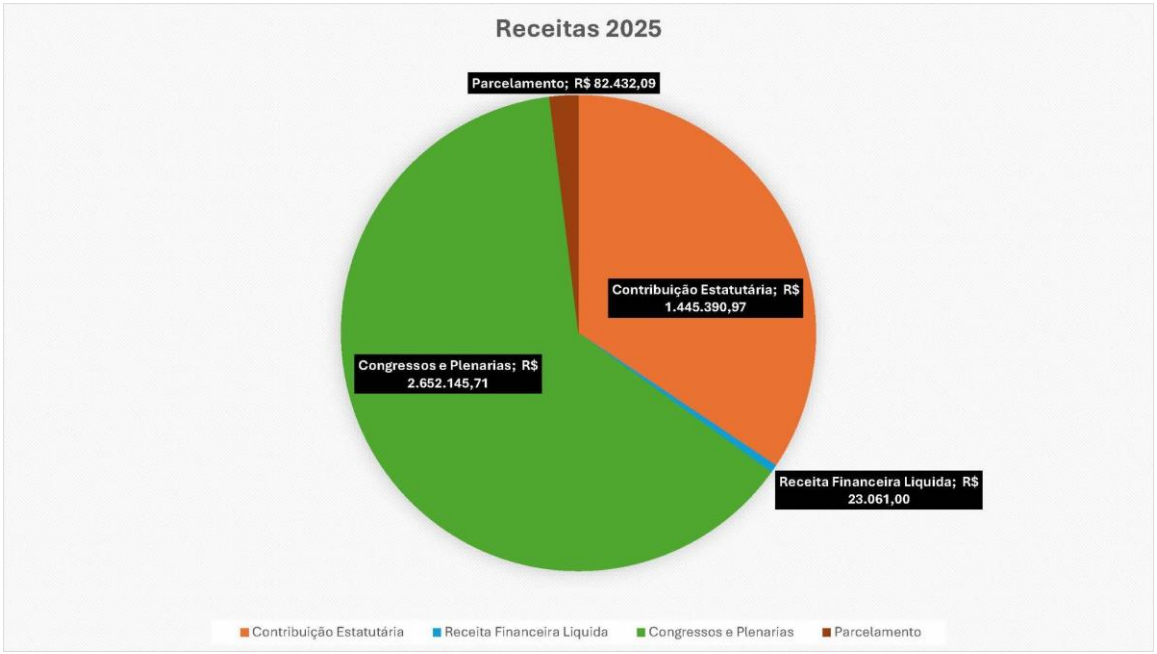
Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9



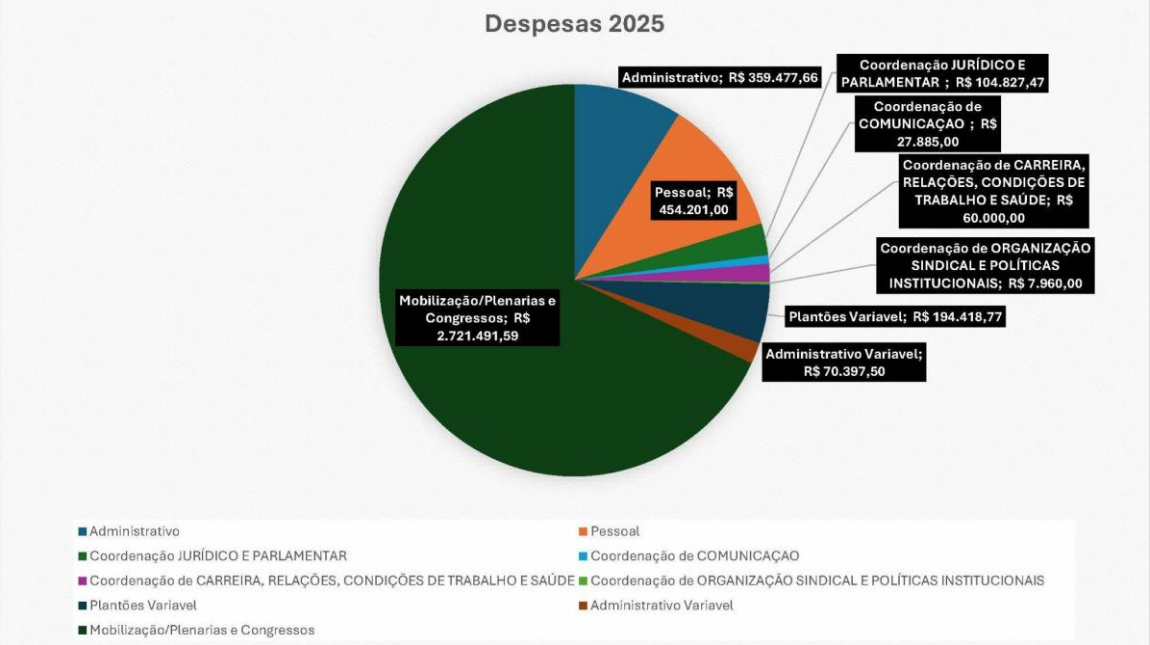


Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9





Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9



Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ANEXO V

PARECER DO CONSELHO FISCAL

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

PARECER FINAL SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DA FENAJUFE – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União – Gestão 2022/2025.

Local: Foz do Iguaçu/PR

Início: 09:00 horas do dia 26.04.2025

Término: 18:00 horas do dia 28.04.2025.

Aos 28 dias do mês de abril de 2025, em Foz do Iguaçu/PR, em conformidade aos termos do Estatuto da FENAJUFE - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, art. 29 e art. 32 a 34, o Conselho Fiscal da FENAJUFE reuniu-se para fiscalizar o desempenho contábil e financeiro desta Federação, verificar a exatidão dos registros, dos documentos contábeis e financeiros visando dar parecer final sobre as contas referentes ao período da gestão 2022/2025, a saber, período compreendido entre abril de 2022 e março de 2025.

Conselheiros Fiscais presentes:

Elôngio Moreira dos Santos Júnior - Sinjeam/AM

Kelson Nogueira Guarines - Sintrajurn/RN

Mônica Genú Soares - Sindjuf /PA-AP

Presidiu a reunião o Conselheiro Elôngio Moreira Santos Júnior, secretariado pelo Conselheiro Kelson Nogueira Guarines, acompanhado pela Conselheira Mônica Genú Soares, pelo Gerente Administrativo da Fenajufe, Jhonatan Moraes e a Auxiliar de Contabilidade, Jéssica Araújo do Bomfim.

Os membros do Conselho Fiscal, tendo em vista o que se segue:

- O resultado das reuniões ocorridas em 12 e 13 de novembro de 2022, 18 e 19 de março de 2023, 19 e 20 de agosto de 2023, 30 de setembro a 01 de outubro de 2023, 23 a 25 de novembro de 2023, de 08 a 10 de março de 2024, de 23 a 25 de maio de 2024, 14 a 15 de setembro de 2024, 18 e 19 de janeiro de 2025

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

e 26 a 28 de abril de 2025 (conforme atas anexas) de verificação dos relatórios e registros contábeis;

- O exame dos documentos e a conferência dos balancetes de verificação, conciliando-os com os respectivos extratos bancários de todo o período da gestão;
- A análise dos documentos contábeis que compõem as contas do período da gestão, tais como, Balanço Geral, a Demonstração de Resultados e os demais demonstrativos;
- Por último, a apresentação das certidões negativas de regularidade (em anexo).

Pelo exposto acima, opinam que as demonstrações contábeis refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da FENAJUFE, em 31 de março de 2025 (conforme relatório financeiro anexo). Por esse motivo, por **UNANIMIDADE**, este Conselho Fiscal é **FAVORÁVEL À APROVAÇÃO** das contas do Período compreendido entre 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2025, pela Plenária do XII do CONGREJUFE.

Foz do Iguaçu, 28 de abril de 2025.

Elôngio Moreira dos Santos Júnior – SINJEAM/AM

Kelson Nogueira Guarines – SINTRAJURN/RN

Mônica Genú Soares – SINDJUF/PA-AP

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ANEXO VI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE REFORMA ESTATUTÁRIA

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3 ISSN 1677-7069 Nº 208, sexta-feira, 25 de outubro de 2024

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS CLUBES ESPORTIVOS

CNPJ 05.232.628/0001-36

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

De conformidade com o disposto no Estatuto Social da Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES, especialmente quanto à alínea "g", inciso II, do artigo 19, combinada com a alínea "c" do artigo 32, ficam convocados os delegados dos Sindicatos filiados para Reunião Extraordinária, a ser realizada no dia 7 de novembro de 2024, às 17h00 em primeira convocação e às 17h30 em segunda convocação, no Costão do Santinho Resort, Estrada Vereador Onildo Lemos, 2505 - Praia do Santinho, Florianópolis/SC, para deliberação acerca da seguinte Ordem do Dia:
a) analisar, discutir e aprovar a proposta do período de realização do Congresso Brasileiro de Clubes com a utilização dos recursos destinados pela Lei nº13.756, de 12 de dezembro de 2018, para capacitação, formação e treinamento de gestores de Clubes sociais;

Campinas-SP, 4 de outubro de 2024.
ARIALDO BOSCOLO
Presidente da FENACLUBES

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Cumprindo a deliberação da Diretoria Executiva, as Coordenadoras Gerais e o Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE, entidade de classe com sede no SCS Quadra 2, Bloco C, Lote 22, Salas 312 a 318 - Ed. Serra Dourada, CEP: 70.300-902, Brasília - DF, convocam os sindicatos no gozo de seus direitos de entidades filiadas e a Comissão Pró-Fenajufe DF para o 12º Congresso Nacional Ordinário da Fenajufe (12º Congrejufe) a realizar-se nos dias 26, 27, 28, 29, 30 de abril e 1º de maio de 2025, no Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500 - Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu - PR - CEP: 85.863-000, para discutir a seguinte pauta: Regimento Interno do 12º Congrejufe, análise de relatório e recursos se houver (Estatuto Seção VI, Art. 30 e Art. 13, VII); Conjuntura internacional e nacional; Eleição da comissão eleitoral; Pauta de reivindicações, plano de lutas e calendário de mobilização; Opressões e políticas permanentes; Regimento eleitoral; Prestação de contas (maio de 2024 a março de 2025); Alteração estatutária e organização sindical; Balanço da gestão e atuação da Fenajufe; Eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Com critérios de participação definidos pelo estatuto da Fenajufe.

Brasília-DF, 23 de outubro de 2024.
LUCENA PACHECO MARTINS
Coordenadora-Geral

SANDRA CRISTINA DIAS
Coordenadora-Geral

FABIANO DOS SANTOS
Coordenador-Geral

FITA AZUL TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA

CNPJ/ME - 22.507.975/0002-24- NIRE nº 2690078018-7

ATO Nº 2, DE 22 DE OUTUBRO DE 2024

A Empresa FITA AZUL TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - Filial JABOATÃO dos GUARARAPES, torna público o Edital de Termo de Responsabilidade nº 114/2024.

FELIPE VILELA FREY
Sócio Administrador

ANEXO

EDITAL DE TERMO DE RESPONSABILIDADE Nº 114/2024

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "FITA AZUL TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA", NIRE 26900780187, CNPJ 22.507.975/0002-24, localizada na Rodovia BR - 101 - Sul, s/n, Km86,76, Galpão A2, Prazes, Jaboatão dos Guararapes/PE, CEP: 54335-000, Sr. Felipe Vilela Frey, portador do RG nº 4xx.xxx.xxx-x - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 3xx.xxx.xxx-xx, assinou em 14/10/2024 o Termo de Responsabilidade nº 114/2024, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. Marcio Massao Shimomoto. Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

CNPJ/ME - 22.507.975/0010-34- NIRE nº 3590672282-8

ATO Nº 2, DE 22 DE OUTUBRO DE 2024

A Empresa FITA AZUL TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - Filial CAJAMAR, torna público o Edital de Termo de Responsabilidade nº 115/2024.

FELIPE VILELA FREY
Sócio Administrador

ANEXO

EDITAL DE TERMO DE RESPONSABILIDADE Nº 115/2024

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "FITA AZUL TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA", NIRE 35906722828, CNPJ 22.507.975/0010-34, localizada na Avenida Ribeirão dos Cristais, nº 500, Jardim São Geraldo, Cajamar/SP, CEP: 07775- 240, Sr. Felipe Vilela Frey, portador do RG nº 4x.xxx.xxx-x - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 3xx.xxx.xxx-xx, assinou em 14/10/2024 o Termo de Responsabilidade nº 115/2024, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. Marcio Massao Shimomoto. Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVAÍ E JUNDIAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2024

Comunicamos que está aberta a Licitação (Pregão Eletrônico nº 001/2024) pelo tipo Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de limpeza para a Fundação Agência das Bacias PCJ. Esta licitação será realizada no dia 08 de novembro de 2024 pelo sistema eletrônico e-licitações do Banco do Brasil, com acesso em https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico. O Edital completo encontra-se à disposição no site www.agencia.baciaspcj.org.br e no site www.comitespcj.org.br.

Piracicaba, SP, 23 de outubro de 2024.
EDUARDO MASSUH CURY.
Pregoeiro.

SERGIO RAZERA
Diretor-Presidente.

FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratante: Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa. Contratada: PROMEGA BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. Objeto: Aquisição de Gotaq G2. Valor respectivo de R$3.268,00. Processo web: 22250/2024, para realização do projeto: 4227 - HYDRO/UFPA/FADESP ECOSISTEMAS AQUATICOS. Amparo legal: Inciso I do Artigo 74 Lei 14.133/2021. Homologação: Diretor Executivo - Prof. Dr. Roberto Ferraz Barreto pela Fadesp.

FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA E CIÊNCIA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Convênio: 966832/2024. Projeto: "Estabelecer um programa de monitoramento de contaminantes em água e solo nos ambientes afetados pelas enchentes que oco...". OBJETO: Material de uso e consumo. FORNECEDOR: WATERS TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA (00.158.141/0001-37). VALOR: R$ 15.217,75. OBJETO: Serv. terceiros pessoa jurídica. FORNECEDOR: WATERS TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA (00.158.141/0001-37). VALOR: R$ 4.412,10. LEI 14.133/21, ARTIGO 74, I. Maiara Silva(Com. Licitações).

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contrato: 051/2019. Projeto: "Diagnóstico virológico.". OBJETO: Material de uso e consumo. FORNECEDOR: BIOGEN BIOTECNOLOGIA E QUIMICA LTDA (05.009.232/0001-24). VALOR: R$ 15.530,00. LEI 14.133/21, ARTIGO 74, I. Maiara Silva(Com. Licitações).

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 97/2024

Objeto: Manutenção no Espectrômetro de Massa Delta V Advantage, que atenderá as demandas do Departamento de Geologia da UFPE.
Empresa Contratada: SENS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. Fundamento Legal: Art. 33 da IN-CD/FNDCT/MCTI 01/2010, c/c o inciso I do Art.74 da Lei nº 14.133/21 com suas alterações. Fonte de recursos: Convênio FINEP no Nº 01.19.0171.02. Valor estimado R$ 27.000,00. Reconhecido e ratificado por Profa. Maira Galdino da Rocha
Pitta, Diretora Presidente da Fade-UFPE.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 102/2024

Objeto: Manutenção corretiva em analisador elementar 241L1502201-2400 CHN, Series II Anlyzer CE-230V, com troca de peças, que atenderá as demandas do Departamento de Química Fundamental da UFPE.
Empresa Contratada: PERKINELMER DO BRASIL ANALITICA LTDA. Fundamento Legal: Art. 33 da IN-CD/FNDCT/MCTI 01/2010, c/c o inciso I do Art.74 da Lei nº 14.133/21 com suas alterações. Fonte de recursos: Convênio FINEP no Nº 01.19.0171.02. Valor estimado R$ 241.381,87. Reconhecido e ratificado por Profa. Maira Galdino da Rocha
Pitta, Diretora Presidente da Fade-UFPE.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 106/2024

Objeto: Aquisição de peças para o Espectrômetro de Massa Delta V Advantage, que atenderá as demandas do Departamento de Geologia da UFPE.
Empresa Contratada: SENS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. Fundamento Legal: Art. 33 da IN-CD/FNDCT/MCTI 01/2010, c/c o inciso I do Art.74 da Lei nº 14.133/21 com suas alterações. Fonte de recursos: Convênio FINEP no Nº 01.19.0171.02. Valor estimado R$ 16.980,64. Reconhecido e ratificado por Profa. Maira Galdino da Rocha
Pitta, Diretora Presidente da Fade-UFPE.

FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 34/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A FAURGS torna pública a abertura de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado n.º 34/2024, visando à contratação para o cargo de C.01 - Coordenador de Campo - Especialista em Saúde da Pessoa Idosa, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Inscrição: via internet no site do TelessaúdeRS-UFRGS no endereço: www.telessauders.ufrgs.br, no período de 25 de outubro de 2024 a 04 de novembro de 2024. O Edital completo estará à disposição para consulta, no mesmo período, nos sites www.portalfaurgs.com.br e www.telessauders.ufrgs.br. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones (51) 3308.2160 - 3308.2092 de segunda à sexta-feira das 08h30min às 17h.

Porto Alegre, 24 de outubro de 2024.
CRISTIANE TERESINHA DOMINGUES DE SOUZA
Gerente Administrativa

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO
Espécie: Termo Aditivo nº 07.014.000.02/24. Data de Assinatura: 15/10/2024. Contratada: FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP. OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira, Quarta, Décima Segunda, Décima Terceira e do Cronograma Físico-Financeiro, não importará em qualquer custo adicional ao Contrato. CONTRATANTE: Josiel Urbaninho de Arruda. CONTRATADO: Jaime Arturo Ramírez. Convênio: CENPES/HIBERNAÇÃO.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ANEXO VII

ATA DA ASSEMBLEIA REFORMA ESTATUTÁRIA

MOLDANDO O LEITO DO RIO: ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS E FORTALECIMENTO DA FENAJUFE

Ata da Assembleia Geral de discussão e apreciação das propostas de alteração do estatuto da Fenajufe realizada durante o 12º Congrejufe

Às quatorze (14) horas do dia vinte e nove (29) de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), no auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, em Foz do Iguaçu, Paraná, teve início a Assembleia Geral convocada conforme Edital publicado no Diário Oficial da União em 28 de março de 2025.

Compuseram a mesa diretora dos trabalhos a coordenadora Paula Meniconi e os coordenadores Thiago Duarte e Manoel Gérson. Thiago apresentou uma proposta de encaminhamento com o objetivo de agilizar os trabalhos: conceder o tempo de 10 minutos para que todas as pessoas presentes pudessem consultar o caderno e verificar as propostas de seu interesse. Encerrado esse tempo, a mesa passaria a ler apenas o número e o título das propostas. Caso alguma fosse reivindicada, seguiria para discussão; caso contrário, seria descartada e não entraria em pauta.

O coordenador Gérson informou que as propostas 13, 16 e 22 foram retiradas pelos proponentes. Thiago então questionou se havia acordo com o procedimento apresentado e o submeteu ao regime de votação. Após a apuração dos votos favoráveis, contrários e abstenções, declarou a proposta de encaminhamento aprovada.

Encerrados os 10 minutos, a mesa informou que, para aprovação de qualquer mudança estatutária, seria necessário o quórum de 205 votos favoráveis, considerando o credenciamento de 407 delegadas e delegados ao Congrejufe.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Em seguida, iniciou-se a chamada das propostas, sendo reivindicadas para discussão as seguintes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21 e 23.

Ato contínuo, as propostas reivindicadas foram lidas para registro de destaque e submetidas à votação, uma a uma. Foram consideradas aprovadas aquelas que atingiram 205 votos favoráveis ou mais, ficando, dessa forma, aprovadas as seguintes propostas:

Proposta 1. Fazer a flexão de gênero em todo o estatuto, à exemplo da Resolução CNJ nº 376/2021, para cumprimento da Lei nº 12.605/2012, inclusive adaptação textual em alguns artigos e padronização de numeração (incisos e parágrafos) conforme ABNT;

Proposta 2. Capítulo I - DA FEDERAÇÃO E SEUS OBJETIVOS, Seção I - Da Constituição, Denominação, Sede, Foro e Duração, Art. 1º, § 1° A Fenajufe é uma entidade representativa de caráter sindical das entidades filiadas das trabalhadoras e dos trabalhadores do Judiciário da União e do MPU, pautada nos princípios da democracia, justiça social e na defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. A Federação tem caráter feminista, anticapacitista, antirracista, antiLGBTfóbica, anticapitalista e antifascista, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, e aos órgãos do Poder Judiciário da União e Ministério Público da União, combatendo todas as formas de discriminação e promovendo a inclusão e equidade no ambiente sindical e social;

Proposta 6. Capítulo III - DA ORGANIZAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO - Seção I - Das Instâncias de Deliberação, Art. 10, § 1º As representações proporcionais em todas as instâncias da Fenajufe deverão ter, inclusive na Diretoria Executiva, composição mínima de paridade de gênero e 30% (trinta por cento) de pessoas negras, indígenas e/ou quilombolas. § 2º Sempre que possível, as representações proporcionais em todas as instâncias da Fenajufe terão, inclusive na Diretoria Executiva, composição mínima de 10% (dez por cento) de pessoas LGBTQIAPN+, sobretudo pessoas transgêneras e/ou travestis, e 10% (dez por cento) de pessoas com deficiência. § 3º A proporcionalidade dos parágrafos primeiro e segundo deverá ocorrer de maneira interseccional, sempre que possível. § 4º

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Serão autodeclaradas as pessoas negras (pretas ou pardas), conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e as mulheres. § 5º Na hipótese de não haver a composição mínima de representantes definida no parágrafo segundo, em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas conforme prevê este Estatuto, as vagas remanescentes serão revertidas para as demais pessoas interessadas;

Proposta 10. Seção II - Do Congresso Nacional, Art. 14, § 7º As membras e os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal são Observadoras e Observadores natos ao Congresso da Fenajufe;

Proposta 19 unificada com a proposta 21. Seção IV - Da Diretoria Executiva da Fenajufe - Art. 21. A Diretoria Executiva da Fenajufe será composta, de forma colegiada, pelos seguintes cargos: I – 3 (três) Coordenadoras e Coordenadores Gerais, no total; II – 2 (duas/dois) Coordenadoras e Coordenadores de Finanças, no total; III – 3 (três) Coordenadoras e Coordenadores de Seguridade Social, no total; IV – 09 (nove) Coordenadoras e Coordenadores Executivos, no total; V – 7 (sete) Suplentes. Art. 23-A. São atribuições de Coordenadoras e Coordenadores de Seguridade Social: I – organizar o acervo legislativo relativo à seguridade social de servidores públicos, em especial servidores públicos federais vinculados ao Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União, relativamente às políticas de saúde, assistência e de custeio dos regimes próprio, geral e de previdência complementar, assim como de concessão de benefícios previdenciários; II – avaliar, monitorar e promover diligências junto aos órgãos públicos e parlamentares, entidades de previdência, pública ou complementar, visando obter informações de interesse da categoria sobre seguridade social, esclarecer dúvidas, reunir dados para prestar orientações à Coordenação Geral, às demais coordenadoras e coordenadores e entidades sindicais filiadas à Fenajufe; III – promover ações junto a outras entidades sindicais e organizações correlacionadas com vistas a elaborar e disseminar informações necessárias ao esclarecimento da categoria, à preservação ou ampliação de direitos relacionados com a seguridade social dos servidores públicos federais; IV –

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

realizar, em consonância com as diretrizes da Coordenação Geral e instâncias deliberativas, outras atividades relacionadas com sua área de atuação.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada pela mesa diretora.

ANEXO VIII

RESOLUÇÕES DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

PROPOR ALTERAÇÃO INTEGRAL DO ESTATUTO

Proposta de alteração estatutária para uso da flexão de gênero, à exemplo da Resolução CNJ nº 376/2021, para cumprimento da Lei nº 12605/2012.

Resultado da Votação
FAVORÁVEIS: 207
CONTRÁRIO: 0
ABSTENÇÃO: 0

SUBSTITUIR CAPÍTULO I – SEÇÃO I – ART. 1º - PARÁGRAFO 1º
SEÇÃO DO DOCUMENTO (conteúdo original): Parágrafo 1° – A FENAJUFE é uma entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, e aos órgãos do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União.

Substituir por: Parágrafo 1º - A FENAJUFE é uma entidade representativa de caráter sindical das entidades filiadas das trabalhadoras e dos trabalhadores do Judiciário da União e do MPU, pautada nos princípios da democracia, justiça social e na defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. A Federação tem caráter anticapacitista, antirracista, feminista, anti LGBTfóbica, anticapitalista e antifascista, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, e aos órgãos do Poder Judiciário

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

da União e Ministério Público da União, combatendo todas as formas de discriminação e promovendo a inclusão e equidade no ambiente sindical e social.

Resultado da Votação
FAVORÁVEIS: 206
CONTRÁRIO: 0
ABSTENÇÃO: 0

CAPÍTULO III – SEÇÃO I – ART. 10º - PARÁGRAFO ÚNICO TIPO DE EMENDA: SUBSTITUTIVA

SEÇÃO DO DOCUMENTO (conteúdo original): Parágrafo Único – As representações proporcionais em todas as instâncias da FENAJUFE deverão ter paridade de gênero, inclusive na diretoria executiva [4].

Substituir por: Parágrafo Primeiro - As representações proporcionais em todas as instâncias da FENAJUFE deverão ter, inclusive na diretoria executiva, composição mínima de paridade de gênero e 30% (trinta por cento) de pessoas negras, indígenas e/ou quilombolas. Parágrafo Segundo – Sempre que possível, as representações proporcionais em todas as instâncias da FENAJUFE terão, inclusive na diretoria executiva, composição mínima de 10% de pessoas LGBTQIAPN+, sobretudo pessoas trans e/ou travestis, e 10% de pessoas com deficiência. Parágrafo Terceiro - A proporcionalidade dos Parágrafos Primeiro e Segundo deverá ocorrer de maneira interseccional, sempre que possível. Parágrafo Quarto – Serão autodeclaradas as pessoas negras (pretas ou pardas), conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e as mulheres. Parágrafo Quinto - Na hipótese de não haver a composição mínima de representantes definida no Parágrafo Segundo, em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas conforme prevê este Estatuto, as vagas remanescentes serão revertidas para as demais pessoas interessadas. AUTORA: Sandra Cristina Dias - SP APOIO: Proposta do Coletivo de Pretas e Pretos da Fenajufe apoiado pelo Coletivo de

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Pessoas LGBTQIAPN+ e pelo Coletivo de Pessoas com Deficiência da Fenajufe ENDOSSOS: Lourdes Helena de Jesus da Rosa, Carlos Felipe dos Santos e Renata Nascimento de Oliveira.

DEPOIS DO CAPÍTULO III – SEÇÃO II – ART. 14 – PARÁGRAFO 7º TIPO DE EMENDA:

Adicionar: Art. 14o - Compõem o Congresso: Parágrafo 7o - Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal são Observadores natos ao Congresso da FENAJUFE.

Resultado da Votação
FAVORÁVEIS: 207
CONTRÁRIO: 0
ABSTENÇÃO: 0

DEPOIS DE CAPÍTULO III – SEÇÃO IV – ART. 21 TIPO DE EMENDA:

Adicionar o texto: Altera o artigo 21 e cria o art. 23-A no Estatuto para institui a Coordenação de Seguridade e Previdência Social no âmbito da Diretoria Executiva da Fenajufe. **“**Art. 21 – A Diretoria Executiva da FENAJUFE será composta, de forma colegiada, pelos seguintes cargos: 3 (três) Coordenadores Gerais; 2 (dois) Coordenadores de Finanças; 3 (três) Coordenadores de Seguridade Social; 09 (nove) Coordenadores Executivos; 7 (sete) Suplentes” **“**Art. 23-A – São atribuições dos Coordenadores de Seguridade Social: a) Organizar o acervo legislativo relativo à seguridade social dos servidores públicos, em especial os servidores públicos federais vinculados ao Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União, relativamente às políticas de saúde, assistência e de custeio dos regimes próprio, geral e de previdência complementar, assim como de concessão de benefícios previdenciários; b) Avaliar, monitorar e promover diligências junto aos órgãos públicos e parlamentares, entidades de previdência, pública ou complementar, visando obter informações de interesse da categoria sobre seguridade social, esclarecer dúvidas, reunir dados para prestar orientações à Coordenação Geral, aos

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

demais coordenadores e entidades sindicais filiadas à Fenajufe; c) Promover ações junto a outras entidades sindicais e organizações correlacionadas com vistas elaborar e disseminar informações necessárias ao esclarecimento da categoria, com vistas a preservação ou ampliação de direitos relacionados com a seguridade social dos servidores públicos federais; d) Realizar, em consonância com as diretrizes da Coordenação Geral e instâncias deliberativas, outras atividades relacionadas com sua área de atuação."

Resultado da Votação
FAVORÁVEIS: 207
CONTRÁRIO: 0
ABSTENÇÃO: 03.

ANEXO IX

RESOLUÇÕES CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

O MUNDO RUMO AO CAOS E A OFENSIVA SOBRE OS DIREITOS DOS TRABALHADORES PARA FINANCIAR A GUERRA.

O Mundo rumo ao caos e a ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores para financiar a guerra

1. O 12º Congresso da Fenajufe, realizado entre 26 de abril e 1º de maio, acontece num período agudo da situação mundial. Na nossa recente tradição, este tema tem ficado em segundo plano. Neste congresso, seria grave repetir este erro, pois não se trata de uma nova

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

página na conjuntura, mas uma de virada. Esta nova situação traz impactos ao Brasil, aos trabalhadores do mundo e a luta por nossas reivindicações.

2. O resultado da eleição nos Estados Unidos não diz respeito apenas ao povo estadunidense. As primeiras decisões e gestos de Donald Trump, mostram, sem nenhum fingimento, o quanto o "predador dominante" (nas palavras do deputado republicano do Tenessee, Andy Ogles) está disposto a usar de todos os meios (econômicos, políticos e militares) para reorganizar todas as relações de dominação em escala global, da mesma forma, no interior de seu próprio país (demissão de servidores, perseguição de opositores, perdão aos invasores do Capitólio, prisão aos estudantes contra o genocídio em Gaza, restrições ao direito ao aborto, obscurantismo, etc). Resta saber o que Trump será realmente capaz de fazer. É, em última análise, a crise do sistema capitalista que se manifesta e se insere no desenvolvimento da situação internacional: o conflito entre os Estados Unidos e a China; o genocídio do povo palestino e suas consequências internacionais; a ofensiva para demolir o coração industrial da Europa e desenvolver a economia de guerra.

3. A derrota de Biden/Kamala entre outros fatores, é produto do aumento de preços dos alimentos e moradia nos EUA (25%), também da frustração com a precária situação de 144 milhões de trabalhadores não-sindicalizados. A sansão foi clara.

4. Como escreve o jornal "Financial Times": "Dos democratas estadunidenses aos conservadores britânicos, da coligação 'Ensemble', de Emmanuel Macron [França], aos liberais-democratas japoneses, passando pelo BJP, outrora dominante, de Narendra Modi na Índia, os partidos no poder e seus dirigentes sofreram uma série de reveses sem precedentes neste ano. Todos os partidos no poder que se apresentaram em eleições em países desenvolvidos recuaram eleitoralmente. É a primeira vez que isso acontece na história, com dados que remontam a 1905". E conclui: "É possível que nenhum partido ou personalidade possa escapar da atual onda mundial de rejeição aos governantes".

5. Deportações e guerra comercial: nenhum país resistirá sozinho

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

6. Entre outas medidas, Donald Trump planeja deportar 11 milhões de imigrantes em situação irregular, destes 230 mil são brasileiros. Nas américas, ele explora a dependência comercial com os EUA. O México exporta 76,8% de sua produção para aquele país, Canadá, 74,5%, Honduras, 51%, República Dominicana, 49,6%, o Brasil aparece em 9º lugar com 10,7%. Os chamados "governos progressistas" podem e devem convocar todos os demais governos para a resistência comum à ofensiva de Trump e suas retaliações.

7. Apesar da vontade de esmagar este povo, o povo palestino quer viver

8. A extrema facilidade com que Trump impôs o cessar-fogo em Gaza mostra o quanto os Estados Unidos tinham, desde o começo, controle total sobre o genocídio do povo palestino. Contudo a interrupção da ação genocida de Israel não foi motivada por motivos humanitários. As manifestações no interior de Israel pelo cessar-fogo bem como as que ocorreram em todo o mundo, exerceram uma pressão indiscutível.

9. Num cessar-fogo frágil, milhares voltam à Gaza em ruínas. Mostram a vontade de um povo que apesar do horror e da destruição, quer vivem em suas terras. Trump defende a remoção forçada dos moradores de Gaza para outros locais, como a Jordânia e o Egito, sem o direito de retorno. Segundo convenções internacionais esta manobra configura uma limpeza étnica. Nossa Federação e os sindicatos devem, portanto, se engajar nas iniciativas de solidariedade e resistência ao povo palestino, ponta de lança da resistência dos povos à ação do imperialismo.

10. Ofensiva de Trump chega ao ataque contra a soberania brasileira

11. Para além das ameaças comerciais, anexação de territórios estrangeiros e criação de uma "Riviera" em Gaza, a ofensiva de Donald Trump também se deu sobre judiciário brasileiro. Em 26 de fevereiro, o Departamento de Estado estadunidense acusou o Brasil de tomar medidas "incompatíveis com valores democráticos" em referência a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) de remover conteúdos de usuários de redes sociais e, no caso de descumprimento das ordens, aplicar multas e bloqueios.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

12. O que está em jogo é a independência formal do Judiciário como parte da soberania formal do Brasil. Esta ingerência deve ser rechaçada pelos trabalhadores e trabalhadoras do judiciário federal.

13. Conjuntura nacional

14. As reivindicações do povo brasileiro não cabem no arcabouço fiscal

15. Comemoramos a vitória de Lula sobre Bolsonaro em 2022. Se trata de uma conquista do povo brasileiro apesar da onda de mentiras sobre urnas fraudadas, isenções eleitoreiras, assédio eleitoral e manobras criminosas para impedir votos no nordeste. As medidas de Trump para o funcionalismo em 2025 permitem projetar no Brasil o que seria a continuidade de um mandato de Bolsonaro em 2022.

16. O Brasil tomou conhecimento da dimensão da manobra golpista frustrada em 2022. Com o conhecimento da cúpula militar e financiamento de empresários, bolsonaristas invadiram as sedes dos 3 poderes com a facilitação da Polícia Militar de Brasília. Além disso, planejavam matar Lula, seu vice e um ministro do STF. As dezenas de acampamentos golpistas em frente aos quartéis ocorreram com o aceite de militares, governadores e prefeitos. Na proporção de sua responsabilidade, todos devem ser punidos, civis e militares de todas as patentes.

17. Passados dois anos, os programas sociais foram reestabelecidos. O número de empregos cresceu, contudo a desregulamentação do trabalho, as terceirizações e a informalidade pesam sobre os trabalhadores. Os ganhos salariais foram consumidos pelo aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis.

18. É preciso alimentar as condições para a revogação das reformas da previdência, da reforma trabalhista e da lei das terceirizações. Esse congresso fará? Se não fizer, o povo brasileiro confirmará que com esse congresso não dá. Embalado pelas emendas parlamentares bilionárias, o congresso chegou ao ponto de não votar o orçamento de 2025

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

(talvez vote em março) numa chantagem permanente por mais emendas, cujo preço final nunca chegará o fim.

19. No quadro do apodrecimento das instituições, não para a onda infindável de penduricalhos autoconcedidos pela magistratura estadual e federal. Ela é condenável não só porque inviabiliza uma política de recomposição salarial dos servidores do PJU, mas também porque eleva o patamar do histórico patrimonialismo histórico do judiciário brasileiro. É um obstáculo à democracia e a existência de um Poder que realmente esteja voltado para as necessidades da população.

20. Os sinais de apodrecimento não param nos penduricalhos. Diversos Tribunais de Justiça (TJs) têm sido alvo de investigações que envolvem vendas de sentenças, falsificação de documentos, heranças sacadas irregularmente entre outros casos. Até agora figuram sete Tribunais estaduais na lista, o do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, São Paulo, Espírito Santo e Maranhão, além do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

21. Está claro que o judiciário não se autorreformará. Qualquer mudança virá de fora e deve contar com a ação do povo brasileiro. No México, a saída para um novo judiciário se dá a partir da eleição de 7 mil magistrados. No Brasil está discussão deve ser aberta.

22. Fato é que uma profunda reforma é necessária. É urgente uma reforma política que estabeleça uma verdadeira democracia, que se passe a limpo o judiciário que nunca deixou de se constituir como uma casta a serviço da classe dominante desde os tempos do Brasil Império. É preciso criar as condições políticas para a convocação de uma constituinte soberana, passo que deve ser dado também pelo próprio governo como única via de se livrar do cerco do Centrão e do jogo institucional sem saída.

23. Com arcabouço fiscal não dá.

24. No final de dezembro de 2024 foi aprovado no Congresso Nacional o pacote fiscal proposto pelo governo Lula. Além de limitações ao acesso do Benefício de Prestação

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Continuada (BPC), o Congresso também aprovou a limitação do crescimento real do salário mínimo. Pelas novas regras, os reajustes anuais do salário mínimo passam a levar em conta a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos 12 meses anteriores, mais a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo ano anterior ao ano vigente, mas limitado no máximo a 2,5% acima da inflação e não podendo ficar abaixo de 0,6%. Na prática, o novo valor do salário mínimo em 2025 (R$ 1.518,00) ficou R$ 10 menor por conta da nova regra.

25. Esta limitação já havia sido aprovada para os gastos públicos colocando em risco a aprovação de concursos públicos, reestruturação de carreiras, ampliação e manutenção de universidades e mais que isso, criando uma bomba relógio para os gastos na previdência e o financiamento da saúde e da educação. É preciso colocar fim ao arcabouço fiscal e de seus gatilhos. As demandas da população não cabem nestas limitações.

26. Sem anistia! Prisão para todos os golpistas de 1964 e 2022!

27. A vitória de “Ainda Estou Aqui” no Oscar - com mais de 5 milhões de espectadores – ajudou a colocar na pauta a luta pela punição dos golpistas do presente e do passado. No carnaval de 2025 milhões de foliões nas ruas gritavam “sem anistia!”. No Rio de Janeiro, na terça de carnaval, milhares de pessoas dançaram e protestaram em frente ao prédio onde mora o general reformado do Exército José Belham. O militar foi acusado pelo Ministério Público Federal de responsável pelo desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva das dependências do DOI-CODI, em 1971, mas o caso está parado no Supremo Tribunal Federal.

28. O STF formou maioria para definir que três processos que tratam de vítimas da ditadura, entre eles o de Rubens Paiva, deverão ter “repercussão geral”, ser vinculantes. Isso pode abrir uma brecha na lei da auto-anistia dos militares para puni-los, além de rever a situação dos aposentados e os descendentes que vivem das rendas do Estado.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

29. Da mesma forma, é preciso punir todas altas patentes e civis envolvidas na tentativa golpista de 8 de janeiro de 2022, para além dos 34 já denunciados pela Procuradoria Geral da República (PGR), tanto os que agiram como que cooperaram com os acampamentos e ficaram calados.

1. MUNDO EM TRANSE. DEFENDER A SOBERANIA NACIONAL E A DEMOCRACIA COM DIREITOS SOCIAIS E SERVIÇOS PÚBLICOS CONTRA O NEOFASCISMO E O IMPERIALISMO

2. Num mundo sob o domínio do capital financeiro, que busca a todo custo, cada vez mais, a acumulação de capital, cresce a ojeriza à democracia, com o aumento de intervenções em governos que apresentem, minimamente, o desejo de implementar políticas antineoliberais. Proliferam também teorias econômicas que sustentam os interesses do capital financeiro. Neste sentido vemos crescentemente a adoção, por parte de movimentos políticos, governos e setores empresariais, das teses da escola austríaca de Von Mises e Hayek. No Brasil, o Instituto Mises virou a escola da extrema-direita. É de assustar, por exemplo, o culto que se faz ao livro Democracia: O deus que falhou, de Hans-Hermann Hoppe, utilizado em aulas deste Instituto, onde se pode ler, por exemplo: "... eles (os democratas e comunistas) terão de ser fisicamente separados e expulsos da sociedade. Da mesma forma, em uma aliança fundada com a finalidade de proteger a família e os clãs, não pode haver tolerância para com aqueles que habitualmente promovem estilos de vida incompatíveis com esse objetivo. Eles – os defensores de estilos de vida alternativos, avessos à família e a tudo que é centrado no parentesco (como por exemplo, o hedonismo, o parasitismo, o culto da natureza e do meio ambiente, a homossexualidade ou o comunismo) – terão de ser também removidos da sociedade para que se preserve a ordem libertária".

3. Assim se moldam os grupos de extrema direita, não mais dispersos e isolados, mas articulados organicamente no mundo. É preciso dizer que esta articulação e disseminação da extrema-direita têm sido "auxiliada" pela desilusão causada por governos

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

"progressistas" que se omitem ou se dispõem a aplicar os planos de austeridade, neoliberais, em cada canto do mundo.

4. A ânsia insaciável pelo lucro avança sobre os serviços e bens públicos, destrói a soberania dos países ditos periféricos, avança sobre direitos sociais e trabalhistas em alianças com essas ideologias de extrema direita fascistas, com o propósito de manter o controle social. A "pauta de costumes" tem papel relevante e atacam violentamente avanços que camadas oprimidas conquistaram com suas lutas durante séculos. As mulheres, o povo negro e povos originários, a população LGBTQIA+, cuja opressão é necessária para a manutenção do próprio capitalismo, têm enfrentado violência e intolerância.

5. Na atual fase do capitalismo neoliberal financeirizado, o mundo do trabalho do qual a Classe Trabalhadora extrai seu sustento é cada vez mais desregulado, precarizado, excludente e violento.

6. Fator central dessa conjuntura é maior degradação (nos campos político, econômico, tecnológico, ideológico) da hegemonia dos EUA, acelerando a derrocada da ordem unipolar ante a emergência de uma multipolaridade inconclusa, com fortalecimento de polos regionais (sobretudo no Sul global - incluindo Brasil). Consolida-se mudança do eixo econômico para o Oriente, com destaque para a China e sua embrionária transição ao socialismo. A reação do imperialismo decadente é intensificar a truculência geopolítica, se valendo de guerras regionais para manter sua hegemonia, lucrar com indústria de armas e buscar sua sobrevivência.

7. Assistimos literalmente o projeto de genocídio da população Palestina pelo regime sionista de Israel, na luta pelo controle do Oriente Médio. Tudo isso, sob o olhar paralisado da ONU, que mesmo com a avaliação do horror que se desenrola, não age, tendo como freio o poder de veto dos EUA, principal sustentáculo do governo terrorista do Estado de Israel, no Conselho de Segurança. O frágil acordo de cessar-fogo não projeta nenhum projeto de reconhecimento do Estado Palestino e proteção para o povo.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

8. A volta do magnata de extrema-direita Trump, associado a outros como Elon Musk, à presidência dos EUA entronizou no comando do imperialismo e sua poderosa máquina estatal o fascismo do século 21 (neofascismo), como um instrumento mais abertamente reacionário e terrorista do capital, conforme ainda atual definição de Dimitrov. O slogan trumpista M.A.G.A enverga todo o figurino do fascismo descrito por Konder: anticomunismo, liderança carismática, autoritarismo, militarismo, chauvinismo, propaganda massiva, irracionalismo e uso da violência como método político. O internacionalismo da Classe nunca foi tão necessário!

9. Trump emprega a truculência para tentar reverter a perda relativa de poder, repatriar indústrias e cadeias produtivas, reconquistar mercados. Assim eleva de grau a violência política de vários tipos - guerras híbridas, comerciais e tradicionais-bélicas. São expressões dessa nova fase as ameaças à soberania de países (até o Canadá), a asquerosa posição sobre o genocídio e "limpeza étnica" na Palestina e a agressividade contra o principal polo de resistência e de perspectiva pós capitalista – a China, alvo de campanha sinofóbica, orientalista e anticomunista.

10. A crise longa do capital atual não é passageira e é resultado da migração de manufaturas, tecnologias e conhecimento para o Oriente, em especial China. Só o trabalho produz riqueza; e a globalização, de forma dialética, produziu um fortalecimento de países da Ásia, com destaque para a China, que construiu uma revolução econômica e social em poucas décadas, enquanto EUA e Europa acreditaram que poderiam sobreviver da especulação financeira.

11. A consolidação e ampliação dos BRICS pode contribuir para a transição de um mundo unipolar para um outro modelo multipolar, mas depende da luta política e de como a Classe Trabalhadora será capaz de organizar as disputas sobre o modelo de desenvolvimento econômico e civilizatório.

12. Essas transformações geopolíticas não se darão sem a dor e o sofrimento da Classe Trabalhadora no mundo. Somos nós que enfrentamos os retrocessos civilizatórios, que

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

morremos nas guerras, que carregamos as opressões, o desemprego, a fome, a miséria, o abandono social, o sexismo, o racismo, a xenofobia; somos nós que sentimos de forma mais violenta a crise ambiental e climática.

13. Somos nós também que precisamos construir as resistências e lutas para mudar o presente e o futuro. A derrota de Bolsonaro no Brasil, a heróica resistência do povo Palestino, do povo Cubano, a experiência popular na Bolívia e México e a própria experiência chinesa são exemplos de resistência e de luta no mundo.

14. Mas precisamos mais. Nenhum sistema hegemônico é derrotado pelas suas próprias contradições. Só a Classe Trabalhadora organizada pode superar o capitalismo neoliberal e estabelecer um Estado verdadeiramente de bem-estar social. Precisamos fortalecer o caráter internacionalista da Classe, reforçando nossas ferramentas de luta nacionais e internacionais, como as Centrais Sindicais. Nossa resistência ao capitalismo neoliberal financeirizado e globalizado, precisa, cada vez mais, ser internacionalista.

15. A luta de Classes continua mais viva que nunca e o que separa a humanidade da barbárie é, hoje, a consciência e a luta contra o capitalismo neoliberal, entendendo que essa luta anticapitalista precisa ser anti-imperialista, antirracista e feminista e contra todas as formas de opressão.

A DERROTA DE BOLSONARO E DO MOVIMENTO GOLPISTA DE 8 DE JANEIRO NÃO FORAM SUFICIENTES PARA DERROTAR A EXTREMA-DIREITA COMO FORÇA SOCIAL E POLÍTICA NO BRASIL

A derrota de Bolsonaro e do movimento golpista de 8 de janeiro não foram suficientes para derrotar a extrema-direita como força social e política no Brasil.

1.Os governos Temer e Bolsonaro infligiram mudanças de caráter neoliberal que tiveram profundo impacto na retirada de direitos sociais da Classe Trabalhadora.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

2. A vitória de Lula em 2022, certamente foi uma das principais batalhas pela democracia na história da República brasileira e nos livrou de um caminho desastroso rumo ao abismo autoritário.

3. Mas para essa vitória foi necessário a formação de 2 frentes, a de esquerda, no primeiro turno e uma frente ampla no segundo turno, com a entrada do MDB e de outras figuras simbólicas do neoliberalismo brasileiro configuraram a frente ampla com suas pressões sobre o governo, especialmente sobre o programa econômico.

4.Setores neoliberais, ultradireitistas e conservadores da sociedade brasileira mantém-se em maioria no Congresso Nacional e ocupam espaço inclusive com a indicação de ministros para o governo. A correlação de forças é absurdamente desigual, cenário que é agravado pela dificuldade dos partidos de esquerda, Centrais sindicais e seus sindicatos e demais movimentos sociais mobilizarem a massa para pautas de direitos e democracia.

5. A imprensa, em sua maioria, continua a aderir à ideologia do Estado mínimo para os pobres, promovendo a crença de que o mercado é mais eficiente que o Estado e naturalizando as desigualdades sociais. No entanto, quando se trata de servir aos interesses da classe dominante, o Estado é constantemente acionado.

6. Herdamos um enorme desmanche deixado por Bolsonaro: ataques à classe trabalhadora e aos sindicatos, privatizações, mais de 700 mil pessoas mortas na pandemia - sendo que centenas de milhares delas poderiam ter sido evitadas se o próprio governo não tivesse sabotado a vacinação do povo - demissões e perseguições, desmonte em todas as áreas de políticas públicas. A área ambiental foi uma das mais prejudicadas, com a anulação do Ibama, do ICMBio e da própria FUNAI. Houve militarização de áreas inteiras no governo, com graves consequências na descontinuidade de ações federais, incompetência e desmandos.

7. Nos estados e nos municípios a situação segue essa lógica. A realidade é de privatizações nos setores da saúde, da educação, saneamento básico, energia e até da assistência social, com a lógica dos convênios com entidades “do terceiro setor”, organizações sociais, etc. O

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

modelo iniciado por Fernando Henrique Cardoso se tornou o modelo da dominação neoliberal no que concerne à relação entre Estado e sociedade. Mesmo em governos do campo progressista, é muito raro que ocorra resistência firme à lógica neoliberal.

8. No atual estágio do capitalismo neoliberal, o Brasil continua sendo um país guiado economicamente pela exportação primária. O agronegócio, o empresariado e o setor rentista continuam tendo enorme poder no país e articulados aos grupos de ideologia conservadora dominam o Congresso Nacional em defesa de um modelo de desenvolvimento predatório, injusto e de aprofundamento do Estado mínimo.

9. Essa realidade nos coloca a tarefa de enfrentar a concentração da propriedade e da riqueza no campo e na cidade e a emergência climática, apontando para uma transição justa (1) e retomada de direitos sociais e ambientais.

10.Por mais que o terceiro mandato de Lula tenha iniciado uma recuperação importante em alguns setores - como a retomada do Bolsa Família, a nova expansão dos Institutos Federais de Ciência, Tecnologia e Inovação, a reunião de investimentos em obras públicas com o PAC, entre outros - seguimos o domínio da lógica neoliberal, que permanece privilegiando o corte de despesas públicas.

11. A taxa de juros absurda é o real problema fiscal do Brasil. A recente mudança na Presidência do BC não se mostrou, até agora, um elemento positivo nesse cenário ditado pela especulação do Mercado. Nesse sentido, a luta pela redução da taxa deve ser pauta do movimento sindical. Seguimos na defesa da exclusão dos pisos Constitucionais da saúde e educação, a política de valorização real do salário-mínimo e dos investimentos de qualquer medida de ajuste fiscal, a fim para garantir o desenvolvimento do país com distribuição de renda.

12. O governo também se auto impõe limites aos gastos públicos a partir de uma lógica neoliberal de fazer superávit para beneficiar uma parcela mínima da sociedade que são os rentistas, essa política se opõe ao programa que conduziu Lula para o seu terceiro mandato. Dessa forma, há que se fazer a crítica à proposta de “medidas de fortalecimento da regra

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

fiscal" apresentada pelo governo que limitou o crescimento real do salário-mínimo a apenas 2,5% ano, o que prejudica a política de valorização do salário-mínimo, a redução dos beneficiários do abono salarial e a proposta que dificulta a concessão dos Benefícios de Prestação Continuada. Ao mesmo tempo necessário reconhecer o acerto da proposta de aumento da faixa de isenção do IR para R$ 5 mil e a tributação dos ricos como um avanço no objetivo de redistribuição de renda e entrada dos ricos no Importo de Renda, que merece ser defendida como de interessa da Classe. Dessa forma, seguimos com dificuldades de gerar mais recursos a serem utilizados pela União e pelo governo, que possam viabilizar um projeto político de transformação social. Sem dinheiro público não há como gerar mudança!

13. Há uma enorme expectativa do povo em relação ao governo Lula, frustrada pela morosidade em entregar soluções para as demandas urgentes da população e respostas muito tímidas à pauta da Classe trabalhadora. Diante disso, cresce o descontentamento em relação ao presidente, o que agrava ainda mais a dificuldade nas mobilizações e na organização do campo progressista. Mesmo após 2 anos de governo, a ultradireita que se constituiu como campo político, social e cultural, está enraizada socialmente, ativa politicamente, doutrinada ideologicamente, e utilizando seu poderio econômico na dominação das redes sociais, visto que proprietários destas redes comungam da ideologia da ultradireita que se consolida e cresce no mundo inteiro.

14. A governabilidade é frequentemente ameaçada pelo Congresso e pelos donos do capital que insistem em manter o governo refém de seus interesses em nome de um falso equilíbrio nas contas públicas. Diante desse quadro, é urgente que ocorram mudanças na política econômica que impõe restrições de gastos, rever a autonomia do banco central, que mantém as mais altas taxas de juros, e no sequestro do fundo público destinado a emendas de deputados. Para que o programa eleito nas urnas seja implementado e se possa trilhar caminhos que nos conduza ao reencontro do projeto vitorioso nas urnas de 2022 é necessário adotar medidas ousadas e concretas que recoloque na centralidade os interesses

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

povo brasileiro e o atendimento às suas necessidades fundamentais como trabalho, saúde, educação e moradia.

15. Há ainda, o processo de captura do orçamento pelo legislativo que impôs ao Executivo federal uma grande perda de sua capacidade de iniciativa orçamentária. A cada legislatura, parcelas cada vez mais significativas do orçamento público são capturadas para financiar suas práticas clientelistas e de compra de votos. Inicialmente foi com o advento das emendas individuais impositivas, ainda no Governo Dilma. Depois as emendas de bancada também passaram a ser impositivas. E o coroamento veio com o chamado "orçamento secreto" que, mesmo após decisão do STF, tem seus recursos ainda disponíveis a esses parlamentares. O aumento desses ganhos financeiros veio acompanhado de mudanças na legislação eleitoral que, em seu conjunto, perseguem o mesmo objetivo de perpetuação de mandatos e manutenção de um sistema baseado na despolitização e personalização das práticas políticas

16. Nesse cenário vemos o Governo Lula cotidianamente submetido a chantagens para viabilizar a aprovação de qualquer medida legislativa. O Congresso impede ou limita e dita o ritmo de qualquer iniciativa de mudança - seja ela estrutural ou não - em benefício das classes trabalhadoras e das populações exploradas, discriminadas e marginalizadas, como no caso da aprovação do Orçamento anual, da taxação de grandes fortunas e do projeto de isenção de IR até 5 salários-mínimos. Essa situação se torna ainda mais grave diante da ausência de reflexão mais aprofundada e ações concretas e sistemáticas por parte do conjunto da esquerda, seus movimentos e organizações, incluído aí o movimento sindical, para superar essa correlação de forças extremamente desfavorável.

17. Nesse sentido o movimento sindical, em parceria com demais movimentos precisam construir uma agenda de lutas que recoloque nas ruas um projeto de país que contemple radicalização da democracia, direitos sociais e ambientais, defesa do patrimônio e serviços e bens públicos, distribuição e aumento de renda a partir das relações do Estado com a sociedade, com a implementação de práticas de democracia participativa que, aos poucos, vá articulando uma nova governabilidade que vá além do parlamento (sem excluí-lo)

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

costurando uma aliança direta com a população a partir do aprofundamento do debate de suas principais demandas/questões, construindo um processo politizador para a formação de uma consciência social de formulação, defesa e construção de um novo modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social sustentável e solidário para o nosso País.

18. A derrota da extrema direita é fundamental para que a Classe Trabalhadora do campo e da cidade, do setor público, privado, formal e informal avance na sua pauta de direitos.

Em defesa da democracia! Sem anistia! Fim da autonomia Banco Central!

Fim das emendas parlamentares! Isenção IR até 5 salários já!

A precarização do mundo do trabalho e os desafios do movimento sindical

19. A globalização neoliberal tem produzido cada vez mais concentração de renda, empregos precários no setor privado e público e informalidade mesmo em períodos de maior dinamismo econômico. A ideologia do empreendedorismo formou o caldo para a criação de ocupações uberizadas e pejotizadas. Nesta última década, a maior parte do emprego gerado corresponde ao setor informal. Segundo dados da PNADC-IBGE, enquanto a ocupação cresceu 11% entre 2012 e 2023, o trabalho por conta própria expandiu 27%. A informalidade segue elevada, de acordo com a mesma fonte, em 2012 ela correspondia a 39,0%, em 2023 segue com 39,1%. Trata-se de pessoas sem cobertura pela legislação trabalhista e que vivem em situação de extrema vulnerabilidade. Além disso, as taxas de desemprego se mantêm elevadas quando desagregadas por gênero e raça: 11,2% para as mulheres negras e 5,0% para os homens brancos. Ainda, a introdução de ferramentas tecnológicas, como sistemas informatizados IA e robotização têm potencial para substituir uma parcela significativa da mão de obra, conforme indicam estudos da OIT.

20. O emprego em condições de informalidade é um fenômeno heterogêneo: afeta mais as mulheres, as pessoas negras e os jovens do que a população masculina e branca. Conforme

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

dados da OIT, enquanto o percentual de trabalhadoras/es em condições de informalidade é de 52,3%, entre as mulheres chega a 54,3% e entre os jovens a 62,4%. No Brasil, afeta principalmente as pessoas negras: 43,5%, já entre as pessoas brancas é de 33,6%, além disso, 35,2% das pessoas ocupadas não contribuem com a previdência social. As pessoas ocupadas em atividades informais percebem, em geral, uma remuneração média que corresponde à metade da remuneração dos que têm seus direitos assegurados, além de trabalharem em número maior de horas. A informalidade, a pobreza e a exclusão social se reforçam mutuamente gerando um círculo vicioso de desigualdade e privação.

21. Por outro lado, a ampliação do teletrabalho no setor público e privado teve um aceleramento com a crise da pandemia por COVID19 em 2020 e está desafiando as organizações sindicais a repensarem seus modelos de organização tradicional. A fragmentação desmonta as bases nas quais se sustenta a organização sindical.

22. Essa precarização das relações também alcança o serviço público. No Poder Judiciário vemos práticas para burlar o concurso público e contratar diretamente com salários inferiores, como por exemplo a residência jurídica. É preciso repensar um sistema de direitos e proteção social que seja capaz de proteger todas as pessoas que estão ocupadas, independentemente se na formalidade ou informalidade e conta própria.

23. O debate sobre a jornada de trabalho é fundamental, uma vez que a distribuição do tempo é um dos problemas centrais da Classe. Os tempos são transformados pelas mudanças econômicas, sociais e culturais, mas tais mudanças não se processam unicamente na esfera produtiva com o controle da extensão, distribuição e intensidade da jornada relativa ao trabalho remunerado, mas na forma como o trabalho reprodutivo está organizado e como mulheres e homens distribuem o seu tempo entre essas duas dimensões de forma articulada entre si.

24. A luta pela redução da jornada de trabalho parece ser a resposta adequada diante de um mundo do trabalho que tende a absorver cada vez menos trabalho vivo e cada vez mais trabalho morto, que tem submetido a Classe a superexploração, jornadas sem fim e

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

hiperconexão que por sua vez têm aumentado as violências no trabalho e impactado de forma importante a saúde da Classe, gerando um grau elevado de adoecimento mental e suicídios entre trabalhadoras e trabalhadores. Dessa forma, tanto a defesa da redução da jornada sem redução de salário, quanto o direito à desconexão, são ferramentas importantes na disputa pelo trabalho digno, em especial para as mulheres, e precisa ser tarefa central do movimento sindical.

25. E para além da jornada de trabalho em si, é necessário pensar na vida além do trabalho, que inclui a política de cuidados e a mudança de cultura na repartição entre homens e mulheres e também do Estado no que diz respeito ao trabalho reprodutivo e de cuidados, enfrentando a organização patriarcal capitalista que impõe jornadas sem fim para as mulheres trabalhadoras, remuneradas ou não. Reduzir o tempo de trabalho necessário para a reprodução da vida e o trabalho doméstico deve também ser bandeira do movimento sindical.

26. Portanto, é fundamental recolocar a centralidade da redução da jornada de trabalho como forma de gerar e distribuir empregos para todas as pessoas. Os avanços tecnológicos permitem tecnicamente reduzir a jornada de trabalho e, como sempre ocorreu na história do capitalismo, a questão é política e ideológica. A defesa da redução da jornada deve estar associada ao debate mais geral sobre a distribuição do tempo entre o trabalho e não-trabalho e na própria distribuição das responsabilidades familiares por todos os seus membros.

27. Esses desafios impõem ações para que se revertam o estilo e as orientações tradicionais do sindicalismo e abra novas margens de escolha estratégica para os atores responderem às mudanças do capitalismo no final do século XX. É, pois, sobre essa capacidade de resposta da agenda sindical que os sindicatos devem estar abertos. É preciso, além de analisar as atuais transformações no capitalismo contemporâneo e seus impactos sobre a regulação das relações de emprego e, principalmente, sobre a capacidade de os atores coletivos responderem a esse contexto, deve-se demonstrar capacidade de renovar a

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

agenda, procurando novas estratégias sem perder a sua identidade e os propósitos e características herdadas de sua própria trajetória de luta e resistência.

28. O perfil do sindicalismo marcadamente masculino precisa ser enfrentado, a participação das mulheres, pessoas negras e jovens ainda está aquém do que é necessário para refletir o perfil da classe trabalhadora, composta majoritariamente por mulheres negros e jovens. Por que o movimento sindical não atrai a juventude? As taxas de sindicalização não ultrapassam os 4%.

29. As mudanças na economia global que ao produzirem uma classe trabalhadora mundial também está criando as condições para um movimento sindical com capacidade de agir para além das fronteiras nacionais abrindo novas oportunidades de internacionalização da ação sindical que se propõe a dialogar com a sociedade civil e se aliar com outros movimentos sociais que pautam a questão de gênero, da luta por direitos humanos, ecológicos etc., rejeitando a forma hierárquica e subordinada ainda prevalecentes na maior parte dos sindicatos.

30. Trata-se de um momento histórico em que as respostas à saída da crise estão na construção de uma força social do lado da Classe trabalhadora, das organizações sociais e populares, forjando a capacidade de resistir aos desmontes dos direitos, conformando um campo de resistência e de luta cuja centralidade esteja na preservação da vida, no trabalho e na renda. O fortalecimento das organizações sindicais é essencial para pressionar governos e instituições públicas no sentido de preservar empregos e renda. Ao mesmo tempo, as organizações precisam atuar para conter as tentativas de imposição dos empregadores de agendas liberais e de flexibilização das relações de trabalho sob a justificativa de preservação de empregos.

31. Por fim, é fundamental que o movimento sindical defenda um modelo de desenvolvimento no Brasil que considere a relação com a natureza, os impactos ambientais que os padrões de consumo capitalista causam e as alternativas que devem ser trabalhadas para que não caminhemos em uma direção destrutiva que venha inviabilizar a vida no

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

planeta. Fazer frente a precarização do trabalho e perda de direitos sociais, cada vez mais, necessita estar associado ao debate de um outro modelo de desenvolvimento e aos diretos do trabalho associado e autogestionário - que não se confunde, ao contrário, enfrenta a ideologia do "empreendedorismo" e sua prática neoliberal -, bem como ao resgate do trabalho necessário para a reprodução da vida, os cuidados e o bem viver das pessoas e comunidades – são processos entrelaçados e

32. As emergências climáticas tornam inadiáveis essas mudanças, necessárias para que o planeta possa se recuperar do desastre ambiental provocado pelo sistema capitalista e aprofundado pelo neoliberalismo. Diante disso, o conceito de transição justa que deve estar fundamentado nas propostas e práticas que garantem a biodiversidade e resista ao avanço do capital sobre os territórios, seja via agronegócio, extrativismo ou financeirização da natureza. Reforma agrária, agroecologia e um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado na produção de baixo carbono, baixa emissão de gases de efeito estufa e na democratização da energia são elementos centrais de uma transição justa onde a classe trabalhadora tenha garantido condições de vida e trabalho dignas, respeito aos direitos humanos e igualdade de oportunidades a trabalhadoras, trabalhadores e comunidades implicadas, especialmente nos povos e nações do sul global preservando a soberania e democracia, tendo a coordenação e gestão Estatal e com participação social na sua proposição e implementação.

33. O significado da transição justa (1) para a classe trabalhadora deve reivindicar o legado de luta pelos serviços públicos. Nesse aspecto, a defesa das empresas estatais públicas é essencial, tais como a Eletrobrás e a Petrobrás. Cabe ainda reivindicar que tenham como objetivo principal o combate e redução das desigualdades estruturais do país, com respeito aos territórios e minimizando impactos socioambientais.

Por redução da jornada sem redução de salário! Em defesa do Serviço e bens públicos! Fortalecer a organização da Classe! Por uma transição Justa!

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

(1) A transição justa é a principal bandeira do movimento sindical na discussão sobre a crise climática e seu enfrentamento. Reconhecendo a necessidade de uma transição para uma economia de baixo carbono, o sindicalismo defende que a classe trabalhadora não seja prejudicada nesse processo. Para isso a transição justa propõe que seja desenhado e implementado um conjunto de políticas para garantir que a transição e o caminho para uma produção com baixas emissões de gases de efeito estufa ofereçam ao mesmo tempo condições de vida e trabalho dignas, respeito aos direitos humanos e igualdade de oportunidades a trabalhadoras, trabalhadores e comunidades implicadas, especialmente nos povos e nações do sul global.

ANEXO X

RESOLUÇÕES SOBRE PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO REIVINDICAÇÕES DOS APOSENTADOS E ATIVOS

1. Auxílio nutrição para o aposentado, necessário para essa fase da vida em que o servidor já aposentado precisa ter uma nutrição melhor e saudável para manter sua saúde;

2. Retirada da contribuição previdenciária para os aposentados;

3. AQ para o aposentado / adicional de capacitação visando suprir para manutenção psicológica e física dos aposentados Vide https://blog.bancomercantil.com.br/aposentadoria/cursos-online-para-aposentados/

4. Cursos voltados para aposentados e ativos para preparação para a aposentadoria Vide Educação para aposentadoria: avaliação dos impactos de um programa para melhorar qualidade de vida pós-trabalho:

https://www.scielo.br/j/inter/a/nDn3gsz9WrnjL6bDVsH4ZHw/

5. Aprovação do plano de cargos salários com menor defasagem entre categorias.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

AUXÍLIO NUTRIÇÃO/NUTRICIONAL AOS SERVIDORES APOSENTADOS

O servidor enquanto ativo tem como benefício o auxílio alimentação. Quando se aposenta deixa de receber este benefício e além de outras perdas remuneratórios também passa a ter um maior gasto com saúde e a própria alimentação. Por vezes tem sua estabilidade nutricional comprometida por não ter recursos que possam complementar os gastos com alimentos safios e garantir a manutenção de sua saúde física e mental. É imprescindível corrigir mais esta perda a qual só traria benefícios para a própria instituição e governo pois ao proporcionar uma alimentação digna aos aposentados muitos deixarão de promover despesas para cuidados com a saúde que irá se deteriorar. Mais dignidade aos aposentados, auxílio nutricional já!

ENCAMINHAR PARA A COORDENAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL PARA AVALIAÇÃO DO TEXTO:

TÍTULO: Criação do Grupo Nacional de Estudos e Proposições sobre Assuntos de Aposentadoria e Pensões na Fenajufe.

1. As aposentadorias e as pensões representam temas de grande relevância para as categorias do PJU e MPU, envolvendo direitos e garantias fundamentais. Para que soluções robustas possam ser constituídas no enfrentamento aos graves prejuízos dos direitos previdenciários das trabalhadoras e dos trabalhadores do serviço, gerados pelas reformas da previdência pública, faz-se necessário que o debate e formulação seja composto de dois movimentos conectados e sincronizados no pensar e agir.

2. Se de um lado precisamos usar os conhecimentos dos conhecimentos jurídicos e legislativos para pensar alternativas de extinção das medidas danosas ou de mitigação onde não for possível, por outro lado precisamos que o processo de organização da atuação do movimento em defesa da previdência pública e dos direitos dos aposentados e pensionistas seja devidamente instrumentalizado, conscientizado e estruturado a partir de um diálogo permanente, onde a escuta dos anseios dos que tiveram seus direitos extirpados pela sequência de reformas previdenciárias de base fiscalista, seja analisada através da lupa

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

política, jurídica e parlamentar, e que as estratégias para vencer os desafios existentes sejam construídas em processo de diálogo e trocas continuas com as trabalhadoras e trabalhadores aposentados ou que se aposentarão pelo regime próprio e pensionistas.

3. Os efeitos danosos da EC 103/2019 atingiram profundamente os direitos de pensionistas tanto do regime próprio quanto do regime privado, e de uma forma geral atingiu gravemente toda classe trabalhadora. Atualmente no serviço público, os servidores estão divididos entre os que se aposentam ainda pelo regime próprio com integralidade e paridade, os que se aposentam sem integralidade, mas com paridade (pela média simples das maiores contribuições tendo como teto a remuneração integral e com o reajuste de benefícios os mesmos que são concedidos aos ativos) e os que se aposentam pelo Teto do RGPS. É importante construir soluções que respondam aos anseios dos servidores regidos por cada uma dessas formas de aposentadoria e suas variações como, aposentadoria voluntária proporcional e aposentadoria por invalidez, bem como conquistar legislações satisfatórias que dê resolutividade a luta pela Aposentadoria Especial dos Servidores com Deficiência e de segmentos com atividades de risco inerente às atribuições de cada cargo tais como Polícia Judicial e Oficiais de Justiça.

Observações feitas pelo assessor Vladimir Nepomuceno durante do 12º Congrejufe

Aposentadoria pela média

Inicialmente, uma observação:

- integralidade = direito de se aposentar com o valor total do último salário recebido no cargo;

- paridade = os benefícios da aposentadoria reajustados da mesma forma e na mesma data que os salários dos servidores ativos.

A aposentadoria pela média não possui integralidade nem paridade de proventos.

O servidor que optar por se aposentar pela média poderá optar por ser a média das 80% maiores contribuições ou de todo o período, limitado a julho de 1994. Logo, não tem integralidade.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Os reajustes das aposentadorias dos servidores que se aposentam pela média são anuais e pelos índices do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Logo, não tem paridade.

Para os servidores ingressos a partir de 2004 que optarem pelo regime de previdência complementar, os proventos de aposentadoria serão limitados ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o mesmo do INSS e reajustados pelo mesmo regime. Para receber valores além do teto do RGPS, o servidor pode optar pela adesão a uma entidade de previdência complementar.

Uma das principais diferenças entre os três regimes está o fato de que as aposentadorias com paridade e integralidade, por terem o mesmo tratamento das respectivas remunerações dos ativos, receberão os mesmos reajustes resultados das negociações das entidades sindicais e a administração pública.

Já as outras duas formas - aposentadorias pela média ou optantes pelo Regime de Previdência Complementar, são reajustadas anualmente pelos mesmos índices do RGPS, sem nenhuma vinculação com o negociado pelas entidades sindicais com a administração pública.

4. No atual contexto, marcado por diversas incertezas e desafios, torna-se crucial a criação de um espaço instituído pela federação para a discussão aprofundada dessas questões, de forma nacionalmente articulada, tendo a Fenajufe como protagonista na condução da formulação da política e da organização da luta.

5. Neste sentido, a construção de um Grupo de Trabalho Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria e Pensões, com a participação das representações das coordenações, secretarias, ou departamentos jurídicos dos sindicatos, além das assessorias jurídicas e parlamentares, para analisar, debater e formular sobre temas previdenciários e que impactam as aposentadorias das trabalhadoras e dos trabalhadores do PJU e do MPU, faz necessária. O GTN de Assuntos de Aposentadorias e Pensões terá o papel de formulação para subsidiar a direção da Fenajufe na produção e articulação da política de enfrentamento aos danos produzidos pelas reformas previdenciárias, orientando a luta de toda a categoria, especialmente a luta das aposentadas, dos aposentados e de pensionistas do PJU e do MPU.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

6. A criação do Grupo de Trabalho (GT) de Assuntos de Aposentadorias e Pensões das servidoras públicas e servidores públicos da União e do Ministério Público da União representa um passo importante para a construção de um diálogo mais efetivo entre as categorias, os Governos, os Tribunais e Conselhos de Justiça do Judiciário da União e Ministério Público da União. Essa iniciativa, aliada com a organização de ações de pressão e luta com os demais servidores públicos impactados pelas reformas previdenciárias, contribuirá para o aprimoramento dos regimes previdenciários em questão, garantindo direitos há muito conquistados, os quais não devem ser reduzidos, mas mantidos ou ampliados. Além disso, a realização de estudos, debates e formulação sobre o tema de forma sistematizada e voltado para orientar e preparar as trabalhadoras e trabalhadores para a conscientização e organização da luta, bem como analisar as leis que o Governo Federal vem noticiando para um futuro não muito distante uma nova Reforma da Previdência e precisamos estar muito preparadas e preparados para os desafios que estão por vir.

7. Nesse sentido, às delegadas e os delegados ao 12º Congrejufe resolvem:

> Criação do Grupo Nacional de Estudos e Proposições sobre Assuntos de Aposentadoria e Pensões na Fenajufe, com a participação de dois representantes de cada entidade sindical, indicados com paridade de gênero, além da participação das assessorias da Fenajufe e assessorias jurídicas e parlamentares dos sindicatos, para analisar, debater e formular sobre temas previdenciários e que impactam as aposentadorias das trabalhadoras e dos trabalhadores do PJU e do MPU;
>
> Que a Fenajufe oriente e incentive os sindicatos a formarem Grupos Locais de Estudos e Proposições sobre Assuntos de Aposentadoria, com o propósito de contribuir com o grupo nacional, sendo obrigatória a existência do Grupo Local de Estudos e Proposições sobre Assuntos de Aposentadoria para participação no grupo nacional de mesmo tema
>
> O Grupo Nacional de Estudos e Proposições sobre Assuntos de Aposentadoria e Pensões na Fenajufe têm como objetivo subsidiar a direção da Fenajufe nos seguintes pontos:

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

- 2.1. Análise da legislação vigente e identificação de pontos de aprimoramento;
- 2.2. Proposição de soluções para os desafios enfrentados pelas diversas Emendas Constitucionais e Reformas da Previdência impostas pelos Governos;
- 2.3. Contribuição para a formulação de políticas públicas mais justas e sustentáveis para as servidoras públicas e servidores públicos ativas, ativos, aposentadas e aposentados do PJU e MPU;
- 2.4. Fortalecimento do diálogo entre as categorias do PJU e MPU, Governos, Tribunais, Ministérios e Conselhos Superiores do Judiciário e MPU;
- 2.5. Promoção da transparência e do acesso à informação sobre os regimes previdenciários;
- 2.6. Organização da luta pelo enquadramento e reenquadramento justo das categorias do PJU e MPU ativas, ativos, aposentadas, aposentados e pensionistas nos Planos de Carreiras do Judiciário e Ministério Público da União;
- 2.7. Organização, participação e fomento de atividades conjuntas sobre assuntos de aposentadorias e pensões com outros entes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário nas esferas Federal, Estadual e Municipal;
- 2.8. Acompanhamento das alterações nas legislações da Previdência das Servidoras Públicas e Servidores Públicos de todos os Poderes, analisando os direitos das várias categorias de aposentadas, aposentados e pensionistas conforme as diversas Emendas Constitucionais e outras legislações especiais para que evitar perdas de direitos, sendo que quanto ao PJU, aposentadorias e pensões atuais e/ou futuras (APOSENTADORIA ESPECIAL por atividade de risco, atividade perigosa e/ou penosa dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais e Polícia Judicial;

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

APOSENTADORIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, que também pode ser especial; APOSENTADORIA POR INVALIDEZ decorrente de doença e/ou acidente; PENSÃO POR MORTE).

3. Que a Fenajufe realize de um Seminário com o tema Aposentadorias e Pensões no Serviço Público, promovendo atualização e nivelamento sobre as questões relevantes e o atual panorama previdenciário para os servidores ativos, aposentados, bem como as/os pensionistas do PJU e MPU, visando qualificar ainda mais o debate e as proposições que nortearão a luta da categoria em defesa da previdência e de combate aos efeitos nefastos das reformas previdenciárias.

PARTICIPAÇÃO DOS APOSENTADOS NOS DEBATES E DECISÕES SOBRE TODO E QUALQUER TEMA QUE OS ENVOLVAM

Propõe que os aposentados sejam ouvidos e consultados estabelecendo um debate com eles, antes de se apresentar qualquer proposta que os envolva e requer que continuem a fazer parte dos debates sobre a PEC Social 006/2024.

Considerando que a PEC social (que traz mudanças relacionadas à contribuição previdenciária dos servidores públicos após a aposentadoria) tenha sido apresentada na Câmara dos Deputados no dia 05 de março de 2024;

Considerando que ela trata diretamente de uma questão dos aposentados;

Considerando que alguns sindicatos do PJU assim também como a FENAJUFE divulgaram notícias sobre reuniões com o MOSAP e seu apoio a esse órgão sobre a PEC Social, antes mesmo de terem estabelecido um amplo debate com os aposentados da base;

Considerando que somente depois de reivindicarmos a participação dos aposentados nos debates, estes foram ouvidos e passaram a fazer parte do diálogo;

Considerando que apesar de serem servidores inativos, os aposentados ainda estão em plena condição de luta e de defesa de seus direitos e, por isso, em nome da democracia não

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

podem ser deixados de lado em propostas e decisões referentes a eles, como ocorreu inicialmente com relação a PEC Social.

Considerando que embora alguns sindicatos da Federação tenham se reunido com a base para tratar de temas ligados à PEC Social, a maioria deles não promoveu inicialmente um debate para ouvir os inativos sobre esse tema e apresentou proposta juntamente com o MOSAP sem consultar os aposentados;

Considerando que nem os sindicatos, nem a Federação têm o papel de decidir pelos aposentados deixando-os de lado no debate sobre qualquer questão relacionada a eles;

Considerando que o papel dos sindicatos é defender os interesses de seus filiados e o da Federação é o de coordenar os interesses dos sindicatos;

Um grupo de filiados ao SITRAEMG, formado de servidores aposentados e em vias de se aposentar:

Propõe, em nome da democracia e do respeito aos filiados aposentados, que estes sejam sempre ouvidos e consultados antes de se apresentar qualquer proposta que os envolva;

Requer também que os aposentados continuem a fazer parte dos debates sobre a PEC Social assim também como de quaisquer outros debates sobre temas relacionados a eles e não apenas sejam informados sobre algo já decidido e apresentado, como ocorreu inicialmente com a PEC 06/2024;

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA INCLUIR O VALOR RELATIVO ÀS FCs e CJs PARA FINS DE APURAÇÃO DA MÉDIA

Resolução: Que a Fenajufe envide esforços para que seja apresentada iniciativa legislativa que permita que os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004 e que, portanto, são regidos pela regra da média para fins de aposentadoria, nos termos da Emenda Constitucional n° 103/2019, possam ter a opção de incluir os valores recebidos a título de FCs e CJs para fins de contribuição previdenciária para o RPPS (Regime Próprio de Previdência Social).

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Importa registrar que os servidores que aderiram à Funpresp-Jud (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário), regidos pela Lei n° 12.618/2012, já podem optar por incluir os valores relativos a FCs e CJs para efeito de contribuição previdenciária, sem prejuízo da contrapartida da União, nos termos do art. 16, § 1°, da referida legislação:

Art. 16. As contribuições do patrocinador e do participante incidirão sobre a parcela da base de contribuição que exceder o limite máximo a que se refere o art. 3º desta Lei, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º Para efeitos desta Lei, considera-se base de contribuição aquela definida pelo § 1º do art. 4º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, podendo o participante optar pela inclusão de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência do local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

A iniciativa busca dar um tratamento isonômico aos servidores que são regidos pela regra da média, mas que não aderiram à Previdência Complementar, possibilitando que esses servidores possam aumentar a média contributiva para fins previdenciários, caso optem pela inclusão de parcelas remuneratórias percebidas em razão do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

PELA VALORIZAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PJU E MPU, INTENSIFICAR A MOBILIZAÇÃO DOS APOSENTADOS, APOSENTADAS E PENSIONISTAS DE TODO O SETOR PÚBLICO NAS TRÊS ESFERAS DA UNIÃO.

A aposentadoria no setor público, hoje cada vez mais distante em razão das reformas da previdência e de outras medidas administrativas, deixou de ser um momento tão aguardado de justo descanso para tornar-se um momento de apreensão da parte dos servidores e servidoras em razão das mudanças na idade e tempo de contribuição e também pela dificuldade da maioria das carreiras no setor público obterem uma política salarial

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

adequada que garanta a valorização remuneratória esperada com ansiedade para o final da carreira.

Apesar da Constituição Federal de 1988 estabelecer o direito a valorização salarial das carreiras, boa parte dos servidores e servidoras adiam o quanto podem a aposentadoria por receio do congelamento salarial e mesmo de perdas significativa de renda com o fim de direitos, duramente conquistados, ao longo da carreira, tais como o auxílio-alimentação, e componentes salariais que são permitidos apenas aos colegas da ativa como gratificações e adicionais vinculados ao desempenho, horas extras e bonificações inerentes à vida laboral ativa. Na prática, aposentar-se significa perder automaticamente cerca de 30% dos valores percebidos na ativa, que transforma a paridade em mero termo retórico.

Se por um lado as últimas reformas tornaram cada vez mais distante o sonho da aposentadoria com a elevação da idade e do tempo de contribuição em média 10 anos, pedágios que parecem uma corrida de obstáculos por uma eternidade onde ao aproximar-se da meta, desloca essa para mais distante de onde, por outro lado a inexistência de uma política salarial para o trabalhador do serviço público que garanta uma remuneração digna e que mantenha o poder de compra, através de recomposição das perdas e ganho real, o que poderia ser amenizado houvesse a data-base, transformou as aposentadorias num cenário de redução de ganhos justamente quando os gastos do servidor e da servidora, especialmente com saúde, remédios, alimentação, tornam-se mais intensos e imprevisíveis, inclusive os planos de saúde mais caros, em muitas outras situações.

Some-se a isso ciclos de crises econômicas no país e no mundo, que inicia em 2008, mas que em 2012 começa a impactar o Brasil, servindo de base para representantes da direita e extrema direita, usando a mídia tradicional e digital, avançarem as políticas de transferência de renda e contra os direito trabalhistas no Brasil, instituindo-se um processo de desestabilização do governo democrático e popular que culminou no golpe jurídico-parlamentar de 2016, se consolidando no golpista do Temer, aprofundando seus efeitos no governo genocida do Bolsonaro, que extinguiu milhões de postos de trabalho, gerando quase 40 milhões de desempregados, que perderam totalmente sua renda.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

E não satisfeito o governo genocida de Bolsonaro tentou sem sucesso, um grande e tenebroso golpe contra a Democracia em janeiro de 2022, na tentativa de derrubar um governo democraticamente eleito pelo povo brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva.

De 2016 até os dias atuais a classe trabalhadora vivenciou um profundo processo de perdas de direitos, que impactaram terrivelmente as trabalhadoras e trabalhadores do setor público. Dentre os ataques mais nocivos aos trabalhadores da ativa, houve ataques principalmente aos aposentados, no que destacamos a Emenda do Teto de Gastos (EC 95/2016) e a Reforma da Previdência (EC 103/2019).

A EC 95/2016 que congelou por 20 anos os gastos com pessoal impacta profundamente na luta pela recuperação dos salários dos ativos e por consequência nos proventos de aposentadorias e pensões, além de impedir a reposição da força de trabalho que movimenta o serviço público, abrindo brechas para contratações de extraquadros, retorno dos "Trenzinhos da Alegria", Terceirização de Mão de Obra e consequentes nomeações sem concursos públicos. A revogação da Emenda que Limita o Teto de Gastos é uma luta que não pode parar, por defesa do serviço público e de todas as categorias do setor público em todas as esferas da União.

O fim da paridade entre ativos e aposentados, regulamentada em 2003 e consolidada em 2013 com a criação das fundações de previdência complementar do setor público, a mais de 20 anos. Isso significa que caminhamos a passos largo para o surgimento de uma grande leva de aposentados e aposentadas pela média salarial com grandes perdas como propôs a EC 103/2019 aprovada no governo genocida, assim como é urgente mudanças no critério de pensões que reduz de 100% para valores de pensão em torno de 50%. No caso das pensões, é preciso ter em mente que pelas regras dadas pela reforma da previdência as perdas serão imediatas e significativas financeiramente, e isso ocorre no momento mais difícil e de tantas famílias, que é o do falecimento do servidor/a principal provedor desta família.

A revogação da EC 103/2019, ou a busca de alternativas para redução dos seus impactos enquanto esta não for revogada, é urgente e central. Essa luta não deve ser objeto apenas

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

dos aposentados, aposentadas e pensionistas, ela pelo seu impacto é de todos os trabalhadores e trabalhadoras do setor público e do setor privado. A Fenajufe deverá articular junto com as demais entidades representativas dos servidores públicos a luta pela revogação da EC 103/2019- Reforma da Previdência do governo Bolsonaro e buscar avanços que possibilitem a busca da paridade salarial entre ativos e aposentados.

A luta pela valorização da carreira do PJU e do MPU também está na ordem do dia. É preciso incluir no debate da reestruturação das carreiras do PJU e do MPU uma análise detalhada sobre as alterações de estrutura de desenvolvimento e malha salarial que impacte da melhor forma possível nos três tipos de regimes de aposentadoria; nas esferas federal, estadual, municipal e distrital.

Defendemos o fim da contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados, aposentadas e pensionistas, destas três esferas de governo brasileiro federal, estadual, municipal e distrital, instituída a partir da Emenda à Constituição (EC) 41, de dezembro de 2003, e que passou a vigorar em janeiro de 2004. A contribuição atual incide sobre a parte da remuneração que ultrapassa o teto dos valores dos benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Trata-se de um estatuto que só ocorre no Brasil. É um confisco salarial, é uma situação inaceitável e indevida de recolher recurso dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público. A medida, aumenta ainda mais a distância entre a remuneração dos que estão na ativa e daqueles(as) que já se aposentaram. Por isso somos terminantemente contra.

Atualmente, está em debate a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 06/2024), cujo requerimento protocolar solicita que seja apensada à PEC 555/2006, que se encontra pronta para votação na Câmara Federal. Além disso, estão sendo apreciadas, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), várias Ações de Inconstitucionalidade (ADIs), que discutem algumas modificações trazidas pela contrarreforma Previdenciárias de 2019 (EC 103/2019), que afetam aposentados, aposentadas e pensionistas.

Em 2023, as entidades que representam as categorias do serviço público retomaram as mobilizações em torno desta questão e conseguiram as assinaturas de 175 parlamentares

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

para que uma nova PEC fosse apresentada, o que ocorreu em 5 de março daquele ano. Em 2024, para que essa PEC 555/2006 voltasse a ser colocada em votação, sem passar por toda tramitação novamente, motivo pelo qual eram necessárias as assinaturas para que subscrevessem uma nova PEC e assim fizessem um requerimento de apensamento da nova PEC 06/2024 à PEC 555/2006.

Assim sendo, foi apresentada a PEC 06/2024 na Câmara dos Deputados e reivindicando o seu apensamento à PEC 555/2006; a qual ficou anos parada na Casa e sendo aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e uma Comissão Especial em 2010. A PEC 06/2024 mantém a ideia de quem for incapacitado ou que tenha aposentado por incapacidade do trabalho, temporária ou definitiva, fica isento. Mas, não põe fim direto às contribuições. Na realidade, propõe um escalonamento para que o fim da contribuição seja alcançado.

A PEC 06/2024 traz uma série de novos pontos, entre eles, impede a criação de novos regimes próprios e propõe um escalonamento maior do que estava previsto na PEC 555/2006. Enquanto o substantivo da PEC 555 previa que a contribuição previdenciária teria uma redução escalonada de 20% (vinte por cento) a cada ano, para a faixa etária de aposentados e pensionistas de 60 a 65 anos encerrando a partir dos 66 anos de idade; a PEC 06/2024 propõe que o escalonamento ocorra de 65 anos até 75 anos para homens e de 63 anos até o limite de 75 anos para as mulheres, reduzindo 10% (dez por cento) a cada ano de contribuição pós aposentadoria, neste caso, defendemos a proposta originária de fim da contribuição previdenciária (confisco), para todos os aposentados, aposentadas e pensionistas de qualquer idade sem qualquer escalonamento. Nossa luta junto a Fenajufe e os sindicatos da Base é de buscarmos o fim da contribuição à previdência (confisco), para aposentados, aposentadas e pensionistas.

A pauta prioritária do MOSAP, da Fenajufe e de vários sindicatos da Base é o apensamento da PEC 06/2024 à PEC 555/2006; que as últimas informações da Câmara dos Deputados, é que já foram protocolados 224 requerimentos com o pedido. A ideia de todo o movimento dos Aposentados(as) e Pensionistas da União é reunir com o novo Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta (republicanos), para levar essa demanda urgente e organizar

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

uma marcha, em Brasília-DF, com servidores da ativa e aposentados do PJU e MPU, para pressionar o Congresso Nacional.

A PEC 06/2024, busca atualizar alguns aspectos da PEC 555/2006, entre elas a mais importante a contribuição previdenciária de servidores e servidoras aposentados e pensionistas com redução de 10% ao ano a partir dos 66 anos para homens e 63 anos para mulheres – sendo totalmente dispensada quando o titular atingir 75 anos, independentemente das circunstâncias.

Notadamente, de acordo com o texto aprovado pelos parlamentares, diante de uma situação de desequilíbrio atual dos Regimes Próprios de Previdência, aposentados, aposentadas e pensionistas, além de servidor e servidoras da ativa, deverão contribuir de forma extraordinária para a previdência, por um período de até 20 anos. Ou seja, além de ter a contribuição ordinária, teriam um desconto a mais em seus proventos, que seria calculado a partir do valor de referência do salário-mínimo, não a partir do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Desde 2019, várias entidades entraram com Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), a qual, já foi formada maioria no julgamento de 13 ADIs pela inconstitucionalidade da EC 103/2019. Ou seja, a posição da maioria do STF é pela inconstitucionalidade. Particularmente, a parte da contribuição que diz “a partir de um salário-mínimo”, porque isso geraria diferenças em relação a todos os servidores. Portanto, possivelmente não haverá essa contribuição extraordinária, prevista na EC 103/2019, mas a contribuição atual vai continuar e seu fim vai depender de muita, mas muita mobilização de todos os servidores, servidoras ativos e aposentados em todos os níveis da União.

Não podemos desconsiderar que a aposentadoria chega com a idade, que traz de si aprofundamento de problemas de saúde e necessidade de que não são garantidas pelo Estado Brasileiro. O abandono na velhice, a falta de cuidados especializados e muitas vezes, a responsabilidade das mães e pais, ainda mais velhos, é uma realidade crescente na vida dos aposentados e aposentadas de nossa categoria que precisa ser considerada pela Federação e pelos Sindicatos de Base. Acrescenta-se a isto o fato que já dispomos da Lei

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

10.741 de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), que regula os direitos das pessoas com 60 anos ou mais.

Também é importante a atuação contra o PLP 189/2021 apresentado pelo governo federal, que transforma o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)no gestor único do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, abrangendo serviu dores civis dos órgãos, entidades autárquicas e fundações dos três Poderes e membros da Magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas.

(https://www.camara.leg.br/noticias/850202-proposta-do-executivo-define-o-inss-comogestor-unico-da-aposentadoria-de-servidores-federais/) .

Além disso, é preciso buscar avanços, nas mesas de negociação que vierem a ser formadas com Tribunais e Governo Federal, no que diz respeito ao ressarcimento de gastos com saúde aos aposentados, a exemplo do que fez o TJ/RS no ano de 2021, através do Ato 46/2021-P (http://www.sindjus.com.br/auxilio-saude-informacoes-sobe-ofuncionalismo-do-ato-46-2021-p/14316), considerando que estas são as despesas mais significativas de quem chega à aposentadoria. Por isso também, é importante que a FENAJUFE realize estudos acerca do subsídio para convênios de assistência médica e para os aposentados da categoria que em razão da idade passa a pagar mais pelos planos de saúde, tendo direito ao mesmo valor de subsídio, conforme sistemática adotada pelo órgão de origem. Mais uma vez indo na contramão do Estatuto do Idoso.

A Fenajufe tem encaminhado ofício aos sindicatos de base orientando a participação na Mobilização Nacional do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (MOSAP), no sentido de fortalecer e intensificar os trabalhos e mobilizações pelo apensamento da PEC 06/2024 à PEC 555/2006 estas PECs tratam exatamente da contribuição previdenciária no serviço público, que interessa a todos os servidores aposentados pensionistas e servidores da ativa que futuramente também irão se aposentar.

Até dezembro já haviam protocolados 176 requerimentos, e o Ex. Presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira havia solicitado pelo menos 300 requerimentos, lógico sem nenhum amparo legal.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

A PEC 06/2024 busca atualizar alguns aspectos da PEC 555/2006, entre elas a contribuição previdenciária de servidoras e servidores aposentados(as) e pensionistas (confisco) com redução de 10% ao ano – a partir dos 66 anos para homens e 63 anos para mulheres – sendo totalmente dispensada quando o titular atingir 75 anos, independentemente das circunstâncias.

Devemos buscar o tempo todo chamar atenção do governo para as pautas do segmento, como a revogação da Reforma da Previdência instituída pela EC nº 103/2019, aprovada no governo genocida de Bolsonaro, além da aprovação da PEC 06/2024, cuja principal alteração proposta é a extinção gradual da contribuição previdenciária de todos os servidores(as) públicos aposentados e aposentadas, isto é por questão de justiça esta luta por retirada de direitos daqueles (as) trabalhador e trabalhadoras a serviço do cidadão brasileiro e que tanto contribuíram com serviços essenciais e de qualidade para a sociedade.

Por fim, é o presente para contribuir nas pautas da Categoria em Geral dos Servidores(as) do PJU e MPU, junto a Fenajufe e demais Sindicatos da Base.

DEFENDEMOS PARA APOSENTADOS, APOSENTADAS E PENSIONISTAS DO PJU E MPU:

1. Construir uma Plataforma de Lutas pela Aposentadoria e Pensão Digna com todas as entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras do Setor Público;
2. Lutar pelo apensamento da PEC 06/2024 à PEC 555/2006, que põe fim a taxação das aposentadorias e pensões (confisco), nos nossos proventos.
3. Lutar pela revogação da EC 95/16 – Emenda do Teto de Gastos que promove o desmonte dos Serviços Públicos e coloca em risco os proventos das aposentadorias e pensões;
4. Lutar pela Revogação da EC 103/2019 – Reforma Previdenciária dos Governo genocida de Bolsonaro;

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

5. Buscar o ressarcimento dos valores comprovadamente gastos com saúde por Aposentados, Aposentadas e Pensionistas;
6. Apoiar e contribuir com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI) para efetivação do Auxílio Nutrição como alternativa ao auxílio-alimentação que se perde ao aposentar-se.
7. Lutar por uma Reestruturação das Carreiras do PJU e MPU que valorize os Aposentados, Aposentadas e Pensionistas em seus diversos segmentos, que tanto contribuíram aos cidadãos do país;
8. Promover ações de Mobilização e Luta em Defesa dos Aposentados, Aposentadas e Pensionistas, em conjunto com as demais categorias do setor público, das 3(três) esferas em todo o país;
9. Lutar contra a Aprovação da Reforma Administrativa (PEC 32/2019);
10. Lutar contra a Aprovação do PLP 189/2021;

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PLANO FUNPRESP-JUD

A Fenajufe deverá, através de assessoria especializada, propor alteração do plano de previdência complementar da Funpresp-Jud, de modo que haja isenção da taxa de carregamento em relação às contribuições do participante e do patrocinador calculadas sobre a parte da remuneração de participação que não ultrapasse o teto do RGPS. Assim, os servidores que recebem remuneração até o dobro do teto do RGPS serão menos impactados pelas despesas administrativas.

Justificativa: considerando o endurecimento das regras previdenciárias, a medida se mostra adequada para melhoria das reservas dos servidores com menor remuneração, mediante a adoção de uma sistemática mais equitativa de custeio do plano. A alteração praticamente não iria aumentar a despesa do patrocinador, pois poderá ser aumentada, de forma progressiva - como ocorre com o imposto de renda - a alíquota da taxa de carregamento para as remunerações de participação que superem o teto do RGPS.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ISONOMIA DE VALORES PARA CUSTEIO OU REEMBOLSO DE SAÚDE ENTRE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Considerando a grande disparidade salarial entre servidores e magistrados, que atualmente (janeiro/2025) chega a R$ 80.736,28 (Magistrado paradigma: R$89.265,93 remuneração bruta / Técnico Judiciário A1: R$8.529,65 remuneração bruta);

Considerando o disposto na RESOLUÇÃO N. 500, DE 24 DE MAIO DE 2023 do CNJ e legislação correlata;

Considerando que esse desequilíbrio salarial entre magistrados e servidores do PJU impacta negativamente não apenas nas condições de saúde e trabalho, mas também na coesão e motivação dos servidores dentro das instituições, afetando inclusive a qualidade dos serviços prestados à população;

Considerando que a evolução do custo de saúde - seja plano de saúde ou atendimentos particulares, além de medicamentos e tratamentos de saúde - apresenta índices de reajuste anual bem acima do reajuste de remuneração dos servidores;

Considerando que, dadas as proporções remuneratórias discriminadas acima, o servidor paradigma paga pela manutenção de sua saúde 10,465 vezes mais que um magistrado, considerando o mesmo custo absoluto, ou seja, para o mesmo tratamento, cada R$1,00 pago pelo magistrado equivale a R$10,465 para o servidor;

Considerando que a vida e a saúde são direitos constitucionais tanto para servidores quanto para magistrados;

Considerando o impacto direto da boa saúde física e mental dos servidores na excelência dos serviços prestados e na produtividade de todo o PJU;

Considerando que os servidores são a base sustentadora dos índices de desempenho do PJU;

Considerando ser esta uma questão sensível, essencial e urgente para os servidores de todo o PJU, especialmente os de menor remuneração, como técnicos e auxiliares;

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Considerando o interesse maior de todos os que atuam no PJU, sejam magistrados ou servidores, na busca pelo equilíbrio, coesão e justiça;

Resolução:

Não obstante a enorme assimetria remuneratória entre magistrados e servidores, na negociação com a Administração, seja requerida a isonomia de valores para custeio ou reembolso de saúde entre magistrados e servidores do PJU.

PLANO DE SAÚDE INTEGRADO DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

REMETER A PROPOSTA PARA DISCUSSÃO NO NÚCLEO DE APOSENTADOS, DE SAÚDE E COORDENAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DA FENAJUFE.

Os servidores da ativa, aposentados e pensionistas, que atuam ou atuaram no PJU, têm encontrado inúmeras dificuldades para serem atendidos e terem a cobertura dos planos de saúde.

Em especial os servidores da Justiça Militar da União, que possui em seu quadro 3.000 "vidas", porém, acessando a porta da transparência, podemos afirmar que há entre servidores da ativa ou não, aproximadamente 300.000 vidas, praticamente 100 vezes mais pessoas.

É sabido que os planos de saúde vinculados aos tribunais, são suscetíveis de inúmeras alterações para "buscarem o equilíbrio financeiro", impondo à massa de servidores aumentos das mensalidades e diminuição das coberturas, expondo as vísceras do sistema de segura de saúde.

O que propomos é uma gestão norteada nos mesmos ditames da hierarquia dos tribunais, melhor dizendo, CNJ e STF, (seriam os gestores, que organizariam entre todos os quatro tribunais superiores, quais sejam, STM, STJ, TST, TSE), sendo que, cada um dos Tribunais Superiores, através dos setores que já gerem os planos de saúde fariam a gestão setorizada.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Melhor dizendo, quando qualquer servidor necessita de plano de saúde, ele necessariamente precisa estar vinculado por opção própria a um plano de saúde, o controle dos pagamentos e reembolsos são feitos entre os planos de saúde e os setores de folha de pagamento de cada tribunal.

Então, a coordenação geral seria do CNJ e STF, para contratar planos de saúde com ampla cobertura nacional nos melhores hospitais, com laboratórios de referência e convênio com os hospitais públicos de excelência, como Hospital das Clínicas em São Paulo, entre tantos outros no país.

Para isso, as massas de trabalhadores fariam as suas contribuições, com valores menores, pois a universalidade de contribuintes seria da ordem de 300.000, melhorando e muito o poder de negociação entre os servidores e as operadoras do plano de saúde.

Sendo dessa forma, a melhor das oportunidades para que possamos ter uma oportunidade para melhorarmos a resposta dada pelos nossos tribunais em relação à prestação de assistência médica para cada um dos seus servidores, da ativa, aposentados e pensionistas.

BOLSA GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO

É reconhecido que o conhecimento técnico-científico contribui para a consecução tanto de objetivos organizacionais como pessoais.

Significativa parcela dos servidores, após nomeação, busca graduação e/ou pós-graduação em áreas afins às atividades do Tribunal, arcando com os custos de sua capacitação.

Em alguns casos, a perda de funções comissionadas durante o curso obriga o servidor a interromper seus estudos por motivos financeiros.

Propõe-se, portanto, a criação de bolsas de estudo para servidores que se matricularem em cursos de graduação ou pós-graduação, em áreas estratégicas para o Tribunal, ou, alternativamente, a celebração de parcerias em instituições públicas de ensino para custear integralmente a formação desses servidores.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

PERMISSÃO PARA ACUMULAÇÃO REMUNERADA DO CARGO DE TÉCNICO JUDICIÁRIO COM CARGO DE PROFESSOR

1. TÍTULO:

PERMISSÃO PARA ACUMULAÇÃO REMUNERADA DO CARGO DE TÉCNICO JUDICIÁRIO COM CARGO DE PROFESSOR

2. FUNDAMENTAÇÃO ATUAL: art. 37, XVI, alínea "b", da Constituição Federal

3. LEGISLAÇÃO:

-PEC Nº 169, de 2019, com parecer favorável emitido pela CCJ e pela relatora Deputada MARIA ROSAS em tramitação;

-Lei nº 14.456/2022, que alterou o nível de escolaridade para a investidura no cargo de Técnico Judiciário do Poder Judiciário da União.

4. PRECEDENTES FAVORÁVEIS:

- STF: MS 33.400 AgR, rel. min. Dias Toffoli, j. 1º-3-2021, 1ª T, DJE de 8-4-2021;
- STF: ARE 1.246.685, rel. min. Dias Toffoli, j. 19-3-2020, P, DJE de 28-4-2020, Tema 1.081, com mérito julgado e reafirmação de jurisprudência;
- Decisão Administrativa prolatada pelo TRE-CE no proc. SEI Nº 2022.0.000001576-9, DJe de 14 de julho de 2023.

5. TESE:

A Lei nº 14.456 de 21/09/2022 ao elevar ao nível superior o provimento para o cargo de Técnico Judiciário, reconheceu as suas especificidades e, dessa forma, se encontra amparado pelo art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal para fim de justificar a acumulação com o cargo de Professor.

Portanto, é patente que à luz da nova norma legal a investidura na carreira de técnico judiciário é de nível superior, estando delineado que para a realização das tarefas pertinentes ao cargo público é de complexidade, fato que exige o reconhecimento da especificidade a amparar a cumulação prevista na Constituição Federal.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

6. RESOLUÇÃO

Mobilizar parlamentares do CN para acelerar a tramitação da PEC Nº 169, de 2019, a fim de solucionar de maneira permanente a questão com a promulgação do texto da PEC.

DATA-BASE

A aprovação de data-base é uma medida mais que urgente para a categoria não ficar, totalmente, à mercê da política governamental.

REESTATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS NO JUDICIÁRIO FEDERAL

A presente tese, tem como objetivo o direcionamento para reestatização dos serviços terceirizados no Poder Judiciário da União, através de iniciativa dos TRABALHADORES, fomentando discussões a respeito do tema tão relevante, visando a inclusão dos estamentos mais baixos da nossa sociedade. Está posto um "embranquecimento", do PJU, em todos os cargos, tal fenômeno está diretamente ligado ao Racismo Estrutural, que naturaliza a relação escravocrata arraigada no seio da sociedade brasileira.

Os mais desfavorecidos são pela ordem, pretos, indígenas, pardos, e pobres, sabe-se que as escolas públicas, se distanciaram há muito tempo da referência em termos de ensino e grade curricular necessária a preparar "bons trabalhadores" para o mercado de trabalho. Consequência, desse abandono por parte do poder executivo estadual e municipal, ao longo dos últimos cinquenta anos, e formar milhares de analfabetos funcionais, inclusive com graduação, sendo incapazes de compreenderem o que leem, distanciarem-se dos livros, desconhecerem o elementar que deveria ser, caligrafia cursiva, operações matemáticas fundamentais, vide tabuada, pontos cardeais, os estados da federação e suas capitais, para dizermos o mínimo. De outra ponta, com a privatização do ensino, tem-se uma elite alva, sim, pessoas com fenótipo e genótipo anglo-saxões, que sequer precisam portar documento de identificação pessoal para exercerem seu direito constitucional de ir, vir ou

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

permanecerem sem serem acossados pelas forças de segurança, leia-se, polícia militar, e seguranças particulares, por não serem pessoas estigmatizadas pela cor escura e aparência temerária. A situação brevemente elencada dos pretos e pobres de um lado sem formação acadêmica condizente com os avanços tecnológicos, as necessidades das empresas, coloca-os em imensa desvantagem, prática, intelectual, diante das exigências cada vez maiores do mercado de trabalho.

Por outro lado, os não negros, terão, primeiramente sua incolumidade física e psíquica garantida pelo fato de serem vistos como pessoas inofensivas, de "boa aparência", de "cabelo bom", de cor de pele branca, jamais sendo intimidados quer seja pelo polícia, ou por agentes particulares de segurança. Ademais, sem sofrerem "bullying", em relação a sua etnia, aspectos físicos, históricos, sociais entre outros, adquirem maior capacidade de aprendizado, nos bancos escolares, alcançando melhores notas, e ótimos resultados na sua vida estudantil. Tal situação, permite uma pavimentação para os cargos e carreiras no PJU, que exige vasto conhecimento nos concursos públicos, hodiernamente exigindo o ensino médio, antigo segundo grau para serem admitidos em estágio probatório, após devidamente aprovado e sendo chamado para ingresso na vaga. Dessa forma, sendo egresso das periferias, das escolas públicas, e das faculdades privadas, são iníquas as pseudo-igualdade, tão propalada pelos adeptos da meritocracia, que partem de uma falsa premissas de que todos tem a mesma capacidade, oportunidade em evoluírem suas carreiras profissionais, estudantis e sociais. É de se imaginar o que culmina com a ausência dos pretos, indígenas e desvalidos, nos quadros das carreiras do PJU, na falta de formação condigna nas escolas e faculdades privadas, sendo a exceção quando estas pessoas, são aprovadas em concursos públicos do Judiciário Federal, e a exceção da exceção quando tornam-se magistrados!

Diante dessa realidade, com o fenômeno da terceirização que é legar ao particular mediante remuneração para Pessoa Jurídica, através de licitação, funções que eram inerentes ao serviço público. Os serviços de copa, cozinha, vigilância, manutenção, conservação, faxina, através dos cargos de copeira, cozinheira, vigilante patrimonial, artífice, pedreiro, auxiliar de serviços gerais, encanador, pintor, faxineiro, eletricista, tinha suas vagas

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ocupadas por servidores com baixa formação de ensino, e os provimentos dos cargos através de concurso público contavam com provas práticas.

Tais provas, serviam para diferenciar os trabalhadores com maior capacidade técnica, para a função que estavam se candidatando. Importante, que nessa época pré-constituição de 1988, existiam os concursos internos, onde, através de provas e títulos evoluía-se nos cargos de baixa escolaridade para cargos superiores.

Outrossim, o quadro de servidores era mais parelho ao espectro das etnias encontrados na sociedade, isto é, haviam maior número de servidores públicos federais, pretos, indígenas e pobres, permitindo uma melhor remuneração para eles todos, visto que, a Administração Pública, remunerava-os melhor, e com a estabilidade garantida os vencimentos mensais, permitiam a compra de imóveis, preparassem melhor os seus filhos para o mercado de trabalho, contudo, com a precarização através da terceirização das atividades que eram da carreira do PJU, os trabalhadores que prestam serviços terceirizados, não possuem senso de vínculo, "invisibilizado" que são aos olhos dos servidores concursados vivem de alta rotatividade.

O fosso salarial entre os servidores concursados e os trabalhadores terceirizados é no mínimo ultrajante, não pelo fato da remuneração dos funcionários públicos ser das melhores, pelo contrário, mas por serem paupérrimos os valores de remuneração pagos aos "colaboradores", geralmente limitados a um salário mínimo vigente e vale-transporte. Essa remuneração paga aos terceirizados, refletem a desvalia aplicada na prática, colocando muitas famílias em uma linha próxima à subsistência, impedindo qualquer possibilidade de ascensão social. Vive-se para trabalhar e trabalha-se para sobreviver, gastos com moradia, alimentação, e transporte, nada mais. A consciência social se forma através de sentimentos de empatia, solidariedade, colocando-se no lugar do trabalhador terceirizado, nas suas agruras, nas suas necessidades de sobrevivência, nos transportes públicos ineficiente e lotados, nos casebres alugados, dentro de bairros sem infraestrutura, saneamento básico, ou núcleos habitacionais irregulares, na falta de dinheiro para compra de bujão de gás, de alimentos essenciais, das três alimentações diárias, da ausência da presença estatal, no âmbito estadual e municipal.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Esses brasileiros, esquecidos, perdem seus filhos para a delinquência, as escolas públicas, perdem possíveis mentes brilhantes pelo abandono escolar, e esse ciclo vicioso, reflete nas autarquias públicas, que não possuem mais em seus quadros servidores não brancos.

CONCLUSÃO

Diante do cenário dantesco que estamos, o fundamental é que a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras do Poder Judiciário Federal se mobilize através de suas ENTIDADES SINDICAIS, que poderão fazer campanhas, seminários com os mais renomados professores, inclusive com a Profª Doutora Graça, titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que, elucidará os efeito deletérios que recaem sobre os mais baixos estamentos da pirâmide social, leia-se, pretos, indígenas e pobres, "invisibilizado", trabalhadores terceirizados, que não tem a chance de serem bem remunerados, desfrutarem da estabilidade prevista para os servidores do PJU.

O diagnóstico do problema das terceirizações, forma muito bem apontados pelo Servidor Público Feliz Lopes, Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea; técnico de planejamento e pesquisa na Divisão de Estudos em Inovação (DVINO) do Ipea, o qual, poderia ser convidado para melhor esclarecer o vasto trabalho de pesquisa no IPEA, ao longo de 30 anos, com gráficos.

Resta pois, a mobilização dos servidores do PJU e MPU, no sentido de que se faça um amplo debate e efetiva atuação junto às ENTIDADES SINDICAIS locais e FENAJUFE, para iniciar a luta visando a REESTATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, permitindo que hajam novas oportunidades para que os excluídos, tenham pelo menos a chance de serem melhor remunerados, e se beneficiem da estabilidade, sendo equiparados em termos de categoria de Servidores Públicos do Poder Judiciário da União.

A ATUALIDADE DA LUTA PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

A redução da jornada de trabalho é um dos pontos centrais da história das lutas da classe trabalhadora, notadamente a partir da consolidação do capitalismo industrial, contra a superexploração da força de trabalho. Seja como meio de aumento do salário/hora, seja na luta por mais segurança e saúde no trabalho, seja pelo direito ao tempo livre, ou mesmo no enfrentamento à violência patronal.

Fruto de muita organização e lutas, geração após geração, foi conquistado o direito à limitação da jornada de trabalho em diversas partes do mundo. A limitação da jornada em 8 horas diárias é uma realidade jurídica no Brasil há quase um século, após avanços em outros países.

De lá para cá, a tecnologia e a produtividade tiveram elevações em escala geométrica, mas esses avanços não se refletiram na mesma proporção em benefício dos trabalhadores, seja na elevação dos salários, seja na redução da jornada de trabalho. O único avanço nas últimas décadas foi a redução de 48 para 44 horas semanais, o que é muito pouco sob essa perspectiva.

A elevação da produtividade, por sua vez, não ocorre sem um custo para os trabalhadores, na medida em que aumentam as exigências e se intensifica o ritmo de trabalho, para se obter uma produção maior por trabalhador.

Ao mesmo tempo, a racionalidade do sistema capitalista impõe a convivência, por um lado, de um enorme contingente de pessoas desocupadas excluídas do mercado de trabalho, e por outro, uma parcela expressiva da classe trabalhadora sujeita a jornadas de trabalho extenuantes, muitas vezes sem a contrapartida em horas extras remuneradas.

Apesar da resistência histórica do empresariado, dos políticos e dos meios de comunicação de massa, e do empenho permanente na interdição do debate, o movimento contra a escala 6X1 trouxe à tona essa realidade, levando ao centro do debate novamente a bandeira histórica da redução da jornada.

Esse quadro se reflete também no serviço público com suas especificidades. O avanço da digitalização e a elevação da produtividade também não tem se revertido em favor do

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

funcionalismo na forma de redução da jornada. Pelo contrário, são constantes as queixas de sobrecarga e más condições de trabalho.

A falta de reposição de cargos vagos e mesmo a redução de postos de trabalho em diversos setores revelam a diretriz de aumentar a sobrecarga, e elevam ao nível de mantra "fazer mais com menos", mesmo que isso custe a saúde do servidor.

Além disso, a intensificação do regime de metas e de trabalho por produção tem resultado, na prática, para cada vez mais pessoas, a negação do direito a uma jornada limitada, na medida em que muitas vezes ela é insuficiente para a entrega da produção estabelecida. O aprofundamento desse regime em cada vez mais tornado as cargas de trabalho uma responsabilidade individual, e cada vez menos institucional. Dessa forma são praticamente ignorados os condicionantes e limitações reais de pessoal e estrutura. Isso por sua vez, aumenta os níveis de violência no trabalho e assédio moral, em uma estrutura na qual os cargos em comissão e as funções comissionadas tornam os próprios servidores instrumentos dessa política.

Nesse contexto, a luta pela redução também se apresenta como contraponto às jornadas ilimitadas, que vêm sendo impostas a um número cada vez maior de pessoas.

Mesmo sob a ótica das administrações, há fortes argumentos favoráveis à redução da jornada, entre os quais uma maior qualidade de vida e motivação aos servidores, e a redução do adoecimento e de acidentes do trabalho. É sabido que nas últimas horas da jornada, há uma queda notável na produtividade e na capacidade de concentração dos trabalhadores. Além disso, a legislação atual já comporta a redução, na medida em que a lei 8112/90 já permite que a jornada normal seja de 30 horas semanais.

Defendemos, portanto, no contexto do movimento pelo fim da escala 6 x 1, que as entidades sindicais retomem esse debate com a categoria de modo a enfrentar resistências, tirar dúvidas, e fazer avançar a luta por uma vida além do trabalho, para além de um regime de trabalho secular. E que esse ponto volte a constar em nossas pautas de reivindicações com o merecido destaque.

Resoluções:

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

1. Que a Fenajufe e os sindicatos encampem a luta pela redução da jornada para 6 horas diárias/ 30 semanais, como já autoriza a lei 8112/90, sem redução de salários!

2. Que a Fenajufe e os sindicatos se somem às demais Organizações da classe trabalhadora e ao Movimentos pelo fim da escala 6 x 1 na luta geral pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário!

EM DEFESA DA GRATUIDADE DE ESTACIONAMENTO EM LOCAIS PÚBLICOS PARA VEÍCULOS DE OFICIAIS DE JUSTIÇA

O oficialato desempenha papel central na efetividade das decisões judiciais e no acesso à justiça. No entanto, esses profissionais enfrentam enormes dificuldades no cumprimento de mandados, além de estarem expostos à violência, tanto em áreas urbanas quanto rurais. No ambiente urbano, frequentemente têm dificuldades para estacionar em locais estratégicos devido às restrições das vagas públicas, sendo obrigados a arcar com multas durante o exercício de suas funções públicas.

Com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e fazer justiça ao oficialato, estão em tramitação os Projetos de Lei 9719/2018 e 1608/2019, que visam a garantir o direito de estacionamento gratuito e livre nas vagas públicas para os veículos de Oficiais de Justiça durante o cumprimento de suas funções. Além disso, diversas iniciativas municipais no Brasil também buscam regulamentar essa questão.

Diante disso, o 12° Congresso da Fenajufe delibera que a Federação acompanhe, apoie e trabalhe para que as iniciativas legislativas em curso sejam aprovadas e garantam aos Oficiais de Justiça, inclusive "*ad hoc"* a gratuidade de estacionamento em locais públicos no exercício de suas atividades.

A Fenajufe deve se comprometer a atuar junto a outros atores políticos e sociais para garantir a aprovação desses projetos no Legislativo, promovendo uma ampla mobilização que envolva os sindicatos de base em uma campanha em defesa dessa causa.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

PROPOSTA DE ISONOMIA DA BASE DE CÁLCULOS DAS DIÁRIAS

Considerando a grande disparidade entre a remuneração dos diversos segmentos nas carreiras do PJU;

Considerando que a base de cálculo das diárias no TRT3 é a remuneração (vencimento + gratificações) do servidor;

Considerando que o elevado custo de alimentação impacta de forma ainda maior o servidor com menor remuneração;

Considerando que o pagamento das diárias com base de cálculo diversa indeniza de forma desigual o mesmo fato gerador;

Resolução:

Propõe-se que, não obstante a enorme assimetria remuneratória entre servidores, seja utilizado para o cálculo das diárias o mesmo valor base, independentemente do cargo, para todos os servidores das carreiras do PJU e MPU em todos os órgãos que ainda não adotam esse modelo.

POR UMA CONSTRUÇÃO DE ARTICULAÇÕES E DIÁLOGOS PARA UMA SOCIEDADE DO BEM VIVER

Por uma construção de articulações e diálogos para uma Sociedade do Bem Viver

Os impactos do capitalismo rentista na classe trabalhadora não se limitam aos ataques desferidos contra os direitos dos trabalhadores, desregulamentando e flexibilizando as relações do mundo do trabalho, investindo fortemente em tecnologia e trabalho morto para garantir a ampliação da concentração de renda expressa em poucos representantes do poder financeiro. O Capitalismo financeiro é globalmente voraz e concentrador de recursos e nesse sentido é o responsável não somente pelo momento de extremo desequilíbrio ambiental que assola o mundo em todas as suas expressões de formas sistemas. O conceito de meio ambiente é muito mais amplo do que costumeiramente pensamos quando refletimos sobre a destruição dos biomas, ele se estende em várias dimensões dentro de

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

cinco sistemas que são classificados como Natural, Artificial, Cultural, Do trabalho, e do Patrimônio Genético. E todos estão sendo violentamente afetados pelo capitalismo em sua estrutura mais perversa. As enchentes e inundações destroem patrimônios e matam pessoas em seus territórios assim como as fortes ondas de calor, e não podemos mais deixar de enfrentar o cerne do problema climático que está na destruição dos ecossistemas aquáticos e terrestres para gerar mais acúmulo de bens e riquezas. Quando questionamos o direito à cidade para todo mundo, não podemos deixar de nos posicionar contra a extrema desigualdade gerada no acesso à direitos, serviços, políticas públicas, trabalho, renda e bem viver no território. O neoliberalismo financeiro que domina as relações públicas transforma o direito à cidade em mercadoria para quem pode pagar. O direito a viver num ambiente no equilíbrio tornou-se quase inatingível para a ampla maioria da população no mundo, mesmo para países denominados de “primeiro mundo”. Neste sentido, faz-se urgente uma construção da classe trabalhadora que se predisponha a realizar o que denominamos Articulações e Diálogos para uma Sociedade do Bem Viver.

Essa construção expressa a determinação das trabalhadoras e trabalhadores em consolidar suas organizações em entidades sindicais cidadãs, comprometidas com as grandes pautas de seu tempo, bem como com a construção de um outro mundo, que seja socialmente justo, democrático, plural, inclusivo, solidário e possível a todas as criaturas.

Entendemos que a Fenajufe deverá ser construtora dessa virada de chave para construir um sistema de Articulações e Diálogos para uma Sociedade do Bem Viver da classe trabalhadora, que priorizará a vida, em todas as suas formas de expressão, de modo que juntamente com o combate à desigualdade social, nossas ações sejam pautadas na defesa de um modelo de sociedade em que a natureza não seja percebida como fornecedora de recursos e matérias primas, mas como algo intrinsecamente imbricada à vida dos seres humanos, pois somos também natureza. Trata-se, no dizer de Isabel Rauber, "de uma convivência comunitária intercultural e sem assimetrias de poder, própria dos povos originários andinos (...). É um modo de viver sendo e sentindo-se parte da comunidade, com sua proteção e em harmonia com a natureza (...), diferenciando-se do ‘viver melhor’

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ocidental, que é individualista e que se faz geralmente a expensas dos outros e, além disso, em contraponto à natureza"

Assim, propomos que a Fenajufe oriente as suas ações na busca da construção da sociedade do Bem Viver, colocando-se à serviço da justiça social e do cuidado da casa comum. Para tanto, propomos:

1. Que a Fenajufe participe, promova ou apoie projetos, encontros, cursos, oficinas, congressos, seminários, simpósios, fóruns, movimentos, coletivos, organizações da sociedade civil e do poder público visando uma incidência política efetiva e qualificada.

2. Que a Fenajufe incentive e oriente suas entidades filiadas a contribuir com o fortalecimento institucional de pequenas organizações formais ou informais, que realizam projetos comunitários, no sentido de estimulá-las e apoiá-las a capacitarem-se com base na autogestão, na colaboração, na busca da autonomia financeira, na gestão democratizada, bem como na construção de valores solidários e colaborativos, para que exista cada vez mais fortalecimento dos mecanismos de solidariedade de classe em contraponto ao individualismo cultural promovido pelo capitalismo em todas as suas expressões.

3. Que a Fenajufe execute e incentive as entidades filiadas a estruturarem uma ação política de Articulação e Diálogos para uma Sociedade do Bem Viver, de caráter transversal, buscando desenvolver atividades interna córpores e com outras entidades sindicais que também constroem a sociedade do Bem Viver nos territórios com outros deste Sindicato, de modo a que o "Bem Viver", seja também compreendido, como um viver bem entre nós, um modo de viver em que todos sejam e sintam-se parte da nossa casa comum.

4. Que a Fenajufe estimule a promoção de uma cultura de paz e não violência, trabalhando com conceitos ligados à Comunicação Não Violenta - CNV, além de outras formas de construções dialógicas tais como mediação de conflitos, respeito à diversidade e diálogo interreligioso.

5. Queremos, com esse conjunto de iniciativas, estimular nossas diretores e diretores, bem como nossa categoria, a se envolverem com as questões que digam respeito ao bem

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

comum, participando dos instrumentos de controle social do Estado, como são os Conselhos Municipais, Estaduais e Federais, ou, ainda, com as ações sociais promovidas pelo Sisejufe ou Organizações parceiras, de modo a exercerem uma cidadania plena.

Por fim, propomos, que a Fenajufe venha a Pautar as ações da política de Articulações e Diálogos para uma sociedade do Bem viver especialmente em:

- Participação em Fóruns, Frentes, Comissões e Coletivos que fortaleçam a sociedade civil, bem como um outro modelo de desenvolvimento e de economia, nos moldes da Economia Popular e Solidária;

- Participar, apoiar /ou fomentar, espaços democráticos e participação popular denominados de conferências livres;

- Organizar em conjunto com as entidades nacionais do Sistema de Justiça, a Conferência Livre do Sistema de Justiça;

- Organizar em conjunto com as entidades sindicais nacionais do setor público, a Conferência livre do Servidor Público aposentado;

- Apoio a práticas cooperativistas e solidárias;

- Apoio às organizações, fóruns e coletivos que desenvolvam ações, projetos e programas visando a organização das trabalhadoras e trabalhadores informais, vulneráveis ou em desvantagem social, dentro de uma perspectiva democrática, solidária e do bem viver.

- Apoio e participação nos Fóruns de Justiça Climática e demais questões socioambientais;

- Participação em atividades e Organizações da Sociedade Civil;

- Realização de Incidência Política cujo foco seja a construção de políticas públicas ligada especialmente a direitos das pessoas com deficiência, ao meio ambiente, a comunidades e povos tradicionais, juventude, a modelos alternativos de desenvolvimento no campo e na cidade, promoção da cultura de paz, etc.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

SENÇÃO DE IPI NA COMPRA DE VEÍCULOS PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA

Considerando a importância da isenção de IPI para oficiais de justiça na aquisição de veículos, o coletivo LutaFenajufe propõe à Fenajufe:

1. Realizar um estudo jurídico sobre os projetos de lei relacionados à isenção de IPI na aquisição de veículos e equipamentos, que possam beneficiar o oficialato.

2. Atuar politicamente perante o Congresso Nacional a favor das iniciativas legislativas em tramitação, destacando os seguintes projetos:

PL 1609/2019: Proposto pelo deputado André Figueiredo, que visam a isenção de IPI na aquisição de veículos por oficiais de justiça.

PL 641/2023: Proposto pelo deputado Sargento Portugal, que busca a isenção de IPI, PIS/PASEP, COFINS e IOF para servidores públicos da segurança pública, incluindo oficiais de justiça, na aquisição de veículos.

3. Acompanhar a tramitação dos projetos de lei em curso no Congresso Nacional ou alternativamente construir outro de teor semelhante e realizar campanha para a aprovação, envolvendo sua estrutura política e de comunicação.

4. Atuar, mobilizar a categoria e fortalecer a articulação junto aos sindicatos da sua base para garantir a aprovação de projetos de lei visando melhores condições.

CONTRA A PRECARIZAÇÃO E DESMONTE DA JUSTIÇA ELEITORAL

A Justiça Eleitoral enfrenta uma crise de falta de servidores e atravessa processo de incorporação de novas tecnologias diante das quais a cúpula da Administração discute formas alternativas para driblar a criação de cargos e nomeação de novos servidores efetivos e aplicações das inovações com sentido precarizante do serviço e da nossa carreira.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

O 87º encontro do colégio de presidentes dos TRE's – COPTREL, que ocorreu no dia 20 de março, em São Paulo, teve parte de sua pauta dedicada a esses temas e merece toda a atenção e correto posicionamento do 12º CONGREJUFE.

Antes disso, em dezembro de 2024, documento elaborado no Encontro Nacional de Secretários (as) de Gestão de Pessoas da Justiça Eleitoral tratou, dentre outras questões, da prospecção de ações para mitigar ou sanar a insuficiência da força de trabalho e, de forma estarrecedora, sugeriu uma verdadeira "temporada de precarização", com os próprios gestores levantando todo tipo de idéias desestruturantes, de curto, médio e longo prazo, ao invés proporem reposição e ampliação do quadro de servidores concursados, conforme a necessidade já identificada.

Entre as propostas elaboradas pelos(as) secretários(as) de gestão de pessoas (SGPs) estão:

1. redução da estrutura física de atendimento, adequando a quantidade mínima de eleitores por zona eleitoral;
2. terceirização de atividades que hoje são desempenhadas por servidores(as);
3. a institucionalização da residência jurídica ou outras áreas centralizada, com supervisão de magistrado;
4. início de estudo do rezoneamento, para extinguir zonas eleitorais e concentrar seus servidores efetivos em zonas regionais, a exemplo da estrutura das varas federais;

O documento aponta, ainda, que a pressão dos sindicatos pode ser um obstáculo para a efetivação de algumas dessas sugestões.

O problema no 1º grau se agrava com a dificuldade crescente de renovação de requisitados, que se acirrou à beira da Eleição 2024 pela demora do TSE na prorrogação das requisições e forte pressão do TCU. As requisições, cujos prazos findavam em 2023, foram prorrogadas até junho 2025, com o TCU impondo uma solução definitiva. E nisto, as soluções mais sugeridas pelos gestores passam por ela: a terceirização! Percebe-se que a devolução dos requisitados será utilizada como justificativa para sua ampliação maciça.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Ao lado da terceirização, outra forma de substituir servidores que aparece com frequência é a "residência jurídica" ou outras áreas. Tipo de "estágio de pós-graduação" sem previsão legal, que foi criada pelo CNJ e regulada em alguns tribunais como medida "pedagógica". Mas, está exposta pelos gestores da JE como o que é: substituição de servidor por via transversa.

É forma precarizada de contratação. Seleção simplificada, salários muito rebaixados, sem direitos, sem estabilidade, sem delimitação clara de atribuições com as da carreira de servidora (e)s e sem fixação de percentual frente ao quadro próprio etc.

A terceirização e a residência jurídica ou outras áreas são sintomas da precarização da carreira dos servidores do PJU e da norma constitucional do concurso público, do combate ao nepotismo e das garantias para o serviço público.

Na parte organizacional, gestores formam quase consenso em torno da redução da estrutura da JE em cidades do interior - extinguindo zonas, redimensionando quantidade de eleitores por ZE, aglutinando-as em polos regionais, extinguindo unidades na maioria das cidades, "como na Justiça Federal".

É o já conhecido - e sempre acompanhado de problemas - rezoneamento. Inclusive com o risco de copia-e-cola de soluções de outros ramos da Justiça que não têm as competências específicas e especializadas da JE. A sugestão de "polos" na prospecção do TSE parece improvisada e com poucas considerações da necessidade de presença de servidores, juízes e promotores nas cidades, em períodos eleitorais, fiscalização da propaganda etc.

Os gestores apontam os sindicatos como obstáculos para propostas e sugerem a busca de diálogo com as entidades representativas dos servidores. Não é à toa, dada a importância dos sindicatos como instrumentos para defesa de direitos e interesses da categoria.

São muitos os riscos com a adoção de tais medidas precarizantes: à segurança de dados; de regressão na autonomia dos serviços eleitorais frente a chefes políticos locais; de interrupção de serviços; de piora no atendimento à população no acesso a serviços; na fiscalização do processo eleitoral; de instrumentalização política por empresas; de piora na desvalorização das servidoras e servidores, etc.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

A categoria precisa ter voz no processo e o instrumento são os sindicatos. Atravessamos contexto de inovações tecnológicas disruptivas e crescimento fantástico de produtividade. É fundamental a luta por redução dos impactos negativos e por melhoria nas condições de trabalho, de jornada, de saúde e qualidade de vida, de valorização de quem faz o PJU no dia a dia.

Diante disso, o 12º CONGREJUFE se posiciona:

1. com preocupação diante da condução da crise pela cúpula do PJU com relação à Justiça Eleitoral, dado o anúncio de precarização e graves riscos para o serviço eleitoral e para a carreira da(o)s servidora(e)s;
2. contra a terceirização de serviços nos cartórios eleitorais e outros setores e contra a residência jurídica ou outras áreas como formas de precarização da carreira e do concurso público;
3. por criação de cargos, concurso e nomeações para adequar a demanda de serviço ao quadro de servidores;
4. pela manutenção dos requisitados, com devolução gradativa na medida e proporção em que novos servidores forem sendo nomeados;
5. contra quaisquer retrocessos nas condições de trabalho das servidoras e servidores, seja no acesso ao trabalho remoto, teletrabalho ou às condições especiais de trabalho em casos de doenças, deficiências, acompanhamento de familiares; e contra qualquer retrocesso nas conquistas laborais relacionadas à jornada de trabalho e salários;
6. contra todo e qualquer tipo de ato de dirigentes dos TREs que tenham por finalidade prejudicar, dificultar ou impedir de algum modo a atuação sindical em defesa dos direitos dos servidores e servidoras da Justiça Eleitoral;
7. pela construção/articulação da convocação extraordinária de um encontro da Justiça Eleitoral com essa pauta urgente e prioritária.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

PLEBISCITO POPULAR

Em 10 de abril movimentos populares organizados nas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo lançaram o Plebiscito Popular 2025.

Com data marcada para setembro deste ano, a proposta é que a população brasileira vote sobre o fim da escala 6×1, redução da jornada de trabalho sem corte salarial e a taxação dos super-ricos.

O plebiscito popular é uma ação estratégica de mobilização em que podemos reafirmar a força da classe trabalhadora e a Fenajufe deve se comprometer com o plebiscito na base da categoria das trabalhadoras e trabalhadores do Judiciário e Ministério Público da União.

Pelo fim da escala 6×1 e taxação dos ricos!

REAJUSTE DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR ACIMA DO IPCA

Proposta: Que a Fenajufe envide esforços para que o art. 129 da Proposta de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 (infratranscrito) seja emendado para permitir que o reajuste do auxílio alimentação e da assistência pré-escolar para o exercício de 2026 seja concedido em percentual superior à variação do IPCA, no âmbito do Poder Judiciário da União, a exemplo do que ocorreu na LOA de 2025, possibilitando a equivalência do valor dos auxílios com o Poder Legislativo Federal.

Referência Legislativa:

Art. 129. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2026, dos benefícios de auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar em percentual superior à variação acumulada do IPCA, desde a última revisão de cada um dos benefícios, pelo Poder Executivo, inclusive pelas estatais dependentes, pelos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ANEXO XI

CHAPAS INSCRITAS ÀS ELEIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL - FICHAS DE INSCRIÇÃO DAS CHAPAS

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9



Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

FICHA DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE CHAPA PARA DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAJUFE – 12º CONGREJUFE

NOME DA CHAPA: Unidos Por Nossa Luta

RESPONSÁVEL PELA CHAPA (Nome e assinatura): Nathaly Jhen Martins

02 TELEFONES PARA CONTATO: (31) 99298-4074 / (32) 988 15-0996

Número de ordem	Nome Completo	Delegação	Quota Negros	Quota Mulheres
1	Eliane Luzia de Paiva	Sitrajufe MG		X
2	Nathaly Vênia Rodrigues de Melo	Sintrajufe MG		X
3	Luana Theodoro Ferreira dos Santos Bonato	Sintrajufe MG		X
4	Rosimeire Reis Ribeiro Pettersen	Sitrajufe MG	X	X
5	Nathaly Jhen Martins	Sintrajufe MG		X
6	Fabiana Cristina Avelar	Sitrajufe MG	X	
7	Evandro Antônio da Silva	Sintrajufe MG		
8	Mariany Rafaela de Sousa	Sitrajufe MG		X
9	Benedito Cyllene Barcelos	Sitrajufe MG	X	
10	Renan Martins Batista	Sitrajufe MG	X	
11	Cleber Aparecido dos Santos	Sitrajufe MG		
12	Fabiana Cristina dos Reis	Sitrajufe MG		X
13	Marcio Arruda Vaz Arruda Lima	Sintrajufe MG		X
14	Marcio dos Santos Lopes de Carvalho	Sintrajufe MG	X	X
15	Marcio Benjamin dos Santos	Sintrajufe MG	X	X

1/2

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

16	Sintrajufe	X						
17	Sintrajufe							
18	Sintrajufe	X						
19	Sintrajufe	X						
20	Sintrajufe	X						
21								
22								
23								
24								

Recebido em 30/04/2025, às 09 h 31. (comissão eleitoral)

2/2

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

FICHA DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE CHAPA PARA DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAJUFE – 12º CONGREJUFE

NOME DA CHAPA: **FRENTE AMPLA PELA BASE**

RESPONSÁVEL PELA CHAPA (Nome e assinatura): **Alexandre Magnus Melo Martins**

02 TELEFONES PARA CONTATO: **(32) 98888-7715 (Alexandre Magnus)/ (62) 99631-5782 (Márcia Bueno)**

Número de ordem	Nome Completo	Delegação	Quota Negros	Quota Mulheres
1	Alexandre Magnus Melo Martins	SITRAEMG		
2	Márcia Divina Bueno Rosa	SINJUFEGO		x
3	Kelma Lara Costa Rabelo Lima	SINDISSETIMA	X	X
4	Nelson da Costa Santos Neto	SITRAEMG	x	
5	Fernando Assis de Freitas	Comissão PRO FENAJUFE		
6	Anna Karenina de Souza Macedo	SINTRAJUD		X
7	João Batista Moraes Vieira	SINJUFEGO		
8	Claudionora Pires dos Santos	SINDISSETIMA		X
9	Carlos Roberto Pinheiro	SINTRAJURN	X	
10	Elimara Cardoso Bernardes Gaia	SITRAEMG		X
11	Magda da Conceição Gonçalves	SINJUFEGO	X	X
12	Emilson Antônio Fonseca	SITRAEMG	X	
13	Flávia Andrea Queiroz Façanha Ferreira	SINDISSETIMA		X
14	Aquiles Castro Araújo	SITRAEMG	X	
15	Patrícia Aguiar Santana Bernardes Pinto	SINTRAJUD		X
16	Suely Nunes de Sá	SITRAEMG		X

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

17	Valéria Vieira Salles	SITRAEMG			X
18	Aldo Roberto Ribeiro Junior	Comissão Pró FENAJUFE			
19	Maria Gorete de Paula Amaro	SITRAEMG			X
20	Gonçales Ramalho de Lima	SINDISSETIMA			
21	Valmir Oliveira da Mota	SINJUFEGO	X		
22	Eliane Brito de Almeida Pires	SINJUFEGO	X		X
23	Alessandra Matias Barbosa	SITRAEMG			X
24	Antônio Fernando Ferreira Rabelo	SINDISSETIMA	x		

Recebido em 30/04/2025, às 08 h 59 (Comissão Eleitoral)

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

FICHA DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE CHAPA PARA DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAJUFE – 12º CONGREJUFE

NOME DA CHAPA: __Democracia e Luta_____

RESPONSÁVEL PELA CHAPA (Nome e assinatura): _Soraia Garcia Marca _____

02 TELEFONES PARA CONTATO: _21 975232918_____/____21 986841546_____

Número de ordem	Nome Completo	Delegação	Quota Negros	Quota Mulheres
1	Soraia Garcia Marca	Sisejufe/RJ		X
2	Edson Mouta Vasconcelos	Sisejufe/RJ		
3	Fábio Antônio Teixeira Saboia	Sintrajufe/CE		
4	Arlene da Silva Barcellos	Sintrajufe/RS		X
5	Sandra Cristina Dias	Sindiquinze/SP	X	X
6	Fernanda Guimarães Lauria	Sisejufe/RJ		X
7	Juliana Santana Rick	Sitraemg/MG		X
8	José Aristeia Pereira	Sindiquinze/SP		
9	Júlio Cesar Daru	Sinjuspar/PR		
10	Eusa Maria de Oliveira Fernandes	Sitraam/AM-RR		X
11	Manoel Gérson Bezerra de Souza	Sintrajufe/PE		
12	Maria José Olegário	Sintrajusc/SC		X
13	Paula Drumond Meniconi	Sitraemg/MG		X
14	Samanta Pinheiro Gazelli	Sintrajud/SP		X
15	Fabiana Pandolfo Cherubini	Sintrajufe/RS		X
16	Rita de Cássia Salsman Jorge	Sindiquinze/SP		X

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92
SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

17	Maria da Conceição Lima da Mota	Sindjuf/PA-AP	X	X
18	Neli da Costa Rosa	Sisejufe/RJ	X	X
19	Dulavim de Oliveira Lima Júnior	Sisejufe/RJ	X	
20	Renata Nascimento de Oliveira	Sisejufe/RJ	X	X
21	Francisca das Chagas Gomes da Silva	Sintrajurn/RN	X	X
22	Carlos Felipe dos Santos	Sintrajufe/PE	X	
23	Patrícia Fernanda dos Santos	Sisejufe/RJ	X	X
24	Fabrício Dias Loguércio	Sintrajufe/RS		

Recebido em 30/04/2025, às 09 h 47. (comissão eleitoral)

2/2

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FICHA DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE CHAPA PARA DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAJUFE – 12º CONGREJUFE

NOME DA CHAPA: LUTA FENAJUFE

RESPONSÁVEL PELA CHAPA (Nome e assinatura): DENISE M. A. CARNEIRO

02 TELEFONES PARA CONTATO: 71 - 99236321 / 11 - 988891289

Número de ordem	Nome Completo	Delegação	Quota Negros	Quota Mulheres
1	DENISE MARCIA DE ARMADE CARNEIRO	BAHIA - SINDJUFE		X
2	LUCIANA MARTINS CARNEIRO	SP - SINTRAJUD	X	X
3	PAULO SERGIO DA SILVA FALCÃO			
4	DAVID ERNESTO LANDAU RUBBO	AL - SINDJUS		
5	MARIA IRES GRACIANO LACERDA	MG - SITRAEMG		
6	ISABELLA GONÇALVES LEAL	SP - SINTRAJUD	X	X
7	LUIS FERNANDO PASIN	SP - SINTRAJUD		X
8	MARCOS NOBUTO YAMAMOTO THOMPETA	RS - SINTRAJUFE		
9	TARCISIO FERREIRA	SP - SINTRAJUD		
10	LUCIANA BARROZO DA SILVA	SP - SINTRAJUD		
11	ANA LUIZA DE FIGUEIREDO GOMES	SP - SINTRAJUD	X	X
12	SILVENAUDO A. DOS SANTOS DÓREA	BA - SINDJUFE		X
13	MARIA LUCIA ALBUQUERQUE MATTOS	BA - SINDJUFE		
14	FELIPE GIOLGLI MARALDA	SP - SINTRAJUD	X	X
15	LAIS PEREIRA ESTEVES	BA - SINDJUFE		

1/2

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

16	CLEBEM BORGES DE AGUIAR	SP SINTRAJUD			
17	MARILENE PINHO DE OLIVEIRA	BA- SINDSJUFE			X
18	LUCAS JOSÉ DANTAS ENEITAS	SP - SINTRAJUD			
19	MARIA MADALENA DUDES	RJ - SINTRAJUFE	X		X
20	CINO MANZANO	SP - SINTRAJUD			
21	ESTEN NOGUEIRA DE FARIA	SP - SINTRAJUD			X
22	SANDRO ROMEU SILVA DE SALES	BA - SINDJUFE	X		
23	GIOVANA DE ABREU CAMPOS	MG- SITRAEMG	X		X
24	HERÊNIO TONTO BARROS	RJ- SISEJUFE	X		

Recebido em 30/04/2025, às 09 h 49. (comissão eleitoral)

2/2

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

FICHA DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE CHAPA PARA DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAJUFE – 12º CONGREJUFE

NOME DA CHAPA: Analistas por 2/03

RESPONSÁVEL PELA CHAPA (Nome e assinatura): Edivalda de Andrade Silva

02 TELEFONES PARA CONTATO: (81) 99622-3878 / (34) 99908-3141

Número de ordem	Nome Completo	Delegação	Quota Negros	Quota Mulheres
1	Fernando Soares Quetti	SITRAEMG		
2	Sueli Aparecida de Oliveira Bissi	SINJUSPAR		X
3	Edivalda de Andrade Silva	SITRAEMG	X	X
4	Jefferson Viana Aguiar	SINJE	X	
5	Moisés Januário da Silva Almeida	SITRAEMG		
6	Fernanda Fernandes	SITRAEMG	X	X
7	Danilo Duarte Pinto	SITRAEMG	X	
8	Nélia Motta	SITRAEMG	X	X
9	Sloraia Aparecida Maia Gomes	SITRAEMG		X
10				
11				
12				
13				
14				
15				

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional Youtube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Recebido em 30/04/2025, às 09 h 38. (comissão eleitoral)

Daiana de Andrade Silva

⇒ Fiscais:

① Bruno Samuel Mattos

② Artur Moreira Santos

③ Wesley Resende Nunes

2/2

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

COMPOSIÇÃO DAS CHAPAS INSCRITAS ÀS ELEIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAJUFE PARA GESTÃO 2025/2028

CHAPA 1 – Unidos por Justiça

Eliana Leocádia Borges

Nélia Vânia Rodrigues de Matos

Luana Theodoro Ferreira dos Santos Barreto

Rosimare Alves Ribeiro

Nathaly Dias Martins

Fabiano Goecking Avelar

Evandro Antônio da Silva

Marjory Pereira de Sousa

Benedito Gilberto Bernardes

Renan Martins Batista

Cleber Aparecido dos Santos

Fabiana Gonçalves dos Reis

Maria A. Vaz de Melo Lima

Maria das Dores Lopes de Carvalho

Márcia Elizabeth dos Santos

Catarina Maria de Melo

Anderson Lima de Oliveira Elizabeth Fátima Lima

Luciana de Carvalho Figueiredo

Beatriz Maria do Nascimento Ladeira

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

CHAPA 2 – Analistas por Voz

Fernando Soares Guetti

Sueli Aparecida de Oliveira Bissi

Edivalda de Andrade Silva

Jefferson Viana Aguiar

Moisés Janunário da Silva

Fernanda Fernandes

Danilo Duarte Pinto

Nélia Motta

Soraia Aparecida Maia Gomes

CHAPA 3 – Democracia e Luta

Soraia Garcia Marca

Edson Mouta Vasconcelos

Fábio Antônio Teixeira Saboia

Arlene da Silva Barcellos

Sandra Cristina Dias

Fernanda Guimarães Lauria

Juliana Santana Rick

José Aristeia Pereira

Júlio César Daru

Eusa Maria de Oliveira Fernandes

Manoel Gérson Bezerra de Souza

Maria José Olegário

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Paula Drumond Meniconi

Samanta Pinheiro Gazelli

Fabiana Pandolfo Cherubini

Rita de Cássia Salsman Jorge

Maria da Conceição Lima da Mota

Neli da Costa Rosa

Dulavin de Oliveira Lima Júnior

Renata Nascimento de Oliveira

Francisca das Chagas Gomes da Silva

Carlos Felipe dos Santos

Patrícia Fernanda dos Santos

Fabrício Dias Loguercio

CHAPA 4 – Frente Ampla Pela Base

Alexandre Magnus Melo Martins

Márcia Divina Bueno Rosa

Kelma Lara Costa Rabelo Lima

Nelson da Costa Santos Neto

Fernando Assis de Freitas

Anna Karenina de Souza Macedo

João Batista Moraes Vieira

Claudionora Pires dos Santos

Carlos Roberto Pinheiro

Elimara Cardoso Bernardes Gaia

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Magda da Conceição Gonçalves

Enilson Antônio Fonseca

Flávia Andrea Queiroz Façanha Ferreira

Aquiles Castro Araújo

Patrícia Aguiar Santana Bernardos Pinto

Suely Nunes de Sá

Valéria Vieira Salles

Aldo Roberto Ribeiro Junior

Maria Gorete de Paula Amaro

Gonçales Ramalho de Lima

Valmir Oliveira de Mota

Eliane Brito de Almeida Pires

Alessandra Matias Barbosa

Antônio Fernando Ferreira Rabelo

CHAPA 5 – Luta Fenajufe

Denise Márcia de Andrade Carneiro

Luciana Martins Carneiro

Paulo Sérgio da Silva Falcão

David Ernesto Landau Rubbo

Maria Ires Graciano Lacerda

Isabella Gonçalves Leal

Luís Fernando Pasin

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Marcos Renato Yamamoto Trombeta

Tarcísio Ferreira

Luciana Barrozo da Silva

Ana Luiza de Figueiredo Gomes

Gilvenaldo A. dos Santos Dórnea

Maria Lucia Albuquerque Martins

Filipe G. Mafalda

Lais Peroba Esteves

Cleber Borges de Aguiar

Marilene Pinho de Oliveira

Lucas José Dantas Freitas

Maria Madalena Nunes

Ciro Manzano

Ester Nogueira de Faria

Sandro Romeu Silva de Sales

Giovana de Abreu Campos

Helenio Porto Barros

Candidatos ao Conselho Fiscal

Jose Milton Dos Santos

Italo Leonelo Junior

Luiz Cláudio Dos Santos Correa

Flávio Conrado Junior

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Luis Claudio De Campos Borges

Ari Antônio Heck

Marlos Batista De Medeiros

Maximiano Foeppel Uchôa

Abilio Fernandes Das Neves Neto

Lysa Lobo Junqueira

Lauro Vilmar Garcia Costa

Domingos Sávio Barbosa Dias

Mônica Genu Soares

ANEXO XII

RESOLUÇÕES SOBRE PLANO DE LUTAS

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO

O 12º Congresso da Fenajufe reafirma a necessidade da luta unificada da categoria para a conquista de uma nova carreira, a reposição das perdas, sobreposição de tabelas e respeito aos direitos de servidores da ativa e aposentados.

A demora do STF em apresentar uma contraproposta que reduza as perdas salariais contrasta com a velocidade com que a magistratura de autoconcede uma lista interminável de penduricalhos ampliando ainda mais o histórico patrimonialismo do judiciário brasileiro.

Condenamos a divisão da categoria protagonizada pelo sindicato de Brasília que serve somente como linha auxiliar dos interesses da magistratura além de se associar publicamente com setores que tentaram dar um golpe de estado de 8 de janeiro de 2023, o

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

que abriria uma onda de ataques ainda maior contra a democracia e aos direitos de todos os trabalhadores.

Também é urgente aumentarmos a mobilização, na perspectiva de construção de uma greve nacional, contra a residência jurídica, o desmantelamento do RJU, a terceirização na Justiça Eleitoral e os ataques à Justiça do Trabalho.

Reafirmamos que nenhum cargo está a salvo da onda de desmantelamento da carreira e saídas isoladas serviram apenas para facilitar os ataques que se desenvolvem contra todos.

A luta unificada da categoria é a única via para superarmos os obstáculos dentro do poder judiciário e MPU e as travas e amarras do arcabouço fiscal. Nesse sentido, aprovamos um calendário de mobilização a ser construído imediatamente nos estados e no Distrito Federal, de olho no calendário do orçamento de 2026.

7 de maio – Mobilização Nacional em Defesa da Competência da JT

26 de maio - Pressão no CSJT contra diferenciação no custeio da saúde entre magistratura e servidores (as)

28 de maio – Dia nacional de paralisação e mobilização nos estados

7 de junho – Reunião do CDE para avaliação da mobilização

9 a 13 de junho - Rodada nacional de assembleias

30 de junho a 4 de julho - Indicativo de greve nacional pelo PCCS, visando a inclusão dos recursos na LOA de 2026

REGULAMENTA JÁ – ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA PARA O PJU

Considerando a existência da Lei 8112/1990, que em seu artigo 71 diz: “O adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.”

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Considerando que diversos sindicatos de base, bem com a Fenajufe, vem requerendo de forma contínua ao CNJ e ao STF para que promovam a regulamentação, a fim de efetivar a letra da Lei e a vontade do Legislador, porém sem nenhum efetivo retorno desses órgãos.

Considerando que o Ministério Público da União já regulamentou tal questão através da Portaria nº 633/2010, ou seja, a 14 anos, fazendo com que os colegas servidores do MPU recebam tal adicional e que a regulamentação também já foi contemplada na Defensoria Pública da União e nas Forças Armadas.

Considerando a recente expedição da Resolução nº 557 do CNJ, que institui Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento, incluindo as de fronteira e que em seu artigo 8º estende aos servidores o mesmo tratamento a ser dado aos magistrados.

Considerando que o CNJ e STF, em resposta ao ofício 18/2024 do Sinjuspar, que requereu a regulamentação imediata ou o encaminhamento de anteprojeto de Lei definindo a competência para tal, informou que a demanda seria discutida no Fórum de Carreiras.

Considerando que tal regulamentação é imperiosa para atender o interesse público de valorização dos servidores que se encontram trabalhando em locais cuja penosidade é efetiva, bem como que a implementação do almejado adicional trará maior estabilidade às lotações efetivas.

Apresentamos a seguinte resolução:

A Fenajufe e os Sindicatos a ela filiados, estabelecem que a regulamentação do Adicional de Penosidade baseado na Lei já existente, deverá ser tratada como umas das prioridades em todos os meios inclusive no Fórum de Carreiras, a fim de que sejam definidos os parâmetros da regulamentação ou se for necessário, a elaboração de anteprojeto de Lei a ser encaminhado pelo STF ao Congresso Nacional.

BENEFÍCIO ESPECIAL – APOSENTADORIAS E PENSÕES DO PJU – CRITÉRIO DE CÁLCULO

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

A LEI Nº 12.618/2012 instituiu o regime de previdência complementar para os servidores federais e possibilitou a adesão àqueles que já haviam ingressado anteriormente no serviço público federal, com proventos compostos pela soma do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social e do benefício especial (BE - tem como referência as remunerações anteriores à data de mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime próprio de previdência da União e atualizadas pelo IPCA).

Para os servidores que optaram até 30/11/2022, o BE é equivalente à diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência de julho/1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, e o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, multiplicada pelo fator de conversão (fórmula FC = Tc/Tt, sendo: (i) FC: fator de conversão; (ii) Tc: quantidade de contribuições mensais efetuadas para o regime próprio de previdência social da União até a data da opção; (iii) Tt: igual a 455 (homem) e 390 (mulher).

Em 24/01/2024 foi publicada a Instrução Normativa SRT/MGI nº 2 de 23 de janeiro de 2024, que estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, quanto ao cálculo e ao pagamento do Benefício Especial de que trata a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Sinait a norma representa um avanço do direito dos servidores públicos federais que migraram para o Regime de Previdência Complementar (RPC) e que têm direito a receber o BE nos termos da Lei nº 12.618. Já o Sindicato Nacional dos Servidores da CVM - SINDCVM e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado - Fonasefe avaliam que a edição da IN atende parcialmente aos pleitos das entidades em relação ao tema, levados ainda no primeiro semestre de 2023 à Secretaria de Relações de Trabalho (SRT) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A fixação dos parâmetros de cálculo e

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

a garantia de maior segurança jurídica ao funcionalismo foram recebidas como importantes avanços.

Sindicatos do PJU noticiaram a existência de critérios diferenciados de cálculos relativamente aos servidores que fizeram a opção.

No meu caso, o TRF2 forneceu valores diferenciados na ocasião da minha opção e quando requeri administrativamente a expedição de certidão do benefício especial.

Nesses termos, cabe à Fenajufe estabelecer uma política permanente com o Fonasefe e demais entidades representativas dos servidores públicos federais visando à padronização dos critérios de cálculo e o melhor benefício especial possível de acordo com a legislação de regência.

RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL DOS DANOS FÍSICOS E PSÍQUICOS CAUSADOS OU AGRAVADOS PELO TRABALHO, REALIZAÇÃO DE EXAMES PERIÓDICOS DE SAÚDE E MEDIDAS PROTETIVAS AOS SERVIDORES E SERVIDORAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA LABORAL.

Fundamentação: A configuração do mundo do trabalho neoliberal tem como base a captura da subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras, transferindo responsabilidades e custos do trabalho aos próprios, produzindo ideais inatingíveis e exigindo um nível de engajamento que causa impactos alarmantes na saúde da classe trabalhadora, seja na iniciativa privada, seja no serviço público em todas suas esferas e atividades.

Os vínculos entre o trabalho e o adoecimento psíquico vêm ganhando visibilidade crescente. Segundo as estatísticas do INSS, os transtornos mentais ocupam a terceira posição entre as causas de concessão de benefícios previdenciários, o que nos indica a necessidade urgente de nos debruçarmos sobre a questão. O Ministério da Saúde (2001), em manual dedicado às doenças relacionadas ao trabalho, identifica que o número crescente de trabalhadores que vivenciaram processos de reestruturação produtiva nos seus

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

locais de trabalho colabora para o aumento no número total de benefícios previdenciários concedidos.

Na obra "Os operários do direito", Herval Pina Ribeiro descreve os métodos e achados de sua pesquisa, ressaltando que as relações sociais e as condições materiais mórbidas do trabalho judiciário no Brasil são produtoras de doenças atípicas, ou seja, formas de adoecimento que diferem dos acidentes típicos ou doenças profissionais elencadas por lei. Isto ocorre, afirma, porque as exigências do trabalho judiciário são imateriais, isto é, de natureza psíquica e emocional, com níveis de atenção, tensão, ritmo, pressão, autocontrole e responsabilidade elevados (RIBEIRO, 2009, p.52).

Ribeiro define as doenças coletivas do trabalho como doenças de sujeição e classe social, entendendo que essa categoria de doenças não se encaixa nas definições clássicas de epidemias (fenômenos sociais e biológicos de repetição) ou endemias (fenômenos sociais e biológicos de permanência). Deste modo, as ações que visem efetivamente coibi-las deveriam ser direcionadas às relações sociais e aos processos de produção e trabalho.

O autor ressalta ainda que o fato de trabalhadores públicos não pertencerem ao sistema produtivo industrial, além de possuírem uma legislação própria, contribui para manter suas doenças e acidentes relacionados ao trabalho à margem das estatísticas oficiais. Ou seja, não são notificados à Previdência Social, ao Ministério do Trabalho nem às seguradoras. Segundo o autor, "essa subnotificação, antiga e elevada, é também uma das razões do pequeno número de estudos epidemiológicos sobre os agravos do trabalho nos serviços públicos" (RIBEIRO, 2009, p. 81).

O reconhecimento de que a atividade de trabalho e as condições laborais contribuíram para o surgimento de um transtorno mental e, muitas vezes, para incapacidade laborativa (temporária ou definitiva), além de produzir efeitos previdenciários e financeiros, também traz em si a possibilidade de fazer visível para a própria organização do trabalho seus elementos patogênicos.

Segundo Wanderley Codo (1988): Do ponto de vista do trabalhador deve fazer bem o reconhecimento de que sua loucura não é tão sua como parecia, é produto de suas condições

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

objetivas de vida, ameaça de sua classe, portanto pelo menos não haveria mais razão para escondê-la do mundo. Abre-se a possibilidade de reivindicações por um ambiente de trabalho psicologicamente sadio, arquitetam-se modos de aferição dos mesmos, enfim reduz-se a impotência perante o 'stress' e a tensão no trabalho. (CODO, 1988, p. 21)

Codo sinaliza ainda que imputar ao trabalho a responsabilidade por sua saúde e doença ratifica a condição do corpo como mero instrumento de trabalho, em oposição ao ponto de vista da organização, que busca atribuir o acidente à própria vítima, apontando o trabalhador como livre e responsável por seus atos. Partimos do pressuposto que a situação do Poder Judiciário Brasileiro não difere em sua essência do fenômeno social total do mal-estar no mundo do trabalho. Guardadas as singularidades, identificamos no Judiciário Federal características comuns a outras organizações públicas e privadas, a saber, a experiência da urgência (ou falta de tempo); a fadiga, relacionada ao excesso de tarefas; a solidão, como consequência da perda ou enfraquecimento dos laços sociais e coletivos de trabalho; a ascensão da insignificância, ou, a perda do sentido da atividade; a competitividade exacerbada, ou luta por lugares; a precarização dos meios de trabalho.

Esse contexto favorece o crescimento da prática de assédio moral e diversas formas de violência no trabalho como instrumentos de gestão do trabalho, constrangendo e humilhando trabalhadores e trabalhadoras que não se conformam ao modelo produtivo em voga, bem como aqueles que, capturados pelo discurso neoliberal, buscam ideais inatingíveis e, porventura, adoecem, sendo rapidamente descartados ou assediados por conta do adoecimento produzido pelo próprio trabalho.

Levando em conta o cenário nefasto exposto acima, resolvemos:

Que a Fenajufe oriente os sindicatos a verificar junto aos tribunais a implementação das resoluções de acidente de serviço pertinentes a cada ramo da justiça.

Que a Fenajufe atue firmemente junto ao CNJ para que a comunicação de acidentes e doenças do trabalho seja compulsória, através de formulário que inclua a previsão de comunicação de transtornos mentais e distúrbios osteomusculares.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Que a Fenajufe verifique e cobre do CJF o cumprimento dos artigos 25 e 26 da Resolução CJF 02/2008, que dispõem sobre a obrigatoriedade da criação de comissões interdisciplinares para verificar a ocorrência de acidente em serviço em todos os tribunais do país e que se cobre metodologias que abranjam a verificação de nexo causal entre transtornos mentais e trabalho.

Que a Fenajufe oriente os sindicatos a verificar a realização anual/bianual de Exames Periódicos de Saúde voltados aos servidores, conforme disposto no Decreto 6856 de 25 de maio de 2009, com custeio dos tribunais, da forma descrita no art. 7º da Resolução CNJ 207/2015:

Art. 7o - A realização de exames médicos periódicos tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos membros do Poder Judiciário e seus servidores, ativos e inativos, também em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais. (....)

§ 4o As despesas decorrentes deste artigo serão custeadas com os recursos destinados à assistência médica e odontológica aos membros do Poder Judiciário e seus servidores, nos limites das dotações orçamentárias consignadas. (Inserido pela Resolução CNJ nº 338, de 07.10.2020)

§ 5o Os exames serão realizados conforme regulamento próprio, custeados integralmente pelo tribunal e poderão ser ressarcidos diretamente ao membro do Poder Judiciário e ao servidor, caso o órgão não forneça o serviço.

Que a Fenajufe envide esforços para cobrar junto aos Conselhos do Poder Judiciário, a realização de ações de saúde com base nas informações obtidas através dos Exames Periódicos de Saúde, buscando efetivar o disposto no artigo 6º da Resolução CNJ 207/2015:

§ 2º As ações em saúde descritas no inciso I devem ser direcionadas, prioritariamente, à redução da incidência das patologias predominantes nos exames periódicos de saúde e aquelas identificadas como causas mais importantes de absenteísmo por doença.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Que na ausência de informações referentes aos Exames Periódicos de Saúde, seja discutida a tese da inversão do ônus da prova nos casos em que o servidor requer o reconhecimento de acidente em serviço ou doença do trabalho.

Que a Fenajufe lute junto aos Conselhos do Poder Judiciário, para a criação de mecanismos de proteção ao servidor vítima de violência laboral ou em sofrimento no trabalho, possibilitando a mudança de lotação independente da anuência do gestor, tornando efetiva a proteção à saúde do trabalhador e trabalhadora já prevista na resolução CNJ 351/2020.

ADICIONAL POR TEMPO NA CARREIRA - ATC

Introdução

A proponente acima nominada é filiada ao Sitraemg, servidora aposentada do TRE/MG; ocupava o cargo de Técnico Judiciário do PJU, e na qualidade de proponente da Proposta de Adicional por Tempo na Carreira – ATC, conforme documento anexo, que foi apresentada e aprovada, sem ressalva, na XVIII Plenária nacional Ordinária, ocorrida de 23 a 26 de novembro de 2023, em Belém/PA, vem propor o seguinte:

A motivação à presente proposta está relacionada ao novo Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) no âmbito do Poder Judiciário da União (PJU), protocolado no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Fenajufe e que, atualmente se encontra em discussão no Fórum de Carreira do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Na Plenária de Belém, foi aprovada, por unanimidade, a implementação do Adicional por Tempo na carreira (ATC) que contemplava todos os servidores ativos e aposentados do PJU.

O art. 18 do anteprojeto (PCCS), refere-se ao Adicional de Permanência na Carreira - APC que beneficia somente os servidores ativos do PJU.

O art. 18 estabelece textualmente o seguinte:

"(…) Art.18. Fica instituído o Adicional de Permanência na Carreira, correspondente à 3% (três por cento) sobre o vencimento básico do servidor ocupante de cargo da Carreira dos

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União, que estiver na última classe e padrão de vencimento do cargo que ocupa e que esteja habilitado pelos seguintes critérios:

I. obtenção de resultado satisfatório no programa de avaliação de desempenho de que trata o inciso II, art.10 desta Lei e suas regulamentações;

II. ter mais de 13 (treze anos) no cargo que ocupa.

§ 1º. O adicional a que se refere o caput deste artigo tem caráter cumulativo e será acrescido, a cada 12 (doze) meses, de igual percentual mediante resultado satisfatório em nova avaliação de desempenho, sendo incorporado aos proventos quando da aposentaria do servidor.

§2º. A implantação e regulamentação do Adicional Permanência na Carreira serão estabelecidos por regulamentação específica complementar a esta Lei (…).”

No ponto específico do referido art. 18, caso passe a constar de lei, não terá, por força do instituto da paridade, efeitos retroativos estendidos aos atuais aposentados. É preciso que fique claro, que o cômputo do ATC está vinculado ao tempo de trabalho na carreira no âmbito tão somente do PJU.

A criação do Adicional por Tempo na Carreira (ATC)

Conceitualmente, o Adicional por Tempo na Carreira (ATC) consistirá numa remuneração extra em favor do servidor ao completar cada ano na carreira. A ideia é que a cada ano de trabalho na carreira, o ATC faça a remuneração do servidor crescer.

Ressalta-se que o cômputo do ATC estará vinculado ao tempo de trabalho na carreira, obviamente, no âmbito tão somente do PJU, portanto não podendo ser confundido com o antigo instituto denominado Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

Os parâmetros de cálculo do ATC seriam 1% sobre os vencimentos (= VB + GAJ) a cada 365 dias de constância na carreira, até o limite de 35%.

Os aposentados também farão jus ao ATC

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

O ATC terá efeitos "ex tunc" em favor dos aposentados nas vantagens em critérios objetivos que tenham sido cumpridos por estes antes da aposentadoria. Essa conclusão é fundamentada pelo Princípio da Isonomia entre ativos e inativos e pelo instituto da paridade, que não se limita à proteção contra o descenso remuneratório.

No caso do ATC, a percepção ficará atrelada ao tempo de constância na carreira, critério objetivo que foi cumprido pelo aposentado durante o período em que esteve na atividade.

Quer dizer, o tempo de trabalho até antes da aposentadoria credenciará o aposentado ao recebimento do ATC.

Exemplificando, se o atual aposentado tiver trabalhado como servidor efetivo do PJU durante 35 anos, então a esse aposentado serão devidos 35% sobre seus proventos.

Se, por outro lado, quando na atividade, o atual aposentado havia trabalhado, por exemplo, num órgão do Poder Executivo Federal por 20 anos. Depois, prestou concurso para órgão do PJU e seguiu na nova carreira por 10 anos, até a aposentação. Nessa hipótese, será devido o ATC ao aposentado no percentual de 10% sobre seus proventos de aposentadoria.

Como, por força do art. 9.º da Lei n.o 11.416/2006, a progressão na tabela remuneratória obedecerá ao interstício de um ano, então o percentual do ATC seguirá tal regramento temporal.

Dessa forma, os ocupantes dos cargos que tiverem correspondência remuneratória/de proventos com as classes/padrões A1, A2, A3, ..., C11, C12 terão direito ao respectivo percentual de ATC em, correspondentemente, 1%, 2%, 3%, ..., 11%, 12%.

Aqueles que estiverem na faixa relativa ao C13 receberão, a depender do tempo na constância da carreira, ATC no mínimo de 13%, limitado a 35%, nos termos da presente proposta.

Conclusão

Enfim, o ATC, caso venha a ser concebido, será um instituto moderno e de grande proveito para o PJU, pois: 1) promoverá ganhos constantes sem a necessidade de

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

posterior enfrentamento de processo legislativo; 2) será um benefício ao servidor da ativa e extensivo aos aposentados.

Cumpre esclarecer, novamente, que o Adicional por Tempo na Carreira (ATC), é uma solução muito menos onerosa que o antigo Adicional por Tempo de Serviço (ATS), bem como o APC do art. 18 do anteprojeto, pois este cinge-se apenas ao tempo em que o servidor trabalha ou trabalhou no âmbito do PJU.

Diante do exposto, venho requerer à FENAJUFE que o ATC seja implementado aos servidores (as) aposentados (as) do PJU/MPU e que se encaminhe ao Legislativo um projeto de lei para implementar o ATC aos servidores e servidoras aposentados (as).

ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR: DIREITO DE OPÇÃO PARA TODOS – ALTERAÇÃO DO §2º DO ART. 4º DA RES. CNJ Nº 294/2019

A favor da isonomia entre os servidores quanto à possibilidade de se optar pelo auxílio saúde, independentemente de o tribunal ofertar ou não qualquer outra modalidade de assistência à saúde suplementar (alteração do §2º do art. 4º da Res. CNJ nº 294/2019)

==========JUSTIFICATIVA==========

Atualmente, o art. 4º, §2º da Resolução 294/2019 do CNJ impõe limitações que geram situações distintas entre os servidores do PJU, permitindo que cada tribunal, a seu critério, faculte ou não ao servidor optar entre o auxílio-saúde e outras modalidades de assistência à saúde suplementar, como a autogestão:

Art. 4º A assistência à saúde dos beneficiários será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS e, de forma suplementar, por meio de regulamentação dos órgãos do Poder Judiciário, mediante:

I – autogestão de assistência à saúde, conforme definido em regulamento próprio aprovado pelo órgão, inclusive com coparticipação;

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

II – contrato com operadoras de plano de assistência à saúde;

III – serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade; ou

IV – auxílio de caráter indenizatório, por meio de reembolso.

§ 1º Só fará jus ao auxílio previsto no inciso IV do art. 4º o beneficiário que não receber qualquer tipo de auxílio custeado, ainda que em parte, pelos cofres públicos. § 2º Não se aplica obrigatoriamente o inciso IV do art. 4º na hipótese de adoção de um dos demais incisos, ficando a critério do tribunal a flexibilização, por meio de regulamento próprio.

Isso gera tratamento desigual entre os servidores, havendo aqueles cujo tribunal permite que opte pelo auxílio-saúde (valor integral) ou, por exemplo, pela autogestão; os que não dão ao servidor o direito de escolha (em casos tais, toda a verba destinada ao tribunal a título de auxílio-saúde vai para a autogestão, inclusive a correspondente aos servidores que por razões inúmeras, como, por exemplo, tem como os pais como dependentes no plano de saúde os pais e a autogestão não os aceita); os que facultam ao servidor o direito de escolha, mas pagam o auxílio-saúde aquém do valor integral. Além disso, há situações em que colegas removidos de outro tribunal recebem o auxílio-saúde e trabalham em tribunal que não paga o auxílio aos servidores ou vice-versa, quando o servidor é advindo de tribunal que não paga o auxílio-saúde e trabalha com colegas que recebem o benefício.

Resolução:

Diante desse quadro, o COLETIVO DE SAÚDE DA FENAJUFE estudará a possibilidade de que, na hipótese de adoção pelo tribunal de qualquer uma das modalidades dos incisos I, II ou III do art. 4º, o(a) beneficiário(a) possa optar pelo auxílio previsto no inciso IV.

Paralelamente, o setor jurídico da nossa federação realizará um estudo acerca da constitucionalidade do referido dispositivo, considerando que, valendo-se da autonomia administrativa dos tribunais, ele viola o princípio da isonomia ao gerar um tratamento desigual entre os servidores, ao permitir que alguns possam escolher a modalidade que

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

melhor atende às suas necessidades, enquanto outros não possuem essa liberdade ou, mesmo podendo optar, recebem o auxílio num valor aquém do que poderia/deveria receber.

ETARISMO NO MUNDO DO TRABALHO

O termo etarismo vem do inglês "*ageism*", criado em 1969 pelo médico e gerontologista Robert Neil Butler.

O etarismo é um tipo de preconceito e discriminação que se baseia na idade das pessoas. Também é conhecido como ageismo ou idadismo. O etarismo pode ser manifestado de várias formas, como:

- Associar pessoas idosas a estereótipos negativos.
- Julgar que pessoas idosas são incapazes, frágeis ou atrasadas tecnologicamente.
- Evitar contratar pessoas idosas ou oferecer promoções a quem já trabalha na Instituição.
- Desconsiderar as ideias ou não as levar a sério

O etarismo pode afetar a saúde mental e física, principalmente de pessoas idosas.

A cidade do Rio de Janeiro avança no combate ao etarismo, sancionando, pelo prefeito Eduardo Paes, a Lei nº 8.753/2024, que dispõe sobre o combate ao etarismo no município do Rio. 17 de dez. de 2024

A Fenajufe e os sindicatos devem desenvolver palestras sobre o tema para conscientização de sua base.

PLANO DE LUTAS PARA O CONGRESSO DA FENAJUFE

Gerais

- Punição a todos os golpistas civis e militares! Sem anistia!

- Luta pela Revogação das Reformas trabalhista, previdenciária e a Lei das terceirizações! Com esse Congresso não dá!

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

- Apoio a luta pelo fim da escala 6x1, sem redução de salários!

- Isenção do IR até R$ 5 mil e reajuste da tabela!

- Fim do limite ao crescimento real do financiamento e investimentos nos serviços públicos!

- Fim do limite ao crescimento real do salário-mínimo!

- Não ao arcabouço fiscal, em defesa das verbas públicas para a saúde, educação e garantia dos acordos firmados com os servidores!

- Em defesa do povo palestino, não ao genocídio!

- Liberdade para o Dr. Hussam Abu, diretor do Hospital Kamal Adwan!

Específicas

- Lutar pela aprovação do PCCS, reestruturação da carreira, valorização do vencimento básico e sobreposição de tabelas!

- Contra a implementação dos programas de residência jurídica!

- Defesa do concurso público como forma de ingresso!

- Fim da autoconcessão de benefícios a magistratura!

- Lutar pela reposição inflacionária e melhorias dos benefícios para ativos(as) e aposentados(as)!

- Lutar pela incorporação da VPNI ao vencimento básico!

- Lutar pela aprovação do PL 454/14 que trata da Aposentadoria especial para servidores(as) com deficiência!

- Fim da taxação dos aposentados(as) e pensionistas!

- Regulamentação do Adicional de Qualificação com atualização!

- Registros e pagamentos de horas extras!

- Garantia de férias não usufruídas, mesmo após 2 anos!

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

PLANO ODONTOLÓGICO

Tendo em vista o alto custo dos tratamentos dentários, propor que o Coletivo Nacional de Saúde encaminhe propostas que inclua no plano de saúde um plano odontológico.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO SINDICAL PARA ORGANIZAR AS SERVIDORAS E OS SERVIDORES DO PJU E DO MPU

Em um cenário político e social cada vez mais polarizado, a formação sindical se torna um instrumento crucial para a organização e empoderamento dos trabalhadores, especialmente dos Servidores Públicos e Servidoras Públicas do Poder Judiciário da União (PJU) e Ministério Público da União (MPU) tanto Ativos, Ativas, Aposentados, Aposentadas e Pensionistas.

Através da educação continuada e do debate aprofundado sobre seus direitos e deveres, esses profissionais podem se fortalecer para enfrentar os desafios impostos por um sistema que muitas vezes tenta fragilizar suas conquistas e limitar suas atuações.

Enfrentando a Desinformação e Fortalecendo a Coesão

Em tempos de polarização, a desinformação e a manipulação de narrativas se tornam ferramentas perigosas para enfraquecer os movimentos sociais e sindicais. Diante desse cenário, a formação sindical é um antídoto essencial, combatendo a desinformação e promovendo a construção de um senso crítico apurado entre as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público e privado. Ter acesso a informações precisas e embasadas em fatos, conexão com verdades e não mentiras, segurança nas informações, tudo isso faz com que as categorias do PJU e MPU fiquem aptas a perceber as manipulações políticas que impactam o trabalho no serviço público dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo que se entrelaçam com desdobramentos nas Administrações Federal, Estadual e Municipal, daí a necessidade de fomentar conhecimento para união da classe trabalhadora

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

em torno de objetivos comuns eis que precisamos sim nos reconhecermos como classe trabalhadora.

Construindo Pontes e Ampliando a Luta

A formação sindical também se destaca por sua capacidade de promover a integração e a coesão entre os servidores, independentemente de suas diferenças de opinião ou filiação política, ao oferecer atividades que valorizam o diálogo, o respeito mútuo e a troca de experiências. Ter uma Política Nacional de Formação, com programas e ações que também visem estruturar ou potencializar os processos de Formação Sindical nas entidades sindicais, contribui para a construção de uma categoria mais unida e forte, capaz de enfrentar os desafios que se apresentam de forma coesa e organizada.

Um Pilar Fundamental para a Transformação Social

Além da formação sindical, a Fenajufe e os sindicatos devem investir em processos de formação e capacitação continuada, reconhecendo o papel fundamental que os servidores públicos e servidoras públicas do Poder Judiciário desempenham na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Através da qualificação profissional e do engajamento político, esses profissionais se tornam agentes de transformação social, lutando por um mundo onde os direitos de todos sejam respeitados e as leis sirvam como ferramentas para a construção de um futuro melhor para si mesmos e para toda a sociedade.

Neste sentido, nós delegadas e delegados ao 12º Congrejufe resolvem:

1. Que a Fenajufe invista na construção de um programa nacional de formação sindical que permita aos sindicatos filiados estruturarem ou potencializarem a formação sindical nos estados;

2. Que Fenajufe incentive e oriente a criação de Núcleo, Departamento ou Secretaria de Formação nos sindicatos filiados onde ainda não existirem, para contribuir com a organização da categoria no enfrentamento e superação dos desafios que se apresentam, de forma coesa e organizada;

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

3. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a incluírem a formação sindical como prioridade em suas ações permanentes;

4. Que a Fenajufe realize ações de formação sobre temas relevantes da ação sindical dentro do PJU e MPU, para os membros do Conselho Deliberativo de Entidades da Fenajufe (CDE), para instrumentalizá-los com vistas ao debate e deliberações neste Fórum;

5. Que a Fenajufe realize parcerias com entidades nacionais do setor público e centrais sindicais para ações de formação sobre pautas comuns do serviço público e da classe trabalhadora em geral;

6. Incentivar parcerias para formação entre as coordenações, secretarias, departamentos ou núcleos dos sindicatos filiados à federação e/ou outras entidades sindicais;

7. Realização de seminários sobre organização sindical para dar conhecimento à categoria sobre a atuação das entidades que organizam as lutas gerais (centrais sindicais, federações, sindicatos);

8. Realizar seminários, cursos e oficinas de formação e fazer encontros e debates sobre conjuntura nacional e internacional;

9. Ampliar a quantidade de atividades nas áreas de formação visando à diversificação, mas sem perder a continuidade das atividades de formação indicadas como preferenciais pela categoria;

10. Realizar, sempre que possível, cooperações e convênios com outras entidades, escolas, universidades, estratégicos para a Consolidação de uma Política de Formação Continuada em Capacitação e Qualificação Profissional da Fenajufe, bem como incentivar os sindicatos a promoverem parcerias semelhantes para ampliação das políticas de qualificação, ações de treinamento, programas de pós-graduação e de cursos de capacitação on-line e/ou presencial para obtenção de AQ e AQT;

MOBILIZAÇÃO PELA APROVAÇÃO DA PEC 06/2024

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

De autoria do deputado federal Cleber Verde (MDB-MA), o texto atualiza o objetivo da PEC S55 de maneira a evitar grandes impactos orçamentários, tornando viável a sua aprovação.

A principal alteração proposta na PEC 6/2024 é a extinção gradual da contribuição previdenciária imposta aos aposentados e pensionistas do serviço público, prevendo a redução em um décimo a cada ano, a partir de 63 anos, se mulher, e 66 anos, se homem, deixando de ser exigida aos 75 anos de idade, em qualquer hipótese. Também não será exigida na hipótese de aposentadoria por incapacidade permanente, bem como, para os portadores de doença incapacitante.

Mobilização pela aprovação da PEC 06/2024 (PEC Social)

Colegas aposentados e pensionistas, o momento é de união e ação pela aprovação da PEC 06/2024, cuja principal alteração proposta é a extinção gradual da contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados e pensionistas. Para tanto, é de fundamental importância a mobilização junto aos Deputados Federais em suas bases em busca do apoio necessário para sua tramitação e aprovação.

Envidar esforços para que o texto da PEC Social seja apensado à PEC 555/2006, que trata do mesmo tema, isso evitará que a matéria precise passar novamente pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pela Comissão Especial da Câmara, uma vez que essas etapas já foram superadas durante a tramitação da PEC 555. Se o apensamento for aceito, a 'PEC Social' poderá seguir diretamente para apreciação e votação no plenário da Câmara.

Sugerir o envio de caravanas no dia 17/06, dia do Servidor Público Aposentado e Pensionista.

LUTA SINDICAL EXIGE CORAGEM PARA DIZER SEU NOME, AFIRMAR SEUS ALIADOS E DENUNCIAR SEUS ADVERSÁRIOS

Sem educação política, a luta por direitos torna-se frágil e efêmera.

INTRODUÇÃO

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Esta tese tem por objetivo promover o debate no 12º Congresso Nacional da FENAJUFE, que vai ocorrer entre os dias 26 de abril e 1º de maio de 2025.

Este 12º Congresso acontecerá em um ano em que os servidores públicos do Poder Judiciário Federal estarão em plena disputa orçamentária para incluir suas reivindicações no orçamento do PJU (Poder Judiciário da União). Um dos nossos obstáculos nessa luta por direitos é o fato de compartilharmos o orçamento com os juízes. Essa particularidade nos coloca o desafio político de esclarecimento da categoria e da sociedade das diferenças entre servidores e juízes e das táticas usadas por cada um nessa luta. A conscientização política e a tática escolhida serão determinantes para a nossa vitória nessa batalha.

PRIVILÉGIOS PARA JUÍZES, PERDA DE DIREITOS PARA SERVIDORES

Nos últimos tempos, os juízes passaram a surfar numa onda crescente de autoconcessões, direcionando volumosas fatias do orçamento para pagamento de penduricalhos indenizatórios (como licenças compensatórias) e de passivos sem prescrição (como os ATS / quinquênios), com prejuízo direto para os servidores.

Considerando a matemática do orçamento do Judiciário, a conta não fecha. Ou os juízes recebem todos esses penduricalhos ou são garantidos os direitos mínimos dos servidores, como a recomposição salarial. Nessa queda de braço, os juízes estão nadando de braçada, visto que já incluíram no orçamento grande parte desses privilégios, resultando no congelamento provisório da nossa proposta de PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) e na redução de direitos como auxílio-saúde.

No mundo do trabalho dos Tribunais, o enriquecimento dos juízes é o empobrecimento dos servidores e vice-versa.

As matérias publicadas na grande imprensa no início de 2025 criticando os altos salários e penduricalhos dos magistrados são respondidas por representantes escolhidos pela administração e avalizados pela AMB, Ajufe e Anamatra, dizendo que são benefícios previstos ou permitidos na LOMAN. E, matreiramente, nos colocam no rolo dizendo que

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

são "servidores", diluindo seus privilégios no orçamento geral do PJU, que tem mais de 130 mil servidores e apenas 5 mil magistrados. Nós, servidores, não temos férias de 60 dias e demais penduricalhos que só os juízes têm. Mas, para a imprensa, somos um grupo só.

As inúmeras diferenças entre juízes e servidores não estão apenas na discrepância entre os privilégios daqueles e os direitos destes, mas está também na forma como cada um atua na disputa orçamentária do PJU. Esclarecer essas diferenças é papel de cada um dos sindicatos dos servidores, mas também da federação que os representa nacionalmente.

O "SINDICATO" DE JUÍZES

Na aparência, os juízes atuam como indivíduos que têm a caneta na mão para autorizarem autoconcessões. Contudo, isso não é toda a verdade. Na prática eles atuam em coletivo, como categoria unida, por meio de suas entidades representativas: as associações de magistrados. A taxa de filiação dessas associações de juízes ultrapassa 90% (Fonte: DPJ/CNJ 2018). São essas associações que pressionam e atuam nas sombras das quatro paredes pelas autoconcessões para juízes e, de outro lado, pelo bloqueio de direitos para servidores.

Na verdade, as associações de magistrados atuam como verdadeiros sindicatos de juízes, mas sem a etiqueta negativa que o nome sindicato recebeu ao longo de nossa história. Sabendo da efetividade da luta sindical, essas associações repetem práticas sindicais clássicas, inclusive utilizando-se de um dirigente (juiz) liberado só para a atuação "sindical" dos juízes, com salário pago pelas administrações dos tribunais.

NEM TODO SINDICATO É SINDICATO DE TRABALHADOR

Contudo, apesar de algumas semelhanças da ação "sindical" de servidores e juízes, as diferenças de identidade e ação desses dois grupos são bem maiores do que suas semelhanças. A primeira diferença é que o sindicato dos trabalhadores tem sofrido ataques

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

políticos frequentes de políticos de direita que agem para reduzir ao mínimo os direitos dos sindicatos obreiros. Por exemplo, não temos mais o direito de dirigente liberado sem desconto de salário. Enquanto isso, os juízes seguem arrancando privilégios por meio dos espaços pouco democráticos dos Conselhos Superiores, como é o exemplo do dirigente liberado das associações "sindicais" de juízes. Uma segunda diferença é que os sindicatos dos trabalhadores promovem a democracia nos espaços em que atuam, cobrando transparência, publicidade e participação ampla e irrestrita. Já os "sindicatos" de juízes promovem a obscuridade ao escolher fazer uma política de portas fechadas nos Conselhos Superiores. Hoje, nesses locais, apenas as associações de juízes têm assento garantido como representantes coletivos daqueles que atuam no Judiciário. Os sindicatos dos servidores são proibidos de participar nesses Conselhos, tendo vedado o direito à voz e ao voto. Os pedidos para participação são negados sob o pretexto de ausência de previsão legal. Contudo, mesmo sem previsão legal, foi inventado um espaço para o "sindicato" dos juízes atuarem por meio de resolução interna dos Conselhos. Uma terceira diferença é que a principal bandeira de luta dos sindicatos combativos dos servidores do judiciário é a valorização de todos os trabalhadores de forma equitativa, reduzindo a desigualdade entre eles. Fazendo jus à sua história conectada às bandeiras da esquerda, o sindicato dos trabalhadores do serviço público tem como reivindicação permanente a igualdade social. É consequência disso a luta pela redução das diferenças entre técnicos e analistas, pela redução das diferenças de ingresso na carreira pública (combatendo terceirizações), pela redução das diferenças entre juízes e servidores, pela redução do número de funções e cargos comissionados etc. De outro lado, o "sindicato" dos juízes promove a desigualdade social permanente em suas reivindicações: insiste na aplicação de um piso de auxílio-saúde para juízes e de um teto do mesmo auxílio para servidores; incentiva o furo do teto constitucional diuturnamente pela criação de penduricalhos indenizatórios para alguns poucos privilegiados; promove interpretações da legislação exclusivas para seu grupo, barrando os mesmos benefícios para os servidores. Tudo isso intensifica a desigualdade já existente entre aqueles que prestam serviço no Poder Judiciário.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Assim, enquanto o sindicato dos trabalhadores promove a ampliação dos direitos para todos os trabalhadores, o "sindicato" dos juízes promove a limitação dos direitos com privilégios apenas para alguns togados.

AINDA EXISTE ESQUERDA E DIREITA NA LUTA SINDICAL

Se, de um lado, as associações de juízes agem como sindicatos por lutar coletivamente pelos interesses econômicos em comum de sua categoria (juízes); de outro lado está longe da política sindical dos trabalhadores, pois as lutam daqueles promovem a desigualdade social enquanto as destes promovem a igualdade. O sociólogo Rudá Ricci esclarece que a esquerda é "a força política que luta pela igualdade social", enquanto a direita é a força política que "justifica a desigualdade social como fundada na diferença". Esse esclarecimento é necessário para que os servidores do Poder Judiciário e seus sindicatos voltem a ter coragem para afirmar quem são seus aliados históricos, considerando sua forma de luta (coletiva), sua bandeira (pela igualdade social) e sua identidade (de representante da classe trabalhadora). Nesse caso, o sindicato dos trabalhadores terceirizados são nossos aliados. Os sindicatos dos trabalhadores de aplicativos são nossos aliados. As organizações populares que lutam pela igualdade também são nossas aliadas. Os partidos políticos verdadeiramente de esquerda igualmente são nossos aliados.

Esse esclarecimento político também é necessário para que servidores e dirigentes sindicais tenham coragem de denunciar quem são seus adversários políticos. No âmbito do Poder Judiciário, os adversários dos servidores são aqueles que se organizam contra a igualdade social e contra os direitos dos trabalhadores. Nesse papel, têm ganhado destaque as associações dos juízes.

O VERDADEIRO EMPREGADOR DO PODER JUDICIÁRIO

No serviço público, a existência do Estado como empregador esconde a luta existente entre empregados e os verdadeiros empregadores, pois aquele empregador formal coloca-se

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

equidistante e se apresenta como um terceiro desinteressado muitas vezes. Para romper com essa fantasia jurídica, é necessário identificar quem assume às vezes de empregador real no serviço público e, mais especificamente, no Poder Judiciário. Assim, teremos clareza de quem são aqueles que têm interesses opostos ao nosso e, portanto, constituem um grupo contra quem devemos lutar. Quem faz às vezes de empregador no Poder Judiciário são os juízes. Quem administra o orçamento são os juízes. Quem decide reajuste salarial são os juízes. Quem gerencia o local de trabalho são os juízes. Quem se utiliza da força de trabalho dos servidores são os juízes. Logo, eles fazem às vezes de empregador, embora formalmente não o sejam. Esse esclarecimento é importante para sabermos quem é o nosso principal adversário na luta sindical, considerando que ainda existe luta de classes.

TÁTICAS DE LUTA

Nesse contexto, propomos que a próxima direção da Fenajufe atue em sintonia com o papel histórico combativo de uma federação de sindicato de trabalhadores, assumindo as seguintes táticas de luta:

a) realizar uma campanha de revalorização da palavra “sindicato”, que é a ferramenta histórica mais avançada e efetiva de organização e luta dos trabalhadores, esclarecendo as diferenças entre sindicato dos trabalhadores e “sindicato patronal” de juízes travestido de associação;

b) promover uma campanha nacional de filiação sindical, relembrando o papel histórico dos sindicatos (inclusive dos servidores) nas lutas democráticas, populares e por igualdade de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil;

c) propor um projeto de lei e/ou uma proposta de regulamentação nos Conselhos Superiores para que a Fenajufe tenha assento, voz e voto nesses espaços decisórios;

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

d) promover uma política de agitação e propaganda com denúncia dos privilégios dos juízes e suas associações, o que auxiliará na luta pela inclusão de nossas reivindicações no orçamento do Poder Judiciário.

NÃO" AO DESVIO DE FUNÇÃO DOS AGENTES DA POLÍCIA JUDICIAL

O desvio de função de Agentes da Polícia Judicial é um reflexo preocupante da má gestão administrativa, do pouco entendimento acerca da natureza das atribuições próprias de segurança institucional ou mesmo da mera intencionalidade, tendo sido recorrente, por exemplo, em todas as recentes administrações do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ).

É dizer, nesse Tribunal os profissionais cuja missão deveria ser garantir a proteção dos ativos do Poder Judiciário tem sido frequentemente deslocados para atividades alheias às suas funções essenciais, sendo exemplos:

1. Comissões de inventário de bens patrimoniais;
2. Fiscalização de contratos de manutenção de elevadores e contratos outros sem conexão com as atribuições especializadas dos Policiais Judiciais, trazendo responsabilidades indevidas, incompatíveis e diversas das previstas na relação estatutária que rege tanto servidor quanto administração;
3. Análise de Prestações de Contas Eleitorais;
4. Recepção de convidados e serviços diversos de cerimonial;
5. Serviços de Portaria;
6. Serviços de concierge e facilities;

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral Fluminense, para continuar no exemplo, os Policiais Judiciais são a única categoria completamente excluída do Planejamento Estratégico da organização, o que ajuda a explicar – embora não justifique – o reiterado desvio de finalidade no emprego desses servidores.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Tal ausência deliberada naquele Planejamento, sem sombra de dúvidas, leva a entender que a Polícia Judicial surpreendentemente não foi considerada no processo de definição dos objetivos, metas, ações e alocação de recursos estabelecidos pela organização.

É preciso denunciar que o desvio de função constitui naquele Tribunal verdadeiro mecanismo de assédio moral em face dos agentes da Polícia Judicial, além de, obviamente, configurar prática abusiva e prejudicial tanto ao servidor quanto ao clima organizacional.

O desvio de finalidade envolve a designação de tarefas ou responsabilidades que não correspondem ao cargo ou às atribuições previstas na legislação aplicável, não poucas vezes com o objetivo de desqualificar, humilhar ou punir o servidor.

Quando o desvio de função é usado como mecanismo de assédio moral, em regra apresenta as seguintes características:

1. Intencionalidade: A administração utiliza deliberadamente o desvio de função como forma de punir ou humilhar o servidor;
2. Desqualificação: O servidor é forçado a realizar tarefas que estão fora de sua qualificação ou do nível hierárquico de seu cargo, com o objetivo de desmerecê-lo perante os demais servidores da organização;
3. Exposição desnecessária: O servidor é obrigado a desempenhar funções que o expõem ao constrangimento público;
4. Sobrecarga de trabalho: Atribui-se ao servidor tarefas próprias a outros cargos, além das próprias responsabilidades do servidor, como forma de causar desgaste físico e emocional, sempre se valendo da expressão “sem prejuízo de suas atribuições” nos atos formais de nomeação;
5. Isolamento ou exclusão: Em muitos casos, o desvio de função é usado naquele Tribunal para excluir o servidor de atividades importantes e relegá-lo a tarefas periféricas, reduzindo sua visibilidade e relevância na equipe e na própria organização.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

É preciso se dizer que a odiosa prática não desvaloriza apenas a qualificação desses servidores especializados, mas também enfraquece a segurança do Poder Judiciário Federal, comprometendo a proteção de magistrados, servidores e também do patrimônio público.

Os Tribunais Federais devem, enfim, priorizar a utilização desses agentes exclusivamente em suas atribuições legítimas, garantindo eficiência, respeito ao serviço público e ao interesse da sociedade.

ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SERVIDORAS E SERVIDORES

1 - A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 196, estabelece que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, assegurando que todos tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, sem discriminação. Em relação aos Servidores Federais, a Lei 8112 prevê no artigo 230, o fornecimento do auxílio-saúde para servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, e seus dependentes. O benefício é um ressarcimento parcial do valor pago por planos privados de saúde.

2 – O Judiciário criou em 2015 “Política de Atenção Integral à Saúde de magistrados e servidores”, com a Resolução nº 207. Desde então o tema tem sido regulamentado por várias Resoluções. A Resolução CNJ n. 294/19 estabeleceu no seu artigo quinto que “a assistência à saúde suplementar dos órgãos do poder judiciário será custeada por orçamento próprio de cada órgão respeitadas eventuais limitações orçamentárias”. No parágrafo segundo desse artigo se estabelece que “na hipótese de o tribunal optar pelo reembolso de despesas, previsto no inciso IV do art. 4º, no caso dos servidores, deverá elaborar tabela de reembolso, levando em consideração a faixa etária do beneficiário e a remuneração do cargo, respeitado o limite máximo mensal de 10% destinado ao juiz substituto do respectivo tribunal” e para os magistrados, estabelece que o reembolso “deverá respeitar o limite mensal máximo 10% do respectivo subsídio do magistrado”.

3 – O TRT2, em 2022 em decisão do Órgão Especial, implementou esse “piso” aos magistrados, calculado com base no próprio salário. Iniciou-se ali o confisco de valor maior

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

no reembolso para eles, e como consequência, os servidores passaram a receber valor menor. A decisão aplicada no Regional de São Paulo passou a valer nacionalmente com a alteração da Resolução CNJ nº 294/2019, pela Resolução nº CNJ 495/2023. Essa, na esteira da apropriação do orçamento pela magistratura, impõe um "piso" para os magistrados, mantendo o "teto" para os(as) servidores(as), quebrando a isonomia de até então: "§ 3º Na hipótese de o tribunal optar pelo reembolso de despesas, previsto no inciso IV do art. 4º, no caso dos magistrados, poderá adotar a mesma sistemática do § 2º do art. 5º, observado o mínimo de 8% (oito por cento) e o máximo de 10% (dez por cento) do respectivo subsídio do magistrado. Foi estabelecido esse piso apenas para a magistratura e ainda majorado percentualmente.

4 – Assim, passo a passo, a magistratura se apropria indevidamente do orçamento, *avançando até em uma rubrica que não é prevista na LOMAN, mas apenas na lei n º 8112/1990!* Esse direito *dos servidores* foi estendido para magistrados por analogia, considerando como direito humano fundamental, desconsiderando que a remuneração por subsídio, não ampara essa verba no rol taxativo de "Vencimentos e Vantagens Pecuniárias". Assim, justificam suas vultosas indenizações por "serem previstas na LOMAN", mas, quando querem, copiam para si, as poucas vantagens previstas na legislação dos(as) servidores(as)! Pior: querem abocanhar a maior fatia dessas vantagens!

6 – Já a outra alteração, trazida pela Resolução CNJ nº 500/2023, que beneficia também a saúde dos(as) servidores(as), não foi integralmente aplicada em nenhum Tribunal até o momento: acréscimo de 50% sobre o valor apurado de reembolso, que não se sujeitam ao limite máximo fixado para magistrado(a), o servidor(a) ou algum dependente deles, seja pessoa com deficiência ou portadora de doença grave, ou tenha idade superior a 50 anos.

7 – Os sindicatos têm buscado rever essa situação de quebra de isonomia, mas enquanto isso não ocorre, o CSJT avança na implementação das vantagens à magistratura. Além de não estabelecer um piso igual para os servidores(a), nem a majoração dos 50% para ambos, nos diferencia também no teto do benefício, o que significa ainda menos verba para a saúde do(a) servidor(a) e sua família. A decisão de sugar até de onde não lhes pertence na origem, tem gerado profunda insatisfação nos servidores/as que não aceitam a quebra da isonomia,

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

e da moralidade administrativa, pilares da administração pública. Ao favorecer uma classe em detrimento de outra, a magistratura não apenas ignora esses princípios, mas também mina a confiança dos servidores na instituição em que trabalham. Isso é inaceitável!

8 - As consequências dessa falta de isonomia na política de financiamento à saúde são profundas. Servidores(as) já vêm sofrendo com os crescentes reajustes dos planos de saúde acima da inflação sem que a recomposição salarial acompanhe, agora se veem em uma situação de maior vulnerabilidade, envoltos com questões se conseguirão manter o plano de saúde contratado, ou se trocarem de plano, como ficarão questões relacionadas a carência e mudança de médicos que já os acompanham. Essa situação fica ainda mais agravada nos casos de servidores e dependentes que têm doenças crônicas ou alguma deficiência.

9 - Esse descaso e desrespeito com a saúde do(a) servidor(a) impacta diretamente sua disposição para o trabalho por afetar sua saúde física e mental. A desmotivação e o descontentamento gerados por essa desigualdade podem levar a um ambiente de trabalho tóxico, onde a colaboração e as atividades laborais são prejudicadas. Além disso, essa situação pode criar um ciclo vicioso de insatisfação, onde a falta de recursos adequados para a saúde dos servidores resulta em um aumento do absenteísmo e da rotatividade, licenças médicas, afetando a qualidade do serviço prestado à sociedade. A percepção de que a justiça é desigual dentro do próprio Judiciário tem gerado um sentimento de desconfiança e deslegitimação da instituição, prejudicando sua imagem perante a sociedade.

10 - Portanto, é fundamental que o aumento da dotação orçamentária para a saúde seja uma prioridade no orçamento do PJU e que seja dividido com equidade e isonomia! Essa medida não apenas respeitará os princípios da moralidade, legalidade e da justiça, mas também promoverá um ambiente de trabalho mais saudável e digno, refletindo positivamente na qualidade do trabalho prestado à sociedade, e na qualidade de vida dos(as) servidores(as) e dependentes.

Resoluções:

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

1. Lutar nacionalmente pela majoração constante da dotação orçamentária destinada à assistência médica e odontológica nos órgãos do PJU, que acompanhe os valores dos serviços de saúde do mercado.
2. Distribuir com equidade o orçamento do Judiciário, para garantir justiça e igualdade de oportunidades, levando em consideração as diferenças e necessidades individuais para promover um tratamento justo e adequado a cada pessoa.
3. Estudar ferramentas judiciais para conter esse confisco da magistratura a uma verba não prevista na Loman.
4. Lutar por ambientes de trabalho saudáveis - sem privilegiar a saúde de magistrados(as) em detrimento da saúde de servidoras e servidores e que as condições de saúde de cada servidor seja priorizada ante as exigências de metas inatingíveis.
5. Reafirmar o dever dos tribunais em prover assistência à saúde adequada aos(às) servidores(as), observando o regramento da 8112/90 e Constituição Federal.
6. Lutar para que os tribunais implementem a resolução 500/2024.

MELHORIA DOS SETORES MÉDICOS NO PJU

1 - A saúde dos trabalhadores e trabalhadoras é um aspecto fundamental para o funcionamento e a qualidade do serviço prestado pelo Poder Judiciário da União. Tanto é verdade que consta em todos os Planejamentos Estratégicos, como e conta com objetivo "Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua". Porém, em relação aos trabalhadores/as, não sai do papel.

2 - Para promover um ambiente de trabalho saudável e com dignidade para os (as) servidores (as) é essencial que os setores médicos desses órgãos contem com uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais concursados (as), de diversas áreas da saúde, como médicos, psicólogos, nutricionistas, dentistas, assistentes sociais. Deve ser uma prioridade das Administrações a capacitação e a atualização constante de seus quadros

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

especializados dos setores de saúde para atender às demandas específicas do quadro de servidores (as). Para isso é essencial conhecer as demandas dos usuários, e de quem presta esse serviço, e cabe aqui a pergunta “quem cuida de quem cuida”?

3 – Assim, é fundamental a realização de pesquisas regulares com foco na "saúde do/a trabalhador/a", pois os exames periódicos são insuficientes para esse diagnóstico completo. Por meio de investigações amplas será possível identificar as necessidades, patologias físicas e mentais relacionadas ao trabalho, além de neurodiversidades que estão presentes na força de trabalho dos órgãos. Compreender essas particularidades permitirá a implementação de políticas de saúde mais eficazes e direcionadas, promovendo o bem-estar dos (as) servidores (as) e, consequentemente, melhorando a qualidade do serviço prestado à sociedade.

4 - Um ponto importante a ser destacado é a dificuldade enfrentada por colegas que possuem diagnósticos de neurodivergências, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH e dislexia, entre outros, principalmente quando são diagnosticados na fase adulta. Muitas vezes esses servidores(as) encontram barreiras para que suas condições sejam reconhecidas, interditando o reconhecimento a esse direito e seu tratamento, que muitas vezes passa por adaptações nos locais de trabalho, a possibilidade de teletrabalho, ou redução de jornada. É imprescindível que os tribunais respeitem a diversidade, adotem postura inclusiva e acolhedora, promovendo a conscientização sobre neurodiversidade entre colegas e magistrados (as), assegurando que todos/as tenham acesso às adaptações necessárias para desempenhar suas funções de maneira plena e digna.

Sem saúde para os servidores, não há justiça!

Resoluções:

Promover capacitação periódica das equipes de saúde dos setores de saúde e perícia médica dos tribunais considerando as doenças, neurodivergências e deficiências mais prevalentes dentre os servidores (as).

Efetivar perícias médicas com critérios claros e objetivos, baseados em protocolos reconhecidos pelos conselhos das respectivas áreas da saúde.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Pressionar os tribunais para efetuar pesquisas regulares sobre saúde mental e assédio nos tribunais, com ampla divulgação dos resultados, com estatísticas de licença médica identificando as causadas por doenças mentais.

Fenajufe deve procurar projetos de saúde mental que estejam sendo implementados pelas organizações da classe trabalhadora para acumularmos conhecimento e aprimorar ações nessa área.

Pressionar os tribunais para inclusão efetiva das pessoas com deficiência nos diversos contextos de trabalho considerando as adaptações necessárias a cada pessoa.

Manter pessoal de saúde em todos os Tribunais, seja primeira ou segunda instância.

CONDIÇÕES DE TRABALHO CADA VEZ MAIS PRECARIZADAS, É O QUE SE VÊ NO PJU

Políticas Permanentes

MAGISTRATURA SEGUE PROTEGIDA TAMBÉM NESSE ASPECTO.

Fornecer CONDIÇÕES DE TRABALHO e QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO fazem parte do Planejamento Estratégico do CNJ, e é ignorado solenemente pelas administrações quando se referem a trabalhadores/as. É preciso cobrar em cada estado que isso seja respeitado!

Planejamento Estratégico do CNJ, de 2024, Objetivo Estratégico 17:

“Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua. Aprimorar a assistência à saúde; fomentar a adoção de hábitos saudáveis, a prevenção de agravos, ambiente de trabalho confiável e seguro, condições de trabalho adequadas, organização do trabalho humanizada, relações socioprofissionais saudáveis, reconhecimento no trabalho e perspectiva de crescimento profissional, melhoria no desempenho e aumento dos níveis de produtividade.”

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

1 – A precarização dos ambientes de trabalho vem aumentando ano a ano. Equipamentos de refrigeração antigos, mobiliário inadequado, instalações precárias, redução do quadro de servidores, perda remuneratória, sonegação de direitos, excesso de metas, aumento da fiscalização da jornada, cada vez maior separação, distinção e hierarquia entre magistrados e servidores, concessões a advogados e à OAB, grande perda remuneratória aumentando a dependência de FCs e CJs, elevação do assédio institucional e individual etc., impactam fortemente a saúde física, mental e emocional dos trabalhadores/as.

2 – As indicações nos Planejamentos Estratégicos que se relacionam a benefícios, mesmo mínimos, a trabalhadores/as, são solenemente ignoradas. Apenas as definições de metas, critérios de produtividade, avanço no uso de tecnologias para substituir trabalhadores, uso de IA para acelerar o trabalho cobrando que o(a) servidor(a) assine as plataformas, aumento no horário de expediente externo, e até implantação de checagem de segurança que para acessá-las os(as) trabalhadores(as) precisam utilizar seus próprios sistemas de dados, são implementados.

3 – Isso exige posicionamento firme das entidades cobrando que os(as) trabalhadores(as) sejam tratados como pessoas e não como máquinas ou parte do mobiliário. Nesse sentido fazemos as seguintes propostas:

- cobrar implementação da PAUSA a cada 40 minutos de jornada (já ocorre em alguns tribunais, como o TRT5 (mas não é praticada);
- cobrar implementação de “ginástica laboral” como já houve, e igualmente deixou de ser implementada;
- exigir condições dignas de trabalho;
- exigir equipamentos ergonômicos nos locais de trabalho.

ATUALIDADE DA LUTA PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A redução da jornada de trabalho é um dos pontos centrais da história das lutas da classe trabalhadora, notadamente a partir da consolidação do capitalismo industrial, contra a superexploração da força de trabalho. Seja como meio de aumento do salário/hora, Seja na

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

luta por mais segurança e saúde no trabalho, Seja pelo direito ao tempo livre, ou mesmo no enfrentamento à violência patronal.

Fruto de muita organização e lutas, geração após geração, foi conquistado o direito à limitação da jornada de trabalho em diversas partes do mundo. A limitação da jornada em 8 horas diárias é uma realidade jurídica no Brasil há quase um século, após avanços em outros países.

De lá para cá, A tecnologia e a produtividade tiveram elevações em escala geométrica, mas esses avanços não se refletiram na mesma proporção em benefício dos trabalhadores seja na elevação dos salários, seja na redução da jornada de trabalho. O único avanço nas últimas décadas foi a redução de 48 para 44 horas semanais, o que é muito pouco sob essa perspectiva.

A elevação da produtividade, por sua vez, não ocorre sem um custo para os trabalhadores, na medida em que aumentam as exigências e se intensifica o ritmo de trabalho, para se obter uma produção maior por trabalhador.

Ao mesmo tempo, a racionalidade do sistema capitalista impõe a convivência, por um lado, de um enorme contingente de pessoas desocupadas excluídas do mercado de trabalho, e por outro, uma parcela expressiva da classe trabalhadora sujeita a jornadas de trabalho extenuantes, muitas vezes sem a contrapartida em horas extras remuneradas.

Apesar da resistência histórica do empresariado, dos políticos e dos meios de comunicação de massa, e do empenho permanente na interdição do debate, o movimento contra a escala 6X1 trouxe à tona essa realidade levando ao centro do debate novamente a bandeira histórica da redução da jornada.

Esse quadro se reflete também no serviço público com suas especificidades. O avanço da digitalização e a elevação da produtividade também não tem se revertido em favor do funcionalismo na forma de redução da jornada. Pelo contrário, são Constantes as queixas de sobrecarga e más condições de trabalho.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

A falta de reposição de cargos vagos e mesmo a redução de postos de trabalho em diversos setores revelam a diretriz de aumentar a sobrecarga, e elevam ao nível de mantra “fazer mais com menos”, mesmo que isso custe a saúde do servidor.

Além disso, a intensificação do regime de metas e de trabalho por produção tem resultado, na prática, para cada vez mais pessoas, a negação do direito a uma jornada limitada, na medida em que muitas vezes ela é insuficiente para a entrega da produção estabelecida. O aprofundamento desse regime em cada vez mais tornado as cargas de trabalho uma responsabilidade individual, e cada vez menos institucional. Dessa forma são praticamente ignorados os condicionantes e limitações reais de pessoal e estrutura. Isso por sua vez, aumenta os níveis de violência no trabalho e assédio moral, em uma estrutura na qual os cargos em comissão e as funções comissionadas tornam os próprios servidores instrumentos dessa política.

Nesse contexto, a luta pela redução também se apresenta como contraponto às jornadas ilimitadas, que vêm sendo impostas a um número cada vez maior de pessoas.

Mesmo sob a ótica das administrações, há fortes argumentos favoráveis à redução da jornada, entre os quais uma maior qualidade de vida e motivação aos servidores, e a redução do adoecimento e de acidentes do trabalho. É sabido que nas últimas horas da jornada, há uma queda notável na produtividade e na capacidade de concentração dos trabalhadores. Além disso, a legislação atual já comporta a redução, na medida em que a lei 8112/90 já permite que a jornada normal seja de 30 horas semanais.

Defendemos, portanto, no contexto do movimento pelo fim da escala 6 x 1, que as entidades sindicais retomem esse debate com a categoria de modo a enfrentar resistências, tirar dúvidas, e fazer avançar a luta por uma vida além do trabalho, para além de um regime de trabalho secular. E que esse ponto volte a constar em nossas pautas de reivindicações com o merecido destaque.

Resoluções:

Que a Fenajufe e os sindicatos encampem a luta pela redução da jornada para 6 horas diárias/ 30 semanais, como já autoriza a lei 8112/90, sem redução de salários!

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Que a Feajufe e os sindicatos se somem as demais Organizações da classe trabalhadora e ao Movimentos pelo fim da escala 6 x 1 na luta geral pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário!

PROJETO DE EQUALIZAÇÃO APROVADO PELOS TRTs 14 e 15, DEVE SER COMBATIDO PELA FENAJUFE E SINDICATOS.

Projeto de Equalização, aprovado pelos TRTs 14 e 15, deve ser combatido pela Fenajufe e sindicatos

Seguindo o modelo do TRT15, onde já é uma realidade, o TRT14 aprovou em seu plano a implementação do projeto de equalização, mesmo após posicionamentos contrários da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rondônia (OAB-RO), da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 14ª Região (Amatra-14) e do Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho da 14ª Região (Sinsjustra).

O projeto desestrutura as Varas da Justiça do Trabalho, reduz as equipes de trabalho e precariza a prestação de serviços.

Desta forma, o projeto abre as portas para acúmulo de serviço, desvio de função e as consequências na saúde física e mental dos servidores.

Colegas, o projeto de equalização é a Reforma Administrativa na prática, já que reduz o quadro de servidores, extingue FCs e CJs e impõe mais sobrecarga de trabalho aos servidores. É o " fazer mais com menos "!

A Fenajufe e os sindicatos de base têm que resistir e lutar contra qualquer apoio a essa prática por parte das entidades classistas!

A Fenajufe organizará um seminário nacional sobre o tema com os sindicatos tendo em vista a orientação da administração superior de nacionalização dessa política.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ANEXO XIII

RESOLUÇÕES SOBRE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

FORTALECER A FENAJUFE E A UNIDADE DE CLASSE, JUNTOS E JUNTAS SOMOS FORTES!

1. Classe Trabalhadora é formada por todos e todas que vivem do seu trabalho, no campo ou na cidade, no setor público ou privado, formal ou informal, autônomo, uberizado, cooperativado, associado e também os chamados "bicos".

2. Faz parte da Classe também o trabalho invisibilizado e não remunerado de cuidados domésticos exercido majoritariamente pelas mulheres, bem como o trabalho daqueles que, no capitalismo, servem de mão de obra reserva, os desempregados e as desempregadas.

3. Desde a constituição do trabalho assalariado, que formou a Classe, também se formaram organizações solidárias, de luta por melhores condições de vida e de trabalho. Essas organizações deram origem aos Sindicatos, Federações e Confederações e também às entidades máximas da classe que são as Centrais Sindicais, nacionais e internacionais.

4. Os sindicatos de base têm como prerrogativa a organização da luta local, nas cidades e nos estados. As Federações e Confederações têm o papel de representar todos os sindicatos daquela categoria, como a Fenajufe e a formação em curso da Confederação composta pela Fenajufe, Fenajud e Fenamp, aprovada no nosso último Congresso da Federação.

5. As Centrais Sindicais têm o papel fundamental de construir a unidade com toda a Classe, representando os interesses classistas nas lutas por salários e direitos trabalhistas, políticas públicas de saúde, educação, moradia, na luta por serviços públicos de qualidade e no enfrentamento das tentativas do capital de sucateamento e aniquilamento dos serviços públicos, como a proposta da PEC 32, na política salarial geral, como a luta pela valorização do salário mínimo, no enfrentamento às violências no trabalho e na vida, no

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

combate ao racismo, ao machismo, à lgbtfobia. Enfim, todas as grandes lutas que afetam a vida de toda a Classe, seja nos locais de trabalho formais e informais, seja nos territórios onde vivem os trabalhadores e as trabalhadoras.

6. As crises do capital são cíclicas e seguirão acontecendo até que a Classe Trabalhadora seja capaz de superar o capitalismo. A crise iniciada em 2008 tem sido devastadora para os trabalhadores e as trabalhadoras. Em crise, o capitalismo neoliberal, precisa extrair o máximo lucro da superexploração, arrocho salarial, destruição e privatização dos serviços e do patrimônio público, lançando mão de desregulação das relações de trabalho, da precarização, do trabalho análogo à escravidão e das alianças com ideologias autoritárias de extrema direita. A democracia e o Estado Democrático de Direito são inimigos do neoliberalismo em crise.

7. O golpe de 2016, com a derrubada da Presidenta Dilma e a prisão ilegal de Lula, o atentado contra o Estado Democrático de Direito, à soberania e à democracia, e a cumplicidade dos Poderes de Estado, em especial o Poder Judiciário no qual trabalhamos, mostrou sem disfarces a face perversa da crise do capital.

8. O resultado produzido não poderia ser mais desastroso, com a ascensão de Bolsonaro, representante da extrema direita fascista, o crescimento de partidos de extrema direita que conquistou a maioria no congresso e busca capturar o orçamento para sua própria perpetuação no Poder, a formação de uma massa desorganizada e violenta que perpetrou a ação golpista de 08 de janeiro de 2023.

9. Esses efeitos, ainda que mitigados pela vitória de Lula na eleição de 2022 ainda se mostra bastante preocupante, visto que para a vitória foi necessário a composição de uma Frente Ampla, incluindo setores defensores do Estado Mínimo (neoliberal) e ainda, um resultado bastante desfavorável as forças progressistas e de esquerda na composição do Congresso, que segue chantageando os demais Poderes, capturando o orçamento para uso em práticas clientelistas (emendas) e constantes tentativas de retiradas de direitos sociais e retrocessos em direitos humanos e civilizatórios.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

10. A captura da consciência política e de classe, por essa extrema direita neoliberal e fascista, teve um impacto perverso na organização sindical. Vivenciamos ideologias do empreendedorismo e da meritocracia convencerem trabalhadores e trabalhadoras a se submeter a trabalhos completamente precários e desregulamentados acreditando serem empreendedores. Mais grave, as ideologias fascistas semeiam ódio, violência e morte.

11. Tristemente, vimos setores autodeclarados de esquerda caírem na armadilha da direita e trabalharem de mãos dadas para enfraquecer e destruir as ferramentas de luta da Classe Trabalhadora.

12. Nós, trabalhadoras e trabalhadores do PJU e MPU, vivemos momentos de desagregação, despolitização, individualismo e rebaixamento da consciência de Classe que levou a movimento de criminalização e desfiliação de Centrais Sindicais e que se seguiu com a desfiliação de sindicatos de base da nossa própria Federação. Esse momento de desorganização e isolamento ainda não foi superado.

13. Precisamos repensar o passado para entender que esse processo nos fragilizou e permitiu ataques à Justiça do Trabalho e à Justiça Eleitoral, a perda de direitos previdenciários, trabalhistas e congelamento salarial, bem como a criação de ambiente propício para o maior ataque de todos, com a proposta de Reforma Administrativa, a PEC 32, que permanece como ameaça tramitando em um Congresso que ainda reflete a despolitização e a força política da extrema direita presente entre nós.

14. A desfiliação da Fenajufe de uma Central Sindical, foi processo dessa semeadura de ódio, sectarismo e discriminação. As direções do Conlutas, hegemônicas naquele momento na direção da nossa Federação, construíram a falsa narrativa do inimigo interno, onde companheiros e companheiras de luta foram tratados como inimigos. O processo de desfiliação do Sindjus-DF da Fenajufe seguiu o mesmo rito.

15. Quebramos pontes com aliados históricos nos apoiando na cerca podre do pensamento neoliberal e retrógrado dentro do Congresso Nacional e também de setores do Poder Judiciário. Nos fragilizamos, nos dispersamos e nos fragmentamos num processo fratricida

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

que impactou inclusive a discussão de uma Carreira, onde presenciamos a falta de pertencimento que fragmenta o debate e impede consensos necessários para avançarmos num processo de conquista de uma verdadeiro Plano de Carreira que garanta o crescimento e valorização contínua para todos os cargos na ativa e também para aposentadas, aposentados e pensionistas.

16. Em todos esses momentos dramáticos vivenciados nesse último período, incluindo o pandemônio causado pelo golpe e ataques sem precedente ao serviço público com Bolsonaro e a pandemia, foram as Centrais Sindicais que conseguiram unificar a voz da Classe no enfrentamento ao golpe, contra a venda do patrimônio público, no enfrentamento ao discurso de ódio, violência, prisão ilegal de Lula, defesa da democracia, dos direitos social e trabalhistas, contra a PEC 32, no grito de "Fora Bolsonaro", no acesso à vacina e ao auxílio emergencial, na defesa da vida e tantas outras lutas.

17. Não enfrentaremos a longa crise do Capital que está em curso, e seus devastadores efeitos sobre trabalhadores e trabalhadoras e sobre a nossa própria sobrevivência no planeta, se estivermos isolados, apartados do conjunto da sociedade e mergulhados em um corporativismo sem limites, que, ao fim e ao cabo, levarão a categoria como um todo à fragmentação e derrota.

18. Somente as Centrais Sindicais podem nos levar a alcançar importantes pautas históricas da nossa categoria como a regulamentação da Negociação Coletiva no Serviço Público, nossa data base, além de serem importantes aliados na discussão das condições de trabalho, enfrentamento da precarização e o verdadeiro escândalo das auto concessões que a magistratura vem operando em benefício próprio.

19. Nesse sentido se faz necessário a abertura de debate da nossa categoria com todas as Centrais sindicais e, de forma democrática, retornemos à unidade da Classe, em defesa de nossos direitos, de um serviço público de qualidade para a população e de uma sociedade justa.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ANEXO XIV

RESOLUÇÕES SOBRE OPRESSÕES

"ANTIRRACISMO PARA ALÉM DAS PAREDES DO JUDICIÁRIO"

Engajamento da Fenajufe e entidades afiliadas com instituições e comunidades antirracistas

A comunidade do Judiciário possui algum incentivo interno para participar do que se convencionou chamar de luta antirracista, a caminhada que nós, do movimento negro, estamos desde a diáspora no afã de sobreviver e reerguer nosso povo para seguirmos em pé com dignidade e direitos iguais. Dentro do Poder Judiciário, podemos notar que a presença do Conselho Nacional de Justiça e de movimentos como o ENAJUN – Encontro Nacional de Juízes e Juízas Negros propicia o debate antirracista nessa instituição. Queremos mais.

Antes de falar sobre o mais que vamos propor, insta lembrar que o Sisejufe/RJ é o principal apoiador um Coletivo de Negros do Judiciário Fluminense que esteve no CNJ concorrendo na primeira edição do prêmio Equidade Racial do Judiciário em 2024, e esse sindicato tem uma característica que vamos apontar aqui na proposta: para além dos limites prediais e institucionais.

Nossa proposta é que a Fenajufe, que pode utilizar o recém-criado Coletivo de Pretos e Pretas, fomente a construção de laços com as comunidades antirracistas que formam essa luta na sociedade. É a união que faz a luta acontecer e ser resistente e vitoriosa.

Para demonstração da proposta, sugerimos exemplos: apoio a grupos quilombolas eventualmente existentes próximo às entidades sindicais afiliadas, aprofundamento de laços e suporte à ONGS relacionadas a vítimas de violência policial, etc.

Objetivos:

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Fortalecer o diálogo entre o Judiciário, por meio da Fenajufe e entidades afiliadas, e movimentos sociais antirracistas, organizações da sociedade civil, universidades e afins;

Desenvolver ações formativas voltadas para servidores, magistrados, estagiários e colaboradores sobre racismo estrutural, institucional e interpessoal;

Criar canais de escuta e participação para que a sociedade, especialmente comunidades negras, possam relatar práticas discriminatórias e contribuir com o aprimoramento dos serviços judiciais;

Elaborar protocolos antidiscriminatórios com a colaboração de especialistas e coletivos antirracistas para aplicação no atendimento ao público e no ambiente de trabalho;

Incentivar pesquisas e levantamento de dados sobre a presença e tratamento de questões raciais no âmbito judicial.

Conclusão

Nossa proposta busca contribuir com o combate ao racismo estrutural e institucional dentro e fora do Judiciário, aproximando a Justiça das comunidades historicamente marginalizadas, promovendo um ambiente de trabalho mais inclusivo e respeitoso para todos e todas.

A LUTA DAS MULHERES CONTRA O NEOLIBERALISMO E A VIOLÊNCIA

1 - Vivemos um período de intensos ataques contra a classe trabalhadora, marcado igualmente por uma ofensiva reacionária contra os direitos e espaços públicos conquistados ao longo de muitos anos nas lutas das mulheres da classe trabalhadora e todo o mundo.

2 - O ascenso da extrema-direita no Brasil, simbolizado no governo Bolsonaro, vai muito além dele, representando uma nova "encarnação" de setores reacionários históricos do

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

nosso país, agora mais poderosos e com maior amplitude de massas, conectados a um contexto global, tendo como marca comum a misoginia e neoliberalismo.

3 - Esse aspecto internacional tem como maior exemplo o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos da América, em uma coligação extremista com ampla participação dos donos das maiores empresas de redes sociais e tecnologia do planeta. Esse movimento empodera a extrema-direita em todos os países e continentes, criando um cenário hostil e cheio de grandes desafios em todas as frentes da luta de classes.

4 - O neoliberalismo, o patriarcado e preceitos de fundamentalismo e extremismo religioso combinam-se no século XXI, formando um espectro político de extrema-direita poderoso e perigoso. Importante destacar que políticas sociais de cunho neoliberal, tentam se apropriar das lutas históricas da classe trabalhadora contra as opressões e assim reforçam o patriarcado e o capital.

5 - Nesse contexto, a luta das mulheres por igualdade e contra todos os tipos de violência, que uma sociedade patriarcal cotidianamente impõe, é uma luta mundial. A importância do movimento feminista se torna cada dia maior; desse modo, as mulheres seguem lutando contra a opressão, a invisibilidade, além da exploração capitalista imposta a toda a classe trabalhadora, que no caso das mulheres é ainda maior e mais brutal, pois além de tudo ainda sofremos a objetificação que busca mercantilizar nossos corpos.

6 - Nós mulheres trabalhadoras, já sofremos com dupla, tripla jornada, na qual ainda temos que somar a dedicação e persistência para sermos ouvidas e tratadas com igualdade. Inclusive, nos espaços políticos sindicais (espaços majoritariamente masculinos), somos ignoradas, interrompidas e enfrentamos um duro combate diário para ocupar e permanecer em estruturas dominadas por homens.

7 - Além da exploração e opressão, sofremos um massacre por sermos mulheres. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2024, cresceram todas as modalidades de violência contra mulheres, foram 1.467 feminicídios (crescimento de 0,8%), 1 estupro a cada 6 minutos (crescimento de 6,5%), 258.941 agressões decorrentes

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

de violência doméstica (crescimento de 9,8%), uma violência que nos mata todos os dias. Sabemos que esses dados não refletem a totalidade dos casos, o número real certamente é muito superior, mas apresentam um acentuado crescimento da violência quando comparamos esta base de dados com as anteriores.

8 - É importante reforçar um fato, qual seja, o fortalecimento das políticas de combate ao machismo e ao feminicídio, passa indissociavelmente pela nossa ocupação de espaços de poder e decisão; o domínio de setores reacionários e a hegemonia machista na política, não apenas dificulta as políticas de combate à violência, mas também as ataca e as reproduzem; são inúmeros os casos da violência política de gênero hoje nas esferas institucionais. A ocupação dos espaços públicos por mulheres é uma construção; precisamos reverter essa disparidade histórica, transformando direito formal em direito material. Precisamos de espaço para mostrar nosso potencial e que nossos companheiros não se apropriem de nossas falas, de nossas ideias ou queiram nos explicar o que acham que não temos capacidade de entendermos; que saibam que caso não entendamos, perguntaremos.

9 - Sobre a desigualdade salarial, tivemos, no ano de 2023, um significativo avanço na legislação, com a aprovação da Lei 14.611, conhecida como Lei da Igualdade Salarial, estabelecendo diretrizes para o cumprimento da igualdade remuneratória. A política econômica da exploração de gênero é estruturada na precarização das áreas de trabalho, submetendo a grande maioria das trabalhadoras a uma condição de desigualdade salarial no exercício dos mesmos cargos e funções, quando comparadas aos homens. Além disso, as mulheres são super exploradas em subempregos e vítimas de assédio sexual em todos os locais de trabalho. Cabe aos nossos sindicatos e à Fenajufe se somar aos movimentos pelo efetivo cumprimento da Lei da Igualdade Salarial.

10 - Nesse contexto de violência e desigualdade, enfatizamos a necessidade do nosso apoio à luta das mulheres em todas as frentes, destacando àquelas que estão na linha de frente dos movimentos sociais, no campo, nas periferias, vivendo sob ameaças de morte, que na maioria das vezes se concretizam no assassinato destas grandes lutadoras. A luta pelo fim da escala 6X1 deve ser bandeira nacional de quem defende a classe trabalhadora. Como

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

sempre as mulheres são as mais afetadas, dividindo o pouco tempo que lhes sobra com o trabalho dos cuidados em seus lares, trabalho do qual os homens são liberados. A Fenajufe deve apoiar os movimentos e se somar a todas as campanhas em defesa dessas mulheres e pelo fim da escala 6X1 em todas as partes do Brasil.

11 - Além de apoiar os movimentos, a Fenajufe deve lançar uma campanha incentivando a criação de coletivos de mulheres no Judiciário Federal e Ministério Público da União, além de criar o seu próprio coletivo de mulheres. Já temos experiências em sindicatos que organizam coletivos, como o Sintrajud com o Coletivo "Mara Helena dos Reis", para discutir a opressão de gênero, a exploração de classe, condições de trabalho, etc. O combate ao assédio sexual e moral passa também pelo fortalecimento da organização das mulheres nos sindicatos de base da federação.

12 - Deve ser compromisso fundamental da Fenajufe, o combate ao machismo e todas as formas de opressão nos nossos ambientes de trabalho e no meio sindical. Não é uma tarefa menor lutar contra o machismo nas fileiras sindicais, por isso precisamos de um processo permanente de formação, debates e atividades nos estados e nos eventos nacionais da federação. Todas as mulheres que buscam participar do sindicalismo, sabem das barreiras e violências que sofremos.

13 - A luta das mulheres deve ser fortalecida em todos os espaços. Reiteramos que é indispensável que a Fenajufe encampe essa pauta, apoiando as mulheres e suas bandeiras de luta, do campo à cidade, de forma unificada, se somando nas lutas dos movimentos sociais, contra a escala 6X1, para que juntas possamos nos dar as mãos e lutarmos contra toda forma de opressão, inclusive, do poder judiciário que decide quase sempre a favor dos homens e patrões.

14 - Desse modo, além das questões expostas acima, defendemos que a Fenajufe promova, um amplo processo de discussão nos sindicatos de base e realize um seminário nacional de mulheres, com o objetivo de unificar nossa base em uma agenda permanente de lutas e formação para avançarmos no combate ao machismo e à desigualdade.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

SOLIDARIEDADE ÀS MULHERES CUBANAS

Observamos que é uma tragédia mundial.

Em todas as partes do mundo, as mulheres vivem várias formas de violências, desde as disfarçadas e chamadas de violências psicológicas, até estupros e o fim do conhecido ciclo de violência, infelizmente, com o assassinato da mulher, que é denominado de Feminicídio.

A crise econômica e política, criada e fomentada pelo capitalismo, potencializa e alimenta a epidemia da violência de gênero. Inclusive, nas guerras promovidas pelo sistema capitalista, que promove o genocídio. Com destaque para a Palestina, onde mais de 70% das vítimas do sionismo israelense, são mulheres e crianças.

Em Cuba, o bloqueio econômico patrocinado pelos Estados Unidos, aprofundado pela inclusão de Cuba na lista de países terroristas, tenta retirar a soberania da Ilha Revolucionária, sua soberania, atingindo direto a população Cubana, inclusive, negando a esse país, o direito a importação de alimentos.

Como em toda crise, as primeiras a serem atingidas pelo tacão são as mulheres, que sentem na pele a impossibilidade do governo Cubano de garantir emprego e alimentação a toda população, que fica impedido de importar, inclusive, alimentação e outros produtos de necessidades básicas.

Nesse cenário mundial de avanço da extrema direita e suas políticas nefastas e desumanas, aprofunda-se os preconceitos e discriminações raciais, sexuais e de gênero, onde as mulheres negras e indígenas são as mais afetadas.

No Brasil, de acordo com dados amplamente divulgados, inclusive, pelo Fórum Nacional de Segurança Público, apontam aumento das violências contra as mulheres negras.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Para além dos empregos mais desvalorizados e precarizados, sofrem também o aumento da violência doméstica, inclusive, que ceifa a sua vida, agora, em maior escala.

Nesse sentido, entendemos que a Fenajufe deve aprovar, nesse décimo segundo Congrejufe, o compromisso de assumir como algumas de suas tarefas para esse próximo período:

1) Participar das campanhas de solidariedade ao povo Palestino, participando e ajudando a organizar campanhas e lutas em defesa da Palestina Livre, do Rio ao Mar!

2) Participar e mobilizar os Sindicatos filiados para contribuir com a campanha de solidariedade às mulheres Cubanas, promovido pelo Instituto Genildo Batista, para aquisição de 105 máquinas industriais de costura, para serem doadas a Federação de Mulheres Cubanas, participando ativamente da Campanha: Costurando a Vida com solidariedade e Amor;

- Participar da Conferência Nacional de Solidariedade com Cuba, que acontecerá de 19 a 21/06/2025, na UFES, em Vitória - ES;

3) Ajudar a construir, animar e mobilizar a base Sindical para fortalecer a construção da II Marcha de Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, que acontecerá no dia 25/11/2025, em Brasília e que pretende reunir um milhão de mulheres, desafio que deve nos mover e nos movimentar;

4) Incorporar na agenda da Fenajufe a Campanha do Levante Nacional contra o Feminicídio, Lesbocidio e Transfenicidio, lançada em março de 2022 e que definiu que continuará em campanha na luta contra o assassinato de mulheres, no Brasil que é o pioneiro mundial em assassinatos de mulheres trans e travestis e o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

POLÍTICA DE CUIDADOS PARA AVANÇAR NA IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS E GARANTIR O CUIDADO PARA TODAS AS PESSOAS

Uma das principais causas do machismo e das diversas formas de violência contra as mulheres tem como origem, entre outras, a divisão sexual do trabalho e a responsabilização quase exclusiva das mulheres pelos trabalhos de cuidado, com destaque para o trabalho não remunerado.

Para enfrentar essa opressão, o governo Lula encaminhou ao Congresso Nacional proposta de instalação da Política Nacional de Cuidados, agora instituída pela Lei 15.069/2024.

A política busca assegurar que todas as pessoas tenham acesso a cuidados de qualidade, independentemente de sua condição social ou econômica. Visa, também, dividir as responsabilidades de cuidado entre o Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil, promovendo um equilíbrio entre as diferentes partes envolvidas.

A política busca reduzir a desigualdade de gênero na responsabilidade pelo cuidado, reconhecendo e valorizando o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres, que muitas vezes é invisível e não remunerado.

Como próximo passo dessa luta essencial para a vida das mulheres, deverá ser apresentado o Plano Nacional de Cuidados, instrumento de planejamento e articulação das ações voltadas ao cuidado.

O Plano Nacional de Cuidados deverá ter como objetivos a redução da sobrecarga vivida pelas mulheres, com liberação de tempo para escolarização, trabalho, lazer, cultura, entre outros direitos fundamentais, a proteção das pessoas que demandam cuidados recebendo cuidados de qualidade, a garantia que as trabalhadoras remuneradas do cuidado tenham acesso a direitos e trabalho decente, o reconhecimento pelo conjunto da sociedade da importância do trabalho de cuidados para a vida de todas as pessoas e o compromisso coletivo com sua provisão em condições justas e igualitárias.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Concretamente, é preciso avançar na construção de equipamentos públicos de cuidados, como lavanderias e restaurantes comunitários, creches públicas para todas as crianças, espaços de convivência para pessoas idosas e outros diversos espaços, com a gestão da economia solidária.

Para fortalecer a Política de Cuidados, a Fenajufe deve acompanhar a apresentação do Plano Nacional, fomentar que seus sindicatos acompanhem os planos estaduais.

APOIO À 6ª AÇÃO INTERNACIONAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

As trabalhadoras e trabalhadores do Judiciário e Ministério Público da União, reunidas e reunidos no 12º Congrejufe, declaram seu apoio à 6ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, ação de mobilização e articulação que reúne mulheres de todo o mundo para discutir e fortalecer a luta por direitos feministas, especialmente contra o capitalismo, o racismo e o patriarcalismo.

A 6ª Ação Internacional da MMM tem como objetivo dar visibilidade e fortalecer o feminismo popular, denunciando as desigualdades e propondo alternativas para uma sociedade mais justa e igualitária e tem como tema "Seguiremos em Marcha contra as guerras e o capital, por soberanias populares e bem viver", que reflete a preocupação da MMM com a paz, a soberania dos povos e a busca por um futuro mais justo e sustentável.

Como forma de apoio, a Fenajufe poderá divulgar a 6ª Ação Internacional, fomentar a realização de rodas de conversa e debates no âmbito da Federação e em seus sindicatos filiados.

PELO DIREITO AO TRABALHO SEM ASSÉDIO E A DESCONEXÃO

"Muito impactante constatar que o trabalho esteja sendo tão duro com as pessoas a ponto de, além de dar o sangue e o suor, dar a vida em determinados casos."

Margarida Barreto

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

1 – As relações de trabalho no chamado mundo moderno, com uso cada vez maior das tecnologias, têm exigido das trabalhadoras e trabalhadores jornadas cada vez mais extenuantes para adequar-se ao cumprimento de metas cada vez mais altas. Horas a fio diante de computadores, celulares, sem direito à desconexão e ao descanso, a classe trabalhadora tem sofrido com cobranças constrangedoras, humilhantes, sob a justificativa de tirar do trabalhador o melhor de si. No Poder Judiciário da União e Ministério Público da União, bem como no conjunto do funcionalismo público vem-se adotando a lógica da iniciativa privada pensando o trabalho como linha de produção. “Fazer mais com menos”.

2 – Essa prática costumeira nos mais variados ambientes de trabalho, seja no setor privado, seja no setor público, é conhecida como assédio moral; causa dor, sofrimento psicológico e pode levar à morte. O assédio moral não é coisa pequena, é uma chaga que devasta trabalhadoras e trabalhadores; é um ataque à dignidade que leva à deterioração da sua saúde física e mental. Há espaços que são particularmente favoráveis ao assédio: aqueles em que há desequilíbrio nas relações de poder, espaços geográficos pequenos em que a vítima não vê alternativas para as investidas de seu assediador e locais de trabalho hostis. No Judiciário, encontra terreno fértil, haja vista a estrutura altamente hierarquizada e autoritária de poder; os ambientes de trabalho têm se tornado cada vez mais hostil e adoecedor.

3 - Elementos que interferem negativamente na organização do trabalho, como autoritarismo, regime de metas, quadro reduzido de servidores(as) e sobrecarga de trabalho são apenas alguns fatores que favorecem o assédio moral no trabalho, além de relações de trabalho constituídas a partir de relações pessoais e que costumam esconder limitações profissionais que trazem à tona um ambiente autoritário e arbitrário por medo da concorrência de alguém que seja mais competente.

4 - As resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Justiça não têm surtido muito efeito, uma vez que as comissões de combate e enfrentamento ao assédio moral e sexual têm em sua constituição uma maioria de representantes da administração dos tribunais, o que não garante a essas comissões o caráter democrático que deveriam ter, inclusive com

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

integrantes assediadores e assediadoras; em outros casos, o próprio órgão não trata as comissões com seriedade; servem apenas para cumprir o protocolo do CNJ, chegando mesmo a haver uma caracterização de que a alta cúpula da instituição assedia a comissão, o que gera desconfiança nas vítimas e reforça o silenciamento.

5 - Em recente atividade do CNJ, muitas queixas sobre o fato de que as metas cada vez mais altas estipuladas pelo Conselho são as maiores responsáveis pelas notícias de assédio levadas às comissões. As políticas que tenham por objetivo prevenir e enfrentar qualquer tipo de assédio devem passar, necessariamente, por uma avaliação de que de fato as metas impostas pelos órgãos, pelos tribunais, são adoecedoras e que no PJU o assédio é um mecanismo institucional.

6 - Não há campanhas educativas para prevenção aos assédios, tampouco cursos para formação de gestores com tema relacionado a isso; quando nos deparamos com ações ditas educativas para tratar o tema, vimos que quem está à frente é algum(a) assediador(a). Isso só vem reforçar a lógica produtivista que há também no PJU que em sua sanha pelo alcance de metas, não se importa se isso vai gerar dor e sofrimento àqueles e àquelas que estão na linha de frente e fazem o PJU chegar à população garantindo-lhes o mínimo de justiça.

7 - Os tribunais têm todas as informações possíveis para investigar, detectar e afastar assediadores; tratam-se de sindicâncias, denúncias, relotações a pedido do(a) servidor(a), podendo cruzá-los e fazer avaliações cuidadosas para adotar medidas e extirpar essa chaga. No entanto, beneficiam-se da política do medo para alcançarem metas e serem premiados com selos do CNJ.

8 – Diante de assédios a dirigentes representantes das entidades de servidoras e servidores, que chegam à instauração de Procedimentos Administrativos Disciplinares levando inclusive à demissão, fica claro que o PJU não tolera que a categoria se organize para fazer suas lutas por direitos.

9 – Dentro da lógica capitalista, trabalhadores e trabalhadoras têm que produzir cada vez mais. No poder Judiciário, isso é reforçado no assédio a pessoas com deficiência, negando-

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

lhes direitos a condições de trabalho fundamentais para exercerem suas atividades. Isso pode ser uma sentença de morte.

10 - Com a crescente digitalização do trabalho, o uso de aplicativos como WhatsApp, mensagens fora do horário de expediente e cobrança por celular pessoal tornaram-se práticas comuns — e naturalizadas. Essa hiperdisponibilidade exigida de servidoras e servidores, muitas vezes sem consentimento, caracteriza uma nova faceta do assédio: o assédio institucional digital, que invade a vida privada e corrói o equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Diante do exposto, este coletivo requer que:

a) a federação encampe uma luta contra o assédio moral no Judiciário atuando e cobrando a cúpula do Judiciário para que campanhas de combate e enfretamento aos assédios sejam efetivadas dentro dos órgãos, inserindo trabalhadoras e trabalhadores terceirizados.

b) a Fenajufe exija que as Resoluções do CNJ sejam cumpridas, ou seja, que haja uma política institucional que efetivamente coíba práticas de assédio.

c) exigir que os casos levados ao CNJ sejam apurados visando fundamentalmente preservar a saúde e a vida das trabalhadoras e trabalhadores do PJU e MPU, de forma a incentivar que se rompa o silêncio e o medo.

d) sejam adotadas políticas de combate ao assédio de forma sistemática e não sazonais.

e) que os trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas sejam inseridos nos cursos de combate e enfrentamento aos assédios em todo o PJU e MPU.

f) exigir que seja garantido e atribuído a servidoras e servidores, por questões de saúde ou por serem pessoas com deficiência, o teletrabalho a que têm direito, pois embora tendo seus direitos reconhecidos, as chefias não cumprem.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

g) a federação organize um seminário sobre assédios moral e sexual no âmbito do PJU e MPU, bem como produza material a ser distribuído aos sindicatos.

h) Que a Fenajufe intensifique a pressão junto ao CNJ, CSJT e CSMPU pela implementação efetiva de campanhas permanentes de combate ao assédio moral e sexual, com participação ativa da base e inclusão de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados;

i) Que a Federação atue pela reestruturação das comissões de combate ao assédio, exigindo sua democratização, transparência e paridade, garantindo que nenhuma pessoa denunciada possa integrá-las;

j) Que seja reconhecida, pelo CNJ e CSMPU, a relação entre metas abusivas, cultura do medo e práticas assediadoras, com revisão imediata dos parâmetros de produtividade à luz da saúde e dignidade das trabalhadoras e trabalhadores;

k) Que se reconheça o uso abusivo de WhatsApp, mensagens e celulares como forma de assédio institucional, e que a Fenajufe articule uma proposta normativa nacional para regulamentar o uso dessas ferramentas no trabalho;

l) o direito à desconexão;

m) a proibição de cobranças fora do expediente;

n) que o número pessoal de servidoras/es não seja exigido para fins de trabalho;

o) a vedação ao uso de grupos institucionais para intimidação ou vigilância;

p) a proibição do uso do WhatsApp pessoal de servidoras e servidores para a prática de atos administrativos ou judiciais, como intimações, comunicações e diligências;

q) que, nos casos em que o uso de WhatsApp ou outro aplicativo seja necessário para o exercício da função, o tribunal ou órgão forneça celular funcional e instale conta institucional vinculada ao serviço — com controle, limites e respeito à privacidade;

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

r) Que a Federação promova um debate nacional sobre tecnologias, assédio e direito à desconexão, com realização de um seminário ainda em 2025, reunindo especialistas, entidades sindicais, vítimas e representantes institucionais;

s) Que a Fenajufe produza material informativo sobre os impactos do uso abusivo de tecnologias no trabalho, com orientações jurídicas e sindicais às entidades de base;

t) Que a Federação atue junto ao Congresso Nacional e demais instâncias competentes para garantir a regulamentação do direito à desconexão no setor público;

u) Que se crie, no âmbito da Fenajufe, um canal permanente de escuta e acolhimento a vítimas de assédio, com suporte jurídico e psicológico, em articulação com os sindicatos de base;

v) Que a Federação promova campanhas permanentes de valorização do trabalho no PJU e MPU, com foco em saúde mental, dignidade no trabalho e combate ao assédio em todas as suas formas — inclusive aquelas mediadas por tecnologia.

EM DEFESA DA LUTA ANTICAPACITISTA E DOS DIREITOS DOS (AS) SERVIDORES (AS) DO PJU E MPU COM DEFICIÊNCIA

Nossa federação precisa fortalecer a luta anticapacitista e a defesa dos direitos das pessoas com deficiência no Judiciário Federal e no Ministério Público da União. Por isso, devemos apoiar projetos como a PEC 133 e o PL 300/2017, além de outras iniciativas que façam avançar os direitos dos servidores e servidoras com deficiência.

É urgente intensificar o acompanhamento da situação dos servidores e servidoras com deficiência, bem como servidoras e servidores que tenham crianças ou adultos com deficiência sob o seu cuidado, que enfrentam capacitismo no trabalho, já que possuem o dever de cuidado. Assim, o 12° Congrejufe delibera:

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

- Defender a criação de um procedimento de perícia para servidores e servidoras com deficiência, bem como de seus dependentes, com critérios objetivos definidos pelo CNJ. Esse procedimento deve estabelecer regras claras para a avaliação, evitando perícias desnecessárias e alteração de critérios, tanto para o teletrabalho quanto para o enquadramento como pessoa com deficiência, que muitas vezes se tornam mais difíceis, dependendo do gestor.

- Construir uma norma para garantir que a lotação respeite a condição da pessoa com deficiência e seus dependentes, pondo fim à situação em que servidoras e servidores são lotados em locais distantes de suas residências, dificultando o exercício do trabalho e o cuidado com seus dependentes. É fundamental garantir a melhor lotação para a pessoa com deficiência e para quem tem o dever de cuidado de pessoas com deficiência.

- Defender a aposentadoria especial para servidoras e servidores com deficiência, que abranja não apenas servidoras e servidores mais antigos, mas que possibilite o benefício independentemente da data de entrada no serviço público.

- Que a federação tenha a obrigatoriedade de divulgar notas de repúdio em casos em que o direito das pessoas com deficiência seja ferido, como o caso de Sônia Maria de Jesus.

A PRECARIZAÇÃO DA SAÚDE E O ASSÉDIO NO PJU

A precarização da saúde e o assédio no PJU são reflexos da crise conjuntural do capitalismo

1 - A crise capitalista, que se aprofunda a cada dia, tem gerado uma série de efeitos devastadores sobre a classe trabalhadora. A perda de direitos, impulsionada por reformas trabalhistas e previdenciárias, tem levado à precarização do trabalho, com a terceirização

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

e a ampliação da informalidade se tornando cada vez mais comuns. Nesse contexto, a ideologia neoliberal do empreendedorismo se apresenta como uma fachada que disfarça a exploração intensa do trabalho pelo capital, especialmente com a crescente plataformização do capital internacional, que transforma trabalhadores em meros recursos a serem otimizados.

2 - Além disso, o avanço do fascismo e a ascensão de governos de extrema direita em várias partes do mundo têm contribuído para um aumento alarmante da violência contra aqueles que lutam por direitos. Com uso de força policial em manifestações, multas a sindicatos por exercerem o direito de greve de suas categorias e até mesmo de emitir opiniões sobre as políticas adotadas pelo Poder Judiciário, prisão de manifestantes e estudantes, ameaças no congresso nacional a mandatos que levam as bandeiras populares ao parlamento, os ataques à defesa da classe trabalhadora e de seus direitos são permanentes. Essa repressão não é apenas uma resposta à resistência, mas também uma estratégia para garantir a exploração contínua da força de trabalho, silenciando vozes que se opõem ao avanço do capital sobre o trabalho.

3 - No contexto dos países do Sul Global, as políticas de austeridade têm exacerbado essa situação. O capital avança ainda sobre os recursos naturais, e o sul global, com menos infraestrutura para se adaptar às mudanças climáticas, sofre ainda mais as consequências dessa superexploração para aumentar o lucro que se concentra na mão de poucos bilionários. Na economia, a imposição de medidas fiscais rigorosas, sob a pressão de instituições financeiras internacionais, têm resultado em cortes de gastos sociais e na desvalorização do trabalho para favorecer o mercado financeiro e o capital estrangeiro.

4 - No Poder Judiciário, a falta de servidores leva à intensificação do trabalho dos poucos servidores disponíveis, que enfrentam condições adversas, adoecimento e assédio como ferramentas de controle da produtividade, fazendo com que este método seja adotado de forma institucional. Produtividade essa, que a cada dia é mais exigida dos(as) servidores (as), embora não se verifique efetiva melhoria para os jurisdicionados. As exigências do CNJ tornam-se metas estáticas autorreferenciadas, que impulsionam a competitividade

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

entre servidores e tribunais, o aumento de cobrança aos servidores, sem considerar as condições de trabalho para que essas metas sejam atingidas. Atualmente a produtividade ainda gera uma remuneração indenizatória apenas para magistrados(as), derivada do trabalho dos servidores e servidoras, o que reforça o ambiente tóxico e assedioso de excessiva cobrança que vem adoecendo a categoria.

5 - Em novembro de 2024 foi votada pelo STF a ADI 2135, que extingue a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único (RJU) para os entes públicos. Essa mudança abre a possibilidade de precarização das relações de trabalho, uma vez que a estabilidade dos servidores públicos, garantida pelo RJU, é um fator crucial para a continuidade e a qualidade dos serviços públicos e é uma garantia para os servidores(as) continuarem a luta pela melhoria de suas carreiras. Sem a presença de servidores(as) estáveis, os serviços tornam-se vulneráveis à corrupção, nepotismo e desvio de finalidade comprometendo a vida da classe trabalhadora que precisa desses serviços.

6 - Essa conjuntura revela um ciclo vicioso: a crise capitalista e a perda de direitos alimentam a precarização, enquanto a pressão por mais produtividade e a austeridade fiscal aprofundam a exploração, a violência e o assédio contra trabalhadores e trabalhadoras. É fundamental que haja uma mobilização e greve da categoria para resistir a essas tendências e lutar por um futuro em que os direitos da classe trabalhadora sejam respeitados e garantidos.

Resoluções:

Lutar pela manutenção do RJU como única forma de contratação no serviço público. Somando força com todo o funcionalismo nessa luta.

Lutar por mais nomeações de servidores (as) pelo Regime Jurídico Único.

Atuar contra o assédio no âmbito dos tribunais e conselhos de justiça.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Atuar para enfrentar a imposição de metas cada vez mais altas do CNJ e colocar na pauta do conselho a saúde dos(as) servidores(as) de forma efetiva.

Lutar para evitar terceirizações nos órgãos e garantir a responsabilidade da União nos contratos de regime de dedicação exclusiva de mão de obra para garantir o direito dos(as) trabalhadores(as) terceirizados(as).

Atuar junto a organizações da classe trabalhadora contra o fascismo e a perda de direitos trabalhistas de todas as categorias.

A IDEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO CONTINUA NO BRASIL: O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL E NO ESTADO DA BAHIA

1 - A população negra brasileira vivencia um genocídio contínuo, planejado e perpetrado pelo Estado desde o período da escravidão e que se acentuou com a abolição da escravatura. Antes de 1888, a população escravizada representava um investimento financeiro para as classes dominantes o que criava uma falsa necessidade de preservação do seu corpo físico, porém com o término do regime escravagista houve um avanço de práticas reiteradas de extermínio e encarceramento em massa do povo negro.

2 – Vimos total ausência de políticas públicas voltadas para as pessoas negras após a extinção formal da escravidão no Brasil, e proibição de acesso do negro à educação (Lei de 1837 proibia que escravos e pretos africanos, ainda que fossem livres ou libertos, frequentassem as escolas públicas. E a Lei de 1911 implantou exames admissionais e cobrança de taxas nas escolas, dificultando o ingresso de negros). Também era proibido aos negros adquirirem terras (Lei de Terras, de 1850). São provas gritantes de como as classes dominantes não reconheciam o negro como cidadão.

3 - A Constituição de 1891 estabeleceu a Polícia Militar como uma força auxiliar do Exército, com a responsabilidade de garantir a manutenção da ordem pública, sempre de

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

acordo com os interesses das elites brancas. As polícias militares se estruturaram de forma vinculada às administrações estaduais, como braço do estado a reprimir o povo negro. Eram proibidas atividades culturais dos negros, prática de seus cultos, rodas de samba, de capoeira, terreiros de candomblé, e quaisquer espaços nos quais a cultura negra se manifestasse. A "lei da vadiagem" criada em 1914 permitia a prisão de qualquer pessoa que transitasse na rua sem comprovação de estar formalmente empregada, e como se sabe, a maioria dos desempregados eram negros. Eles eram presos e obrigados a trabalhar para o estado, por um prazo, sem remuneração. Eram soltos e se continuassem sem emprego eram presos novamente. Isso obrigava o negro a conseguir emprego, se sujeitando a quaisquer condições do "patrão" apenas para não ser preso novamente.

4 - No início do século XX, ocorreu uma reorganização geográfica dos centros urbanos através de uma política racista e higienista que empurra a população negra para longe dos centros urbanos, formando comunidades marginalizadas em locais distantes e abandonados e sem qualquer estrutura. Essas comunidades eram frequentemente alvo de incursões policiais, com agressões, prisões e mortes de negros e negras, fossem homens, mulheres ou crianças. A justificativa era que nessas comunidades moravam marginais desempregados autores de pequenos furtos. Qualquer denúncia era motivo para o ataque às comunidades. A violência urbana serviu e continua servindo de justificativa de prisão e morte de negros e negras.

5 - No Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, há o registro de que 82,7% das vítimas fatais de policiais são pretos ou pardos, 71,7% são jovens entre 12 e 29 anos e 99,3% são do sexo masculino. Comparativamente, a polícia baiana é a mais letal de todas as polícias estaduais do Brasil. Dados publicados pelo site forumseguranca.org.br. Segundo o Atlas da Violência de 2024, a Bahia é o estado brasileiro com maior índice de homicídio de pessoas negras, 51,6/100 mil habitantes, enquanto a média nacional encontra-se em 29,7/100 mil habitantes. Neste mesmo documento, Salvador aparece como a capital de estado com a maior taxa de homicídio de pessoas negras, 70,2/100 mil habitantes. É importante registrar que a média nacional de homicídio de pessoas negras é 3 vezes maior

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

que a média nacional de homicídio de pessoas não negras. Dados publicados pelo site ipea.gov.br.

6 - O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo com 711.463 pessoas conforme dados do CNJ. Desses, aproximadamente 70% são pessoas negras, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024. De acordo com o Centro Internacional de Estudos Penitenciários, ligado à Universidade de Essex, no Reino Unido, a média mundial de encarceramento é 144 presos para cada 100 mil habitantes, enquanto no Brasil tem-se 300 presos para cada 100 mil habitantes. Dados publicados pelo site cnj.jus.br.

7 - Com base nos dados citados acima, e passando por dados históricos, vê-se que o Estado ataca a consequência da continuidade do racismo, e não o racismo, que é a causa do problema. E a continuidade dessa inversão no tratamento do problema evidencia que não há desejo real de acabar com ele e sim de continuar matando e encarcerando a população negra, em escala equivalente àquelas verificadas em conflitos armados transnacionais. Entre os anos de 2012 a 2022, há registros de 609.697 homicídios de pessoas negras conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Dados publicados no site brasildefato.com.br.

8 - Em 2003, o filósofo e cientista político camaronês Achille Mbembe publicou um texto no qual apresenta o conceito de necropolítica. Apontou com maestria acadêmica o uso do poder social e político para decretar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer; ou seja, a distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer no sistema capitalista. Na visão de Mbembe, a necropolítica é mais do que o direito de matar, mas também o direito de expor outras pessoas, incluindo os próprios cidadãos de um país, à morte.

9 - Nesta perspectiva, inclusive, há mudança na forma de utilização da violência contra a população negra. No período colonial, a elite dominante visava conseguir mais rentabilidade, enquanto no pós-colonial a violência converteu-se num fim em si mesma. Segundo Mbembe, “a soberania não se situa no interior das fronteiras do estado-nação ou

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

das instituições internacionais, mas no poder de decidir quem pode viver e quem há de morrer segundo critérios estritamente econômicos. Deixar morrer ou viver, são os limites da soberania. As guerras dependem de empresas privadas em conjunção ou não com estados. Já não se trata de conquistar territórios nem submeter populações, mas de obter benefícios imediatos e recursos estratégicos, e quanto mais melhor. Esta evolução do sistema, batizada como "necropolítica", reduz os seres humanos a mercadorias, para trocar ou jogar no lixo, segundo os interesses do mercado.". Achille Mbembe, Necropolítica.

10 – Esse farto material evidencia a prática de genocídio contra a população negra perpetrado pelo Estado através das suas polícias militares. A Polícia baiana a executa com ênfase. E a violência segue aumentando, mais gente morrendo, mais pessoas pretas sendo presas, e ainda mais gente morrendo encarcerada. Precisamos dar um basta neste mecanismo perverso que decreta a morte de uma pessoa negra a cada 23 minutos!

11 - No quadro de trabalhadoras e trabalhadores do Poder Judiciário, há menos de 30% de negros e negras, pois não tem sido viabilizado a essa grande parte da população a possibilidade de ingresso no PJU. Podemos ainda dizer que há racismo institucional, pois dentre aqueles e aquelas que conseguem ingressar no PJU, poucos(as) ocupam cargos de gestão, haja vista a política de cotas não ser respeitada o que vai de encontro à necessidade de termos avanços institucionais necessários que fortalecem o Estado democrático de direito.

12 – Nesse sentido, é necessário que a nossa Federação se pronuncie e declare total repúdio ao assassinato em massa de pessoas negras, através de ofícios ao CNJ, Conselhos Superiores de Justiça e Secretarias de Segurança Pública de todos os estados do Brasil. E que atue também para fora da categoria, posto que, o que atinge os negros de fora da categoria, ressoa também internamente, causando um ciclo interminável de dor, medo e sofrimento.

Resoluções:

Se discuta o racismo e letramento para além do mês de novembro ou 13 de maio;

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Estimule a criação de Núcleos ou Coletivos de negros e negras que se relacione com os movimentos sociais e com eles execute agendas de formação e de luta;

Que insira o debate da reparação a essa população que construiu o País, com suor e sangue, e se vê alijado da riqueza que produziu;

Que pressione os tribunais e conselhos para que sejam ampliadas e fortalecidas a política de cotas no Judiciário e no Ministério Público da União.

INICIAR APONTANDO O ÓBVIO (RESOLUÇÃO SOBRE A TEMÁTICA LGBTQUIAPN+)

INICIAR APONTANDO O ÓBVIO (Resolução sobre a temática LGBTQUIAPN+)

1 – Nós LGBTs temos direito à vida, à incolumidade física, mental e emocional.

3 – Temos direito ao tratamento igual a todos e todas no trabalho e na sociedade, ao respeito, à dignidade.

4 – Fazemos parte da categoria do PJU, a maioria filiados/as aos sindicatos

5 – Cada trabalhador é parte da sociedade onde impera a mentalidade dominante, e a reproduz, perpetuando até sem perceber os seus preconceitos. Não é diferente na nossa categoria.

6 – Logo, os Sindicatos da categoria precisam atuar também na defesa da população LGBTQIAPN+ da sua categoria, contra discriminação, assédio, desrespeitos.

7 - E, posto que não somos uma ilha, essa atuação precisa se dar para além dos espaços internos, para contribuir com a mudança da mentalidade da sociedade onde estamos inseridas/os.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Resoluções:

Que a Fenajufe siga realizando encontros anuais LGBTQIAPN+ em espaços coletivos estimulando a participação de colegas que não façam parte dessa população;

Que oriente os sindicatos a criarem setores de base (coletivos, núcleos etc) que estudem esse tema, compartilhe esses conteúdos, e atue junto aos demais movimentos sociais;

#Que ajude, inclusive financeiramente, aos movimentos referentes a essa pauta e oriente os sindicatos a fazê-lo;

Que promova ou colabore para maior visibilidade de lideranças LGBTQI+, e oriente os sindicatos a fazerem o mesmo preferencialmente via seus coletivos temáticos onde houver;

Que ajude a cobrar políticas públicas aos governos, relativas a essa população;

Que ajude a combater práticas preconceituosas na nossa categoria;

Que estimule os(as) colegas a responderem aos censos/pesquisa, informando gênero/orientação sexual para dar visibilidade a essa população no Judiciário.

Que oriente aos sindicatos a inserirem essas pautas no cotidiano das discussões gerais, posto que, quem mais precisa conhecê-la, nunca se faz presente nos raros momentos onde isso se paute.

JUSTIFICATIVAS ELENCADAS NA RESOLUÇÃO APROVADA NA PLENÁRIA DE NATAL/ 2025: SOMOS TODOS, TODAS E TODES, PARTE DISSO

1 – Nós somos parte da mentalidade que nos rodeia. Quem a perpétua ou modifica somos nós, seja por ação, seja por omissão. São esses os dois os únicos posicionamentos possíveis, mesmo que o primeiro possa se subdividir entre ação para fazer a sociedade retroceder, ou inação para fazê-la se perpetuar. O segundo, o mais difícil, é a ação para mover a sociedade rumo a ampliação e/ou garantia nos direitos e liberdades de todos os segmentos da sociedade.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

2 - Não há meio termo entre apoiar ou não apoiar as pessoas não-hétero em uma sociedade que comprovadamente já não a apoia. Apoiar é prezar pelos seus direitos de viver em plenitude de direitos. O não apoiar é considerar a vida deles como irrelevante, desnecessária, uma vida "anormal" e se omitir é deixar que os preconceitos estruturantes permanecerem, abatendo pessoas apenas por não se enquadrarem em padrões arcaicos e limitadores. Essa população soma 12% da sociedade brasileira, (dados de 2022), sociedade estruturada no racismo, machismo, LGBTfobia, elitismo, capacitismo. Não. Não há meio termo, conforme o dito popular: "Para fazer o bem é preciso arregaçar as mangas, suar a camisa e ir pra luta; para fazer o mal basta cruzar os braços" e a frase atribuída a Martin Luther King: "O que me preocupa não é o grito dos maus, e sim o silêncio dos bons".

Nossa vida é um risco eterno

2 – Dados produzidos ou consolidados pelo GGB (Grupo Gay da Bahia) e pela ABLGT (Associação de Bissexuais, lésbicas e Travestis) mostraram que em 2020 se assassinou no Brasil 237 pessoas da população não-hétero; em 2021 o número pulou para 316, o maior da série histórica; em 2022 foi de 273 mortos; em 2023 o número foi de 257 pessoas. As mortes violentas, com crueldade e humilhação revelam que isso não ocorreu por "violência urbana": isso foi crime de ódio! A LGBTfobia estrutural dificulta a exatidão nos números e por isso cogita-se que esses dados estão subdimensionados. Além disso, na maioria das publicações, consta apenas os assassinatos, não constando as agressões, ameaças, discriminação nem o alto índice de suicídio dessas pessoas.

3 - O termo LGBTfobia substituiu o termo "homofobia" e significa rejeição, com ou sem violência, de pessoas LGBTQIAPN+. De acordo com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), cerca de 20 milhões de pessoas (10% da população) se identificam como pessoas LGBTQIAPN+. Por causa da LGBTfobia no País, estima-se que esses dados são considerados como subdimensionados por decisão de parte desse público em não se declarar não-hétero. E elas estão em todas as categorias de trabalho, inclusive no Judiciário e MPU. São colegas, muitos filiados a

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

sindicatos, que atuam junto com os héteros nas lutas gerais e precisam – e merecem – o compromisso das entidades também na luta pelo seu segmento.

Não há unidade sem solidariedade de categoria

4 - Temos notícia de que vários colegas nossos sofreram violência física apenas por não serem héteros. Sem registro interno por vários motivos, inclusive por receio de se expor, ficamos sabendo dos fatos apenas por comentários de outros colegas. É nossa obrigação atuar em defesa deles e delas e contribuir para o fim da violência, do preconceito, do desamparo de que são vítimas em todo o país. Mas os colegas sofrem essas violências em maior grau fora dos Tribunais, em suas casas, nas ruas, nas esquinas onde vivemos e por isso as entidades precisam atuar em maior dimensão. Como para proteger uma célula, o remédio precisa ser aplicado no corpo inteiro.

Intolerância religiosa contra minorias LGBTQI+ e o capitalismo

5 - Em 72 países do mundo é possível ser preso por ser homossexual. Em 13 deles, todos na África e muito religiosos, as pessoas podem ser condenadas à pena de morte por causa da orientação sexual. Os países mais opressores são regidos por teocracias (poder político fundamentado na religião, ou ditaduras religiosas), e ali a repressão atinge também mulheres não LGBTQI+. Até o século passado (ou seja, ontem), homossexuais eram considerados por líderes religiosos como pessoas doentes, promíscuas, “sem Deus” e isso avalizava discriminação e violência contra esse público. Isso começou a mudar com as mobilizações da sociedade pelo respeito à laicidade do País. Voltando mais atrás na história vimos que “em nome de Deus” foram praticados os piores castigos a homens, mulheres e até crianças, além de serem promovidas “guerras santas”, que se hoje seriam injustificáveis na maioria dos Países, na época era aceitável. Por isso é importante não relativizar o tempo histórico, pois essa mentalidade pode fortalecer as violências de outros tipos que hoje ainda se praticam. O poder político não pode se amalgamar às religiões ou às variadas interpretações delas.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

6 - O Estado precisa estar acima de credos e subjetividades. O estado representa a todos e todas, em sua diversidade, e tem obrigação de se posicionar na defesa dos direitos civis e sexuais. A extrema direita utiliza o discurso fundamentalista e hipócrita (posto que não praticam para si o que defendem), para atrair quem deseja anular esses direitos, e estimular seus preconceitos e ódio. Frequentemente militantes religiosos são indiciados por apologia à violência contra não héteros. Eles reivindicam liberdade para professar seus credos, mas estimular o ódio a LGBTQI+ é crime. O Papa Francisco classifica o homossexualismo não como "crime" mas como "pecado", o que não anula o preconceito.

7 - Apesar da forte relação entre religião e preconceitos, principalmente a LGBTfobia, estudos revelam que, mais do que a essência religiosa, são as interpretações de cada vertente que definem o grau de preconceitos que carregam e o ódio que estimulam contra os não-héteros. Sabemos que, inclusive, existem religiosos que não são héteros e exigem seus direitos em professar suas crenças, e o direito de quem não tem religião. Quem saiu do armário não aceita voltar, nem se esconder, nem se submeter à volta a um passado excludente. O Brasil é laico e livre e assim deve permanecer.

8 - É preciso lembrar que as opressões possuem ligação direta também com o sistema capitalista. O padrão heteronormativo patriarcal perpassa a história humana independentemente do regime político/econômico. Assim, expoentes de diferentes regimes econômicos e políticos expressam as mentalidades nas quais eles foram forjados. Porém é para o sistema capitalista que interessa a segmentação dos nichos dos trabalhadores e trabalhadoras, pois, apesar da necessária inserção de todas, todos e todes na produção dos seus lucros, convém para o capital que forma dessa inserção seja diversa e concorrente entre si, para facilitar a superexploração. E isso vale para muito além das questões sexuais...

Judiciário como arena decisória a partir da omissão do legislativo

9 - O Judiciário é político como os demais poderes. Porém, foi contaminado em menor grau pelo conservadorismo moral e hipócrita da extrema direita - que se alia à direita quando lhe convêm, e vice-versa - , talvez pelos ataques diretos que sofreram no governo

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

passado. Importante marcar isso para tirar dessa arena a soluções para os problemas da nossa classe. Foram importantes os regramentos, citados abaixo, do STF sobre lacunas legislativas, em defesa da laicidade do estado. Mas nenhuma esperança de que seja sempre assim, e mesmo que seja, temos obrigação de seguir resistindo.

Em 2011, o STF reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo e, em 2013, o direito ao casamento. O CNJ obrigou todos os cartórios do país a aplicar a decisão.

Em 2013, o Conselho Federal de Medicina (CFM) aprovou uma resolução que confirmou que casais homossexuais têm o direito de recorrer ao procedimento de reprodução assistida para ter filhos.

Em 2015, o STF reconhece o direito à adoção de crianças por casais homoafetivos.

Em 2016, o decreto n° 8727/2016 autoriza transexuais e travestis adotarem o nome social em documentos oficiais e outros que os identifiquem como cadastros, formulários e crachás, para citar alguns.

Em 2017, o STF decidiu que união estável e casamento têm o mesmo valor jurídico em termos de direito sucessório, ou seja, direitos de herança. A medida vale tanto para casais homoafetivos da mesma forma que para heterossexuais.

Em 2019, o STF iguala a LGBTfobia ao racismo. A pena pode variar entre 1 a 5 anos, dependendo do ato LGBTfóbico, além de multa.

10 - Esses reconhecimentos foram resultado das mobilizações populares principalmente dessa população discriminada. Buscar solução para nossos problemas parte de decisão individual rumo à atuação coletiva, compreendendo a importância de romper com a mentalidade forjada por um sistema que ganha ao nos separar. A melhora na vida, avanço e garantias dos trabalhadores e todos os seus segmentos não está nas mãos das instituições, principalmente as burguesas. Está nas mãos da classe que vive do seu trabalho, e a força desses está na capacidade de se organizar e atuar em unidade.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

PROPOSTAS (já aprovadas em 2024)

#Que a Fenajufe siga realizando encontros anuais LGBTQIAPN+;

#Que oriente os sindicatos a criarem setores de base (coletivos, núcleos etc) que estudem esse tema, compartilhe esses conteúdos e atue junto aos demais movimentos;

#Que ajude, inclusive financeiramente, aos movimentos referentes a essa pauta e oriente os sindicatos a fazê-lo;

Que promova ou colabore para maior visibilidade de lideranças LGBTQI+, e oriente os sindicatos a fazerem o mesmo preferencialmente via seus coletivos temáticos onde houver;

#Que ajude a cobrar políticas públicas aos governos, relativas a essa população;

#Que ajude a combater práticas preconceituosas na nossa categoria;

#Que estimule à participação e apoio às caminhadas realizadas no País;

#Que acompanhe cada julgamento no Judiciário, incidindo para que não ocorram retrocessos.

#Que estimule os(as) colegas a responderem aos censos, informando gênero/orientação sexual para termos registro dessa população no Judiciário e MPU;

Fontes:
https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-populacao-lgbtqia-clp-aprova-seminario-sobre-o-tema
https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/#:~:text=De%20l%C3%A1%20pra%20c%C3%A1%2C%2051,pessoas%20sofreram%20tamb%C3%A9m%20viol%C3%AAncia%20f%C3%ADsica .
https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/
https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/internacional/1553026147_774690.html

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

https://antrabrasil.org/assassinatos/
https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/brasil-registra-mais-de-5-mil-casos-de-violacoes-de-direitos-contra-lesbicas-nos-primeiros-oito-meses-de-2023-aponta-disque-100
http://www.dsadvocacia.com.br/o-judiciario-e-os-direitos-do-cidadao-lgbt-no-brasil/#:~:text=O%20Judici%C3%A1rio%20e%20os%20direitos%20do%20cidad%C3%A3o%20LGBT&text=Em%202011%20%E2%80%93%20O%20Supremo%20Tribunal,essa%20uni%C3%A3o%20est%C3%A1vel%20em%20casamento .

EM DEFESA DOS APOSENTADOS, APOSENTADAS E PENSIONISTAS E CONTRA O ETARISMO

APOSENTADOS(AS) E PENSIONISTAS

Em defesa dos(as) aposentados(as) e pensionistas e contra o etarismo

1- Servidores e servidoras aposentadas, constituem um expressivo número nas nossas bases, seja no Judiciário Federal ou Ministério Público da União; além disso, geralmente, são igualmente significativos os números de aposentados(as) e pensionistas filiados aos nossos sindicatos, cumprindo um papel fundamental na manutenção de nossas entidades em praticamente todos os estados, além de que muitos destes tiveram papel igualmente relevante na criação de nossas entidades.

Entretanto, esta importância política e expressão numérica ainda não se reflete na criação de espaços de participação e organização para que aposentados(as) e pensionistas se integrem no cotidiano e nas lutas dos sindicatos de base e da federação.

2- Além de todas as dificuldades que sofrem aposentados(as) e pensionistas, vítimas da precarização da previdência social no Brasil, também são alvo de preconceitos e opressões, se destacando o etarismo. Isso afeta integralmente a vida destas pessoas, sendo indispensável que este tema seja incorporado como pauta política de nossa federação. A

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Fenajufe deve se comprometer a promover atividades e debates, além de mobilizações sobre o tema, incluindo o combate ao etarismo como tema em suas plenárias e/ou Congresso.

3- A respeito do sistema previdenciário brasileiro, reiteramos a defesa feita em plenárias anteriores pleiteando que a Fenajufe lute pela revogação das reformas previdenciárias.
Não podemos naturalizar estes graves ataques; portanto devemos seguir na mobilização pela revogação.

4- É urgente que a federação fortaleça a mobilização pelo apensamento da PEC 06/2024 à PEC 555/2006 sem abandonar a luta pela extinção total do confisco previdenciário. Ainda não houve o apensamento devido à exigência de Arthur Lira de que haja 300 requerimentos para que isso ocorra.

5- A Federação deve ainda intensificar a luta pela criação do auxílionutrição para servidoras e servidores aposentados/as e pensionistas.

6- Construção e convocação pela Fenajufe, de uma grande marcha de aposentados, em Brasília para luta pelo apensamento e aprovação da PEC 6/2024, auxílio-nutrição e revogação da reforma da previdência.

7- Por fim, reforçamos a importância de que a Fenajufe busque junto aos sindicatos de base, fomentar a criação de espaços para aposentados(as) e pensionistas, por meio de atividades e encontros nos estados e organizados diretamente pela federação e reforçamos um chamado ao compromisso de lutar contra qualquer iniciativa que atente contra os direitos de aposentados(as) e pensionistas, venham elas das administrações de Tribunais, Congresso Nacional ou Governo. Não aceitaremos nenhuma alteração nas tabelas e benefícios que venham a prejudicar ou excluir os(as) aposentados(as) e pensionistas. Todas as nossas lutas são e serão para que os(as) atuais e próximos(as) aposentados(as) não percam mais direitos.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ANEXO XV

RESOLUÇÕES SOBRE POLÍTICAS PERMANENTES

EM DEFESA DA UNIDADE DA CATEGORIA, CONTRA A FRAGMENTAÇÃO E O ENFRAQUECIMENTO SINDICAL DO OFICIALATO E DO CONJUNTO DA CATEGORIA

1 - O 12º Congrejufe reafirma seu compromisso histórico com a unidade da categoria e com o oficialato, evidenciado tanto na atuação cotidiana quanto nas diversas resoluções aprovadas em plenárias e congressos ao longo dos anos, reafirmando, portanto, o compromisso da Fenajufe com a luta pela aposentadoria especial em razão da atividade de risco exercida pelo segmento dos Oficiais de Justiça, pelo reajuste constante da indenização de transporte, pela valorização remuneratória, inclusive a preservação e valorização da Gratificação de Atividade Externa, pela luta por melhores condições de trabalho e por todas as medidas que visem à valorização dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário da União.

2 - Neste sentido, manifesta-se veementemente contra a fragmentação da representação sindical dos servidores do PJU, alertando para os impactos negativos da criação do Sindicato Nacional de Oficiais de Justiça Federais a partir da iniciativa do Sindojus-DF. A divisão enfraquece a categoria e compromete a luta por direitos, especialmente em um cenário de disputa orçamentária com a magistratura e de políticas fiscais que reduzem os recursos destinados ao serviço público.

3 - Reiteramos que as conquistas da categoria foram resultado da unidade e mobilização de servidores e servidoras, incluindo a aprovação da Lei da Carreira (1996) e as revisões do PCS (2002 e 2006), que garantiram benefícios essenciais, como a Gratificação por Atividade Externa (GAE) para os oficiais de justiça.

4 - O Congresso reafirma seu compromisso em fortalecer a unidade entre os segmentos do PJU, combatendo divisões que fragilizam a luta coletiva e, ao mesmo tempo, valorizando suas pautas específicas.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

5 - Dessa forma, o 12º Congrejufe delibera pela continuidade e pelo fortalecimento da campanha política e de todas as ações necessárias contra o divisionismo na categoria, que se manifesta na tentativa de fragmentação patrocinada por setores burocráticos que atendem a interesses alheios à categoria e enfraquecem sua capacidade de luta e negociação.

PARTICIPAÇÃO DA FENAJUFE NA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Durante a realização do 12º Congrejufe, em 28/4/2025, o Ministério das Mulheres publicou o regimento interno da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com o tema "Mais Democracia, Mais Igualdade e Mais Conquistas para Todas".

A Conferência Nacional, que será realizada em setembro de 2025, tem o objetivo de integrar propostas para o fortalecimento e aprimoramento de políticas públicas para as mulheres, e contará com participação dos segmentos sociais, os movimentos feministas e as organizações de mulheres e outros setores da sociedade civil comprometidos com a pauta.

A metodologia da Conferência prevê etapas que precedem o encontro nacional: as conferências livres acontecem de 28 de abril a 15 de agosto; as conferências municipais e regionais, entre 28 de abril a 28 de julho; e as conferências estaduais e distrital, de 1º de julho a 31 de agosto.

Considerando a centralidade da pauta, a Fenajufe deverá construir uma conferência livre e estimular a participação dos sindicatos filiados nas conferências municipais, regionais, estaduais e distrital, assim como realizar também suas conferências livres, garantindo a participação das mulheres trabalhadoras do Judiciário e do Ministério Público da União na Conferência Nacional.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ANEXO XVI

RESOLUÇÕES DE BALANÇO DA GESTÃO E ATUAÇÃO DA FENAJUFE

NAS BASES, NA MOBILIZAÇÃO E NA GREVE

Balanço da Gestão e Atuação da Fenajufe – Triênio 2022/2025

1 – Quando foi fundada em 8 de dezembro de 1992, a Fenajufe sempre teve como centro o papel histórico de unificar a nossa categoria, as lutas das servidoras e servidores do Judiciário, além de defender os serviços públicos. Hoje, 32 anos depois, vemos que essa história teve várias fases, atingindo, na atual gestão, um momento muito crítico que precisa de um profundo balanço para interromper o processo de enfraquecimento, burocratização e perda de protagonismo da Fenajufe.

2 – A atual gestão, que finaliza seus trabalhos em 2025, atuou sob o governo de dois presidentes da República: Jair Bolsonaro e, agora, o governo Lula. É importante destacar que a direção da Fenajufe não é um corpo homogêneo, sendo uma entidade eleita por proporcionalidade. Ela é composta por uma direção majoritária e setores minoritários de oposição. Nosso coletivo de oposição nacional, LutaFenajufe, integra a atual direção nessa condição de oposição ao grupo majoritário, hegemonizado pelo campo cutista e aliados.

3 – O campo majoritário, que exerce hegemonia ao longo de várias gestões, intensificou, na atual gestão, seu caráter burocrático, e alheio às mobilizações reais que sempre moveram nossa categoria. Se, no governo Bolsonaro, a burocracia desse setor evitou o enfrentamento mesmo diante de um governo de extrema direita, abertamente anti-servidor e defensor da destruição do serviço público, no governo Lula, o governismo e a tentativa de atrelar a federação ao governo foram marcas centrais da política do campo majoritário na Fenajufe.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

4 – Se a federação foi criada 32 anos atrás para fomentar a unidade, a política imposta pelo campo majoritário estimulou divisionismo a partir de vários fenômenos. Vimos a decepção da categoria pela ausência do enfrentamento real à magistratura, pela tentativa de blindar o governo impedindo tomada de posição contrária ao Arcabouço Fiscal - elemento central na luta pela defesa do serviço público e das carreiras do Judiciário Federal e MPU - e decisão de não construir um processo de greve para sair desse 40% do prejuízo remuneratório desses últimos 3 anos.

5 – A direção majoritária reduziu a luta política a iniciativas no Congresso Nacional, que, à exceção do NS para TJs, não trouxe mais do que migalhas para a categoria. A atuação seguiu no envio de ofícios a órgãos, e à busca de reuniões sem respaldo ou mesmo conhecimento da base, além de distorcer o papel do Fórum de Carreira do CNJ, tratando-o como se fosse uma mesa de negociação real. A aposta no Fórum, nos levou ao zero de reajuste, e a nenhum avanço no PCCS aprovado na plenária de Belém e ratificado em Natal. A majoritária e aliados abriu mão de toda discussão da categoria e agora anuncia em tom de vitória que tivemos sucesso em sair com uma proposta de Adicional de Qualificação condicionada à disponibilidade orçamentária dos tribunais, orçamento esse que vem sendo administrativamente usado para pagar penduricalhos à magistratura.

6 – Quando as Plenárias aprovaram greve, com muita pressão do nosso Coletivo e de outros setores, a direção nacional não impulsionou a mobilização nacional, pelo contrário, esvaziou a decisão. Não vimos seus sindicatos irem a campo construí-la efetivamente. Sem impor um enfrentamento real e unificado através de paralisações e greves – única linguagem compreendida pela magistratura e governo –, vimos a magistratura nadar de braçada no orçamento do Judiciário, e a base se decepcionar cada vez mais, procurando saídas alternativas ou individuais reduzindo o protagonismo da Federação, pavimentando o caminho para uma concorrência inédita e perigosa para toda a categoria.

7 – O setor majoritário alega que a luta por direitos e greves fragilizaria o governo em uma correlação de forças desfavorável. No entanto, a história mostra que, mesmo em momentos difíceis, quando a categoria se mobilizou, foi possível mudar a correlação de forças e

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

garantir vitórias importantes. E que lutar por direitos combate o fascismo e a extrema direita, não o contrário.

8 – A decisão de acabar com o Regime Jurídico Único (RJU), votada em 06/11/2024 pelo STF representa, na prática, uma chancela para a Reforma Administrativa, eliminando a estabilidade dos servidores, abrindo espaço para maior precarização, clientelismo e terceirização e representando um duro ataque contra a expectativa da realização de novos concursos públicos. E justamente nesse momento a majoritária ensaia a saída do Fonasefe, Fórum aglutinador da resistência de todo o funcionalismo, protagonista na luta que barrou a PEC32 em 2021.

9 – A democracia na federação sofreu um enorme retrocesso em todos os processos que deveriam ser democráticos, participativos e transparentes. A direção chegou a não responder ofícios de sindicatos por criticarem a direção, ou quando havia tensionamento para buscar atuação real, na base, ou quando se buscava maior protagonismo dos Sindicatos, ou quando divergia do teor de notas que iludiam os servidores sobre a possibilidade de avanço via Fórum de Carreira. Manobras internas foram utilizadas para impedir a liberação de dirigentes da oposição – sem custo para a Federação - e decisões foram tomadas por dirigentes sem respaldo das instâncias deliberativas.

10 – Ainda sobre a questão democrática, as instâncias foram esvaziadas pela política do campo majoritário (CUT e aliados). A Fenajufe deveria atuar como elo de união, convocando Plenárias, Ampliadas e CDE para definir a linha política e a atuação nacional, além de executar as deliberações dessas instâncias. Sobre o CDE, inclusive, este foi esvaziado na sua competência e teve invertida a sua hierarquia em relação à Diretoria Executiva, contrariando o Estatuto da Federação.

11 - Após o final do ano, perdido, vemos tentativas de rever a atuação desastrosa da luta salarial e pelo PCCS, engendrando alguma movimentação que vem irremediavelmente atrasada. Nosso Coletivo LutaFenajufe apontou há tempos que essa era a única saída e fizemos greve no dia 08/08, com a percepção de que se esse movimento fosse nacional e

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

unificado poderíamos estar hoje em outro patamar. Mas não esmorecemos! Seguiremos atuando em defesa da categoria, no único espaço onde somos maioria e temos força: nas bases, na mobilização, na greve. Foi assim que alcançamos todas as nossas vitórias. É assim que alcançaremos mais essa.

DEFENDER A FENAJUFE E AVANÇAR NA LUTA PELA UNIDADE DA CATEGORIA E NAS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA.

A atual gestão da direção da Fenajufe (2022-2025) atravessou um período de incentivo irresponsável à divisão na categoria. A desfiliação de sindicatos de base e a tentativa de criação de sindicatos por ramo tem um custo alto para todos os trabalhadores do judiciário federal e MPU.

Passados menos de 4 anos desde a desfiliação do Sindjus/DF, cujos motivos reais até hoje seguem sem explicação, é fácil fazer o balanço. Perderam os colegas de Brasília e perderam os servidores de todo o país. A divisão tem sido notadamente aproveitada dos tribunais que jogam na divisão para tentar arrefecer a capacidade de luta da categoria.

Da mesma forma, a desfiliação de uma central sindical cobrou o seu preço. O isolamento das lutas gerais dos trabalhadores distanciou parte dos sindicatos de toda a classe trabalhadora. A concentração da pauta em questões pautas específicas acabou por levar parte da categoria a acreditar que existe saída isolada, como se a dinâmica da luta pelas nossas reivindicações não estivesse colada com o curso da própria classe. Esta lógica é a reprodução da defesa de sindicatos por cargo, em última análise.

Nesse aspecto destacamos a tentativa de criação de um sindicato nacional dos oficiais de justiça, cujos meios duvidosos são objeto de questionamento. Um pequeno sindicato com poucos servidores seria capaz de enfrentar a ofensiva da magistratura sobre o orçamento ou os projetos de privatização de partes do próprio judiciário? Um sindicato pequeno teria condições de enfrentar a implementação da residência jurídica em todo o país? É claro que

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

não e seus criadores sabem disso. Mas sua preocupação em buscar pequenos espaços entre a cúpula do judiciário é maior que a capacidade de ver o todo e concluir que somente nossas entidades gerais tem as condições de organizar a luta contra os ataques em curso.

É sobre esta questão que a Fenajufe está confrontada. A divisão interna nos deixará em situação ainda mais frágil diante de projetos de extinção de cargos, não reposição de perdas e a ofensiva contra o concurso público e o Regime Jurídico Único. É preciso seguir enfrentando os movimentos divisionistas.

Não só a Fenajufe, como os sindicatos de base foram confrontados com as dificuldades de mobilização oriundas do teletrabalho. A presença intermitente dos colegas nos locais afetaram a organização sindical na base. É uma realidade que precisa ser enfrentada com a própria conscientização da categoria.

A boa atuação parlamentar e também junto aos tribunais não será suficiente para transpor os obstáculos colocados pelos limites do arcabouço fiscal e pelo movimento ainda mais patrimonialista da magistratura. Se trata de ver o conjunto da situação. Somente a unidade da categoria, combinada com a força de toda classe no setor público e privado que pode por fim ao cerco às reprimidas demandas dos trabalhadores.

Além da luta pela nova carreira e pela recomposição salarial, é preciso dar lugar à regulamentação da Convenção 151 da OIT e o projeto em discussão no âmbito das centrais sindicais. Da mesma forma, é preciso se integrar no debate e nas ações nas três esferas (CNTE, Confetam, Condsef) da defesa do RJU, duramente ameaçado por recente decisão do STF.

Nesse último período ficou evidente que existe uma visão que entende que a própria existência dos servidores públicos concursados atrapalha um determinado projeto de judiciário, onde a instituição da residência jurídica é um elemento mais bem-acabado dessa ameaça a própria existência dos servidores do judiciário, e evidencia os próximos ataques que a categoria sofrerá.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Salarialmente, a realidade que tem sido imposta aos servidores do judiciário federal no último período tem sido a da disputa interna do orçamento com as autoconcessões da magistratura. Licença compensatória, quinquênios, e outros "atrasados" e "indenizações" têm sido uma constante marcada por uma voracidade em cima do orçamento do judiciário.

Já em relação às reivindicações dos servidores, invariavelmente é colocado as impossibilidades orçamentárias ou falta de previsão legal. Assim como foi em relação a reivindicação de antecipação do nosso reajuste. Contudo, a categoria tem respondido positivamente sobre o tema da denúncia das autoconcessões da magistratura, compreendendo o quadro de disputa do orçamento interno, o que se torna um forte potencializador da mobilização. A Fenajufe cumpriu um papel importante nesta questão.

Corretamente a Fenajufe criticou o arcabouço fiscal aprovado no governo Lula e suas consequências para os servidores e aos trabalhadores em geral. À época, afirmou que " na prática são gatilhos e amarras que causam prejuízos aos servidores e servidoras, como a proibição de concursos públicos e reajuste salarial caso haja o descumprimento de metas fiscais por parte do governo federal durante os próximos anos." E segue em nota "temos ciência que o Congresso Nacional ecoa o discurso antisservidor e antisserviço público; não estamos alheios à correlação de forças do Congresso. Nossa Federação, como entidade autônoma e independente de Governos, STF e partidos, não se omitirá contra gatilhos e amarras que fazem servidores e servidoras pagarem a conta!"

Não há realidade que separa a Federação dos sindicatos de base, os desafios são os mesmos. O balanço das situações enfrentadas pela direção da Fenajufe e seus sindicatos filiados é, portanto, um balanço de conjunto e coletivo, não sendo dificuldades de algum setor específico da categoria.

As lições a se tomar do balanço são de que para podermos ter êxito na luta pela recuperação das perdas salariais, a Fenajufe deve colocar no centro da sua atuação a luta pela unidade da categoria, a percepção do obstáculo que são as autoconcessões da magistratura, a luta pelo preenchimento dos cargos e defesa do concurso público contra iniciativas como o da

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

residência jurídica. É preciso reatar laços com o conjunto da classe trabalhadora para darmos conta de tamanha tarefa.

DESFILIAÇÃO DO SINDJUS/DF DA FENAJUFE: PERDERAM OS SERVIDORES DE BRASÍLIA, PERDERAM OS SERVIDORES DO BRASIL

É preciso fazer um balanço de 4 anos de desfiliação do Sindjus/DF. Hoje é fácil perceber que a divisão artificial, com vistas a criar uma nova federação em substituição à Fenajufe, serviu apenas para favorecer interesses da cúpula dos tribunais e do MPU e diminuir a capacidade de luta da categoria.

A organização das servidoras e servidores do Judiciário e Ministério Público da União no Distrito Federal enfrenta tempos de grande retrocesso, com ausência de democracia e absoluta desconstrução das lutas. O que se passa em Brasília tem consequências para todos os servidores do país e ajuda a cúpula dos tribunais e MPU a postergar qualquer proposta de carreira e reajuste salarial ao mesmo tempo em que a magistratura cria penduricalhos que excedem em muito o teto salarial do funcionalismo.

O apartamento do Sindjus/DF do conjunto da categoria no país foi acompanhado por um curso político sombrio. Dirigentes sindicato se associam publicamente, sem o menor constrangimento, a parlamentares defensores da anistia aos que tentaram um golpe em 8 de janeiro de 2023, planejaram o assassinato do presidente eleito, seu vice e um ministro do STF, atentando contra a democracia, inclusive com a tentativa de destruição da imagem da Justiça Eleitoral.

Acertadamente, o 11º Congrejufe constituiu em seu Estatuto as Comissões Pró-Fenajufe, que têm o objetivo de organizar a categoria nos estados em que os sindicatos se desfiliaram da Fenajufe. Com isso, a atual diretoria da Federação fomentou a mobilização e a organização na base do Distrito Federal, possibilitando que uma grande base como a do DF possa se organizar apesar dos obstáculos colocados pela atual diretoria do Sindjus/DF.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Servidoras e servidores do Distrito Federal contam hoje com um sindicato cartorário e antidemocrático, que administra apenas um espólio jurídico, desconstruindo a história de protagonismo na luta nacional que teve o Sindjus/DF até 2015 e, para além disso, se apropria das conquistas da Fenajufe e as divulga como se tivessem sido trabalhadas e negociadas pelo seu conjunto de dirigentes.

O curso antidemocrático do Sindjus/DF também chegou no estatuto da entidade. Para se manter no poder, a direção promoveu diversas alterações para tentar inviabilizar a organização de uma oposição. Além disso, passou a cooptar sindicatos que passavam por dificuldades na gestão, desconstruindo um a um e filiando diretamente servidoras e servidores com promessas de execução dos 13,23%, manutenção dos quintos, entre outras.

É urgente que a Fenajufe realize seminários ou plenárias específicas para tratar da organização sindical, mapear cada retrocesso e desenvolver um plano de ação para refiliar os sindicatos em cada território.

ANEXO XVII

RESOLUÇÕES SOBRE MOÇÕES

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO

As delegadas e os delegados presentes ao 12º Congrejufe manifestam sua irrestrita solidariedade à luta histórica do povo palestino, que há mais de 75 anos resiste à ocupação militar, ao apartheid, à colonização forçada e à limpeza étnica de seus territórios.

Condenamos energicamente o genocídio em curso em Gaza, as violações sistemáticas de direitos humanos praticadas contra o povo palestino na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental, nos campos de refugiados e dentro das fronteiras de Israel.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Denunciamos também o avanço sistemático e cotidiano dos assentamentos de colonos israelenses que invadem os territórios palestinos, especialmente na Cisjordânia, ampliando a ocupação e tornando ainda mais dramática a situação de expulsão e segregação do povo palestino.

Reafirmamos a defesa das bandeiras históricas da resistência palestina:

- Pelo cessar imediato do genocídio em Gaza;

- Pelo fim da ocupação e dos assentamentos ilegais;

- Pelo direito de retorno dos refugiados palestinos, conforme a Resolução 194 da ONU;

- Pelo reconhecimento do Estado Palestino soberano, com Jerusalém Oriental como capital;

- Pelo fim do apartheid e pela igualdade plena de direitos para todos os palestinos.

A solidariedade à Palestina é expressão do compromisso com a liberdade, a justiça e a dignidade dos povos.

Palestina livre do rio ao mar!

Viva a resistência do povo palestino!

VIVER PARA TRABALHAR OU TRABALHAR PARA VIVER? MOÇÃO PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL

Em 1884, quando os abolicionistas tentavam acabar com a escravidão, os “senhores de escravos” gritavam que isso iria destruir com a economia do país, que ocorreria fuga de capitais, que os escravizados não teriam mais trabalho.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Em 1917, quando os trabalhadores anarquistas e socialistas fizeram uma grande greve na capital do país (RJ) pelo direito ao descanso semanal, os grandes jornais da cidade reclamavam que iria quebrar a economia do comércio da cidade, que as pessoas iriam ficar sem restaurante para comer.

Em 1943, quando estava sendo publicada a CLT por Vargas por pressão dos sindicatos, os grandes empresários denunciavam que o Brasil iria quebrar, que iria faltar emprego etc e tal.

Em 1988, quando foi promulgada a atual Constituição Federal de 1988, o então presidente José Sarney comentou que o excesso de direitos nela iria fazer com que o país ficaria ingovernável.

Em 2025, assistimos uma nova gritaria, agora diante de uma Proposta de Emenda Constitucional contra a jornada 6x1, que propõe a redução de jornada de trabalho semanal para 36 horas e a redução dos dias de trabalho por semana para quatro (jornada 4x3). Novamente aparecem os mesmos velhos e tradicionais argumentos da classe dominante: economia vai quebrar, não vai ter emprego, o mundo vai acabar.

Esses críticos da atual PEC do fim da jornada 6x1, se pudessem, retornariam à escravidão, restaurando a famigerada jornada 7x0, que os escravizados bem conheciam.

Aguardamos o dia em que os trabalhadores conquistarão a inversão dessa ordem dos números. Em vez de 6x1, lutarão por 1x6, colhendo os frutos das revoluções tecnológicas das quais participaram.

Aguardamos o dia em que os trabalhadores conquistarão uma vida realmente digna com mais tempo para viver e descansar do que para morrer de trabalhar.

Aguardamos o dia em que os trabalhadores conquistarão a possibilidade de tempo para viajar e fazer poesia, tempo que hoje lhes é roubado nas horas extras, banco de horas, uberizações, pejotizações e precariedades afins.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Enquanto não chegamos nesse dia, seguimos lutando pela redução da jornada laboral de todos e cada um dos trabalhadores, sejam eles servidores públicos ou da iniciativa privada, pois, sem tempo de vida fora do trabalho, não é possível falar em vida ou trabalho digno.

E a ausência de vida digna no trabalho é um dos pontos que nos conecta com nosso passado escravista, infelizmente; passado que nos assombra a cada crítica hoje levantada contra as propostas de redução da jornada de trabalho.

Portanto, os delegados reunidos no 12º Congrejufe apoiam a Proposta de Emenda à Constituição 8/2025, que propõe a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE E EXIGÊNCIA DE JUSTIÇA E AO APARECIMENTO DE LICHITA VILLALBA

A Plenária de Delegadas e Delegados do Congrejufe, reunida em Foz do Iguaçu, no dia 28 de Abril de 2025, manifesta sua profunda solidariedade à luta pela aparição com vida de Carmen Elizabeth Villalba, conhecida como Lichita, sequestrada aos 14 anos por forças da Força Tarefa Conjunta (FTC) do Paraguai, no contexto de uma operação de repressão contra a resistência camponesa daquele país.

Durante a mesma ação, duas outras crianças, María e Lilian Mariana, de apenas 11 anos, foram brutalmente assassinadas, evidenciando a política sistemática de perseguição, extermínio e criminalização da luta popular e camponesa no Paraguai, particularmente contra a Família Villalba, vinculada historicamente à luta pela reforma agrária.

O caso de Lichita, desaparecida há quatro anos, inscreve-se em uma prática de violência de Estado, marcada por desaparecimentos forçados, infanticídios, prisões políticas e julgamentos fraudulentos, práticas que atentam contra princípios elementares dos direitos humanos e da dignidade dos povos latino-americanos.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Denunciamos também a ação conjunta e repressiva dos governos do Paraguai e da Argentina; especialmente sob a atual gestão de Javier Milei; que, em ato de flagrante violação do direito internacional, revogou o asilo político da Família Villalba, obrigando-a novamente a viver na clandestinidade para preservar a própria vida.

Por isso:

O Congrejufe se soma à campanha internacional pela aparição com vida de Lichita Villalba, exige justiça para as crianças assassinadas, a liberdade imediata para todos os presos políticos paraguaios, e repudia veementemente a política de terrorismo de Estado praticada contra trabalhadores e camponeses no Paraguai.

Reafirmamos que a solidariedade entre os povos é um princípio inegociável, e nos comprometemos a fortalecer a denúncia internacional e a apoiar as iniciativas de luta por Memória, Verdade e Justiça.

Lichita, presente! María e Lilian Mariana, presentes! Toda solidariedade à Família Villalba e ao povo camponês do Paraguai!

MOÇÃO DE APOIO PELO RECONHECIMENTO DA RASD - REPÚBLICA ÁRABE SAARAUI DEMOCRÁTICA PELO BRASIL

Por quase cinco séculos o continente africano foi assolado pela exploração “colonizatória” por parte dos europeus. A perda das riquezas naturais e humanas são imensuráveis, assim como o impacto negativo para a organização, desenvolvimento, harmonia e autodeterminação dos povos no continente. A situação do Saara Ocidental permanece hoje uma das mais drásticas, mesmo após o processo de descolonização espanhola tardio no território, este permanece, desde então, invadido pelo Marrocos, suas riquezas sequestradas e seu povo imerso na situação de guerra e violências permanente impostas pelo Estado invasor. Não há pleno acesso a água, remédios e comida. Parte da sobrevivência dos/as

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Saarauis está na solidariedade nos campos de refugiados e sua existência é garantida pela força e luta cotidiana da população por liberdade e autodeterminação.

O povo do Saara é reconhecido pela Corte Internacional da Justiça desde 16 de outubro de 1975, tem sua representação diplomática reconhecida pela maioria dos países do continente africano e da América Latina. Outros povos que vivem situações semelhantes ao que vive a República Árabe Saaraui Democrática, como a Palestina, têm o reconhecimento de sua existência no Brasil e o direito de tratar sobre seu povo com sua própria representação. O Brasil é reconhecidamente um defensor dos direitos humanos, no trato humanitário e na defesa da autodeterminação dos povos.

Nesse sentido, apresentamos moção de apoio para que:

o governo brasileiro dê continuidade ao processo de reconhecimento da República Árabe Saaraui Democrática, expressão da autodeterminação do povo Saharaui, assim como sua representação diplomática,na pessoa do representante da Frente POLISARIO - Saharaui Ahmed Mulay Ali Hamadi;

- o Brasil adote para a República Árabe Saaraui Democrática a mesma posiçao que adotada em relaçao ao estado Palestino;

- a República Árabe Saaraui Democrática como Estado detentor de direitos legítimos à soberania e autodeterminação e possa ter ingresso pleno em organismos multilaterais mundiais;

- o Brasil seja parte e estimule o processo de ajuda humanitária, sobretudo às mulheres Saarauis.

MOÇÃO DE PROTESTO – PCD

Nós, servidores do Poder Judiciário da União e do Ministério Público, reunidos no 12º Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União - Fenajufe - apresentamos essa moção de protesto

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

contra a iniciativa do deputado federal Duarte Filho, de acelerar a aprovação do Código Brasileiro de Inclusão (CBI), sem a participação das entidades representativas das pessoas com deficiência, ameaçando a revogação de toda a legislação protetiva do setor, notadamente da Lei 13146/15, lei brasileira de Inclusão.

MOÇÃO PELA LIBERTAÇÃO DO DR. SAFIYA

Os trabalhadores e as Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União reunidos em seu 12º congresso nacional aprovam essa moção exigindo a libertação do médico Abu Safiya detido ilegalmente pelo Estado de Israel.

A prisão do médico Hussam Abu Safiya, junto com outros profissionais da saúde dentro do hospital onde trabalhava e dirigia, pelo exército israelense no final de dezembro, alcançou repercussão internacional. O episódio destacou, mais uma vez, as arbitrariedades de Israel na Faixa de Gaza.

Segundo relatos na imprensa estrangeira, durante sua prisão, o Dr. Abu Safiya relatou ao filho, Ilyas Abu Safiya, os abusos e torturas que enfrentou. As práticas das autoridades israelenses provocaram indignação da comunidade internacional. Ele foi detido no Hospital Kamal Adwan, onde atuava como diretor, no norte de Gaza, e permanece sob custódia sem qualquer acusação formal. O caso acendeu novamente o debate global sobre as condições na região e simboliza a crise humanitária e a destabilização do sistema de saúde palestino.

MOÇÃO DE REPÚDIO: EM DEFESA DA LIBERDADE SINDICAL

A FENAJUFE, por seu Congresso Nacional, manifesta seu mais veemente repúdio à decisão proferida pela 43ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, que, de forma indevida, interferiu na autonomia sindical e suspendeu a participação de servidores em mobilização

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

política realizada nos dias 2 e 3 de abril, em Brasília, voltada à cobrança do envio do Plano de Carreira ao Congresso Nacional.

A medida judicial afronta a liberdade sindical garantida pela Constituição Federal e por tratados internacionais ratificados pelo Brasil, comprometendo o direito fundamental à livre organização e mobilização da classe trabalhadora. Ao impor limitações à atuação legítima e democrática da entidade sindical, o Judiciário atenta contra a luta coletiva por melhores condições de trabalho e pela valorização da categoria que representamos.

Os trabalhadores e trabalhadoras do 12º Congresso Nacional da Fenajufe reafirmam o compromisso da Federação com a defesa intransigente da autonomia sindical, da participação política dos servidores e da construção de uma carreira digna, justa e nacionalmente representativa para os servidores do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União.

Repudiamos toda e qualquer tentativa de cerceamento da luta sindical e reiteramos a necessidade de respeito à organização coletiva dos trabalhadores, elemento essencial para a promoção da justiça social e do fortalecimento do serviço público.

MOÇÃO DE APOIO À LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LBI) COMO INSTRUMENTO DE LUTA DO SEGMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

As delegadas e delegados reunidos no 12º Congrejufe – Congresso Nacional da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, realizado na cidade de Foz do Iguaçu/PR, manifestam, por meio desta moção, apoio irrestrito à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015), reconhecendo-a como um importante instrumento de luta e conquista do segmento das pessoas com deficiência no Brasil.

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

A LBI representa um avanço histórico na garantia de direitos e na promoção da cidadania plena das pessoas com deficiência, sendo fruto da mobilização incansável dos movimentos sociais e do compromisso com os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional.

Reafirmamos que a LBI é um patrimônio legal e social que deve ser defendido de qualquer tentativa de retrocesso. A sua plena implementação é urgente e necessária para assegurar a acessibilidade, a inclusão no mundo do trabalho, a educação inclusiva, a mobilidade urbana, o acesso à informação e o respeito à dignidade da pessoa com deficiência.

Neste Congresso, que reafirma seu compromisso com a justiça social e com os direitos humanos, conclamamos todas as entidades sindicais, servidores e servidoras públicas, os poderes constituídos e a sociedade civil a se unirem na defesa da LBI como instrumento de transformação social e de combate às desigualdades históricas.

MOÇÃO DE REPÚDIO - CONTRA A VIOLÊNCIA, A OPRESSÃO E TODAS AS FORMAS DE ASSÉDIO NO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL.

As trabalhadoras e os trabalhadores reunidos no 12º Congresso da Fenajufe manifestam seu mais veemente repúdio a toda e qualquer forma de violência, opressão e assédio praticados contra a categoria no âmbito do Poder Judiciário Federal.

As referidas práticas, no ambiente de trabalho ferem de maneira grave a dignidade humana. Não é admissível que uma trabalhadora ou um trabalhador, em qualquer espaço, seja alvo de práticas tão condenáveis — e muito menos em seu local de trabalho, onde deveria encontrar segurança, respeito e sobretudo valorização.

Denunciamos que a imposição de metas excessivas tem se convertido em uma ferramenta de assédio institucional, levando ao adoecimento físico e mental das Trabalhadoras e dos Trabalhadores. A pressão desmedida, longe de promover eficiência, tem gerado

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

sofrimento, desmotivação e o agravamento constante dos problemas de saúde de parcela significativa da categoria, em flagrante violação aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e dos direitos sociais.

Repudiamos também a prática, cada vez mais recorrente, da utilização de ameaças de instauração de processos administrativos disciplinares como instrumento de assédio contra as Trabalhadoras e os Trabalhadores que não se adequam ou se submetem às condições desumanas impostas pelas administrações.

Em especial, manifestamos nosso repúdio às atitudes perpetradas no Fórum Trabalhista de Macapá/AP. Tais práticas já foram levadas ao conhecimento da administração da Justiça do Trabalho da 8ª Região, sem que, até o presente momento, quaisquer providências efetivas tenham sido adotadas.

Reafirmamos nossa total solidariedade a todas às Trabalhadoras e a todos os Trabalhadores vítimas de práticas de violência, opressão e assédio, e exigimos respeito, dignidade e a imediata apuração dos fatos, com a responsabilização exemplar de todos os envolvidos. O combate ao assédio e à violência institucional deve ser uma prioridade permanente para todas as administrações públicas — incluindo o Poder Judiciário Federal.

Nenhum passo atrás! Seguiremos firmes na luta por ambientes de trabalho saudáveis, dignos e livres de qualquer forma de assédio, opressão ou violência!

MOÇÃO DE REPÚDIO

O Coletivo Nacional da Pessoa com Deficiência da Fenajufe, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, por meio desta, manifestar veemente repúdio à forma de condução do Deputado Duarte Júnior no processo de aprovação do Código Brasileiro de Inclusão (CBI).

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Reconhecendo a importância de iniciativas que promovam os direitos e a inclusão de pessoas com deficiência, entendemos que qualquer legislação nesse campo deve ser construída de forma amplamente participativa, democrática, transparente e respeitosa aos diversos segmentos da sociedade civil, em especial o segmento da Pessoa com Deficiência que há décadas lutam por equidade e justiça social.

No entanto, a condução do Deputado Duarte Júnior na tramitação do referido projeto foi marcada por atitudes que ferem esses princípios. Dentre as principais preocupações, destacamos:

Falta de diálogo efetivo com representantes da sociedade civil organizada, especialmente com entidades que atuam diretamente na defesa dos direitos das pessoas com deficiência;

Tramitação acelerada e sem ampla discussão pública, comprometendo a qualidade do debate e a legitimidade do processo legislativo;

Desconsideração de contribuições técnicas e críticas fundamentadas apresentadas por especialistas, organizações e ativistas da área.

Tais práticas comprometem a construção de políticas públicas verdadeiramente inclusivas e representam um retrocesso nos avanços conquistados pelas pessoas com deficiência no Brasil.

Dessa forma, a as Delegadas e Delegados do 12º Congrejufe repudia publicamente a forma autoritária e excludente com que está sendo conduzido esse processo legislativo, e reafirma seu compromisso com a luta por uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

MOÇÃO DE APOIO AO DEPUTADO FEDERAL GLAUBER BRAGA E DE REPÚDIO À TENTATIVA DE CASSAÇÃO DE SEU MANDATO POPULAR E COMBATIVO

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

O 12º Congresso Nacional da Fenajufe – Congrejufe, reunido em Foz do Iguaçu/PR, manifesta seu total apoio ao deputado federal Glauber Braga (PSOL/RJ), repudiando de forma contundente a tentativa de cassação de seu mandato, articulada por setores da direita, da extrema direita e com evidente protagonismo do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL).

A acusação de quebra de decoro, acolhida pelo Conselho de Ética da Câmara, é claramente uma perseguição e tem como único objetivo caçar o mandato de Glauber Braga. A recente rejeição do recurso da defesa pela CCJ da Câmara apenas reforça o movimento de perseguição política contra um parlamentar que se destaca por enfrentar os ricos, poderosos e seus desmandos.

Amplos setores da opinião pública já compreendem essa seletividade, uma vez que o processo contra Glauber contrasta com a leniência diante de parlamentares envolvidos em episódios gravíssimos, como o da deputada Carla Zambelli (PL/SP), que sacou uma arma e perseguiu um jornalista negro em via pública, além de outros casos envolvendo até assassinatos, sistematicamente ignorados ou arquivados.

A tentativa de cassação representa uma ameaça concreta à representação popular combativa, às liberdades democráticas e à luta contra o orçamento secreto.

Diante disso, o 12º Congrejufe aprova a presente moção em solidariedade ao deputado Glauber Braga, reafirmando a defesa incondicional de seu mandato.

GLAUBER FICA! Contra o golpismo e o orçamento secreto!

MOÇÃO DE APOIO À LUTA DO POVO PALESTINO E REPÚDIO AO GENOCÍDIO PROMOVIDO POR ISRAEL E O IMPERIALISMO NORTEAMERICANO

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Solidariedade ao povo palestino, que enfrenta há mais de 70 anos ocupação, violência e violações de direitos humanos decorrentes do colonialismo e do sionismo.

A Palestina tem sido vítima de uma política cruel e genocida promovida pelo Estado de Israel. O imperialismo norte-americano é cúmplice desse horror. Recentemente, o presidente estadunidense Donald Trump anunciou sua intenção de tomar a Faixa de Gaza, expulsar os palestinos para construir uma nova Riviera, onde ricaços possam se deliciar das belezas da região sobre os cadáveres de crianças, mulheres e todo o povo palestino.

Esse anúncio tem o objetivo de legitimar as políticas de genocídio e limpeza étnica levadas a cabo pelo Estado de Israel há 76 anos, particularmente a destruição de Gaza efetuada nos últimos 15 meses. É preciso, portanto, se opor ao plano Trump, e se posicionar pelo fim do genocídio e da limpeza étnica efetuada pelo estado sionista.

É preciso defender incondicionalmente a resistência palestina, e sua unidade com a classe trabalhadora e a juventude dos países árabes, na luta por uma Palestina livre do rio ao mar. Ao mesmo tempo, é necessário que as organizações da classe trabalhadora no Brasil continuem integrando as ações de solidariedade ao povo palestino em todo o país e também exigindo do governo Lula a ruptura das relações econômicas, diplomáticas e militares com o Estado de Israel.

Assim considerando, o 12º Congrejufe afirma seu apoio incondicional à causa palestina e contra o genocídio de seu povo. Nesse sentido, é preciso chamar as organizações de nossa classe, especialmente as centrais sindicais e movimentos populares, a construir uma ampla campanha política internacional de apoio à Resistência Palestina, assim como de exigência às potências agressoras – Israel, Estados Unidos e demais países que colaboraram com a ação genocida - para que paguem a reconstrução da Faixa de Gaza, dos hospitais, escolas, residências, e toda infraestrutura.

Por fim, entendemos como necessário para efetivar esse apoio que as organizações do movimento operário e popular discutam a possibilidade de organizar delegações para ir à

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Gaza, assim que estejam dadas as condições de ingresso, para expressar de fato a solidariedade da classe trabalhadora internacional.

NÃO É NÃO! VIOLÊNCIA E ASSÉDIO SEXUAL É CRIME!

ENCAMINHAMENTO (incluir nos regimentos internos dos próximos eventos da Fenajufe)

Viemos a público manifestar veemente repúdio aos casos de violência contra mulheres ocorridos no âmbito do 12º Congresso da Fenajufe, os quais afrontam não apenas a dignidade das mulheres diretamente atingidas, mas também os princípios constitucionais da moralidade, igualdade de gênero, atingindo todas as mulheres da categoria e da sociedade presentes ou não neste evento.

É inadmissível que mulheres sejam vítimas de condutas abusivas e machistas em espaços que deveriam representar a democracia, a ética e o respeito à diversidade.

Assim, todas as pessoas presentes no 12° CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES repudiam todas as formas de violência e assédio, e, devido às ocorrências frequentes de casos nas instâncias da FENAJUFE, aprovam:

1 - Que em toda as Instâncias da Federação, Congresso, Plenária, Reunião Ampliada, CDE, Encontros de Coletivos, e Eventos de qualquer natureza, não seja tolerada qualquer manifestação de assédio e/ou violência contra qualquer pessoa, seja dirigente, base, funcionárias/os, estagiárias/os, prestadoras/os de serviço entre outros vínculos;

2 - que em todos os eventos da Federação seja imediatamente expulso, com retirada dos direitos de voto, observação ou mesmo presença, qualquer participante que tenha tido conduta de assédio, intimidação ou qualquer tipo de violência contra qualquer pessoa, especialmente contra as mulheres;

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

3 - Após apurados os fatos, a proibição da participação em eventos futuros da Fenajufe, seja como delegado, observador ou convidado de qualquer pessoa que pratique violência e/ou assédio sexual, ainda que fora do ambiente do evento;

4 - Que em todo evento da Fenajufe, sejam fornecidos, juntamente com os crachás, apitos às mulheres, para que possam, imediatamente, chamar a atenção em caso de ameaça, violência ou assédio;

5 - Que no início dos trabalhos sejam reforçadas as condutas exigidas pelos participantes, no que se refere aos casos de violência e assédio, informando às e aos participantes direitos e deveres relativos ao tema;

6 - que sejam fixados cartazes informativos em locais diversos com o contato de telefone das redes de apoio disponíveis às mulheres presentes, com informação do contato de advogadas e da comissão contra assédio e violência, a ser obrigatoriamente criada a cada Congresso e Plenária;

7 - Que a Fenajufe acompanhe o encaminhamento que o Sindicato dará aos casos ocorridos neste 12º Congrejufe, bem como em eventos futuros.

8 - Que nas Plenárias e Congressos seja realizado letramento contra assédios, em horário de maior presença

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ANEXO XVIII
ATA DE APURAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS ELEIÇÕES E COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAJUFE ELEITA - GESTÃO 2025/2028

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001 0168

Ata 009/2025

Aos 30 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às 18:50, durante o 12º Congresso Nacional da Fenajufe (Congrejufe), realizado na cidade de Foz do Iguaçu/PR, no Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado à Av. Costa e Silva, 3500 - Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu - PR, 85863-000, a Comissão Eleitoral, com a presença dos seguintes membros titulares: Cleber Gesiel Alves da Silva, Marcelo Amorim de Menezes, Leonardo Couto Chueri, Roney Marcelino e Marco Antonio Paiva; e dos suplentes Maria do Rosário Silva e Jose Alancardete Coelho dos Santos; e respectivos fiscais, acompanhou a verificação de autenticidade, semelhante a zerésima, da cédula eletrônica pelos membros da Comissão Eleitoral, mediante geração de chave criptográfica assimétrica junto a empresa "Manduá Tecnologia" e supervisionada pela área de TI da Fenajufe. Às 19:00, foi aberto o local de votação presencial, com 8 mesas coletoras, e realizada votação em cédulas eletrônicas apartadas para Direção Executiva e Conselho Fiscal dando início ao processo eleitoral, assessorado pela empresa "Manduá Tecnologia", acompanhado pela presença de fiscais das chapas, candidatos ao conselho fiscal e de assessores da Fenajufe, conforme as normas internas da Fenajufe. Às 21h01 foi encerrada a votação. Às 22:00 foi instalada a mesa apuradora, constituída pelos membros da comissão eleitoral, facultada a presença de um representante de cada uma das chapas e apurados os votos à diretoria executiva e conselho fiscal. Os votos foram contabilizados pela empresa "Manduá Tecnologia", chegando-se a um total de 404 (quatrocentos e quatro), que coincidiu com o número de votantes, conforme verificado pela mesa (Anexo I):

CHAPA 1 - "UNIDOS POR JUSTIÇA" 30

CHAPA 2 - "ANALISTAS POR VOZ" 26

CHAPA 3 - "DEMOCRACIA E LUTA" 226

CHAPA 4 - "FRENTE AMPLA PELA BASE" 53

CHAPA 5 - "LUTA FENAJUFE" 69

BRANCO 0

NULO 0

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/afenajufe /afenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001201 68

JOSE MILTON DOS SANTOS 24

ITALO LEONELO JUNIOR 23

LUIZ CLÁUDIO DOS SANTOS CORREA 164

FLÁVIO CONRADO JUNIOR 33

LUIS CLAUDIO DE CAMPOS BORGES 32

ARI ANTÔNIO HECK 134

MARLOS BATISTA DE MEDEIROS 19

MAXIMIANO FOEPPEL UCHÔA 27

ABILIO FERNANDES DAS NEVES NETO 32

LYSA LOBO JUNQUEIRA 178

LAURO VILMAR GARCIA COSTA 150

DOMINGOS SÁVIO BARBOSA DIAS 122

MÔNICA GENU SOARES 170

BRANCO 1

NULO 2

Participaram da eleição as seguintes chapas, devidamente homologadas pela Comissão Eleitoral:

1. Unidos por Justiça;
2. Analistas por Voz;
3. Democracia e Luta;
4. Frente Ampla pela Base;
5. Luta Fenajufe.

Após, foram iniciados os cálculos quanto à proporcionalidade, respeitando a fórmula prevista nos artigos 24 e 25 do Regimento Eleitoral. Com base nos cálculos, a Comissão Eleitoral elencou os 17 coordenadores titulares e 7 suplentes eleitos para a Diretoria Executiva; e 3 titulares e 3 suplentes para o Conselho Fiscal, assim distribuídos:

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001 0168

Tabela 1 – Quantidade de vagas (titular) para cada chapa

	Válido	Chapa 1	Chapa 2	Chapa 3	Chapa 4	Chapa 5
Votação	404	30	26	226	53	69
Fator (Artigo 24, inciso I) Votos válidos / 17	23,764					
Artigo 24, inciso II		1,2624	1,0941	9,5099	2,2302	2,9035
Vaga Inteira	15	1	1	9	2	2
Restante	2	,2624	,0941	,5099	,2302	,9035
Vaga pela Fração	2	-	-	1	-	1

Tabela 2 – Ordenação de preenchimento de vagas (titular) pelas chapas

Qualificação	Titular	Qualificação	Titular
Vaga 1	Chapa 3	Vaga 10	Chapa 2
Vaga 2	Chapa 3	Vaga 11	Chapa 5
Vaga 3	Chapa 5	Vaga 12	Chapa 3
Vaga 4	Chapa 3	Vaga 13	Chapa 3

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001 0168

Vaga 5	Chapa 4	**Vaga 14**	Chapa 3
Vaga 6	Chapa 5	**Vaga 15**	Chapa 3
Vaga 7	Chapa 1	**Vaga 16**	Chapa 3
Vaga 8	Chapa 3	**Vaga 17**	Chapa 3
Vaga 9	Chapa 4		

Os suplentes foram distribuídos pelo mesmo processo de cálculo, conforme abaixo:

Chapa 1: 1 (um) suplente;

Chapa 3: 4 (quatro) suplentes;

Chapa 4: 1 (um) suplente;

Chapa 5: 1 (um) suplente.

Tabela 3 – Ordenação de preenchimento de vagas (suplente) pelas chapas

Qualificação	Titular	Qualificação	Titular
Vaga 1	Chapa 3	**Vaga 5**	Chapa 4
Vaga 2	Chapa 3	**Vaga 6**	Chapa 1

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Vaga 3	Chapa 5	**Vaga 7**	Chapa 3
Vaga 4	Chapa 3		

0001 20168

RELAÇÃO NOMINAL DAS ELEITAS E DOS ELEITOS AO CARGO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME COMPLETO	**CONDIÇÃO**
Soraia Garcia Marca	TITULAR
Edson Mouta Vasconcelos	TITULAR
Fabio Antônio Texeira Saboia	TITULAR
Arlene da Silva Barcellos	TITULAR
Sandra Cristina Dias	TITULAR
Fernanda Guimarães Lauria	TITULAR
Juliana Santana Rick	TITULAR
Jose Aristeia Pereira	TITULAR
Julio Cesar Daru	TITULAR
Eusa Maria de Oliveira Fernandes	TITULAR
DENISE MARCIA DE ANDRADE CARNEIRO	TITULAR
LUCIANA MARTINS CARNEIRO	TITULAR

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

PAULO SERGIO DA SILVA FALCÃO	TITULAR
Alexandre Magnus Melo Martins	TITULAR
Márcia Divina Bueno Rosa	TITULAR
Eliana Leocádia Borges	TITULAR
Fernando Soares Guetti	TITULAR
Manoel Gérson Bezerra de Souza	SUPLENTE
Maria José Olegário	SUPLENTE
Paula Drumond Meniconi	SUPLENTE
Samanta Pinheiro Gazelli	SUPLENTE
DAVID ERNESTO LANDAU RUBBO	SUPLENTE
Kelma Lara Costa Rabelo Lima	SUPLENTE
Nélia Vânia Rodrigues de Matos	SUPLENTE

0001401 68

RELAÇÃO NOMINAL DAS ELEITAS E DOS ELEITOS AO CARGO DO CONSELHO FISCAL	
Lysa Lobo Junqueira	TITULAR
Monica Genu Soares	TITULAR
Luiz Claudio dos Santos Correia	TITULAR
Lauro Vilmar Garcia Costa	SUPLENTE
Ari Antonio Heck	SUPLENTE
Domingos Sávio Barbosa Dias	SUPLENTE

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Na sequência, foram iniciadas as verificações quanto ao respeito às regras de paridade de gênero, ficando constatado que há paridade. Empossada a nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o triênio de 2025/2028. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 01:25 do dia 01/05/2025, lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Assinam:

Marcelo Amorim de Menezes – SINDIQUINZE/SP – Titular

Leonardo Couto Chueri – SISEJUFE/RJ – Titular

Roney Marcelino da Silva – COMISSÃO PRÓ FENAJUFE DF – Titular

Cleber Gesiel Alves da Silva – SITRAEMG-MG – Titular

000 0168

Marco Antonio Paiva - SITRAEMG/MG - Titular

Maria do Rosário Silva – SITRAEMG-MG – Suplente

Jose Alancardete Coelho dos Santos - CPF-DF - Suplente

Ciente em, 01/05/2025

ARTUR MOREIRA SANTOS
FISCAL

fabiane Pandolfo Cherubini
Fiscal

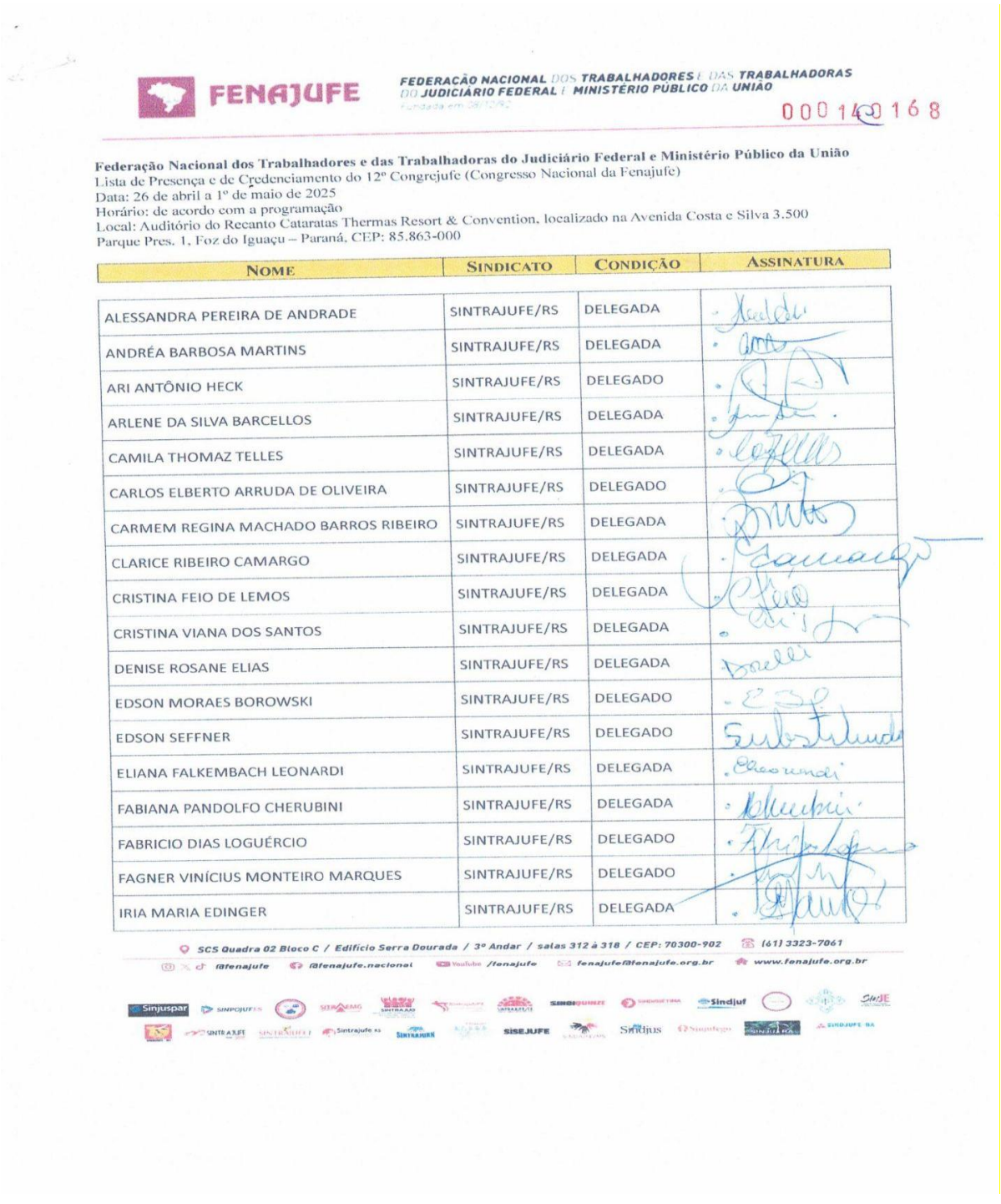
JUVENAL LINO JR. - FISCAL

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

ANEXO XIX

LISTA DE CREDENCIAMENTO



FENAJUFE — FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

0001400168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ALESSANDRA PEREIRA DE ANDRADE	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
ANDRÉA BARBOSA MARTINS	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
ARI ANTÔNIO HECK	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
ARLENE DA SILVA BARCELLOS	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
CAMILA THOMAZ TELLES	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
CARLOS ELBERTO ARRUDA DE OLIVEIRA	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
CARMEM REGINA MACHADO BARROS RIBEIRO	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
CLARICE RIBEIRO CAMARGO	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
CRISTINA FEIO DE LEMOS	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
CRISTINA VIANA DOS SANTOS	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
DENISE ROSANE ELIAS	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
EDSON MORAES BOROWSKI	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
EDSON SEFFNER	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
ELIANA FALKEMBACH LEONARDI	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
FABIANA PANDOLFO CHERUBINI	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
FABRICIO DIAS LOGUÉRCIO	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
FAGNER VINÍCIUS MONTEIRO MARQUES	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
IRIA MARIA EDINGER	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001468

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
JANETE TEREZINHA OLIVEIRA	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
JÂNIO BRASIL NEVES ALMEIDA	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
JOLSEMAR SARETTA	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
JOSÉ CARLOS PINTO DE OLIVEIRA	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
JOSÉ LUIS FISTAROL	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
JUSILDA LOMBARDO PEDROLLO	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
LIDIA SCHNEIDER DA SILVA	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
LOURDES HELENA DE JESUS DA ROSA	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
LUIS FERNANDO PASIN	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
MARA REJANE WEBER	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
MARCELO MACHADO CARLINI	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
MÁRCIA ANGELITA COELHO	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
MARINÊS DE FÁTIMA FISTAROL	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
MARLI DA CAMPO ZANDONÁ	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
MARTA HELENA FLORES SOMAVILLA	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
ORILDO LONGHI	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
PAULO CÉSAR BALBINOT	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
PAULO ROBERTO RODRIGUES GUADAGNIN	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. I, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
REJANE SACCO DOS ANJOS	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
RODRIGO DE MELLO MÉRCIO	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
ROSIMARA SILVA KASPER	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
SERGIO AMORIM DOS SANTOS	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	
SINARA DE SOUZA MACHADO	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
SONIA MARIA DA SILVA RIBAS	SINTRAJUFE/RS	DELEGADA	
VINICIUS RIBEIRO DOS SANTOS	SINTRAJUFE/RS	DELEGADO	

Rosimara Santana Moreno Lopes Delegada

0001 4 9168

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001 0168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ANDRÉA VALENTE MONTEIRO	SINDJUFE/BA	OBSERVADORA	
ANTÔNIO MARCOS PINTO SANTOS	SINDJUFE/BA	OBSERVADOR	
ANTÔNIO WALKER SILVA MATOS	SINDJUFE/BA	DELEGADO	
BENEDITA NOEME CAMPOS SANTOS	SINDJUFE/BA	DELEGADA	
CÁTIA CRISTINA SILVA SOARES	SINDJUFE/BA	DELEGADA	
CRISTIANO LUÍS MATSUMOTO	SINDJUFE/BA	DELEGADO	
DENISE MÁRCIA DE ANDRADE CARNEIRO	SINDJUFE/BA	DELEGADA	
FERNANDA MARQUES ROSA	SINDJUFE/BA	OBSERVADORA	
FERNANDA PORTELA FERREIRA	SINDJUFE/BA	OBSERVADORA	
GILVERALDO ANTÔNIO DOS SANTOS DÓREA	SINDJUFE/BA	DELEGADO	
JANIERE PORTELA LEITE PAES	SINDJUFE/BA	DELEGADA	
JOÃO DOS SANTOS MANÇO	SINDJUFE/BA	OBSERVADOR	
JUANIL SANTOS ARAÚJO	SINDJUFE/BA	OBSERVADOR	
JUVENAL LINO DOS SANTOS JÚNIOR	SINDJUFE/BA	DELEGADO	
LAÍS PEROBA ESTEVES	SINDJUFE/BA	DELEGADA	
LAVY MELLO DO NASCIMENTO	SINDJUFE/BA	DELEGADO	
MARIA LÚCIA LIMA ALBUQUERQUE MARTINS	SINDJUFE/BA	DELEGADA	
MARLENE PINHO DE OLIVEIRA	SINDJUFE/BA	DELEGADA	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0014168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
MICHELINE BARRETO TIMES DE CARVALHO	SINDJUFE/BA	DELEGADA	
SANDRO ROMEU SILVA DE SALES	SINDJUFE/BA	DELEGADO	
VERA MARIA BARROS PEREIRA	SINDJUFE/BA	DELEGADA	
VINICIUS MASCARENHAS OLIVEIRA DULTRA	SINDJUFE/BA	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001468

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ADRIANA MARIA DE ASSIS ROCHA FERREIRA	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
ADRIANA MARIA DE SOUZA MESQUITA	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
ALESSANDRA MATIAS BARBOSA	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
ALEXANDRE MAGNO DA SILVA ARAÚJO	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
ALEXANDRE MAGNUS MELO MARTINS	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
ALICE SOARES CAMPOS	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
ALIRIO CESAR DE ALMEIDA GOMES	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
ALLAN ROBSON RODRIGUES	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
ANA MARIA DINIZ MIRANDA	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
ANDERSON LIMA DE OLIVEIRA	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
ANDRÉIA SOARES PACHECO	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
ANETE PINTO DOS SANTOS	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
APARECIDA DE CÁSSIA SOARES GOMES	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
APARECIDA DO CARMO GOMES BATISTA	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
AQUILES CASTRO ARAÚJO	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
ARILSON OLIVEIRA DE CARVALHO	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
ARTUR MOREIRA SANTOS	SITRAEMG/MG	OBSERVADOR	
BEATRIZ MARIA DO NASCIMENTO LADEIRA	SITRAEMG/MG	DELEGADA	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001402168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
BENEDITO GILBERTO BERNARDES	SITRAEMG/MG	OBSERVADOR	
BRUNO SAMUEL MATTOS	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
CARLA OLIVEIRA CASSARO DE SOUZA FARAGE	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
CARLOS NAZARENO DA SILVA COUTINHO	SITRAEMG/MG	STAFF	
CARLOS WAGNER MELO FRANCO	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
CATARINA MARIA DE MELLO	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
CLARISSE MALHEIROS CANABRAVA DINIZ	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
CLEBER APARECIDO DOS SANTOS	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
CLEBER GESIEL ALVES DA SILVA	SITRAEMG/MG	OBSERVADOR	
DANIEL ALEFE GOUVEIA DE MELLO	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
DANIELA LOPES PENA	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
DANILO DUARTE PINTO	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
DANILO OGRODNIK FERREIRA	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
DAVID ERNESTO LANDAU RUBBO	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
DENES GRADY PONTES COSTA	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
DOMINGOS SÁVIO BARBOSA DIAS	SITRAEMG/MG	OBSERVADOR	
EDIVALDA DE ANDRADE SILVA	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
ELIANA LEOCÁDIA BORGES	SITRAEMG/MG	DELEGADA	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001402168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ELIMARA CARDOSO BERNARDES GAIA	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
ELIZABETH FÁTIMA LIMA	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
ENILSON ANTONIO FONSECA	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
EVANDRO ANTONIO DA SILVA	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
EVANDRO WENER MECHETTI	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
FABIANA GONÇALVES DOS REIS	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
FABIANO GOECKING AVELAR	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
FERNANDA FERNANDES	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
FERNANDA FLAVIA MARTINS FERREIRA	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
FERNANDO SOARES GUETTI	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
FLÁVIA CARDOSO BERNARDINHO	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
GABRIELA SANTOS AHNERT	SITRAEMG/MG	STAFF	
GIOVANA DE ABREU CAMPOS	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
HILTON CÉSAR CAMPOS ARAGÃO	SITRAEMG/MG	OBSERVADOR	
INDIARA MIRANDA PESSOA	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
JOANA D'ARC CARVALHO GUIMARÃES	SITRAEMG/MG	STAFF	
JOSÉ FRANCISCO RODRIGUES	SITRAEMG/MG	OBSERVADOR	
JOSE MILTON DOS SANTOS	SITRAEMG/MG	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001416 8

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
JULIANA ALMEIDA PEREIRA	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
JULIANA CRISTINA FULGÊNCIO CAMPOS	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
JULIANA SANTANA RICK	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
JÚLIO CÉSAR DA SILVA ARAÚJO	SITRAEMG/MG	OBSERVADOR	
KÁTIA VIEIRA DE OLIVEIRA	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
KLEBER ROBSON DA SILVA	SITRAEMG/MG	OBSERVADOR	
LEON DENIS MARTINS SILVA	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
LEONARDO CASTRO DE ANDRADE	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
LEONARDO NUNES PEREIRA	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
LETÍCIA TEIXEIRA DE CARVALHO ALMEIDA	SITRAEMG/MG	STAFF	
LIANA THEODORO FERREIRA DOS SANTOS BARRETO	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
LUCIA MARIA FERNANDES DA SILVA	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
LUCIANA DE CARVALHO FIGUEIREDO	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
MARCELO COUTINHO KASCHER	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
MARCELO LUIZ PEREIRA	SITRAEMG/MG	OBSERVADOR	
MARCHEL FERREIRA SANTOS OLIVEIRA	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
MÁRCIA ELIZABETH DOS SANTOS	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
MARCO ANTONIO PAIVA NOGUEIRA JUNIOR	SITRAEMG/MG	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001 169

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500 Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
NOEMIA MARIA ALVES	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
PAULA DRUMOND MENICONI	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
POLLYANA KARINE PEREIRA MACHADO	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
RENAN MARTINS BATISTA	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
RENZZO ROBERTO BICALHO LATARO HOEHNE	SITRAEMG/MG	OBSERVADOR	
ROGÉRIA RODRIGUES FIGUEIREDO	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
ROSIMARE ALVES RIBEIRO PETITJEAN	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
SÔNIA MARIA DO CARMO	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
SONIA MARIA PERES DE OLIVEIRA	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
SORAIA APARECIDA MAIA GOMES	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
SUELY NUNES DE SÁ	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
TAMISA GONCALVES	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
TELMA DE SOUZA COSTA	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
VALERIA VIEIRA SALLES	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
WALDETE VILAÇA MACIEL	SITRAEMG/MG	DELEGADA	
WALESKA MARIA ALVES DE MELO	SITRAEMG/MG	OBSERVADORA	
WANDER QUADRA	SITRAEMG/MG	DELEGADO	
WESLEY RESENDE NAVES	SITRAEMG/MG	OBSERVADOR	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001[illegible]0168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ADRIANA RODRIGUES DE SOUZA GRACIANO	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
ADRIANA VALERIA PEREIRA DOS SANTOS	SINTRAJUD/SP	STAFF	
ALEXANDRE PEREIRA FRANCO	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
ANA LUIZA DE FIGUEIREDO GOMES	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
ANNA KARENINA DE SOUZA MACEDO	SINTRAJUD/SP	OBSERVADORA	
BERNARDO SAMOGIN PAIVA	SINTRAJUD/SP	STAFF	
CAMILA OLIVEIRA GRADIN	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
CESAR AUGUSTO BASAGNI RIBEIRO	SINTRAJUD/SP	OBSERVADOR	
CHRISTIANE PREVIDENTE	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
CIRO MANZANO DE OLIVEIRA	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
CLAUDIA VILAPIANO TEODORO DE SOUZA	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
CLEBER BORGES DE AGUIAR	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
COARACY CARACAS	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
DANIELA INÊS LORETO SARAIVA VARIZ	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
ELAINE RIBEIRO BARBOSA SILVA	SINTRAJUD/SP	OBSERVADORA	
ELIANA LÚCIA FERREIRA	SINTRAJUD/SP	STAFF	
ELISEU DA SILVA TRINDADE	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
ESTER NOGUEIRA DE FARIA	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001[illegible]168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
FABIANO DOS SANTOS	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
FILIPE GIOIELLI MAFALDA	SINTRAJUD/SP	OBSERVADOR	
FLÁVIO CONRADO JUNIOR	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
GERALDO DOS SANTOS	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
GEREMIAS OLIVEIRA FERREIRA	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
GILSON APARECIDO AMARO DE FREITAS	SINTRAJUD/SP	STAFF	
HENRIQUE SALES COSTA	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
IGOR MASCARENHAS SOARES HORTA	SINTRAJUD/SP	OBSERVADOR	
ISABELLA GONÇALVES LEAL	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
ISMAEL DA SILVA DE SOUZA	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
ITALO LEONELO JUNIOR	SINTRAJUD/SP	OBSERVADOR	
IVO OLIVEIRA FARIAS	SINTRAJUD/SP	OBSERVADOR	
JOÃO CARLOS CARVALHO DA SILVA	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
JOAQUIM DUARTE NETO	SINTRAJUD/SP	STAFF	
JOSÉ CARLOS SANCHES	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
JULIANA CONCEIÇÃO DA SILVA	SINTRAJUD/SP	STAFF	
JULIANE BATISTA COSTA	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
LUCAS JOSÉ DANTAS FREITAS	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br
Sinjuspar SINPOJUFES SITRAEMG SINTRAJUD SintrajufPE SINTRAJUFE/CE SINDIQUINZE SINDISSÉTIMA Sindjuf SinJE SINTRAJUFE SINTRAJUFE Sintrajufe RS SINTRAJURN SISEJUFE SINDJUFE/MS Sindjus Sinjufego SINJURA SINDJUFE-BA

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001 0168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
LUCIA MARIA SOUZA DE ANDRADE	SINTRAJUD/SP	OBSERVADORA	
LUCIANA BARROZO DA SILVA	SINTRAJUD/SP	OBSERVADORA	
LUCIANA GOMES DE ARAUJO	SINTRAJUD/SP	STAFF	
LUCIANA MARIA DE SOUZA	SINTRAJUD/SP	OBSERVADORA	
LUCIANA MARTINS CARNEIRO	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
LUCIANA SANCHEZ MARQUES	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
MARCOS DE SOUZA RODRIGUES	SINTRAJUD/SP	OBSERVADOR	
MARCOS RENATO YAMAMOTO TROMBETA	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
MARIA HELENA GARCIA LEAL	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
MARIA IRES GRACIANO LACERDA	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
MARILENE DE SOUZA NUNES	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
MARÍLIA SOUSA GUERRA	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
MARINALVA SELYMES PINTO	SINTRAJUD/SP	OBSERVADORA	
MATILDE GOUVEIA	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
MAURÍCIO REZZANI	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
MIGUEL PEREIRA GARCIA JUNIOR	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
NEEMIAS RAMOS FREIRE	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
PATRÍCIA AGUIAR SANTANA BERNARDOS PINTO	SINTRAJUD/SP	OBSERVADORA	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001492168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
PATRÍCIA HELENA COSTA KANAWATI DE FRANÇA	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
PAULO GARCIA CARDOSO	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
PAULO HIROYUKI CALIXTO MISAWA	SINTRAJUD/SP	OBSERVADOR	
RAFAEL HENRIQUE CARPINSKI CROCE SEVERIEN	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
RAQUEL MOREL GONZAGA	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	SUBSTITUIDA
RONALD DE CARVALHO FUMAGALI	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
ROSANA NANARTONIS	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
ROSELY NASCIMENTO CERVINO DUARTE	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
SAMANTA PINHEIRO GAZELLI	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
SAMUEL BUENO DA SILVA	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
SANDRA REGINA PESTANA TIRLONE	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
SILVIA CRISTINE SAMOGIN	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
SONIA REGINA SORRENTINO ATANES	SINTRAJUD/SP	DELEGADA	
TARCISIO FERREIRA	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
THIAGO DUARTE GONÇALVES	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
VAGNER KANAWATI DE FRANÇA	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	
VINICIUS PEREIRA SOARES	SINTRAJUD/SP	STAFF	
FELIPE GIAIELLI MAFALDA	SINTRAJUD/SP	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0004 0168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
DANIVAL ROBERTO DIAS	SINJUSPAR/PR	DELEGADO	
FABIO ANDRE MAIA HRESEMNOU	SINJUSPAR/PR	DELEGADO	
JONAS TOMAS RUPPERT	SINJUSPAR/PR	DELEGADO	
JULIO CESAR DARU	SINJUSPAR/PR	DELEGADO	
MARCOS ANTÔNIO MATTE	SINJUSPAR/PR	DELEGADO	
SUELI APARECIDA DE OLIVEIRA BISSI	SINJUSPAR/PR	DELEGADA	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. I, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

0001402168

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ADAILTON PIRES COSTA	SINTRAJUSC/SC	DELEGADO	
ALEXANDRE LAPAGESSE DA SILVEIRA	SINTRAJUSC/SC	DELEGADO	
CLOVIS MIGUEL MASSIGNANI	SINTRAJUSC/SC	DELEGADO	
CRISTINA LEITAO DE ASSUNÇÃO	SINTRAJUSC/SC	DELEGADO	
DENISE MOREIRA ZAVARIZE	SINTRAJUSC/SC	DELEGADO	
EDEMAR LUIZ MALESKI	SINTRAJUSC/SC	DELEGADO	
ELÇA DE ANDRADE FARIA	SINTRAJUSC/SC	DELEGADO	
ELIZABETE DOMBROWSKI	SINTRAJUSC/SC	DELEGADA	
LUIZ SEVERINO DUARTE	SINTRAJUSC/SC	DELEGADO	
MARIA JOSÉ OLEGARIO	SINTRAJUSC/SC	DELEGADO	
NILDOMAR FREIRE SANTOS	SINTRAJUSC/SC	DELEGADO	
PAULO RICARDO FERREIRA BORBA	SINTRAJUSC/SC	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001409168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500 Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ALESSANDRO DAMIAO SANTOS	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADOR	
ALEXANDRE LUIS GRESPAN CEREJA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
ANA MARIA PEREIRA DA SILVA BONARDO	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
ANA RITA FRANCISCO	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
BRUNO GODOY MARTINS CORREA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
CARLOS ALBERTO ROSA	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADOR	
CARLOS ARMANDO FAUSTINO DA SILVA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
CARLOS HENRIQUE PAIVA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
CAROLINE PENNACHI COLOMBO	SINDIQUINZE/SP	STAFF	
CRISTINA MARIA ELIAS	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADORA	
DANIELA VILLAS BOAS WESTFAHL	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
DIOGO BRASIL ROCHA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
EDIVALDO APARECIDO LANDGRAF	SINDIQUINZE/SP	STAFF	
EIDE ISHIKAWA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
ELISANGELA FREIRE BARATTO	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADORA	
ELIZABETH DE MORAES	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADORA	
FERNANDO DE LIMA VARGAS	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
FLAVIO AUGUSTO MORETTI	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADOR	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001200168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
HENRIQUE AUGUSTO HAUSCHILD	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
HENRIQUE CARRETA PIMENTEL	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADOR	
INERITA ROSA DE ALCANTARA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
IVAN BAGINI	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
IVANA CRISTINA GARCIA MIRAS IKEHARA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
JOAO PAULO ZAMBOM	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
JOSE ARISTEIA PEREIRA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
JOSE EDSON DE OLIVEIRA	SINDIQUINZE/SP	SUPLENTE	
JOSE MATOS DE MEDEIROS NOBREGA	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADOR	
JOSE ROBERTO TEIXEIRA	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADOR	
LILIAM MARIA DE CAMARGO	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
LUIS FABIANO DA SILVA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
LUIZ AUGUSTO GANDRA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
MAGALI DE FATIMA MENON BORTOLOTTO	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
MARCELA CLEMENTE MARTIN CASTILHO	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
MARCELO AMORIM DE MENEZES	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
MARCOS ALEXANDRE DEL MORO	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
MARCOS GERALDO DE CASTRO JUSTINO	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

0001401168

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
MAREIDE DE OLIVEIRA	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADORA	
MARIA IZABEL FALCO SALLES MARQUES	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
MARIA MARTHA DE LIMA DOS SANTOS	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
MARIA SONIA FARIA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
MARIENI GALLI CARVALHO	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
MARILIA BERTOLASO DO VALLE	SINDIQUINZE/SP	SUPLENTE	
MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADOR	
MONICA CANDELARIA DEFINA	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADORA	
NATALIA MARTIN BUENO DE MORAES	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
PAULO CESAR BARBOSA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
PAULO FERNANDO FURLAN	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
RAFAEL DE CAMARGO	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
REGINA HELENA DE SOUZA	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADORA	
REJANE MARIA FEDERIZZI	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
RENAN DA CUNHA LEMOS	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADOR	
RENATA MONTEIRO GOMES DE OLIVEIRA	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADORA	
RICARDO DE OLIVEIRA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
RITA DE CASSIA ALVES	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001 0168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
RITA DE CASSIA SALSMAN JORGE	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
ROSA MARIA COSTA DELFINO	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADORA	
ROSANGELA BARBOSA	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADORA	
SAMIR MERHEJ SILVEIRA BITTAR	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
SANDRA CRISTINA DIAS	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
SANDRA DOMINIQUINI MEDEIROS	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
SANDRA POPOLO	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
SEBASTIAO DONIZETE DE SOUZA	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADOR	
SIDNEY VIEIRA BENTO	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
SILVIA HELENA MACIEL CRESPILHO	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADORA	
SOLANGE ANTONIA CEZARO	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADORA	
SUSINEI DO SOCORRO FETTI FARINA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADA	
THIAGO DOS REIS MARTINS	SINDIQUINZE/SP	OBSERVADOR	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

000 14 168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500 Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
VAGNER OSCAR DE OLIVEIRA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	
VALDIR BEZERRA DE LIMA	SINDIQUINZE/SP	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. I, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

0001402168

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ALBERTO JORGE DOS SANTOS	SINTRAJUF/PE	OBSERVADOR	
ANA CLAUDIA NUNES DE OLIVEIRA	SINTRAJUF/PE	OBSERVADORA	
ANDREA PESSOA DA SILVA	SINTRAJUF/PE	DELEGADA	
CARLOS FELIPE DOS SANTOS	SINTRAJUF/PE	DELEGADO	
ELIELSON FLORO DA SILVA	SINTRAJUF/PE	DELEGADO	
GABRIEL AUGUSTO DE AQUINO ALBUQUERQUE FILHO	SINTRAJUF/PE	DELEGADO	
GEORGE CLEBERTON MATOS	SINTRAJUF/PE	DELEGADO	
GILENO FERREIRA LIMA	SINTRAJUF/PE	DELEGADO	
LEONARDO VILA NOVA DE MOURA	SINTRAJUF/PE	DELEGADO	
LUCIANA DELGADO AZEVEDO	SINTRAJUF/PE	DELEGADA	
LUÍS FERNANDO C. COSTA	SINTRAJUF/PE	DELEGADO	
MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO CAPELLA	SINTRAJUF/PE	OBSERVADOR	
MAX WALLACE MARQUES DE ANDRADE	SINTRAJUF/PE	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1. Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

0004 0168

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
FRANCINE DAIANE LINHARES DOS SANTOS	SINDJUFE/MS	DELEGADA	
IRENE DA SILVA MATOSO	SINDJUFE/MS	DELEGADA	
MÁRCIA VALERIA RIBAS PISSURNO	SINDJUFE/MS	DELEGADA	
RENATA APARECIDA DA SILVA	SINDJUFE/MS	DELEGADA	
SERGIO AZEVEDO CAPILLE	SINDJUFE/MS	DELEGADO	
ZENEIDE ANDRADE DE ALENCAR	SINDJUFE/MS	DELEGADA	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001 0168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
JOSIANE SOARES CALADO	SINDJUS/AL	STAFF	
LUCIANA WANDER DE OLIVERIA MELO	SINDJUS/AL	DELEGADA	
MARIA DO SOCORRO ALÉCIO BARBOSA	SINDJUS/AL	DELEGADA	
PAULO SÉRGIO DA SILVA FALCÃO	SINDJUS/AL	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001400168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
MARIA MADALENA NUNES	SINTRAJUFE/PI	DELEGADA	
ZENEIDE MARIA DO NASCIMENTO	SINTRAJUFE/PI	DELEGADA	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001[illegible]168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ANETI MARIA DE BARROS	SINPOJUFES/ES	DELEGADA	
CARLOS ANDRE SILVA SANTOS	SINPOJUFES/ES	DELEGADO	
HUDSON CAVALCANTE LEAO BORGES	SINPOJUFES/ES	DELEGADO	
MARCOS ROBERTO DE SOUZA	SINPOJUFES/ES	DELEGADO	
MARCOS VENÍCIOS DE SIQUEIRA LIMA	SINPOJUFES/ES	DELEGADO	
PAULO RIBEIRO DA SILVA	SINPOJUFES/ES	DELEGADO	
WILMAR CARREGOZI MIRANDA	SINPOJUFES/ES	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001 0168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. I, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ADEMIR AUGUSTINHO GREGOLIN	SINJUTRA/PR	DELEGADO	
CELSO GONÇALVES DOS SANTOS	SINJUTRA/PR	OBSERVADOR	
DILVA CRISTINA TSCHA	SINJUTRA/PR	DELEGADA	
MIGUEL SÁNDOR SZÖLLÖSI	SINJUTRA/PR	DELEGADO	
OSMAR COVALCHUK	SINJUTRA/PR	DELEGADO	
PEDRO IVAN PERAR	SINJUTRA/PR	DELEGADO	
RENATO CELSO MOREIRA FILHO	SINJUTRA/PR	DELEGADO	
VANIA MARIA CREMONESE	SINJUTRA/PR	DELEGADA	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

000 1462168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. I, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ÂNGELA MARINA MATOS DE CASTRO ALVES	SINDJUF-PA/AP	DELEGADA	
ANTÔNIO AUGUSTO FERREIRA DA MOTA	SINDJUF-PA/AP	DELEGADO	
FABRÍCIO AUGUSTO ACÁCIO DE BRITO	SINDJUF-PA/AP	STAFF	
KEYLLAFF MARIA ALVES DE MIRANDA	SINDJUF-PA/AP	DELEGADA	
MARCOS ANTÔNIO DA ROCHA ARAÚJO	SINDJUF-PA/AP	DELEGADO	
MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA DA MOTA	SINDJUF-PA/AP	DELEGADA	
MÔNICA GENU SOARES	SINDJUF-PA/AP	OBSERVADORA	
NILCE LOUREIRO DE ANDRADE FIGUEIRA	SINDJUF-PA/AP	OBSERVADORA	
WALDSON SILVA	SINDJUF-PA/AP	OBSERVADOR	
WALTERLIM RODRIGUES DOS SANTOS	SINDJUF-PA/AP	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001400168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. I, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
CRISTIANO RAFAEL ALVES MACHADO	SINJE/CE	DELEGADO	
FLÁVIO MOREIRA DE OLIVEIRA	SINJE/CE	DELEGADO	
JEFFERSON VIANA AGUIAR	SINJE/CE	DELEGADO	
JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA FILHO	SINJE/CE	DELEGADO	
MARIA ELIETE MAIA	SINJE/CE	DELEGADA	
MARISE EVANGELISTA PRUDENTE	SINJE/CE	DELEGADA	
VICENTE DE PAULO DA SILVA SOUSA	SINJE/CE	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001[illegible]0168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. I, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ALLAN FARIAS DE OLIVEIRA	SITRAAM/AM	DELEGADO	
CARLOS ALBERTO SIQUEIRA DOS SANTOS	SITRAAM/AM	DELEGADO	
DOMINGOS FABIO DOS SANTOS COELHO	SITRAAM/AM	DELEGADO	
EDMILSON MARINHO DE ARAÚJO	SITRAAM/AM	DELEGADO	
ELZA MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES	SITRAAM/AM	DELEGADA	
ERNANI CALDAS MAFRA FILHO	SITRAAM/AM	DELEGADO	
JANETE ELANE SENA BELCHIOR	SITRAAM/AM	DELEGADA	
LUIZ CLÁUDIO DOS SANTOS CORREA	SITRAAM/AM	DELEGADO	
ROBERSON PAULO DA SILVA	SITRAAM/AM	DELEGADO	
THIAGO FILIPE FERNANDES	SITRAAM/AM	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001401168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ANTONIO BATISTA DE SOUZA	SINSJUSTRA-RO/AC	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional /fenajufe /fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0001468

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ANTONIO AIRTON DA SILVA	SINTRAJUFE/CE	DELEGADO	
CAMILA CORDEIRO DE LIMA	SINTRAJUFE/CE	STAFF	
ENGELBERG BELEM PONTES	SINTRAJUFE/CE	DELEGADO	
FABIO ANTONIO TEIXEIRA SABOIA	SINTRAJUFE/CE	DELEGADO	
JOEL PONTE TABOSA	SINTRAJUFE/CE	DELEGADO	
JOSE SOLON DE SOUZA FILHO	SINTRAJUFE/CE	DELEGADO	
LAURO VILMAR GARCIA COSTA	SINTRAJUFE/CE	DELEGADO	
PAULA MIRLLA BARBOSA MENDES	SINTRAJUFE/CE	DELEGADA	
RAFAEL LIMA FERNANDES	SINTRAJUFE/CE	DELEGADO	
RANULFO DE FARIAS MACIEL FILHO	SINTRAJUFE/CE	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

0004140168

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. I, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ADEMAR ADAMS	SINDIJUFE/MT	DELEGADO	
ALESSANDRO DE OLIVEIRA	SINDIJUFE/MT	IMPRENSA	
JUSCILEIDE MARIA KLIEMASCHEWSK RONDON	SINDIJUFE/MT	DELEGADA	
LUIS CLAUDIO DE CAMPOS BORGES	SINDIJUFE/MT	DELEGADO	
MARCIA REGINA POLIDÓRIO	SINDIJUFE/MT	DELEGADA	
THIAGO HENRIQUE LOPES DE CASTRO	SINDIJUFE/MT	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ANTONIO EDUARDO PEREIRA SILVA	SINTRAJUFE/MA	DELEGADO	
FRANCISCO EMERSON SENA COSTA	SINTRAJUFE/MA	DELEGADO	
TEREZINHA DE JESUS SOUSA	SINTRAJUFE/MA	DELEGADA	

0001402168

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

0001402168

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
CARLOS ROBERTO PINHEIRO	SINTRAJURN/RN	DELEGADO	
DANIEL BRANDÃO DA CRUZ LIRA	SINTRAJURN/RN	OBSERVADOR	
FRANCISCA DAS CHAGAS GOMES DA SILVA	SINTRAJURN/RN	DELEGADA	
FRANCISCO MÁRCIO DE OLIVEIRA	SINTRAJURN/RN	DELEGADO	
IBSEN CLEBER OLIVEIRA GURGEL	SINTRAJURN/RN	DELEGADO	
JANILSON SALES DE CARVALHO	SINTRAJURN/RN	DELEGADO	
LEANDRO AUGUSTO GONÇALVES	SINTRAJURN/RN	OBSERVADOR	
MARLOS BATISTA DE MEDEIROS	SINTRAJURN/RN	OBSERVADOR	
MAXIMIANO FOEPPEL UCHÔA	SINTRAJURN/RN	DELEGADO	
SILVANA COSTA GRUSKA BENEVIDES	SINTRAJURN/RN	OBSERVADORA	
THIAGO CAPISTRANO ANDRADE	SINTRAJURN/RN	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

0001402168

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ADENIR JOSÉ DE SOUSA	SINJUFEGO/GO	DELEGADO	
AGONCILIO DA SILVA MOREIRA FILHO	SINJUFEGO/GO	OBSERVADOR	
BELMIRA PEREIRA DE ATAIDES MORAES	SINJUFEGO/GO	DELEGADA	
EDMILTON GOMES DE OLIVEIRA	SINJUFEGO/GO	OBSERVADOR	
EDVALDO MARRA SILVA	SINJUFEGO/GO	OBSERVADOR	
ELIANE BRITO DE ALMEIDA PIRES	SINJUFEGO/GO	DELEGADA	
FERNANDA DIAS ROCHA	SINJUFEGO/GO	OBSERVADORA	Substituindo o Suplente
JOÃO BATISTA MORAES VIEIRA	SINJUFEGO/GO	DELEGADO	
JOSÉ EVERSON NOGUEIRA REIS	SINJUFEGO/GO	DELEGADO	
LUIZ CLÁUDIO PEREIRA	SINJUFEGO/GO	DELEGADO	
LYSA LOBO JUNQUEIRA	SINJUFEGO/GO	DELEGADA	
MAGDA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES	SINJUFEGO/GO	DELEGADA	
MÁRCIA DIVINA BUENO ROSA	SINJUFEGO/GO	DELEGADA	
NÉLIA BEATRIZ BÁRBARO	SINJUFEGO/GO	OBSERVADORA	
TÊNISSON DE SOUSA CAVALCANTE	SINJUFEGO/GO	DELEGADO	
VALMIR OLIVEIRA DA MOTA	SINJUFEGO/GO	DELEGADO	
VANESSA CÔRREA VASCONCELOS	SINJUFEGO/GO	DELEGADA	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br
Sinjuspar SINPOJUFES SITRAEMG SINTRAJUD SINDIQUINZE SINDISSÉTIMA Sindjuf SINTRAJUFE SISEJUFE Sindjus Sinjufego SINJUFRA SINDJUFE-BA

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

0001401168

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ABEL TEIXEIRA ARIMATEIA	SINDISSÉTIMA/CE	DELEGADO	
CLAUDIONORA PIRES DOS SANTOS	SINDISSÉTIMA/CE	DELEGADA	
EUVALDO FERREIRA GOMES	SINDISSÉTIMA/CE	DELEGADO	
FLAVIA ANDREA QUEIROZ FAÇANHA FERREIRA	SINDISSÉTIMA/CE	DELEGADA	
FRANCISCA GRAZIELLE CARNEIRO GONÇALVES	SINDISSÉTIMA/CE	DELEGADA	
GONÇALES RAMALHO DE LIMA	SINDISSÉTIMA/CE	DELEGADO	
ISMÊNIA LIMA REIS VIANA	SINDISSÉTIMA/CE	DELEGADA	
JOSE WELLITON PINHEIRO	SINDISSÉTIMA/CE	DELEGADO	
KELMA LARA COSTA RABELO LIMA	SINDISSÉTIMA/CE	DELEGADA	
MARCUS RÓGENES GOMES VERAS	SINDISSÉTIMA/CE	DELEGADO	
MIGUEL NASCIMENTO DE FREITAS	SINDISSÉTIMA/CE	DELEGADO	

Antonio Fernando Ferreira Rabelo Delegado

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. I, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

0001401168

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ABILIO FERNANDES DAS NEVES NETO	SISEJUFE/RJ	OBSERVADOR	
ADIENE GOMES MENDES	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
ADRIANA APARECIDA P. TANGERINO	SISEJUFE/RJ	OBSERVADORA	
ALDENIR ACIMEN DE MORAES	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
ALEXANDRE GRACIANO DOS SANTOS	SISEJUFE/RJ	OBSERVADOR	
ANIELE DE CASTRO XAVIER	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
ANNY RODRIGUES FIGUEIREDO	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
AUREA CRISTINA SANTOS DIAS	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
BRUNO GUARISCHI E BENEVIDES	SISEJUFE/RJ	OBSERVADOR	
CARLA NASCIMENTO	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
CARLOS EDUARDO LEMOS NANI	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
CARLOS HENRIQUE RAMOS DA SILVA	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
DAMIÃO CELESTINO MAGARÃO	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
DANIELA ALCÂNTARA D. DE S. COTTA	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
DAVID BATISTA CORDEIRO DA SILVA	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
DULAVIM DE OLIVEIRA LIMA JUNIOR	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
EDSON MOUTA VASCONCELOS	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
EDUARDO BRASIL MENDIVIL PELAES	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	Substituído

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

0001 0168

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ELDSON BEZERRA DA SILVA	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
FABIO APARECIDO FERREIRA	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
FABIO FILARDI DA SILVA	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
FAY DE MELLO MATTOS FILHO	SISEJUFE/RJ	OBSERVADOR	
FERNANDA GUIMARÃES LAURIA	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
FLAVIO DA ROCHA PREVOT	SISEJUFE/RJ	OBSERVADOR	
FLAVIO PESSANHA PINTO	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
GLAUCE MARA SILVARES RANGEL	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
GLAUCO CÉSAR MACHADO	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
GUSTAVO PORTELLA PORTUGAL	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
HELCIAS COELHO DE MATTOS	SISEJUFE/RJ	OBSERVADOR	
HELENA GUIMARÃES CRUZ	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
HELENIO PORTO BARROS	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
IURI BARBOSA MATOS PEIXOTO	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
JOÃO VICTOR F. DO N. DE ALBUQUERQUE	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
JOEL LIMA DE FARIAS	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
LAURA DIÓGENES DE OLIVEIRA E SILVA	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
LEONARDO COUTO CHUERI	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. I, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

0001 0168

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
LUCAS FERREIRA COSTA	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
MARCIO LOUREIRO COTTA	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
MARCIO LUIZ GAMA CAMPOS	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
MARIA DO CARMO RODRIGUES DE OLIVEIRA	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
MARIA ELIZABETHE DOS SANTOS T. FONTES	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
MARIANA ABREU PETERSEN DA ROCHA	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
MARIANA ORNELAS DE A. G. LIRIA	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
MARILENE FÁTIMA DOS SANTOS	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
MAYCON MUNIZ SILVA	SISEJUFE/RJ	OBSERVADOR	
MICHELLE MARANHÃO LOPES	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
NELI COSTA ROSA	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
NORMA SUELI COSTA	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
PATRICIA FERNANDA DOS SANTOS	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
RAQUEL TEIXEIRA SOARES PELLEGRINI	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
RENATA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
RENATO JOSÉ SOARES	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
RICARDO DE AZEVEDO SOARES	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
RICARDO QUIROGA VINHAS	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe) 000140168
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
RICARDO RODRIGUES BRITO	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
RICARDO SOARES VALVERDE	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
RODRIGO ALCANTARA DE SOUZA	SISEJUFE/RJ	OBSERVADOR	
RODRIGO DE OLIVEIRA GARCIA	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
ROGÉRIO RUIZ DE FREITAS	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
RONALDO ALMEIDA DAS VIRGENS	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
ROSIMAR FERREIRA MEDINA	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
SANDRO MORENO NUNES	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
SILAS FARIA LUIZ	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
SORAIA GARCIA MARCA	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
SUELI DOS SANTOS FERREIRA	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
VALTER NOGUEIRA ALVES	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
VERA LUCIA PINHEIRO DOS SANTOS	SISEJUFE/RJ	DELEGADA	
VITOR HUGO DA SILVA TEIXEIRA	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	
WALLACE NASCIMENTO DA SILVA	SISEJUFE/RJ	DELEGADO	

Alexandre Graciano dos Santos Sisejufe/RJ Delegado
Bruno Cusinato e Benevides Sisejufe/RJ Delegado

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ANDERSON BENTO DA PAIXÃO	SISEJUFE/RJ	ASSESSORIA POLITICA	
DANIELE MAIA TELLES	SISEJUFE/RJ	IMPRENSA	
PATRICIA KLEIN SANTOS	SISEJUFE/RJ	ASSESSORIA POLITICA	

0001401 68

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ANA PAULA OLIVERIA	FENAJUFE	PALESTRANTE	
ANDRE COELHO	FENAJUFE	PALESTRANTE	
CAMILLA COSTA MARQUES	FENAJUFE	PALESTRANTE	
EDISON HAUBERT	FENAJUFE	PALESTRANTE	
EUGÊNIO PASQUALINI SANTOS	FENAJUFE	PALESTRANTE	
EUGENIO PASQUALINI	FENAJUFE	PALESTRANTE	
JANDYRA UEHARA ALVES	FENAJUFE	PALESTRANTE	
LEONARDO PINHO	FENAJUFE	PALESTRANTE	
LUNA SANTOS LEITE	FENAJUFE	PALESTRANTE	
MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA	FENAJUFE	PALESTRANTE	
RODRIGO RODRIGUES FERREIRA	FENAJUFE	PALESTRANTE	
ROGÉRIO FERREIRA SILVA LUSTOSA	FENAJUFE	PALESTRANTE	
VEREADORA LUANA ALVES	FENAJUFE	PALESTRANTE	

0001452168

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ANGÉLICA FERNANDA SCHUINDT	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
ANTONIA LUZIA DE LURDES SILVA	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
ELIANE MENDES	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
FERNANDA DE MIRANDA FERREIRA	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
JANAÍNA MARTINS TRINDADE DE CASTRO	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
JESSICA ARAÚJO DO BOMFIM	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
JHONATAN DA SILVA MORAES	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
JOANA D'ARC PEREIRA DE MELO	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
LEONARDO DE LIMA DA SILVA	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
MAURÍCIO CORDEIRO SILVA	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
MAURO KOHAN	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
PATRÍCIA DA COSTA TAVARES	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
RAPAHEL DE ARAUJO PALMEIRA	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
RAPHAEL OLIVEIRA	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
TATIANE RAQUEL SANCHES DE OLIVEIRA	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
THALISSON ANDRÉ BARBOSA DE SOUSA	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	
THIAGO ZANIM	FENAJUFE	ORGANIZAÇÃO	

0001 0168

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. I, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

0014168

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
CHARLES DA COSTA BRUXEL	FENAJUFE	CONVIDADO	
DEP. REIMONT LUIZ OTONI SANTA BARBARA	FENAJUFE	CONVIDADO	
FRANCISCA SANDRELLE JORGE LIMA	FENAJUFE	CONVIDADA	
JOÃO PAULO RIBEIRO	FENAJUFE	CONVIDADO CTB	
LORRÉ GONZALO FABIÁN	FENAJUFE	CONVIDADO	
MILTON DOS SANTOS REZENDE	FENAJUFE	CONVIDADO CUT	
PABLO ERNESTO ELIZALDE TRINDAD	FENAJUFE	CONVIDADO	
PAULO BARELA	FENAJUFE	CONVIDADO CSP	
RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO	FENAJUFE	CONVIDADO	
ROBERTO POLICARPO FAGUNDES	FENAJUFE	CONVIDADO	
SALAZAR CLAUDIO ALEJANDRO	FENAJUFE	CONVIDADO	
SIMONE FRANCO COELHO	FENAJUFE	CONVIDADA	
VER. CARLA SIMARA LUCIANA DA SILVA AYRES	FENAJUFE	CONVIDADA	

João Tavares internacional sp

ALEXANDRE LIMA SANTOS FENAJUD CONVIDADO

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da FENAJUFE)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ALDO ROBERTO RIBEIRO JUNIOR	Pro-FENAJUFE DF	OBSERVADOR	
ALINE VILAR BEZERRA DA SILVEIRA	Pro-FENAJUFE PB	SUPLENTE	
ANA PAULA BARBOSA CUSINATO	Pro-FENAJUFE DF	OBSERVADORA	
ELIANE DO SOCORRO ALVES DA SILVA	Pro-FENAJUFE DF	OBSERVADORA	
FERNANDO ASSIS DE FREITAS	Pro-FENAJUFE DF	OBSERVADOR	
GLAUCIA SENA DE BRITO	Pro-FENAJUFE DF	OBSERVADORA	
JOSÉ ALANCARDETE COELHO DOS SANTOS	Pro-FENAJUFE DF	OBSERVADOR	
JOSÉ VALTER MEDEIROS CAMPELO	Pro-FENAJUFE PB	OBSERVADOR	
MARCOS SANTOS	Pro-FENAJUFE PB	OBSERVADOR	
MARIA DALVA DOS SANTOS FERREIRA	Pro-FENAJUFE PB	OBSERVADORA	
RONEY MARCELINO DA SILVA	Pro-FENAJUFE DF	OBSERVADOR	

0001416 8

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional Youtube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
JAÍLSON DA SILVA LAGE	FENAJUFE	OBSERVADOR	
JOSÉ DE RIBAMAR FRANÇA SILVA	FENAJUFE	OBSERVADOR	
LEOPOLDO DONIZETE DE LIMA	FENAJUFE	OBSERVADOR	
LUCENA PACHECO MARTINS	FENAJUFE	OBSERVADORA	
MANOEL GÉRSON BEZERRA DE SOUSA	FENAJUFE	OBSERVADOR	
PAULO JOSÉ DA SILVA	FENAJUFE	OBSERVADOR	
PAULO ROBERTO KOINSKI	FENAJUFE	OBSERVADOR	
WALLACE MARQUES COELHO	FENAJUFE	OBSERVADOR	

0001[illegible]0168

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
@fenajufe @fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ALEXANDRE TEIXEIRA MARQUES	FENAJUFE	ASSESSORIA	
ANA CÉLIA BARBOSA BARRETO	FENAJUFE	ASSESSORIA	
BRUNA CAROLINA MARTINS SANDIM	FENAJUFE	ASSESSORIA	
CAROLINA MARQUES DE QUEIROZ	FENAJUFE	ASSESSORIA	
LAÍSSA LUANY MIRANDA VOCHIKOVSKI	FENAJUFE	ASSESSORIA	
LARISSA MAIA AWWAD PENA RIBEIRO	FENAJUFE	ASSESSORIA	
VERA MIRANDA	FENAJUFE	ASSESSORIA	
VLADIMIR NEPOMUCENO	FENAJUFE	ASSESSORIA	

000168

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

0001 0168

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
ELÔNGIO MOREIRA DOS SANTOS	FENAJUFE	CONSELHO FISCAL	
KELSON GUARINES DOS ANJOS	FENAJUFE	CONSELHO FISCAL	
MONICA GENU SOARES	FENAJUFE	CONSELHO FISCAL	
Maria Ines Graciano Bacelar - Conselho Fiscal			

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

FENAJUFE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Fundada em 08/12/92

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União
Lista de Presença e de Credenciamento do 12º Congrejufe (Congresso Nacional da Fenajufe)
Data: 26 de abril a 1º de maio de 2025
Horário: de acordo com a programação
Local: Auditório do Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, localizado na Avenida Costa e Silva 3.500
Parque Pres. 1, Foz do Iguaçu – Paraná, CEP: 85.863-000

0001 0168

NOME	SINDICATO	CONDIÇÃO	ASSINATURA
NEIVA LUCINI FONTOURA	SINJUTRA/PR	CONVIDADA	
PEDRO COSTA MATOS LIMA	SINJUTRA/PR	CONVIDADO	
PEDRO MAURICIO PITA MACHADO	SINJUTRA/PR	CONVIDADO	
PRISCILA COELHO DIAS	SINJUTRA/PR	CONVIDADA	
RAFAELA GARCIA RODRIGUES	SINJUTRA/PR	CONVIDADA	
RAMIRO SANTANA MORENO LÓPEZ	SINJUTRA/PR	CONVIDADO	
RAYLANE RIBEIRO RODRIGUES	SINJUTRA/PR	CONVIDADA	
ROBERT WILLIAM SANTOS DA LUZ	SINJUTRA/PR	CONVIDADO	
ROGÉRIO FARIAS COSTA	SINJUTRA/PR	CONVIDADO	
SOLANGE CRISTINA MACHADO DE BRITO ALMEIDA	SINJUTRA/PR	CONVIDADA	
TATHIANA DANTAS DE QUEIROGA BOTTAZZARI	SINJUTRA/PR	CONVIDADA	
TATIANA DE SOUZA VIDAL VILELA	SINJUTRA/PR	CONVIDADA	
TATIANE RAQUEL BASTOS BUQUERA	SINJUTRA/PR	CONVIDADA	
THAIS ADRIELI RODRIGUES	SINJUTRA/PR	CONVIDADA	
THAIS TAMARA CARRAO	SINJUTRA/PR	CONVIDADA	
WELINGTON BOBATO ALVES	SINJUTRA/PR	CONVIDADO	
WESLEY LEAL	SINJUTRA/PR	CONVIDADO	

SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 (61) 3323-7061
/fenajufe /fenajufe.nacional YouTube /fenajufe fenajufe@fenajufe.org.br www.fenajufe.org.br

Clicksign cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Relatório Final do 12º CONGREJUFE - 26 à 2 de abril de 2025 (2).pdf

Documento número #cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9

Hash do documento original (SHA256): 332ec78d0d15e105eb7c12bb471277e90513765c7bfd830f5a21f053177f4b7c

Assinaturas

Eliane Mendes

CPF: 350.688.681-91

Assinou como parte em 12 jun 2025 às 14:22:30



Soraia Garcia Marca

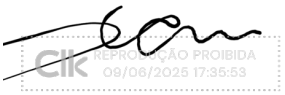
Assinou como diretor(a) em 12 jun 2025 às 14:59:08



DENISE MÁRCIA DE ANDRADE CARNEIRO

CPF: 408.075.845-68

Assinou como diretor(a) em 09 jun 2025 às 17:35:59



DENISE MÁRCIA DE ANDRADE CARNEIRO

Log

09 jun 2025, 14:12:05	Operador com email secretaria@fenajufe.org.br na Conta 664c7ddc-1966-401d-8159-f8c373fe7850 criou este documento número cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9. Data limite para assinatura do documento: 08 de agosto de 2025 (17:20). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
09 jun 2025, 14:17:42	Operador com email secretaria@fenajufe.org.br na Conta 664c7ddc-1966-401d-8159-f8c373fe7850 adicionou à Lista de Assinatura: soraia.marca@sisejufe.org.br para assinar como diretor(a), via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Soraia Garcia Marca.
09 jun 2025, 14:17:42	Operador com email secretaria@fenajufe.org.br na Conta 664c7ddc-1966-401d-8159-f8c373fe7850 adicionou à Lista de Assinatura: dmcarneiro2014@gmail.com para assinar como diretor(a), via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo DENISE MÁRCIA DE ANDRADE CARNEIRO e CPF 408.075.845-68.

09 jun 2025, 14:17:42	Operador com email secretaria@fenajufe.org.br na Conta 664c7ddc-1966-401d-8159-f8c373fe7850 adicionou à Lista de Assinatura: secpolitica@fenajufe.org.br para assinar como parte, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Eliane Mendes e CPF 350.688.681-91.
09 jun 2025, 17:35:59	DENISE MÁRCIA DE ANDRADE CARNEIRO assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail dmcarneiro2014@gmail.com. CPF informado: 408.075.845-68. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo c3998a(...), vide anexo manuscript_09 jun 2025, 17-33-55.png. IP: 45.231.166.146. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -12.8844917 e longitude -38.3334199. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1233.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
12 jun 2025, 14:22:30	Eliane Mendes assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail secpolitica@fenajufe.org.br. CPF informado: 350.688.681-91. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 4c2481(...), vide anexo manuscript_12 jun 2025, 14-19-54.png. IP: 187.89.195.140. Componente de assinatura versão 1.1237.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
12 jun 2025, 14:59:08	Soraia Garcia Marca assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail soraia.marca@sisejufe.org.br. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 4e203e(...), vide anexo manuscript_12 jun 2025, 14-57-51.png. IP: 177.174.218.185. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -15.8012622 e longitude -47.8696013. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1237.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
12 jun 2025, 14:59:16	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9.

ICP Brasil

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://www.clicksign.com/validador e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº cda43e69-6d68-4eee-bc9b-471ffaa978a9, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Anexos

Eliane Mendes

Assinou o documento enquanto parte em 12 jun 2025 às 14:22:30

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 4c2481(...)



Eliane Mendes
manuscript_12 jun 2025, 14-19-54.png

Soraia Garcia Marca

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 12 jun 2025 às 14:59:08

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 4e203e(...)



Soraia Garcia Marca
manuscript_12 jun 2025, 14-57-51.png

DENISE MÁRCIA DE ANDRADE CARNEIRO

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 09 jun 2025 às 17:35:59

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo c3998a(...)



DENISE MÁRCIA DE ANDRADE CARNEIRO
manuscript_09 jun 2025, 17-33-55.png